

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TESE DE DOUTORADO**

**REINVENÇÃO ESPACIAL: AGROECOLOGIA E TURISMO –  
SUSTENTABILIDADE OU INSUSTENTABILIDADE?**

**CARMEM REJANE PACHECO PORTO**

**ORIENTADORA**

**Profa. Dra. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY**

**PORTO ALEGRE, JUNHO DE 2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**REINVENÇÃO ESPACIAL: AGROECOLOGIA E  
TURISMO – SUSTENTABILIDADE OU  
INSUSTENTABILIDADE?**

**CARMEM REJANE PACHECO PORTO**

**Orientadora: Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray**

**BANCA EXAMINADORA:**

**Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (POSGea/IG/UFRGS)**

**Prof. Dr. Nelson Rego (POSGea/IG/UFRGS)**

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Marcelino de Souza (PGDR/UFRGS)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia como  
requisito para obtenção do título de  
Doutor em Geografia.**

**PORTO ALEGRE, JUNHO DE 2011**

### CIP - Catalogação na Publicação

Porto, Carmem Rejane Pacheco  
Reinvenção espacial: agroecologia e turismo -  
sustentabilidade ou insustentabilidade? / Carmem  
Rejane Pacheco Porto. -- 2011.  
303 f.

Orientadora: Dirce Maria Antunes Suertegaray.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Sustentabilidade/insustentabilidade. 2.  
Complexidade. 3. Espaço geográfico/Espaço turístico  
rural. 4. Agroecologia e turismo. 5. Indicadores. I.  
Suertegaray, Dirce Maria Antunes, orient. II. Título.

Para meu pai Oswaldo Marques Porto (*in memorian*); homem simples, que soube me educar com sabedoria, e que também demonstrou saber a importância da educação para a conquista da autonomia.

Para meu irmão Gilmar Pacheco Porto (*in memorian*), exemplo de bondade e generosidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao concluir esta tese, reconheço o quanto foi importante nessa trajetória o apoio de familiares, colegas, alunos e amigos que contribuíram para que esse momento se realizasse. Tal trajetória, tão importante na minha vida social, profissional e pessoal, e que sua duração não foi breve, significou certo tempo de nossas vidas. Certamente, nesse tempo minha família teve um papel fundamental, pois me impulsionaram para esta realização. Por isso, agradeço a vocês: a minha mãe Eloah por uma vida de dedicação, amor e trabalho e pelas sábias lições de vida que me incentivaram na realização de sonhos e conquistas; ao meu irmão Aginaldo pela manifestação de apoio e confiança; ao meu filho Gabriel que traz tanta luz e gosto para minha vida, a lição mais profunda de amor incondicional e também pelo apoio logístico; ao meu companheiro Carlos pelo amor, carinho, pela compreensão de minha ausência e apoio em tantas situações durante esse trabalho.

Essa tese é o resultado visível do fim de uma etapa, processo construído através de uma conjunção de conhecimentos, saberes, práticas e experiências, mas, sobretudo de disponibilidade, parceria e solidariedade daqueles que dela fizeram parte.

À Dirce Suertegaray, pela oportunidade, na qualidade de professora orientadora desta tese, que me acompanhou por toda minha caminhada acadêmica, desde a graduação até o doutorado. Agradeço pela atenciosa disposição, prontos atendimentos, valiosas reflexões, discussões e elucidações. Sobretudo, pela preciosa amizade advinda desse tempo de convivência.

Aos meus queridos mestres, Nelson Rego, Álvaro Heidrich, Roberto Verdun, Marcos Reigota pelas sugestões, reflexões e compromisso intelectual.

Ao professor Laurindo Antonio Guasselli pela valiosa contribuição quando da confecção dos mapas dessa tese.

A todos os proprietários dos estabelecimentos turísticos dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, aos empreendedores da rede turística, aos técnicos e instituições que contribuíram com dados, informações e instrumentos para a realização dessa pesquisa.

Ao colega e amigo Rodrigo pela parceria e apoio técnico, mas também pela amizade que resultou dessa convivência.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia que proporcionou uma oportunidade ímpar para minha formação e qualificação acadêmica.

Às Faculdades Rio-grandenses pelo apoio estrutural através de projetos de iniciação a pesquisa e demais parcerias estabelecidas com colegas professores, especialmente as professoras Ana Lúcia e Eneida.

Aos meus queridos amigos(as) e alunos(as) Tatiana Cardoso Vieira, Vera Lúcia Bueno de Oliveira, Fernanda Cabral da Silva, Fernanda da Silva Bones, Juliana Schuh, Ana Paula Rodrigues Guadagnin, Silvana Pereira, Carlos Eduardo Corrêa e Nickelli pela participação no processo de pesquisa e pelo interesse que se traduziu em estímulo nessa parceria.

## RESUMO

A pesquisa desenvolvida nessa tese direciona a análise para os Caminhos Rurais de Porto Alegre, mais especificamente os estabelecimentos turísticos agroecológicos, ambos localizados na zona sul da capital. Parte-se do jogo dialético – sustentabilidade/insustentabilidade – ao se trabalhar com a idéia/princípio da complexidade que envolve a sustentabilidade do turismo no espaço rural. Buscam-se dimensões de sustentabilidade, em uma dinâmica espacial que gera impactos socioambientais e, no ato de transformar/transformar-se, modifica o ambiente e a vida das pessoas. Tem-se como objetivo analisar as transformações espaciais através de um enfoque teórico-metodológico, considerado alternativo. Na medida em que propõe um diálogo entre diferentes métodos, através do materialismo histórico busca-se investigar os arranjos espaciais e os modos de vida, em diferentes momentos históricos, sobretudo, a reorganização espacial entre os anos de 1997 e 2009. O processo de investigação dos períodos históricos operacionaliza-se através das categorias de análise forma (materialidade, significado), função (diversificação das atividades econômicas), estrutura (resistência, identidade, modos de vida) processo (tempo, mudança). O conceito de espaço geográfico possibilita leituras diferenciadas quando usados para análise dos resultados da interação sociedade e natureza durante um processo histórico, sendo possível exercitar várias conexões com paisagem, território e ambiente. Associa-se ao materialismo histórico o método fenomenológico e através dele a análise da percepção dos agentes envolvidos na rede turística e na apropriação do espaço pelo turismo. Com base neste caminho metodológico denominado alternativo, chegou-se a uma proposição de indicadores de sustentabilidade que articulou indicadores resultantes de um plano técnico, através do levantamento de indicadores já sistematizados, do mapeamento da área de intervenção, das observações de campo e dos registros fotográficos e, em outro plano, através da percepção dos diferentes agentes sociais. A análise que permitiu a elaboração do conjunto de indicadores possibilita também a interpretação das práticas da agricultura e do turismo no espaço rural, consoante com os princípios de sustentabilidade, nos estabelecimentos turísticos dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, localizados no bairro Lami. Esse conjunto de indicadores configura-se como

um instrumento metodológico aplicável no processo de desenvolvimento, gestão e monitoramento do turismo no espaço rural, correlacionados as dimensões econômica, social e ambiental de sustentabilidade. Em síntese, a sua aplicação permitiu encontrar sustentabilidade e/ou insustentabilidade em relação às categorias de análise forma, função, estrutura e processo, associados aos processos perceptivos. Para finalizar, apresenta-se a construção metodológica alternativa como possibilidade para análise do espaço turístico rural, com as recomendações em relação aos limites e aquilo que é exequível para subsidiar a análise espacial, identificadas e experimentadas no decorrer do processo de desenvolvimento desta tese.

**Palavras-chave:** Espaço geográfico, Espaço turístico rural, Agroecologia e turismo, Indicadores, Sustentabilidade/insustentabilidade, Complexidade.



## ABSTRACT

The research developed in this study directs the analysis to Caminhos Rurais de Porto Alegre (Porto Alegre Rural Paths), more specifically the agroecological touristic establishments, both situated in the city's southern zone. The starting point is the dialectic interplay between sustainability/insustainability, and the analysis is developed on the idea/principle of complexity, involving the sustainability of tourism in the rural space. Dimensions of sustainability are sought in a spatial dynamics which generates social and environmental impacts and, in transforming itself, changes people. The objective is to analyze the spatial transformations through a theoretical and methodological approach seen as alternative as it proposes a dialog between distinct methods. Through Historical Materialism the investigation focuses on spatial arrangements and ways of life in different historical moments, particularly the spatial reorganization between 1997 and 2009. The investigation process of historical period is operationalized through the analytical categories of form (materiality, meaning), function (diversification of economical activities), structure (resistance, identity, ways of life), and process (time, becoming). The concept of geographical space enables various readings when used for analyzing the results of the interaction between society and nature during a historical process, with a range of possible connections with landscape, territory, and environment. The Historical Materialism is associated to the Phenomenological Method, which is drawn upon to analyze the perception of actors involved in the touristic network and in the appropriation of space by the touristic activities. Based on this methodological pathway considered alternative a proposition of sustainability indexes was reached, articulating resulting indexes from a technical plane, through the use of already systematized indexes of the mapping of the intervention area, field observations and photographic records and, in another plane through the perception of different social actors. The analysis which enabled the elaboration of the set of indexes also enables the interpretation of practices of agriculture and tourism in the rural space, consistent with the principles of sustainability in the touristic establishments of Caminhos Rurais de Porto Alegre, located at the Lami neighborhood. This set of indexes functions as a methodological instrument to be applied in the process of

development, management and monitoring of tourism in the rural space, with a correlation of the economic, social, and environmental dimensions. Its application permitted seeking sustainability and/or insustainability related to the analytical categories of form, function, structure, and process, associated to the perceptive processes. Finally, the alternative methodological construction is presented as a possibility of analysis of rural touristic space, with the recommendations related to the limits and to that which is feasible to subsidize the spatial analysis, identified and experienced throughout the process of the development of the study.

**Keywords:** Geographical space, Rural touristic space, Agroecology and tourism, Indexes, Sustainability/insustainability, Complexity.

## RÉSUMÉ

La recherche développée dans cette thèse dirige l'analyse vers les Chemins Ruraux de Porto Alegre, et plus précisément les établissements agroécologiques touristiques, les deux situés dans la zone sud de la capitale. On part d'une dialectique – durable/non durable – en travaillant avec l'idée/principe de la complexité qui implique la durabilité du tourisme dans le milieu rural. On recherche des dimensions de durabilité, dans une dynamique de l'espace qui génère des impacts socio-environnementaux et qui dans l'acte de transformer/se transformer modifie l'environnement et la vie des gens. On a pour objectif d'analyser les transformations de l'espace au moyen d'une approche théorico-méthodologique considérée alternative. Dans la mesure que l'on propose un dialogue entre différentes méthodes, à travers le matérialisme historique on cherche à enquêter sur les arrangements de l'espace et les modes de vie, à différents moments historiques. Surtout la réorganisation de l'espace entre les années 1997 et 2009. Le processus d'investigation des périodes historiques s'organise au moyen des catégories d'analyse de la forme (matérialité, signification), de la fonction (diversification des activités économiques), de la structure (résistance, identité, modes de vie), du processus (temps, changement). Le concept d'espace géographique rend possible des lectures différenciées quand sont utilisés pour l'analyse des résultats de l'interaction société et nature pendant un processus historique, étant possible de dresser plusieurs connexions avec le paysage, le territoire et l'environnement. On associe au matérialisme historique la méthode phénoménologique et à travers elle l'analyse de la perception des agents impliqués dans le réseau touristique et dans l'appropriation de l'espace par le tourisme. Se basant sur ce chemin appelé alternatif on est arrivé à une proposition d'indicateurs de durabilité qui a structuré des indicateurs résultants d'un plan technique, au moyen d'une levée d'indicateurs déjà systématisés, de cartographie de la zone d'intervention, des observations de terrain et des registres photographiques et également, sur un autre plan, au travers de la perception des différents agents sociaux. L'analyse qui a permis l'élaboration de l'ensemble des indicateurs a aussi rendu possible l'interprétation des pratiques de l'agriculture et du tourisme en milieu rural, en accord avec les principes de durabilité dans les établissements touristiques des Chemins Ruraux de Porto Alegre situés dans le quartier de Lami. Cet ensemble d'indicateurs se présente comme un instrument méthodologique applicable au processus de développement, gestion et suivi du tourisme en milieu rural, en relation avec les dimensions économique,

sociale et environnementale de durabilité. En résumé, son application a permis de trouver de la durabilité et/ou de la non durabilité par rapport aux catégories d'analyse de la forme, de la fonction, de la structure, et du processus, associés aux processus perceptifs. Pour conclure, on présente la construction méthodologique alternative comme possibilité d'analyse de l'espace touristique rural, avec les recommandations en relation avec les limites de ce qui est faisable pour entretenir l'analyse spatiale, identifiées et expérimentées au cours du processus de développement de cette thèse.

**Mots-clés:** Espace géographique, Espace touristique rural, agroécologie et tourisme, Indicateurs, Durabilité/non durabilité, Complexité.

## LISTA DE FIGURAS

Figura. 1 – Esquema Metodológico Alternativo .....	38
Figura 2 – Bairros dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, 2010 .....	86
Figura 3 – Macrozonas e Estabelecimentos Turísticos dos Caminhos Rurais de Porto Alegre .....	88
Figura 4 – Empreendimentos Turísticos dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, 2010 .....	90
Figura 5 – Unidades Espaciais da Zona Sul de Porto Alegre .....	94
Figura 6 – Área de Intervenção .....	100
Figura. 7 – Localização Sítio Ecoextrema.....	144
Figura 8 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal – Sítio Ecoextrema 1991- 2008.....	150
Figura 9 – Localização Granja Santantonio .....	156
Figura 10 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal–Granja Santantonio 1991-2008 .....	161
Figura 11 – Localização Sítio Capororoca .....	166
Figura 12 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal – Sítio Capororoca 1991-2008 .....	172
Figura 13 – Localização Sítio do Tio Juca .....	177
Figura 14 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal – Sítio do Tio Juca 1991-2008 .....	182
Figura 15 – Localização Sítio dos Herdeiros.....	185
Figura 16 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal – Sítio dos Herdeiros 1991-2008.....	190
Figura 17 – Campo de Análise da Sustentabilidade .....	267

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Vista a partir do Morro da Pedra Redonda/Atrativo turístico – Ocupação intensiva e rarefeita.....	92
Foto 2 – Cultivo de flores comestíveis e hortaliças através de princípios agroecológicos ....	126
Foto 3 – Os produtos comercializados são processados a partir da produção agrícola.....	130
Foto 4 A e B – Turistas interagem e observam a rotina da produção agrícola no Sítio dos Herdeiros e no Sítio do Tio Juca .....	135
Foto 5 – Estabelecimentos turísticos rurais agroecológicas - área de intervenção.....	139
Foto 6 – Vista do Lago Guaíba a partir do Sítio Ecoextrema – Morro da Extrema.....	143
Foto 7 – Evidência de extração de granito no passado.....	145
Foto 8 – Trilha entre a vegetação nativa – Mata Atlântica.....	148
Foto 9 – Agrossistema – Área cultivada horta e vegetação nativa ao fundo.....	151
Foto 10 – Espiral de ervas .....	153
Foto 11 – Recuperação da vegetação nativa – sucessão vegetal .....	154
Foto 12 – Figueira ao fundo área de banhado .....	155
Foto 13 – Pomar de nozes .....	158
Foto 14 – Cultivo de berinjela em consórcio com outras espécies.....	159
Foto 15 – Açude com presença de plantas aquáticas.....	160
Foto 16 – Horta, no entorno árvores nativas e exóticas, ao fundo residência da família .....	162
Foto 17 – Proprietária expõe a história da família para os visitantes .....	164
Foto 18 – Flores e plantas comestíveis incorporadas na alta gastronomia.....	167
Foto 19 – Produção de cogumelo shitake.....	171
Foto 20 – Explicação sobre o desenvolvimento da agroecologia.....	174
Foto 21 – Local de hospedagem e recepção dos turistas.....	175
Foto 22 – Horta com consórcio de espécies vegetais .....	179
Foto 23 – Local de produção do Biojuca.....	179
Foto 24 – No primeiro plano, área plantada em faixas (consoviada);.....	181
Foto 25 – Sítio dos Herdeiros .....	184
Foto 26 – Horta com várias espécies de alface.....	188
Foto 27 – Turistas interagem com os atrativos ofertados no Sítio dos Herdeiros .....	191

Foto 28 – Demonstração de instrumentos de trabalho .....	192
Foto 29 – Placa de sinalização das propriedades rurais.....	210
Foto 30 – Sistema de tratamento biológico do esgoto – Sítio Capororoca.....	218
Foto 31 – Painel para captação de energia solar.....	221
Foto 32 – Técnica para controle da mosca da fruta.....	224
Foto 33 – Chegada de estudantes no estabelecimento rural .....	235
Foto 34 – Minimuseu no Sítio dos Herdeiros.....	238

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo .....	201
Gráfico 2 – Escolaridade .....	201
Gráfico 3 – Visitou anteriormente os Caminhos Rurais? .....	202
Gráfico 4 – Quais propriedades? .....	202
Gráfico 5 – Motivo da visita.....	203
Gráfico 6 – Voltaria aos Caminhos Rurais? .....	203
Gráfico 7 – Perfil dos que responderam ao questionário.....	204
Gráfico 8 – Faixa etária e escolaridade – Mulheres .....	205
Gráfico 9 – Faixa etária e escolaridade – Homens .....	205
Gráfico 10 – Municípios de procedência dos turistas.....	206
Gráfico 11 – Procedência da divulgação do roteiro .....	206
Gráfico 12 – Motivo da visita.....	207
Gráfico 13 – Perfil dos entrevistados .....	230



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Propriedades Agroecológicas – Área de Intervenção.....	97
Quadro 2 – Problemas decorrentes da agricultura convencional .....	115
Quadro 3 – Histórico da agroecologia.....	118
Quadro 4 – Projetos desenvolvidos nos Caminhos Rurais de Porto Alegre – 1999 a 2010...	137
Quadro 5 – Pluriatividade e Interatividade.....	196
Quadro 6 – Agências de turismo que comercializam os roteiros turísticos – Caminhos Rurais de Porto Alegre.....	243
Quadro 7 – Definição de descritores e seus respectivos indicadores em comparação .....	257
Quadro 8 – Indicadores de sustentabilidade do turismo no espaço rural .....	263

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área de uso do solo e participação em relação ao total da área da Ecoextrema – 1991 e 2008 .....	151
Tabela 2 – Área de uso do solo e participação em relação do total da área da Granja Santo Antônio - 1991 e 2008.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Tabela 3 – Área de uso do solo e participação em relação do total da área do Sítio Capororoca – 1991 e 2008 .....	173
Tabela 4 – Área de uso do solo e participação em relação ao total da área do Sítio do Tio Juca - 1991 e 2008.....	183
Tabela 5 – Área de uso do solo e participação em relação do total da área do Sítio dos Herdeiros - 1991 e 2008 .....	191
Tabela 6 – Fluxo de turistas dos estabelecimentos rurais.....	233

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACT – Atividades Características do Turismo

APEL – Associação dos Produtores Ecológicos do Lami

APP – Área de Preservação Permanente

CEASA – Central de Abastecimento

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COODESTUR – Cooperativa de Desenvolvimento do Turismo

DEMAE – Departamento Municipal de Águas e Esgotos

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação

EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

EIA-RIMA – Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental

EMATER – Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola

EPTC – Empresa Pública de Transporte e circulação

FARGS – Faculdades Rio-Grandenses

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Ensino Superior

INCRA – Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária

INGÁ – Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais

MTUR – Ministério do Turismo

OCS – Organização de Certificação Solidária

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

PANC – Planta alimentícia Não Convencional  
PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNUMA – Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
SAT – Serviço de Atendimento ao Turista  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SETUR – Secretaria Estadual de Turismo  
SIRGAS – Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas  
SMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
SMED – Secretaria Municipal de Educação  
SMIC – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio  
SMS – Secretaria Municipal de Saúde  
SMTUR – Secretaria Municipal de Turismo  
SPM – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano  
TBL – Turismo de Base Local  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo  
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
UTM – Universal Transversa de Mercator

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 Tema, justificativa e objetivos .....</b>	<b>23</b>
<b>2 UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA PARA LEITURA DO ESPAÇO TURÍSTICO .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 O caminho alternativo como possibilidade na análise da complexidade do turismo no espaço rural.....</b>	<b>35</b>
<b>2.2 Sustentabilidade e/ou insustentabilidade? .....</b>	<b>41</b>
<i>2.2.1 A complexidade do turismo é tecida em rede.....</i>	<i>48</i>
<i>2.2.2 Caminhos/circuitos e segmentos na estruturação da oferta turística.....</i>	<i>49</i>
<b>2.3 Turismo: trajetórias e interfaces.....</b>	<b>54</b>
<i>2.3.1 O espaço rural: da modernização da agricultura ao desenvolvimento das atividades não agrícolas.....</i>	<i>59</i>
<i>2.3.2 Um novo rural que se constrói através das atividades não agrícolas e de uma nova agricultura .....</i>	<i>63</i>
<i>2.3.3 Turismo em áreas rurais e a construção de novas territorialidades: redes de relações e uma nova racionalidade ambiental.....</i>	<i>65</i>
<b>2.4 Compreendendo o espaço por meio dos arranjos espaciais, dos modos de vida e das diferentes percepções: desafios metodológicos.....</b>	<b>69</b>
<i>2.4.1 Definição da área de estudo e da área de intervenção .....</i>	<i>69</i>
<i>2.4.2 A análise espaço-temporal: entrevistas, mapeamentos, registros fotográficos e de observações de campo.....</i>	<i>71</i>
<i>2.4.2.1 Análise de conteúdo .....</i>	<i>75</i>
<i>2.4.3 A percepção sobre os Caminhos Rurais de Porto Alegre.....</i>	<i>75</i>
<i>2.4.3.1 O trabalho de campo e o diálogo entre turismo e as suas diferentes dimensões do saber: uma proposta interdisciplinar .....</i>	<i>81</i>
<i>2.4.4 Indicadores de sustentabilidade .....</i>	<i>82</i>

<b>2.5 Características e localização da área de estudo .....</b>	<b>83</b>
<b>2.5.1 Área de intervenção .....</b>	<b>95</b>
<b>3 A REORGANIZAÇÃO ESPACIAL: RACIONALIDADES QUE INTERAGEM NA FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS .....</b>	<b>103</b>
<b>3.1 Primeiro período 1751 - 1960: da formação do território brasileiro ao Bairro Lami – Porto Alegre/RS .....</b>	<b>104</b>
<b>3.2 Segundo período – 1960 a 1990 – da modernização da agricultura à agroecologia .</b>	<b>114</b>
<b>3.3 3º Período 1997 a 2009: novos cenários através da diversificação produtiva – agricultura, comércio, agroindústria e turismo .....</b>	<b>121</b>
<b>3.3.1 Agricultura.....</b>	<b>122</b>
<b>3.3.2 Comércio e Agroindústria .....</b>	<b>127</b>
<b>3.3.4 Turismo .....</b>	<b>131</b>
<b>4 PROPRIEDADES AGROECOLÓGICAS – CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE .....</b>	<b>139</b>
<b>4.1 Sítio Ecoextrema .....</b>	<b>142</b>
<b>4.2 Granja Santantonio .....</b>	<b>155</b>
<b>4.3 Sítio Capororoca .....</b>	<b>164</b>
<b>4.4 Sítio do Tio Juca .....</b>	<b>176</b>
<b>4.5 Sítio dos Herdeiros .....</b>	<b>184</b>
<b>4.6 Monoatividade, Pluriatividade e Interatividade.....</b>	<b>192</b>
<b>5 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS DIFERENTES PERCEPÇÕES .....</b>	<b>198</b>
<b>5.1 As diferentes percepções dos turistas sobre as propriedades agroecológicas dos Caminhos Rurais de Porto Alegre: critérios para apresentação dos sujeitos.....</b>	<b>199</b>
<b>5.1.1 Caracterização da demanda .....</b>	<b>199</b>
<b>5.1.1.1 Quem são os sujeitos – perfil no piloto e no processo de investigação.....</b>	<b>200</b>
<b>5.1.2 Percepção sobre a oferta turística.....</b>	<b>208</b>
<b>5.1.2.1 Sinalização/acessos e estradas .....</b>	<b>209</b>

<i>5.1.2.2 Higiene e limpeza.....</i>	<i>212</i>
<i>5.1.2.3 Atendimento .....</i>	<i>212</i>
<i>5.1.2.4 Conservação dos atrativos .....</i>	<i>213</i>
<i>5.1.2.5 Autenticidade .....</i>	<i>214</i>
<i>5.1.2.6 Informações e material explicativo/divulgação .....</i>	<i>214</i>
<i>5.1.3 Percepção sobre as práticas ambientais .....</i>	<i>215</i>
<i>5.1.3.1 Sistema de captação e reaproveitamento de água .....</i>	<i>216</i>
<i>5.1.3.2 Dispositivo para economia de água (torneiras e vasos sanitários).....</i>	<i>217</i>
<i>5.1.3.3 Tratamento de efluentes líquidos .....</i>	<i>217</i>
<i>5.1.3.4 Controle e destinação de resíduos .....</i>	<i>219</i>
<i>5.1.3.5 Otimização do uso de energia .....</i>	<i>220</i>
<i>5.1.3.6 Diversidade de flora e fauna .....</i>	<i>221</i>
<i>5.1.3.7 Área de produção agrícola em harmonia com a vegetação nativa.....</i>	<i>222</i>
<i>5.1.3.8 Uso de agrotóxicos e produtos químicos.....</i>	<i>223</i>
<i>5.1.3.9 Sistema produtivo .....</i>	<i>224</i>
<i>5.1.3.10 Informações ambientais .....</i>	<i>225</i>
<i>5.1.3.11 Opinião dos turistas em relação ao ambiente dos estabelecimentos rurais .....</i>	<i>226</i>
<i>5.1.3.12 Satisfação como indicativo de retorno aos Caminhos Rurais .....</i>	<i>227</i>
<i>5.2 Sustentabilidade: como a percebem os agentes da rede turística .....</i>	<i>229</i>
<i>5.2.1 Fluxo de Turistas.....</i>	<i>231</i>
<i>5.2.2 Capacidade de carga.....</i>	<i>233</i>
<i>5.2.3 Vocação da região e da propriedade rural .....</i>	<i>235</i>
<i>5.2.4 Autenticidade na manutenção das características ambientais do lugar .....</i>	<i>236</i>
<i>5.2.5 Preservação e/ou conservação das áreas de relevante interesse ecológico .....</i>	<i>238</i>
<i>5.2.6 Inserção da comunidade local no turismo.....</i>	<i>240</i>
<i>5.2.7 Capacidade de se manter com a propriedade e satisfação .....</i>	<i>240</i>

<i>5.2.8 Planejamento: agricultura, turismo e comercialização</i> .....	241
<b>5.3 Agenciadores</b> .....	242
<i>5.3.1 Comercialização dos produtos turísticos dos Caminhos Rurais</i> .....	245
<b>6 INDICADORES E ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL</b> .....	250
<b>6.1 Definição de descritores e indicadores de sustentabilidade</b> .....	253
<b>6.2 A análise da sustentabilidade do turismo nos estabelecimentos rurais – agroecológicos</b> .....	267
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	276
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	282
<b>ANEXO 1 - A – NOTÍCIA SOBRE OS CAMINHOS RURAIS</b> .....	293
<b>ANEXO 1 - B – NOTÍCIA POSTADA NA INTERNET SOBRE ALUNOS DA FARGS</b> .....	294
<b>ANEXO 2 – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO NO PROJETO PILOTO, USADO COMO REFERÊNCIA PARA O SÍTIO ECOEXTREMA</b> .....	295
<b>ANEXO 3 – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO NA SEGUNDA FASE</b> ....	297
<b>ANEXO 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO PARA OS PROPRIETÁRIOS RURAIS</b> .....	299
<b>ANEXO 5 – ENTREVISTA APLICADA COM TÉCNICAS DE ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS</b> .....	300
<b>ANEXO 6 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS APLICADO PARA OS AGENCIADORES</b> .....	301
<b>ANEXO 7 – EVENTO PARA ENTREGA DOS RESULTADOS DO PROJETO O OLHAR DO TURISTA SOBRE OS CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE</b> ...	302



## 1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade do turismo tem sido objeto de investigações e diz respeito a diferentes áreas do conhecimento e a todos os agentes envolvidos na complexidade constituída pela rede do turismo. As pesquisas sobre o fenômeno turístico adquirem uma dimensão interdisciplinar, tendo suas construções transitando pelas ciências humanas, sociais e exatas, no arcabouço das ciências humanas, a Geografia.

A sustentabilidade tem sido pouco entendida, e intensos debates têm ocorrido na intenção de construir uma definição teórica suficientemente aliada à atuação prática, já que o período vivido atualmente no planeta requer iniciativas concretas que possam trazer resultados em um curto espaço de tempo. Essa urgência evidenciada tem gerado uma profunda inquietação no meio acadêmico, nas instituições públicas, nas instituições privadas e também na sociedade civil organizada ou não, em que os diferentes segmentos percebem as suas responsabilidades em relação ao ambiente e a todas as formas de vida.

O ambiente produzido, ao longo da história da humanidade, sempre apresentou contradições; as disputas de interesses surgem como a única possibilidade de construção social e produtiva. Parece que, nesse contexto, a natureza está pronta para ser explorada na sua plenitude. Esta forma de relação estabelecida entre sociedade e natureza possibilitou a construção de um modelo de desenvolvimento que entende a natureza como fonte de recursos, percebidos como infinitos.

Todas as ações ao longo do tempo delineadas geraram situações que hoje são irreversíveis e preocupam a humanidade, fazendo com que essa encontre alternativas ao modelo de desenvolvimento, mesmo no âmbito do sistema capitalista. Entre as várias atividades econômicas, o turismo se insere como uma prática social que, no seu desenvolvimento, procura formas de concretizar a sustentabilidade. Mas da mesma forma que seu conceito, a operacionalização da sustentabilidade também se encontra em construção. É nesse sentido que esta tese investigará a sustentabilidade do turismo nas suas várias dimensões e construirá argumentos para explicar por que esta não acontece na sua totalidade, dada a complexidade do fenômeno turístico (BARRETO, 2003, p. 17).

## 1.1 Tema, justificativa e objetivos

A escolha do tema desta tese, **reinvenção espacial: agroecologia e turismo – sustentabilidade ou insustentabilidade?**, justifica-se por vários motivos que serão explicitados a seguir; entretanto, entre eles destaca-se aquilo que considero impulsionador: os questionamentos e as reflexões sobre a sustentabilidade ou a insustentabilidade do turismo no espaço rural.

O turismo é uma atividade relacionada ao mercado, mesmo quando se propõe alternativo. Desenvolvendo-se através de segmentações compatíveis com a ideia de sustentabilidade, compreende também uma apropriação da natureza e da cultura, transformando-as em produto turístico, visando à sua comercialização.

Rodrigues (1999, p. 53) defende a ideia de que

[...] a atividade turística é insustentável, pois a natureza vira mercadoria, a paisagem é capturada pela atividade turística que propicia a sua rápida mudança. E, além disso, fica evidente que a sustentabilidade não pode ser pensada numa única atividade dada a inter-relação que existe entre as diferentes atividades que compõem a complexidade desta prática social.

Considerando essa complexidade, o turismo é uma atividade que assume um caráter transdisciplinar<sup>1</sup>, possibilitando estabelecer um diálogo entre a ciência geográfica e o fenômeno do turismo.

A tese que me proponho construir é a seguinte: a prática social do turismo em áreas rurais é insustentável. A complexidade que envolve esse conceito, reconhecendo a atividade turística como algo que transforma, cria e recria o espaço e as paisagens nesse sentido, interferindo no ambiente, gera impactos sociais, naturais e culturais e promove exclusão, desrespeitando a identidade local. A sustentabilidade precisa ser pensada na inter-relação que existe entre as diferentes dimensões que possui a rede do turismo, entendida como a cadeia produtiva da atividade turística.

---

<sup>1</sup>Pode ser definida como um processo de intercâmbio entre diferentes campos e ramos do conhecimento científico, nos quais uns transferem métodos, conceitos e inclusive corpos teóricos para outros, que são incorporados e assimilados pela disciplina importadora, induzindo um processo contraditório de avanço/retrocesso do conhecimento, característico do desenvolvimento das ciências (LEFF, 2001, p.83).

Ao considerar a complexidade das inter-relações, deparamo-nos com a insustentabilidade, porém, se houver uma fragmentação no todo em diferentes partes, para fins de análise, certamente encontra-se a sustentabilidade. Ou, como entende Rodrigues (1999, p.53), uma análise diagonal e não uma análise da sua essência.

O crescimento dessa prática social, nas últimas décadas, representa uma considerável intervenção no espaço geográfico, e o seu crescimento recente e acelerado gera a necessidade de aprofundamento nas discussões teórico-conceituais, objetivando buscar um maior significado para as suas bases teórico-metodológicas. A possibilidade do crescimento do turismo enquanto produto comercializável na zona sul de Porto Alegre, considerando as tendências atuais de crescimento do turismo alternativo e a relativa saturação de alguns roteiros já consagrados, desperta a necessidade de buscar respostas aos questionamentos sobre a sustentabilidade do turismo no espaço rural nas suas diferentes dimensões, por meio da aplicação de indicadores de sustentabilidade.

No entanto, ainda é pouca a disponibilidade de material bibliográfico relativo ao turismo no espaço rural no que se refere a fundamentos teórico-metodológicos, à história e à sustentabilidade. No tocante ao turismo em Porto Alegre – mais especificamente os Caminhos Rurais de Porto Alegre – objeto desta pesquisa, a carência é ainda maior. Portanto, parte do conhecimento aqui expresso é resultado da experiência profissional adquirida em trabalhos desenvolvidos relacionados à questão agrária, ambiental e, atualmente, com o turismo como assunto de docência, pesquisa e da orientação de trabalhos de conclusão, entre eles alguns referentes ao turismo em áreas rurais, trabalhos técnicos e de iniciação científica.

A partir de 2001, vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura, desempenhei funções relacionadas à agricultura e ao meio ambiente. Nesse contexto, a participação na organização de seminários de agroecologia, tanto na execução como em atividades de coordenação de mesa, a exemplo do III Seminário Internacional sobre Agroecologia, IV Seminário Estadual sobre Agroecologia e IV Encontro Nacional sobre Pesquisa em Agroecologia, o contato com agricultores e técnicos responsáveis pela extensão rural, nas propriedades onde se desenvolve o turismo, fez com que eu tivesse o interesse pela pesquisa despertado.

Em 2002, vinculada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente SMAM/POA, mesmo que desempenhando uma função prioritariamente voltada à área urbana – no Programa Guaíba Vive – havia ações desenvolvidas na zona sul da capital. Em 2003,

o trabalho no curso de Turismo nas Faculdades Rio-Grandenses (FARGS) oportunizou estabelecer o diálogo entre a Geografia e o Turismo, mais especificamente, com o turismo em áreas naturais e rurais.

Em 2006, ingressando no doutorado e exercendo a docência nos cursos de Turismo e Hotelaria, na FARGS, iniciei a orientação de trabalhos de conclusão dos cursos de Turismo e Hotelaria em empreendimentos dos Caminhos Rurais, em que o contato com a área de estudo foi se tornando efetivo. Tal contato resultou num vínculo comprometido com aquelas comunidades, construído e fortalecido pela responsabilidade assumida pelos pesquisadores através das IES – FARGS e UFRGS – no intuito de gerar intervenções e dar retorno do resultado alcançado pelas pesquisas<sup>2</sup>.

A partir das experiências vividas nesse período, construiu-se a proposta dessa tese, que busca avaliar a sustentabilidade ou insustentabilidade do turismo no espaço rural, considerando a construção e aplicação de indicadores elaborados na interface com a agricultura e o ambiente. A possibilidade de diferentes recortes em uma pesquisa reforça a ideia de alcançar o objetivo-fim, dando conta de dimensões da totalidade que foi proposta como objeto de estudo.

Diante de tal realidade, pretende-se realizar a análise espaço-temporal baseada na funcionalidade das propriedades nos Caminhos Rurais de Porto Alegre, definindo uma periodização de acordo com as mudanças ocorridas nas suas formas de produção e organização socioeconômica; identificar a origem das formas organizativas estabelecidas, mais especificamente o associativismo; analisar as propriedades rurais a partir da sua reorganização com a entrada das atividades não-agrícolas, diversificação da produção e comercialização; avaliar a percepção ambiental do

---

<sup>2</sup> VIEIRA, Tatiana Cardoso. **Caminhos Rurais de Porto Alegre: roteiro de agroecoturismo para Alliance Agência de Turismo**, 2006; OLIVEIRA, Vera Lúcia Bueno. **Divulgação Alternativa de um Refúgio Rural no Meio Urbano**. 2007; SILVA, Fernanda Cabral da. **Ecoturismo e as percepções ambientais: caso do Sítio Ecoextrema**. 2008; BONES, Fernanda da Silva. **Qualificação do produto turístico Sítio dos Herdeiros: uma contribuição para os Caminhos Rurais**. 2008; SCHUH, Juliana. **Práticas Ambientais em Meio de Hospedagem Rural**, 2009. LOPES, Daiana Soares. **Guia Explicativo para o Sítio do Tio Juca**, 2010. Ainda no intuito de desenvolver a pesquisa envolvida em intervenções a exemplo da participação como pesquisadora na Pesquisa de Demanda Turística Potencial do Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre/RS e na coordenação da Pesquisa Percepção Ambiental: o olhar do turista sobre os Caminhos Rurais de Porto Alegre/RS, 2009, FARGS/POA. Em 2010, coordenação dos projetos Entre o rural e o urbano: em busca de uma vida sustentável, desenvolvido no Colégio Estadual Florinda Tubino Sampaio e o projeto Conheça o espaço rural da sua cidade, FARGS. Execução prevista para 2011, TBL MTUR e COODESTUR, mapeamento dos empreendimentos e definição de capacidade de carga nos estabelecimentos turísticos, anexo 1 A e B matéria relativa a trabalhos citados.

visitante, do agenciador e dos proprietários sobre os Caminhos Rurais de Porto Alegre; construir indicadores de sustentabilidade ambiental a partir das diferentes percepções e da análise histórica das propriedades na articulação com indicadores já sistematizados e avaliar a sustentabilidade do turismo no espaço rural na sua interface com a agricultura e o ambiente, utilizando os referidos indicadores.

O turismo no espaço rural se constrói como um segmento alternativo, trazendo como proposta uma nova forma de desenvolvimento da prática social do turismo. Nesse sentido, a percepção do visitante, do habitante local e dos agenciadores é fundamental para pensar o desenvolvimento desta atividade com sustentabilidade. Entender a percepção ambiental, pela população que o frequenta, o visita e o comercializa como produto turístico, constitui-se um importante instrumento para a construção de indicadores que permitam a análise da sustentabilidade do turismo nos Caminhos Rurais de Porto Alegre.

## 2 UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA PARA LEITURA DO ESPAÇO TURÍSTICO

A temática do turismo em Geografia é relativamente recente, tornando-se importante nas décadas de 1960 e 1970 com a consolidação do turismo de massa nos países centrais e periféricos, principalmente em decorrência das manifestações geradas pelos impactos ambientais causados por essa atividade.

O turismo é uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas, tendo o espaço geográfico como seu principal objeto de consumo (CRUZ, 2001, p. 5). Este, ao ser apropriado e reorganizado pela atividade turística, se torna um espaço turístico, entendido como uma invenção e criação da sociedade. Estudar a reorganização espacial advinda das intervenções realizadas pelo turismo consiste, então, em captar a dinâmica do espaço turístico, mediante os processos sociais que o criaram.

Para Milton Santos (1985, p. 49),

[...] estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço.

Ainda, nas palavras do autor, a paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente. As formas da paisagem não correspondem, portanto, a uma ideia de finalização, mas à de transformação, estando, necessariamente, impregnadas de conteúdo existencial, são formas de identidade e de memória (LEITE. M.A.F.P. 2003, p. 434). Os fatos registrados na paisagem estão, intimamente, relacionados ao estilo de vida de grupos sociais, que, com diferentes interesses no seu dinamismo cotidiano, constroem suas vidas através de interações sociais ocorridas ao longo do tempo.

Santos (2003, p. 51), ao discutir essa ideia, fala de processo e da sua relevância, quando a análise possui uma dimensão temporal, e variados fatores, de maior ou menor duração ou efeito sobre a área considerada, proporcionam a compreensão da organização espacial. Ele acrescenta que, para entendê-la na sua totalidade, precisamos buscar maneiras de dissecá-la através dos conceitos de forma,

função e estrutura, usados como categorias primárias na compreensão da sua atual organização.

As categorias de análise espacial forma, função, estrutura e processo, indicadas por Santos (2003, p. 51), são também discutidas por Rodrigues (2001, p. 118). A autora, ao abordar o estudo do espaço turístico, considera a complexidade do turismo como fenômeno social nos seus aspectos econômico, político, social e cultural, que se materializam no território através de um sistema de objetos articulados a um sistema de ações.

Tomando o modelo de análise espacial proposto por Rodrigues (2001, p. 118), a primeira categoria indicada diz respeito à paisagem, à forma, ou seja, à fisionomia do espaço sendo considerada como acúmulo de tempos. É o resultado dos movimentos da população resultantes das formas de produção, das normatizações, das suas possibilidades de geração de renda, que configuram a materialidade expressa no espaço. Associada à forma, pode-se considerar a função.

Através da categoria função enfocamos o papel de cada elemento do espaço, de uma perspectiva sincrônica – os homens, as firmas, as instituições, a infraestrutura e o meio ecológico. Focaliza, então, num recorte de espaço tempo a oferta, a demanda, as populações fixas e flutuantes, as infraestruturas, as superestruturas, as empresas e as instituições.

Essa perspectiva sincrônica, referida pela autora, expressa a funcionalidade apresentada em uma determinada porção do espaço geográfico em um dado momento. A funcionalidade revela a estrutura.

Na categoria estrutura buscamos o entendimento da ação e interação de todos os elementos num dado território. Cada elemento contém o outro e é por ele contido numa interação dialética. Quando um deles muda, toda a estrutura sofre alterações. Esse entendimento, quando feito diacronicamente, responde pela categoria processo, que também contempla as horizontalidades às articulações espaciais dadas pelo conjunto dos lugares – e as verticalidades – que buscam a compreensão dos lugares num conjunto mais amplo, ditado atualmente pelo processo de globalização.

A análise espacial, realizada em uma perspectiva diacrônica, transita, necessariamente, pela compreensão das diferentes situações socioeconômicas responsáveis pelas rupturas ocorridas ao longo do tempo, seja pelas atividades econômicas, pelo uso do solo, pelas transformações no ambiente; seja de igual importância, pelas formas organizativas.

Ao seu tempo, Pierre George já considera que o espaço é o estruturador geográfico das sociedades na história. É o que permite periodizá-la e qualificá-la segundo suas fases de organização no tempo. Em cada uma dessas formas de sociedade, a técnica aparece como o elo do homem com o meio natural (MOREIRA, 2008, p.33).

A periodização é necessária, visto que a apropriação do espaço é diferenciada nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso e de organização espacial, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da Nação; certamente, as feições regionais (SANTOS & SILVEIRA, 2003, p. 20).

As transformações, entendidas também como rupturas com vistas à periodização ao longo do processo histórico, evidenciam verticalidades expressas nos interesses externos mediados pelo estado, interesses do capital a exemplo do turismo, que gera novas funções no espaço geográfico, onde agentes externos produzem efeitos que podem ser desejados, instituindo-se relações de convivência pacífica e coexistência comunitária. As ações que ocorrem no local podem ser aceitas ou simplesmente rejeitadas pelos agentes locais, as horizontalidades.

Os conceitos apresentados são necessários para a compreensão das formas organizativas e funções presentes nos espaços resultantes da organização da sociedade ao longo do tempo. Podemos afirmar que o espaço reflete os diferentes tempos nas suas representações, pelas diferentes idades entre os elementos que se formam, assumindo novas funções.

Para Santos (1985, p. 54), o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. Tal concepção encontra eco em Suertegaray (2005, p. 49), para quem a história constitui o fundamento da explicação na medida em que os processos se refundam e produzem tanto natureza como espaço geográfico.

O espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, em um determinado momento histórico como um processo que se define como social e histórico, o que significa que há uma interação necessária entre espaço e sociedade. Nessa linha de reflexão, pode-se dizer que a produção da vida não envolve apenas a reprodução de



bens para satisfação das necessidades materiais; envolve também a produção da humanidade do homem – o que significa que é o espaço social, de realização do ser social ao longo do processo histórico (CARLOS, 2001, p. 63-4) enquanto espaço de identidade, detentor de patrimônio ambiental. Acrescente-se, a esse respeito, a apropriação capitalista deste pelo turismo, que implica o uso das virtualidades do espaço não diretamente afetadas, com o fim de gerar bens materiais, espaços de lazer, de vivências, e de trocas de experiências.

Para realizar a leitura geográfica do espaço turístico sob diferentes dimensões, levando em consideração a sua complexidade, é importante lembrar o que diz Suertegaray (2005, p. 49) quando se refere à expressão de espaço geográfico como uno e múltiplo,

[...] significa dizer que podemos ler o espaço através de vários conceitos operacionais como paisagem, região, território, entre outros. Experimentar a possibilidade de diferentes leituras. Embora conceba uno e múltiplo é possível utilizar os conceitos operacionais em separado, mas quando necessário fazer as conexões.

Nessa concepção, esses conceitos operacionais são possibilidades diferenciadas de leitura do espaço geográfico; porém, entende-se que cada um dos conceitos está contido nos demais. Ou seja, paisagem contém territórios e/ou regiões que contém lugares, que contêm ambientes; valendo para cada um todas as conexões possíveis (SUERTEGARAY, 2000, p. 31).

Sob outra visão, Milton Santos (1997) concebe espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo as ações entendidas como os movimentos da sociedade ao longo do tempo, e os objetos como a materialidade definida enquanto paisagem. Se o espaço geográfico é um conjunto indissociável, os demais conceitos, como território, paisagem e lugar, constituem-se como porções do espaço.

Nesta perspectiva, o conceito norteador desta tese será o de espaço geográfico, e a análise ambiental proposta será mediada pelos conceitos operacionais – paisagem, território e ambiente.

Em Santos (1978, 1982, 1985 e 1986, 1997, p. 51), o conceito principal é o de espaço geográfico. Em *Metamorfozes do espaço habitado*, o autor considera o espaço como sistema de objetos associado a um sistema de ações, caracterizando-o através

do método dialético. Fica evidente o movimento do espaço na interação técnica, trabalho, Estado, mercado. Esta é uma maneira de explicar o espaço, destacando a sua diversidade, concebido como um conjunto indissociável de objetos e ações, manifestados através de processos e funções, paisagem como forma expressa através da materialização do espaço geográfico.

O turismo utiliza o conceito de paisagem no intuito de valorar o visível; todavia, utiliza os conceitos de região e território para explicar as questões de identidade e roteirização, definindo a apropriação das diferentes porções do espaço geográfico.

O conceito de território é basilar para a operacionalização do inventário da oferta turística, que se constitui como um dos passos para o planejamento e operacionalização dos Macroprogramas do Plano Nacional de Turismo (Manual do Pesquisador – Inventário da Oferta Turística/Ministério do Turismo, 2006).

O turismo é um fenômeno social, e a sua inserção é capaz de promover grandes transformações no espaço geográfico. Os diferentes lugares do mundo podem ver suas particularidades sendo diluídas pela padronização global. Em nenhum momento histórico vimos tamanha complexidade cultural, em que o global está no local, e o local, no global. Hoje os lugares mais distantes dos grandes centros urbanos apresentam características do espaço mundial globalizado.

Essas evidências alertam para a dificuldade de se livrar das grandes organizações e reorganizar a sociedade, onde sejam atendidas as necessidades da população. Se, por um lado, é quase impossível viver em pequenas comunidades baseadas na cooperação e solidariedade; por outro, a irracionalidade do sistema de competição ameaça a humanidade e a qualidade de vida.

Seremos nós capazes de construir formas de organização e de relacionamentos sociais que comportem, ao mesmo tempo, um mínimo de planejamento e organização com o máximo de espaço para a criatividade de indivíduos solidários e responsáveis?

A apropriação do espaço pela prática social do turismo requer uma combinação metodológica capaz de dar conta da complexidade que se apresenta quando surge a intenção de desvendar e compreender o espaço turístico. Espaço, paisagem, território e ambiente são conceitos utilizados pela ciência geográfica com a intenção de expressar a relação entre sociedade e natureza no âmbito das ciências humanas. São categorias concebidas por alguns autores como diferenciadas.

Suertegaray (2005, p. 48), por sua vez, concebe o espaço geográfico como uno e múltiplo. Segundo a autora, ele pode ser lido a partir de conceitos operacionais, que permitem focá-lo sob diferentes perspectivas – conceitos como paisagem, território, ambiente possibilitam leituras diversas.

A prática do turismo é tida como grande consumidora do espaço. Compreende-se, porém, que as maiores alterações e produções do espaço turístico ocorrem nos polos emissores e receptores. No entanto, não podemos relegar ao segundo plano toda necessidade de organização de infraestrutura para o deslocamento entre esses polos, ou ainda todos os fluxos que se estabelecem, criando um novo ritmo nesses lugares, a partir das relações criadas entre turistas e residentes. Além disso, para o residente, muitas vezes tal atividade não agrega, ou ainda pode ser motivo de eliminação das atividades econômicas já existentes, criando uma nova lógica para os lugares.

Se o planejamento turístico pressupõe o desenvolvimento local a partir de atividades que atendam aos anseios das populações residentes e dos turistas, para o poder público, o grande desafio é prover oportunidade de acesso às experiências relacionadas ao turismo para maior número de pessoas. Entretanto, para ampliar o acesso de uma parcela maior da população às atividades de turismo e lazer, são necessárias intervenções para qualificar a oferta turística. Contrapondo-se a tudo isso, no turismo sustentável é tomada a diretriz, “de conservação e prevenção em relação à descaracterização dos locais que pela sua beleza cênica, pela herança cultural se constituem como atrativos turísticos” (RUSCHMANN, 1997, p. 87). Trata-se de tarefa bastante complicada, mas o turismo, se bem planejado, é uma maneira eficaz de oferecer uma alternativa digna de conquistar autonomia e uma vida melhor às comunidades locais.

Os referenciais teóricos que tratam de turismo sustentável indicam a necessidade de um novo direcionamento no seu planejamento, em que sua implantação promova um desenvolvimento equilibrado entre as potencialidades, a oferta turística apresentada pelo lugar e os projetos criados pelos empreendimentos turísticos, valorizando os residentes com a sua autenticidade e mantendo a estabilidade do patrimônio ambiental.

Entretanto, para o turismo ser uma prática humanizante, é necessário investigar e compreender as diferentes leituras do local aos olhos dos diferentes

sujeitos que compõem esta rede de relações e de interesses que se estabelecem na efetivação da prática turística. Sobretudo porque, nessa rede, os vários sujeitos sociais são considerados ativos na apropriação do espaço pelo turismo.

Dito isso, acredita-se que as percepções dos cidadãos que planejam e agenciam, dos que visitam e daqueles que vivem no local são indispensáveis para promover o desenvolvimento turístico sustentável. Trata-se de promover uma compreensão geográfica que dialogue com conceitos de espaço geográfico que poderão, numa primeira impressão, indicar contradição; se observados em âmbito totalizante, no entanto, constituem as dimensões da complexidade.

Neste caso, a abordagem de espaço geográfico na conexão com paisagem aqui apresentada busca o diálogo entre a concepção do espaço enquanto “mundo vivido”, percebido e experienciado (RELFH, 1979, p. 3-4) e espaço enquanto sistema de objetos mediado pelo sistema de ações, onde a paisagem é a materialidade em uma determinada porção do espaço, resultado de diferentes momentos, carregada de significados (SANTOS, 1997).

Ao referir-se ao mundo vivido, Relfh (1979, p. 3-4) considera que este não é algo óbvio, e os seus significados não se apresentam por si mesmos, mas devem ser descobertos (RELFH, 1979, p. 3-4). Portanto, mais do que a soma dos objetos representados pela forma, este mundo vivido e percebido revela as subjetividades de cada um que o vive e o percebe – expressas nas relações e organizações da sociedade.

Milton Santos (1997, p. 26-7) afirma que o espaço é este conjunto indissociável de objetos mais a vida que o anima: a sociedade em movimento. A interpretação materialista da espacialidade tem por base que essa é “socialmente produzida, que se apresentam através de formas substanciais – materialidades concretas – e um conjunto de relações entre os sujeitos sociais uma “corporificação” e um meio da própria vida social” (SOJA, 1993, p. 147). Nesta visão, a paisagem não é fixa, mas está em constante transformação, adequando-se às necessidades e interesses também mutáveis. O conteúdo não é independente da forma, cada forma contém frações da sociedade em movimento (SANTOS, 1997, p.26-7).

Nesta linha de pensamento, o turismo assume importância como atividade capaz de resgatar da memória individual e coletiva os significados deste espaço vivido na intenção de apresentá-los, realimentando o imaginário das áreas rurais.

Pode-se, então, aproximar o espaço e a paisagem, dando-lhes os significados que lhes são próprios, através da sua transformação em lugares, do morador e do visitante.

Cada forma é composta de experiência pessoal, de modos de vida, de história da organização social e produtiva. As imagens são reveladoras de situações que, mesmo presentes na memória individual e coletiva, adquirem sentido quando reveladas pelo turismo. E, quando o objetivo é desvendá-las através de sua leitura, o significado das paisagens passa a ter enorme relevância.

As paisagens, entendidas como cenários e/ou forma no meio rural, também se constituem como significantes das vivências cotidianas. Para o turismo, é um recurso valioso, constituindo-se como atrativo. Os turistas são motivados a buscar o espaço rural, principalmente pela necessidade de mudança de ambiente, onde seja possível encontrar estilos de vida saudáveis, contato com áreas naturais relativamente preservadas e com a rotina do meio rural. As paisagens carregam suas marcas e seu dinamismo e são capazes de demonstrar o passado e o presente, aliando os resultados do trabalho da natureza e do trabalho da sociedade na criação e recriação dos lugares.

No intuito de contextualizar, é importante destacar que a formação do território brasileiro esteve fortemente relacionada ao desenvolvimento de atividades primárias. No momento atual, a produção agropecuária é importante no país, o que o classifica como agroexportador e indica a importância das atividades agrícolas e pecuárias na economia nacional. Atualmente, com expansão da urbanização, em que 86,12% da população (IBGE/2009) vivem nas cidades, identifica-se um grande potencial para o desenvolvimento do turismo no meio rural, tanto pelo percentual de áreas rurais ou que possuem características rurais, como pelas necessidades que passa a ter a população que vive no meio urbano e que procura o distanciamento das cidades nas áreas rurais para aliviar o estresse cotidiano.

No estado do Rio Grande do Sul, isso não foi diferente. A pecuária e a agricultura ocuparam um papel de destaque na sua ocupação e formação territorial, sendo que, assim como ocorre em outros estados do Brasil a partir de meados do século XX, o desenvolvimento rural também esteve ligado ao desenvolvimento das atividades agropecuárias. Neste contexto, as atividades turísticas no meio rural surgem no Brasil a partir dos anos de 1980, com indícios apontando sua origem vinculada à cidade de Lages, em Santa Catarina (OLIVEIRA, 2002).

No Rio Grande do Sul, a prática do turismo em áreas rurais passa a ser registrada em 1983 no município de Lavras do Sul, cuja paisagem, desenhada por colinas suaves em meio a áreas planas e vegetação rasteira, somada a atividades econômicas ligadas à pecuária, contribuiu para estimular o turismo rural no estado.

Ao se caracterizar o Rio Grande do Sul, é comum atribuir um relativo destaque ao seu caráter rural, o que provê um terreno fértil às atividades turísticas no espaço rural. Além disso, o território gaúcho apresenta uma diversidade tanto paisagística como cultural, favorecendo a prática do turismo em áreas rurais.

A atual capital do Rio Grande do Sul também retrata, nas suas raízes, a formação de estâncias, onde se desenvolvem atividades agropecuárias. Com seu parcelamento, há uma nova configuração territorial através de chácaras e sítios onde, inicialmente, apenas atividades agropecuárias eram desenvolvidas. Atualmente associam-se a estas as atividades não agrícolas. Consta em registros da EMATER/RS que Porto Alegre é reconhecida como a segunda capital brasileira com maior área rural, superada apenas por Palmas, no Tocantins.

No período atual a área com características rurais na capital do Rio Grande do Sul, conforme dados dos órgãos oficiais, atinge cerca de 30% do território do município, que totaliza 476,30 km<sup>2</sup> (Censo IBGE/2000).

## **2.1 O caminho alternativo como possibilidade na análise da complexidade do turismo no espaço rural**

É preciso andar na margem [...] onde a razão gosta de estar em perigo.

G. Bachelard

O que é bem conhecido, justamente por ser bem conhecido, não é conhecido.

G. W. F. Hegel

A definição do método fundamenta-se nas referências/experiências que compõem o saber, mas principalmente naquilo que, por entender que conhecemos, nos conduz a muitos questionamentos.

Portanto, se a razão em determinadas situações remete à dúvida, andar à margem e buscar alternativas para construir conhecimento pode se constituir como fonte do saber.

As reflexões sobre a prática social do turismo no espaço rural e a sua sustentabilidade provocam muitos questionamentos. A atividade turística inventa e reinventa o espaço, transformando-o em espaço turístico. Nessa dinâmica, o ambiente é transformado, gerando impactos sociais, naturais e culturais, promovendo modificações e criando condições de comodidade e segurança para o turista. Essas transformações ocorrem em um ambiente configurado por comportamentos, valores e saberes, bem como potenciais produtivos (LEFF, 2001, p. 160). É um ambiente socioeconômico que se constitui em uma perspectiva totalizante.

Entretanto, ao incluir os turistas, coloca à margem os herdeiros do lugar. Ao mesmo tempo, aqueles que por ali passam (os turistas), ou que chegam para desfrutar ou usar fugazmente o espaço com suas paisagens, podem ser aqueles que, ao trocar experiências e gerar novos saberes, se tornam, também, sujeitos na construção de um novo caminho.

Um estudo sobre o fenômeno turístico, a partir do qual se pretende compreender os movimentos sociais e a constituição de novos arranjos espaciais, considerando sua complexidade, pressupõe a compreensão de crises ocorridas no contexto do sistema capitalista e das reorientações advindas destas, na composição da construção de uma nova forma de ação ou uma nova “racionalidade ambiental” (LEFF, 2001, p. 84).

Para Leff (2001, p. 84), a consideração dos processos ecológicos dentro da dinâmica do capital obriga a repensar o conceito de força produtiva para incorporar o potencial produtivo dos ecossistemas. Por sua vez, essa opção enriquece o conceito de formação social ao conceber as formações ideológicas e as práticas produtivas das comunidades como uma nova rede de relações socioambientais.

Nesta perspectiva, o conhecimento, a tecnologia e as novas formulações teóricas que se constroem neste processo promovem rupturas, construções paradigmáticas dando suporte a uma *racionalidade social alternativa* (LEFF, 2001, p. 84).

Se o processo histórico é fruto das construções sociais, é nele que a racionalidade social alternativa vai se delineando e, ao mesmo tempo, transformando

e sendo transformada pelo modo de vida das comunidades. Então, neste âmbito, diferentes conhecimentos conjugados constroem novos valores.

Na construção analítica desta tese, busca-se o caminho alternativo, compreendido na sua totalidade pelas diferentes abordagens metodológicas que se combinam ao uso de diferentes técnicas. Estas, em suas articulações, procuram elucidar questões sobre a sustentabilidade e/ou insustentabilidade na complexidade do espaço geográfico, onde se desenvolve o turismo, através da análise dos princípios e práticas de produção, das formas de trabalho, das relações dos agricultores com o ambiente, com a agricultura e com o turismo, da comercialização, e, com base nestes, o modo de vida e como se dá o agenciamento do turismo em áreas rurais.

Portanto, se as práticas a serem analisadas se constituem alternativas, a sua leitura e a sua explicação também conduzem a métodos alternativos que dialoguem com a realidade na sua especificidade. Os métodos alternativos podem ser válidos quando são capazes de dar respostas a questionamentos voltados para uma realidade específica. Na busca de um caminho alternativo, organizou-se o esquema metodológico (Figura 1), onde se esboça, de forma orgânica, o caminho construído para a análise que se pretende realizar.



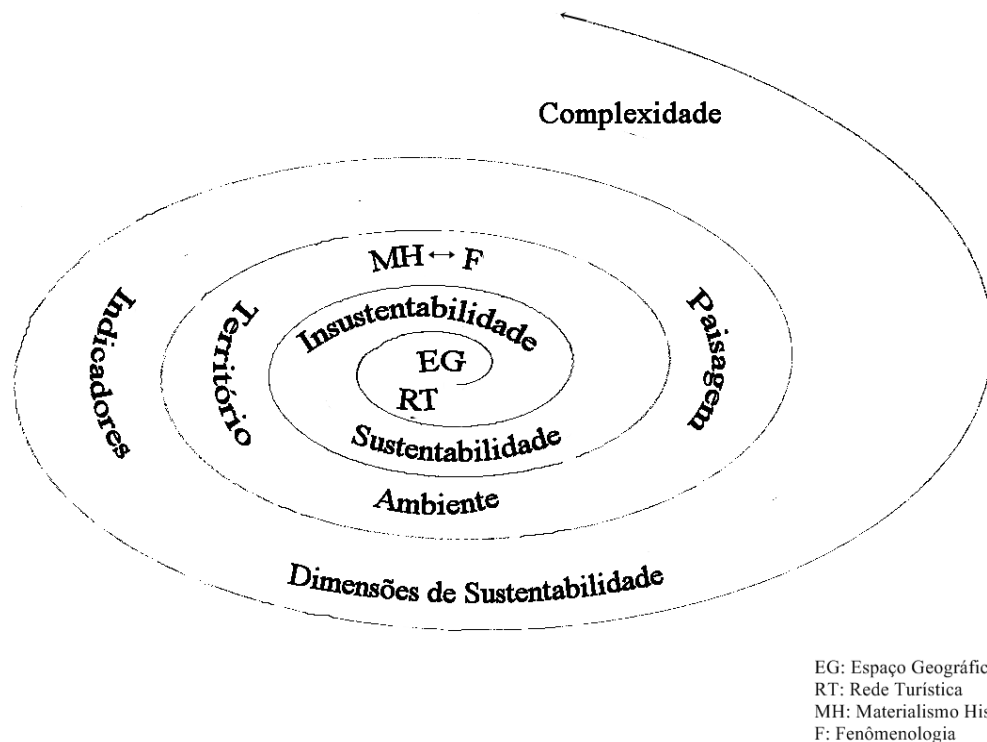


Figura 1 – Esquema Metodológico Alternativo

Parte-se nesta construção do jogo dialético entre sustentabilidade e insustentabilidade e busca-se, através deste caminho, construir indicadores ambientais de sustentabilidade turística por meio da análise de práticas alternativas na sua relação com uma presumível insustentabilidade. Para tanto, escolheu-se trabalhar com a ideia-princípio da complexidade “o que é tecido junto”. Essa concepção encontra eco em Morin (2003) para quem uma análise conjuntiva pode dar conta do diálogo dos saberes e da transgressão para além dos limites das diferentes ciências. Entretanto, pela sua dimensionalidade, a fragmentação do todo em diferentes partes, para fins de análise, certamente parece ser uma condição necessária para encontrar algumas dimensões entre as desejadas.

Nesta concepção, todo conhecimento necessita de conjunção. Promover a conjunção, para Leff (2001) significa exercer a transdisciplinariedade, ação de valorização e reflexão integrada do conhecimento nas diferentes formas e áreas do saber. Ou, dito de outra forma, uma análise conjuntiva requer a possibilidade de mais de um método. Se este é um exercício possível, nesta tese pretende-se um diálogo

entre o materialismo histórico (dialética histórica) e a fenomenologia, entendidos como formas de dialogar com a realidade social.

Enquanto dialética, o processo histórico e as contradições, em cada contexto e no todo, são fundamentais para a análise crítica das interações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza. Estas, por sua vez, são mediadas pelas concepções de mundo traduzidas nas atividades produtivas e nas relações sociais que, ao se materializarem na paisagem, impactam no ambiente (positivo/negativo), compreendido nas suas dimensões econômica, social e constituído pelas condições ecológicas de produtividade e regeneração. Ao mesmo tempo, está sujeito às formas de troca de matéria e energia; consequentemente, aos impactos ambientais, um processo enquanto conjunto de tempos que nunca se esgotam, porque, mesmo gerando rupturas, promovem movimento contínuo.

Neste sentido, a apreensão do modo de vida das populações, envolvidas nas práticas que vinculam agricultura e turismo, a necessidade de reconhecer a vivência cotidiana dos sujeitos envolvidos no processo turístico conduz a uma análise do espaço vivido, interpretado através do método fenomenológico. Este método se faz necessário para entender como os diferentes sujeitos envolvidos na rede do turismo pensam o espaço em conexão com o ambiente.

O objeto central da análise é a rede turística em um espaço rural. A rede turística é compreendida como um conjunto complexo em que se estabelecem conexões constantes entre os diferentes agentes para viabilizar turismo. Quanto ao turismo rural, identifica-se uma imprecisão a respeito dos conceitos que são atribuídos a este segmento do turismo e, em uma abrangência maior, turismo em áreas rurais ou turismo no espaço rural, havendo, muitas vezes, a sobreposição desses conceitos.

A análise do turismo levando em consideração o desenvolvimento rural, realizada por autores como Cals, Capellà e Vaqué (1995), recomenda como mais apropriado referir-se à totalidade dos movimentos turísticos no meio rural ou em áreas rurais.

Em inúmeras obras, o conceito identificado com turismo rural apresenta-se confundido com o que se entende por turismo no espaço rural – o que aqui nos interessa especialmente. O primeiro requer a necessidade de estar inserido em uma área classificada como rural – ou ainda com características rurais – e a agropecuária

ser a atividade principal da propriedade onde se dão as atividades turísticas. O segundo comporta vários outros conceitos de cuja clareza pretendemos nos encarregar no decorrer dessa tese.

Diante da compreensão que tenho dos diferentes segmentos de turismo desenvolvidos nos caminhos rurais, o mais sensato é tratá-lo como turismo no espaço rural, visto que a análise é realizada no âmbito da ciência geográfica. Nessa, o conceito principal é o de espaço geográfico, ou em áreas rurais, como assim o entendeu o poder público por ocasião da criação dos caminhos rurais no município.

Cabe considerar ainda que, na abrangência das propriedades rurais, identificam-se, conforme classificação apresentada pela COODESTUR/2009, três segmentos turísticos: o ecoturismo, o turismo de estudos e intercâmbios e o turismo rural com base nos marcos conceituais do MTUR/2009.

Para analisar a sustentabilidade do turismo em áreas rurais, tomam-se por referência o conceito de espaço geográfico e os conceitos de ambiente, paisagem e território em articulação. Estes são conceitos que possibilitam diferentes leituras quando usados para análise dos resultados da ação do homem na natureza ao longo de sua construção espaço-temporal.

Na perspectiva aqui construída, a história não é pensada apenas na intenção de compreender o passado, mas também o seu devir. Portanto, toma-se como pressuposto a complexidade não-linear, ou seja, a unidade dos contrários (DEMO, 2008, p.30-6). Considera-se aqui espaço geográfico como formas representativas de relações sociais do passado e do presente, manifestadas através de processos e funções e paisagem, como espaço percebido e resultado cumulativo de diferentes tempos (SANTOS, 1985, p.49-53).

Já a categoria *território* é tomada na intenção de identificar novas territorialidades que, criadas no contexto da hegemonia capitalista, que exclui grande parcela da população da sua dinâmica econômica dominante, reagem à globalização, criam novas formas de organização territorial através de mudanças no seu modo de vida. Essas novas territorialidades são, segundo Haesbaert (2002, p. 123), reveladoras da formação de redes locais e possuem potencial para propor organizações alternativas.

O conceito de ambiente aborda a “transfiguração da natureza”, em que o homem, sujeito das transformações, é entendido como um ser social, considerado produto e produtor de modificações espaciais (SUERTEGARAY, 2005, p. 56).

Ao tratar de ambiente, buscam-se retratar questões e tensões ambientais, em um movimento constante de modificação da sociedade e da natureza. Na sua essência, está o significado da interface entre sociedade e natureza e aí também estão representados os diferentes modos de vida.

As transformações que as comunidades adotam, nos seus modos de viver, através de suas construções paradigmáticas na busca da sustentabilidade, constituem-se de espaços em construção, territorialidades em formação, ambientes em transfiguração e representam uma racionalidade social alternativa (LEFF, 2001, p. 78).

Interessam, nesta pesquisa, as técnicas quantitativas e qualitativas, em que a partir das informações trabalhadas realizar-se-á uma análise visando à possibilidade da sustentabilidade ambiental em espaços onde se desenvolvem práticas turísticas vinculadas à agricultura alternativa (agroecológica). Busca-se criar indicadores para a aferição da sustentabilidade do turismo no espaço rural.

## **2.2 Sustentabilidade e/ou insustentabilidade?**

Os estudos sobre turismo, ao longo do seu desenvolvimento, têm priorizado os aspectos econômicos. Porém, esta atividade alcança enormes dimensões que devem ser tratadas na sua complexidade. O grande desafio é desvendar o conceito de sustentabilidade e, igualmente importante, procurar compreender o entendimento que os vários sujeitos têm sobre este conceito a partir da sua realidade. Portanto, a sustentabilidade ambiental deve ser praticada e analisada em suas várias dimensões, como a ecológica, a social e a econômica, através de ações conjuntas com todos os envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo.

Neste momento de discussões sobre desenvolvimento sustentável, chega-se à conclusão de que a literatura apresenta uma grande diversidade de formulações e definições sobre sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade foi criado no começo da década de

1980 por Lester Brown, fundador do Instituto Worldwatch, que definiu a sociedade sustentável como aquela que é capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras, este usado posteriormente no Relatório de Brundtland para apresentar a noção de desenvolvimento sustentável<sup>3</sup> (CAPRA, 2002, p. 237-8). Porém, o que fica evidente é que, mesmo depois de aproximadamente três décadas, estamos distantes de um consenso sobre o conceito clássico de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade.

O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que se tornou recorrente entre distintos segmentos da sociedade, gera questionamentos e o aprofundamento da discussão sobre as suas interpretações, o seu verdadeiro significado e mais distante ainda a sua operacionalização.

A grande questão que se constrói a partir das formulações e interpretações sobre desenvolvimento sustentável é como operacionalizar o desenvolvimento sustentável? Que instrumentos podem ser usados para ajustar os interesses econômicos, sociais e ambientais no sentido mais amplo do termo, no intuito de alcançar a sustentabilidade? E ainda, como avaliar sustentabilidade ou insustentabilidade?

Embora teoricamente existam aproximadamente 160 conceitos de desenvolvimento sustentável, o que parece necessário é procurar buscar o equilíbrio entre as diferentes dimensões de sustentabilidade incluídas nos diferentes conceitos elaborados nas últimas décadas, em que são apresentadas as dimensões ecológica, econômica e social.

Na dimensão ecológica, a sustentabilidade implica a conservação no tempo das características fundamentais dos ecossistemas na sua interação com as atividades produtivas. É evidente que apenas uma pequena parcela dos elementos da natureza ainda se mantém preservada e não destinada ao uso, seja o uso dela sustentável ou não.

A sustentabilidade econômica, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, resulta do desenvolvimento econômico e pressupõe estruturas capazes de proporcionar rentabilidade estável no tempo e uma distribuição mais equitativa da renda, com controle social e estatal sobre os diferentes usos que se estabelecem. Já a sustentabilidade social está relacionada às organizações sociais e produtivas compatíveis com a cultura local e com os valores éticos dos sujeitos envolvidos, bem como à distribuição equânime dos benefícios

---

<sup>3</sup> Este foi apresentado como um conceito amplo com vistas ao desenvolvimento econômico e social (VEIGA, 2006, p. 113).

alcançados. Se aparentemente estas dimensões são conflitantes, são, ao mesmo tempo, interdependentes e importantes para o alcance da sustentabilidade.

A operacionalização da sustentabilidade também tem sido motivo de preocupação. Alguns instrumentos mais abrangentes são verificados desde agendas e acordos internacionais até ações que se desenvolvem no local, como, por exemplo, protocolos internacionais, Agendas 21, gestão ambiental, ações ambientais, regulações ambientais, entre outros. Se a gestão ambiental ou a adoção de práticas ou ações ambientais se constituem como instrumentos para a operacionalização do desenvolvimento sustentável, é possível, através do monitoramento ambiental, realizar o estudo e acompanhamento contínuo e sistemático de fenômenos cujas condições desejamos identificar, avaliar e comparar. Desta forma, é possível estudar as tendências ao longo do tempo, ou seja, verificar as condições passadas e presentes e prospectando situações possíveis para o futuro.

O monitoramento adquiriu relevância, pois através dele identificam-se a complexidade dos fenômenos e as formas de tratá-lo com vistas à sustentabilidade. Uma ação de monitoramento deve estabelecer metas de curto e longo prazo. O monitoramento de curto prazo avalia o estado em que determinado ambiente se encontra no momento previsto para análise ou ainda as suas variações em um período definido que apresente resultados imediatos. Já um monitoramento em prazo ampliado fornece informações resultantes de avaliações contínuas e sistemáticas, em que os resultados adquirem maior confiabilidade e as variações do período podem orientar tanto estudos em tempo real como projetar tendências e subsidiar planejamentos para o fim desejado.

Visto que o monitoramento deve constituir um acompanhamento contínuo e sistemático no desenvolvimento do turismo, permite, através dos instrumentos utilizados, a verificação das intervenções realizadas pelos empreendedores ou através de políticas públicas. No turismo, é fundamental que haja monitoramento nos processos de planejamento e/ou gestão das atividades, pois é através dele que os gestores/empreendedores podem verificar os resultados alcançados pelos projetos e ações e identificar a existência de avanço em direção aos objetivos previamente estabelecidos.

O monitoramento ambiental pode ser realizado com o uso de tecnologias –simples ou sofisticadas – com indicadores de sustentabilidade ambiental, simples ou complexos, com uso de conhecimento da comunidade envolvida e o técnico-científico. Esse envolvimento da comunidade possibilita o desenvolvimento de um método participante e a avaliação do ambiente, construindo dados fundamentais para análise, planejamento ou ajustes desse, além

de se tornar um método educativo (SEIFFERT, 2007, p. 213-5). Desta forma, o monitoramento deve ser um processo contínuo para a realização e o alcance dos princípios de sustentabilidade do turismo (UNEP/WTO, 2005).

A análise do fenômeno turístico revela a complexidade das atividades implicadas em seu desenvolvimento, particularmente quando este se propõe sustentável. No que trata da sustentabilidade, sua análise, a princípio, pressupõe três dimensões: a ambiental/ecológica, a social e a econômica. Mas se o ambiente é a transfiguração da natureza em que o homem se inclui não como um ser naturalizado, mas social, produto e produtor de tensões sociais (SUERTEGARAY, 1999, p. 56-8), o ambiente, enquanto conceito operacional destinado à leitura do espaço turístico, abarca a totalidade do fenômeno.

Nesta perspectiva, espera-se gerar, com este processo de pesquisa, a proposição e a reflexão sobre o uso de indicadores de sustentabilidade, entendendo-o como importante instrumento para o monitoramento estratégico do desenvolvimento turístico sustentável. O termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Os indicadores podem informar uma determinada situação, mas também podem passar a ideia de percepção de uma tendência ou fenômeno detectado imediatamente (HAMMOND, 1995).

O uso de indicadores no âmbito da Geografia tem sua aplicação recorrente quando as aferições objetivam escalas geográficas com dimensões amplas a exemplo de PIB per capita, índices demográficos, IDH, entre outros. Segundo Clitia Martins (2005, p. 27), os indicadores sociais tiveram sua etapa de fundação nos anos de 1960, de crescimento nos anos de 1970 e a de estagnação nos anos de 1980. Da década de 1990 em diante, observa-se uma retomada da investigação sobre o tema, porém com outras bases. Ocorre uma reconsideração sobre os conceitos de bem-estar e qualidade de vida, ligados agora a uma visão ambiental, ou seja, integrando as dimensões social, econômica e ecológica do desenvolvimento sustentável.

Ainda de acordo com Martins, a Organização das Nações Unidas ONU, na década de 1970, utilizava-se desses indicadores para estabelecer parâmetros de comparação entre os países membros da ONU (MARTINS, 2005). Na década de 1980, esse tipo de pesquisa social perde parcialmente a importância devido às críticas, tecidas por conservadores, ao modelo Welfare State, em vários países capitalistas (MARTINS, 2005, p. 27). Já no decorrer dos anos de 1990, a Declaração do Milênio, com o apoio de 191 países, determina o compromisso compartilhado com a sustentabilidade do planeta e propõe a redução da extrema pobreza e da fome no mundo até 2015.

O Brasil foi signatário da declaração, que é o maior instrumento de políticas públicas posto a serviço da sociedade civil e do planejamento do país, dos estados e municípios, além de um chamamento à cidadania para a superação de suas adversidades na próxima década. Essas metas são monitoradas por indicadores que abarcam desde questões como fome e miséria até questões ambientais (SANTAGADA, 2004).

De acordo com Tunstall (1994), em síntese, são apresentadas as principais funções dos indicadores:

- avaliação de condições e tendências;
- comparação entre lugares e situações;
- avaliação de condições e tendências em relação aos objetivos e às metas;
- fornecimento de informações de alerta ou advertência;
- antecipação e prevenção de condições e tendências.

Para Marzall (1999), um indicador é apenas uma medida, não um instrumento de previsão ou uma medida estatística definitiva, tampouco uma evidência de causalidade. O indicador apenas constata uma dada situação.

Nesta concepção, dada a situação, cabe ao observador, no seu exercício de análise, usar estes instrumentos que aparentemente demonstram limitações, porque refletem aspectos parciais da realidade, tratando-os de forma relativa no contexto da análise. Ainda cabe destacar que os indicadores podem se constituir como mais um instrumento em uma análise ambiental. Com essa compreensão, vale dizer que um indicador comunica a realidade, mas sem isenção, carregado de subjetividade. Isto ocorre principalmente quando os indicadores são qualitativos, e sua seleção e validação se faz através de processos participativos, em que se considera a percepção dos sujeitos envolvidos sobre a realidade pesquisada.

O momento atual permite reflexões sobre o significado dos lugares como reveladores de situações que ocorrem em diferentes escalas e diferentes dimensões. Por conseguinte, o uso de indicadores é um instrumento relevante para o monitoramento do processo de desenvolvimento do turismo com base local, caracterizando-se como um elemento fundamental para gestão da sustentabilidade da prática do turismo.



O indicador traz, na sua essência, a capacidade de revelar e resumir informações sobre os fenômenos. Pode ser definido como um modo de representação de características e propriedades de uma dada realidade que tem por objetivo a avaliação, tendo como parâmetro a transformação desejada naquela realidade ao longo do tempo (OBSERVATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA, 2004).

Para Hanai e Espíndola, o uso de indicadores, como medidor de processo do desenvolvimento sustentável, tem funções que foram destacadas em autores como (WATSON & COLE, 1992; GALLOPÍN, 1996; FRAUSTO MARTÍNEZ, 2005):

- reconhecer metas e objetivos, mostrando se as condições em relação às finalidades de gestão estão sendo atingidas e satisfeitas;
- sinalizar a necessidade de ações corretivas da estratégia de gestão;
- subsidiar o processo de tomada de decisão, proporcionando informação relevante;
- para apoiar a implementação de políticas em diferentes níveis;
- tornar-se a base para o gerenciamento dos impactos ambientais (avaliar a eficiência de várias alternativas);
- refletir a condição geral de um sistema, permitindo análise comparativa no tempo e no espaço (situações e locais);
- antecipar situações futuras de risco e conflito.

A dimensão assumida pelo monitoramento com indicadores permite afirmar que, dada a complexidade que se apresenta quando se trata de sustentabilidade e turismo, a sua avaliação pressupõe hierarquização de prioridades e uma relativa diversidade de indicadores. Esses são agrupados com base em atributos – ecológicos, econômicos e sociais.

Entre os ecológicos, tem-se o ambiente como transfiguração da natureza, através da adoção de sistemas produtivos alternativos, práticas ambientais e a conservação ambiental. Entre os econômicos, consideram-se a diversificação das atividades para geração de renda e a solidez da rentabilidade sustentada no tempo. Entre os sociais encontram-se a equidade na distribuição dos benefícios gerados pelas atividades produtivas e a autonomia dos sujeitos sociais na construção de suas vidas com inclusão social.

Sobre a aplicação de indicadores, há a necessidade de definir quantos indicadores formarão o conjunto, quais os fatores a serem considerados como prioritários e, os princípios de sustentabilidade que estão na base do processo, tomados como norteadores do mesmo (MARZALL, 1999).

O capítulo 40 da *Agenda 21*, prevendo a necessidade de informação sobre o desenvolvimento sustentável, diz: “É necessário, pois, elaborar indicadores de desenvolvimento sustentável, a fim de que eles constituam uma base útil à tomada de decisão a todos os níveis.”

Com o propósito de definir indicadores de sustentabilidade para o turismo, em 1996 a OMT (Organização Mundial do Turismo) os apresenta da seguinte maneira: proteção do lugar, pressão, intensidade de uso, impacto ambiental, controle de desenvolvimento, gestão de resíduos, processo de planificação, ecossistemas críticos, satisfação do turista, satisfação da população local, a partir destes é possível identificar situações específicas e necessidades de parâmetros para monitoramento e gestão do turismo. Para tanto, toma-se uma composição de indicadores para formação de indicadores compostos, alguns já definidos pela OMT em 1996.

Aproximadamente uma década depois, a OMT (2005) propôs diversos indicadores básicos e específicos com grande abrangência, que se distribuem nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural: bem-estar das comunidades receptoras, conservação do patrimônio natural e cultural, participação comunitária no turismo, satisfação dos turistas, saúde e segurança, distribuição dos benefícios econômicos do turismo, gestão dos recursos naturais, limitação do impacto ambiental do turismo, controle das atividades turísticas, organização e controle do lugar turístico.

No caso específico desta tese, parece relevante estender a análise para a composição de indicadores para além do turismo, abarcando também indicadores de sustentabilidade relativos à agricultura, e estes na sua interface com o ambiente, visto que o turismo no espaço rural tem se constituído como mais uma atividade na composição de práticas e renda gerada na propriedade. Sendo assim, tomando por base sua complexidade, é oportuno, nesta construção, considerar os indicadores oriundos destas áreas específicas e gerar indicadores compostos, a partir da articulação entre esses.

Para a agricultura, consideram-se indicadores formulados por grupo técnico da EMBRAPA/2003, atividades por propriedade, tecnologias adotadas, variação da produtividade ao longo do tempo, mão de obra especializada/não qualificada, renda familiar, manutenção dos valores culturais, agrotóxicos, volume de água, açude, curso de água,

escolaridade, tipo de moradia, mão de obra familiar ou contratante/contratada, número de trabalhadores, subsistência e renda, adoção de práticas conservacionistas, benfeitorias na propriedade (MARQUES, SKORUPA, FERRAZ, 2003, p. 67-70). A conjunção desses indicadores já sistematizados nos referenciais da agricultura e do turismo, articulados aos indicadores que resultam dessa pesquisa são utilizados como instrumento para análise ambiental, com vistas à sustentabilidade do turismo.

### ***2.2.1 A complexidade do turismo é tecida em rede***

Para Andrade (1997, p. 38), “Turismo é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento”.

Observar o que se passa na complexidade do turismo nos conduz à busca de um caminho de compreensão desta complexidade, que nos leva “a repensar o ser do mundo complexo, para, a partir daí, abrir novas pistas para o saber no sentido da reconstrução e da reapropriação do mundo” (LEFF, 2001, p. 191). Trata-se aqui de refletir sobre a complexidade presente na rede turística, em que se estabelecem complexas interações e conexões; em um conjunto ora perfeitamente identificado, ora com enormes contradições, em que o todo é produto e produtor das partes que interagem.

As relações complexas se estabelecem entre os diferentes agentes que compõem a rede turística ou a cadeia produtiva do turismo. Definem-se pelas articulações entre sociedade, organizações, Estado, entre outros. Estas são uma condição necessária para o desenvolvimento da atividade turística. Nesta complexidade está o ambiente apropriado pelo turismo na sua multi dimensionalidade.

Percebe-se, então, que essa rede, enquanto é tecida, preocupa-se enormemente com a sua dimensão que será revertida em benefício econômico. No entanto, as dimensões que se refletem no ambiente, em seus aspectos social e natural, ficam como algo que precisa ser alcançado, idealizado, faz parte da retórica, mas não se

materializa na realidade, naquele momento. São sempre jogadas para o futuro, porque no contexto do sistema capitalista, na hierarquia de valores, na seleção de prioridades, a dimensão econômica sempre adquire centralidade.

Diante dessa problemática, em se tratando da complexidade ambiental, é necessário que se defina a sua apreensão a partir do ser e no ser, afastando-se de uma forma mais simplificada (LEFF, 2001, p. 193). O já referido autor chamou a atenção para a necessidade de construir uma explicação sobre a complexidade ambiental que considere, conjuntamente, a questão do ser no tempo e do conhecer na história. Sintetizando, é um saber ambiental que permite a compreensão do ser e dos objetos, no mundo economicizado, organizado na lógica da modernidade.

Nesta linha de pensamento, os problemas ambientais e os impactos que advêm destes nos conduzem ao questionamento do mundo construído em um modelo epistemológico que buscou a uniformidade. A complexidade ambiental abre uma nova reflexão sobre o ser, o saber e o conhecer, sobre a hibridização de conhecimentos; sobre o diálogo de saberes e a inserção da subjetividade, dos valores e dos interesses nas tomadas de decisão e nas estratégias de apropriação ambiental (LEFF, 2001, p. 195).

Assim, é criada a possibilidade de caminhos alternativos na compreensão de realidades complexas. Nestas se tecem redes imbricadas pela geração de renda, mas através de construções sociais que combinam relações entre indivíduos ou locais, ou ainda a relação entre agência e estrutura, buscando a interação entre as partes e o todo, ou entre o individual e o grupal ou institucional (MOREIRA & SOUZA, 2002), em um cenário cada vez mais interconectado por relações, informações, interesses, entre outros. É em relação a essa rede de inter-relações, internas ou externas, implícitas ou explícitas que o conjunto de relações será sempre complexo.

### *2.2.2 Caminhos/circuitos e segmentos na estruturação da oferta turística*

O conceito de caminho turístico aqui expresso é sintetizado a partir das diferentes construções no campo do turismo. Caminho turístico é diferente de circuito turístico, já que corresponde a ligações internas em áreas municipais. Esses caminhos promovem os trajetos

entre as atrações existentes dentro do limite do município, que pode compor elementos da oferta turística de um setor específico ou até mesmo entre diferentes setores ou segmentos do turismo.

O circuito turístico, por sua vez, permite a expansão para além do limite municipal e corresponde às ligações entre a oferta turística de dois ou mais municípios que apresentem características de complementaridade. Por conseguinte, nesta tese, a classificação aceita para a área de estudo é a de caminho turístico, na sua especificidade, os caminhos rurais. Toma-se como referência a Figura 4, com a representação dos empreendimentos turísticos que formam os Caminhos Rurais de Porto Alegre, sendo que a sua totalidade está na abrangência do limite municipal.

Os caminhos turísticos, assim como os circuitos turísticos, representam hoje uma possibilidade de roteiros turísticos diversificados. Sendo assim, o espaço e as paisagens tornam-se recursos turísticos. Na apropriação destes, para composição de caminhos e circuitos, o que os diferencia se refere à escala, dada a abrangência que atingem no âmbito municipal ou entre municípios.

A formação dos caminhos, através de diferentes roteiros, pressupõe estratégias de planejamento que consideram interesses, necessidades e desejos da sociedade envolvida. Esse planejamento, ao promover a transformação do espaço em espaço turístico, promove modificações socioespaciais na formatação da oferta, com novos arranjos produtivos e sociais decorrentes das demandas externas e da infraestrutura. Às vezes motivados por interesses externos, que não incluem a população local e nada acrescentam em termos de experiência ao turista, tais arranjos podem se restringir ao favorecimento de interesses econômicos.

A localização desses caminhos, quando se dá no entorno de áreas densamente urbanizadas, torna o espaço vulnerável à especulação imobiliária. Conforme a cidade cresce, há um avanço da construção de condomínios residenciais e sítios de lazer em direção a essas áreas que passam a oferecer melhores condições em relação à infraestrutura e aos serviços.

O desenvolvimento do turismo exige precaução, visto que, ao apropriar-se dos lugares que se constituem diferenciais, por isso interessam ao turista, acaba transformando-os para ser “comercializáveis”, nos padrões de “conforto e qualidade de vida” do mundo moderno (RODRIGUES, 1999, p. 49). No entanto, o desenvolvimento do turismo pode ser considerado uma via de mão dupla, pois a sua

voracidade em consumir porções do espaço e da paisagem confunde-se com a necessidade de preservá-la, porque tanto necessita garantir conforto e segurança ao turista, como também precisa conservar o ambiente, vislumbrando o futuro da prática social do turismo.

As paisagens do meio rural são um recurso valioso como atrativo turístico. O que motiva o turista a buscar o espaço rural é principalmente a necessidade de mudança de ambiente, à procura de um lugar considerado autêntico e natural, com alimentos saudáveis, estilo de vida diferente, ar puro, contato com cheiros e sons da natureza e com a rotina da vida no campo que, ao longo do tempo, modelam as paisagens. Estas carregam as suas marcas e o seu dinamismo e são capazes de demonstrar o passado e o presente, aliando os resultados do trabalho da natureza ao trabalho da sociedade na criação e recriação dos lugares.

A apropriação do espaço geográfico para a estruturação da oferta turística busca, entre outras possibilidades, atender a diversidade de demanda. Neste sentido, utilizam-se instrumentos como a roteirização e a segmentação turística. Um roteiro é um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que o formam. Para a formação de um roteiro, em que se pretende o desenvolvimento do turismo com sustentabilidade, adotam-se métodos participativos. Estes visam propor, aos diversos atores envolvidos com o turismo, orientações para a constituição dos roteiros turísticos. Essas orientações irão auxiliar na integração e organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo, resultando na consolidação dos produtos de uma determinada região.

A elaboração dos roteiros turísticos deve ter como base a *oferta turística efetiva e/ou a demanda turística efetiva ou potencial*. Sua *operacionalização* deve ser feita por meio da promoção e da comercialização. É necessário que haja um equilíbrio entre a preservação dos recursos e sua utilização, promovendo a conservação ambiental, dos elementos naturais ou socioculturais.

Para iniciar o processo de roteirização, antes de tudo, é necessário que se conheça a situação atual da região turística, e, em especial, a situação dos municípios com potencial para integrar roteiros turísticos, estes podem alcançar composições que chegam à abrangência municipal, ou ainda entre dois ou mais municípios. A ação de diagnosticar a oferta turística, e

a situação da região de uma forma ampla, tem por objetivo conhecer a realidade local e de seu mercado turístico.

Os produtos e roteiros turísticos, de modo geral, são definidos em função da oferta e da demanda, de modo a caracterizar segmentos turísticos específicos. Para que um produto tenha qualidade e durabilidade, é essencial que ele seja estruturado, levando em consideração os princípios da sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica.

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento e gestão e, principalmente, para fins de mercado. Podem ser estabelecidos a partir de elementos de identidade da oferta em um determinado território ou pelas características e variáveis da demanda. O motivo da viagem é entendido como um meio fundamental para segmentar o mercado.

A demanda turística é bastante heterogênea. E no momento atual, o aumento do acesso à informação e aos meios que possibilitam o deslocamento, associado à disponibilidade das pessoas para viajar, por diferentes motivações, desejos e necessidades, tem gerado um significativo incremento nos interesses da sociedade para prática do turismo.

Se a demanda é diversa, os produtos e serviços oferecidos também o são. Neste contexto de heterogeneidade, procura-se identificar grupos que compartilham motivações e preferências e que, de uma forma geral, apresentam um perfil relativamente homogêneo.

A OMT/2003 considera oportuno segmentar o mercado turístico, agrupando-o de acordo com quatro critérios: demográfico, geográfico, psicográfico e comportamental. No demográfico, consideram-se idade, gênero, estado civil, renda, escolaridade, profissão, entre outros. O critério geográfico trata dos elementos geográficos, como clima, relevo, vegetação e de categorias como região. No psicográfico, identificam-se personalidade, estilo de vida, motivações, valores e atitudes. E no comportamental, o conhecimento, a experiência, etc. Esses critérios são recomendados como parâmetro internacional para segmentação. Outros critérios são usados para realidades específicas.

De acordo com os critérios adotados pelo Ministério do Turismo no Brasil, são relacionados 12 segmentos turísticos: turismo de sol e praia, turismo rural, turismo de negócios e eventos, ecoturismo, turismo cultural, turismo de saúde, turismo de pesca, turismo náutico, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de

esportes, turismo de aventura e turismo social (MTUR/2010). Entre esses, serão apresentados e discutidos os conceitos de ecoturismo, turismo rural e turismo de estudos e intercâmbio, tomando como referência os marcos conceituais do Ministério do Turismo/2010.

Ecoturismo é o segmento da atividade turística que “utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. Este segmento é caracterizado pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Ou seja, assenta-se sobre o tripé interpretação, conservação e sustentabilidade. Assim, o ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental. Deste modo, o Ecoturismo está diretamente relacionado ao conceito de turismo sustentável, que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Assim, contempla a gestão dos recursos econômicos e sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida.

O Turismo de Estudos e Intercâmbio constitui-se da “movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional”. Entre as principais modalidades destacam-se o intercâmbio estudantil – ensino regular de nível fundamental e médio; o intercâmbio universitário – graduação e pós-graduação; o intercâmbio esportivo; os cursos de idioma português; os cursos técnicos e profissionalizantes; os estágios profissionais; as visitas técnicas e pesquisas científicas.

O Turismo Rural define-se como “as atividades turísticas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio natural e cultural da comunidade”.

O espaço rural pode ser bem aproveitado para o turismo. Não só as propriedades, como também os atrativos e produtos existentes no campo podem ser uma opção para os turistas e uma oportunidade para os que nele vivem: bebidas e alimentos in natura – cereais, peixes, frutas, legumes, verduras orgânicas – ou processados – vinho, doce, mel, pão, embutidos; artesanato e outros produtos associados ao turismo; criação de animais; atividades equestres e de pesca; atividades de ecoturismo, esportes de aventura, caminhadas; atividades



pedagógicas no ambiente rural; manifestação folclórica, música, dança, tradições religiosas; gastronomia, saberes e fazeres locais; atividades recreativas no meio rural; visitação a propriedades rurais, casas de cultura e ao patrimônio em geral. Na abrangência do turismo rural, entre as suas subdivisões, figura o Turismo Agroecológico que traz, na sua essência, além das características do turismo rural, três elementos fundamentais para este enquadramento: a vivência rural fundamentada nos princípios da agroecologia; o conhecimento técnico-científico associado aos saberes tradicionais e a atividade turística, nestes espaços, o turismo apresenta a vivência e a experiência no desenvolvimento da agricultura familiar ecológica e sustentável, levando a seus visitantes experiências únicas de educação ambiental.

O turismo rural se constitui como um segmento do turismo que valoriza o patrimônio material e imaterial dos lugares ao apropriar-se deles. O público predominante nesse tipo de turismo é proveniente das áreas urbanas. Há evidências de que estes normalmente são residentes de lugares que se distanciam do local de visitação em um raio de aproximadamente 150 km. Com relação a essa modalidade de turismo, o Brasil está colocado em uma importante posição, pois se encontra entre as primeiras posições, ao lado de países como Portugal e Argentina.

No Brasil, há registros de que quinze (15) estados desenvolvem o turismo rural. O desenvolvimento do turismo rural adquire importância no território brasileiro, devido à sua base agropecuária, tendo, portanto, o elemento fundamental para esta prática do turismo. É uma atividade que promove o desenvolvimento rural, entendida como capaz de agregar renda em áreas rurais. Outros efeitos importantes que podem ser atribuídos ao turismo rural são a manutenção das famílias no campo e a conservação ambiental. A formação do produto toma como parâmetro o bem receber, o atendimento na casa do proprietário rural, as atividades agropecuárias e a rotina da vida no campo.

### **2.3 Turismo: trajetórias e interfaces**

O turismo, como uma prática com a finalidade de desfrute do tempo livre, originou-se no século XIX e consolidou-se no século XX, fruto da sociedade industrial. Porém, a partir da Segunda Guerra Mundial, três aspectos foram

fundamentais para sua evolução: a produtividade empresarial, o poder de compra e o bem-estar resultante da restauração da paz no mundo (FOURASTIÉ, 1979).

A prática do turismo, desenvolvida à luz dos princípios da modernidade, promoveu o avanço do turismo de massa<sup>4</sup>, que ocorreu paralelamente ao aumento da disponibilidade de tempo livre para o lazer. Entre os anos de 1950 e 1970, houve a massificação da atividade, quando os voos charters e os “pacotes turísticos” conduziram milhares de pessoas às partes mais remotas do planeta, além de conduzi-las a localidades nos próprios países emissores, modalidade conhecida como turismo interno (RUSCHMANN, 1997, p.15).

A Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo faz referência a uma percepção favorável em relação ao setor de turismo no Brasil que na perspectiva econômica pode ser verificada no faturamento que, nos últimos anos, apresentou uma tendência de expansão. A variação média percentual foi de 24,1%, em 2004; 17,3% em 2005; 29,3% em 2006; 14,8% em 2007 e 26,7% em 2008 (EBAPE-FGV-MTUR), onde se identifica um crescimento, com algumas oscilações. O turismo cresceu 76% em cinco anos e gerou 900 mil empregos no mesmo período, de 2000 a 2005 (IBGE/2009).

O estudo sobre a Economia do Turismo no Brasil, realizado pelo IBGE/2009, informa que, no ano de 2006, as Atividades Características do Turismo (ACT) geraram um valor de produção de R\$149 642 bilhões. Em termos sociais, ao se constituir, exclusivamente, como atividades prestadoras de serviços, sua participação no total do valor da produção gerado pelo setor de serviços foi de 7,1%. Na comparação com a totalidade da economia brasileira, este valor representou 3,6% do PIB brasileiro em 2006.

Outro dado relevante, levantado em 2006, é que 5,7 milhões de pessoas trabalham em atividades relacionadas ao turismo, representando 10,1% dos ocupados no setor de serviços e 6,1% dos trabalhadores do país. O total de rendimentos pagos pelas ACT é de R\$ 31,34 bilhões, representando 3,23% dos rendimentos pagos pelo conjunto da economia brasileira e 4,6% do setor de serviços.

A sociedade do século XXI, caracterizada como sociedade de consumo, da cultura de massas, da informação e da comunicação, tem intensificado o crescimento do turismo no espaço mundial. Porém, ao mesmo tempo em que cresce o turismo de

---

<sup>4</sup> É uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade, bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem (CRUZ, 2001, p. 6).

massa, cresce um segmento de turistas que apresenta demandas por experiências turísticas de melhor qualidade, destacando-se a busca do convívio com as comunidades locais e dos lugares com autenticidade cultural e natural.

O turismo no espaço rural também tem seu início no século XIX. Para alguns seu início ocorreu na Europa, mais especificamente na Alemanha. Entretanto, estudos realizados por Portuguez (1999) registram os Estados Unidos como o lugar de origem do turismo rural. Na Alemanha, o advento da Revolução Industrial teria motivado os turistas a buscarem lugares afastados dos centros urbanos, como fazendas no espaço rural. Este, para os visitantes, constitui-se como uma alternativa de lazer, principalmente no período de férias escolares e para os fazendeiros uma possibilidade de agregar renda.

Já nos Estados Unidos, conforme descreve Portuguez (1999), muitos viajantes circulavam nas regiões pouco povoadas do país; entretanto, não existiam locais apropriados para repouso. É provável que as hospedagens tenham surgido com a presença de caçadores e pescadores que se deslocavam por estas regiões e precisavam pernoitar em ranchos que encontravam pelo caminho. Estes serviços prestados eventualmente passam a constituir-se como uma possibilidade de geração de renda. Desta forma, começam a se desenvolver serviços de hospedagem unidos a outras atividades de lazer como visitas guiadas e cavalgadas, dando origem ao turismo no espaço rural.

A década de 1970-1980 foi o momento de alerta e de questionamento sobre o desenvolvimento alcançado pelo turismo de massa, em função dos impactos gerados pelo crescimento das atividades turísticas. Na década de 1990, estendendo-se ao início do século XXI, crescem, em relação ao turismo de massa, as modalidades de segmentos de turismo alternativo<sup>5</sup>, entre estas, o turismo no espaço rural.

Neste contexto, a OMT define o turismo sustentável como aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro do turismo (OMT, 2003, p. 24). Nesta perspectiva, amplia-se a área do turismo, em que estão envolvidos muitos segmentos que têm como elemento áreas naturais ou rurais. Inscreve-se nesta o turismo ecológico, o

---

<sup>5</sup>É uma expressão criada para categorizar modalidades de turismo que, do ponto de vista de seu objeto de consumo e da sua forma de consumo do espaço, se contrapõem ao chamado turismo de massa (CRUZ, 2011, p. 6).

ecoturismo e o turismo rural, que são algumas denominações atribuídas a estes segmentos do turismo.

O turismo no espaço rural teve recentemente um crescimento significativo, apresentando taxas de 18 a 23% ao ano (TURISMO EM NÚMEROS, 2007). Para os segmentos de turismo que ocorrem em áreas naturais, a década de 1990 do século XX constituiu-se como um marco para o crescimento destas viagens turísticas. Porém, há que se considerar a importância neste processo de articulações, acordos e movimentos, no que se refere à pauta ambiental, ocorridos no planeta a partir da década de 1970.

A Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, na década de 1970, contou com representantes de 113 países. Os países desenvolvidos defendiam um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais. Já os países em desenvolvimento construíam seus argumentos relativos aos problemas sociais em decorrência da necessidade de desenvolver-se economicamente e chamavam a atenção da população mundial para medidas preventivas que deveriam ser implementadas em um curto prazo para evitar questões ambientais.

Como resultados dessa conferência, surgem duas construções importantes para o futuro do planeta. A primeira foi a produção de um Plano de Ação Mundial, que previa o uso racional dos recursos e a melhoria ambiental. A segunda foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA). Outro acontecimento relevante foi o início das discussões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

Na década de 1980, é registrado pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, no documento denominado I Estratégia Mundial para Conservação. Em 1987, a publicação do Relatório de Brundtland, denominado Nosso Futuro Comum, traz duas contribuições importantes. Primeiro, faz referência às desigualdades existentes entre os países, considerando a pobreza uma das principais causas dos problemas ambientais. Segundo, traz no âmbito deste documento o conceito de desenvolvimento sustentável e contribui para sua divulgação em escala planetária. Além disso, nessa década surge efetivamente uma regulamentação, principalmente em aspectos relativos à poluição e ao crescimento da obrigatoriedade

dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental EIA-RIMA que, inclusive no Brasil, esta exigência ocorre na década de 1980.

Na década de 1990, presencia-se um grande crescimento da consciência ambiental em diferentes partes do mundo. Diante de alguns prognósticos mais pessimistas, em relação ao futuro da vida no planeta, surge a necessidade de repensar o desenvolvimento. Neste contexto a sociedade passa a se preocupar com a qualidade ambiental, que passa a ser recorrente na produção científica e no cotidiano das pessoas.

Em 1992, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também chamada de ECO 92. Nessa ocasião participaram 182 países. Como resultado desta conferência, foram aprovados cinco acordos internacionais: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21, Convenção sobre Mudanças Climáticas, Convenção sobre Diversidade Biológica e Declaração de Florestas. Dentre estes, destaca-se, como forma de operacionalização do desenvolvimento sustentável, a Agenda 21.

Neste processo, desenvolvido ao longo de aproximadamente três décadas, cria-se um contexto em que multiplicam-se formas de organização da sociedade relacionadas às lutas ambientais; ampliam-se as regulações ambientais e o controle sobre as mesmas; crescem em número e qualidade de gestão as instituições públicas voltadas ao meio ambiente; e a iniciativa privada também busca a adaptação, em virtude de pressões exercidas pelos vários atores envolvidos nesta preocupação com as questões ambientais. Neste contexto de modismo ou de direito a um ambiente com qualidade, crescem as práticas de turismo na interface com a natureza. Portanto, certamente esse crescimento está vinculado ao momento histórico vivenciado nas últimas décadas do século XX.

O crescimento do turismo no espaço rural também é fruto deste momento histórico; porém, a década de 1960 demarca a sua projeção no espaço mundial. Estas modalidades de turismo tiveram sua origem no século XIX com o advento da Revolução Industrial, acompanhada do processo de urbanização. Neste contexto, principalmente as famílias desenvolveram o hábito de visitar familiares e amigos, distanciando-se da rotina urbana. No entanto, o turismo no espaço rural se apresenta como estratégias de desenvolvimento local em muitas nações hoje desenvolvidas,

como países da Europa e os Estados Unidos (MATTEI, 2004), principalmente pelo aumento dos fluxos turísticos em busca desses destinos nas últimas décadas.

### ***2.3.1 O espaço rural: da modernização da agricultura ao desenvolvimento das atividades não agrícolas***

A modernização da agricultura, a partir da década de 1970, promoveu verdadeiras transformações no espaço rural brasileiro, traduzidas através da incorporação de terras e das transformações da base técnica de produção. Essa nova base produtiva alterou as relações sociais, gerando uma reestruturação no campo por meio de novas atividades e relações que resultaram na expansão do modo capitalista de produção para as áreas rurais.

Na década de 1980, os estudos sobre a modernização da agricultura faziam considerações sobre os pacotes tecnológicos, os conflitos sociais, a exclusão social, a degradação ambiental e o uso da terra no meio rural. A esses, e não menos importantes, aliaram-se questionamentos sobre a política agrícola brasileira e sobre a forma como esta privilegiava os cultivos de exportação em detrimento dos produtos de consumo interno. Também era motivo de preocupação a migração de grande parcela da população que, expropriada ou excluída do campo, buscavam as cidades. Além desses tantos fatores, também tem grande relevância o modelo de desenvolvimento, focado na industrialização, que contribuiu fortemente para esvaziar as áreas rurais, tanto de população quanto de atividades.

A modernização da agricultura deve ser considerada como apenas uma parte do processo de expansão do sistema capitalista que atingiu o campo brasileiro. Tal sistema, enquanto produtor de mercadorias, através da apropriação da natureza, reveste-se de um caráter destrutivo, que chama a atenção para a interação entre sociedade e a natureza e para a necessidade de redirecionamento deste processo através de uma reconstrução das bases do processo produtivo.

O momento atual, caracterizado pela globalização da economia, acelera o processo de apropriação dos recursos naturais, produzindo pobreza e exclusão,

através da destruição de identidades culturais e da desorganização da sociedade. Mas, lembrando Leff (2001, p. 59),

[...] ao mesmo tempo, cria-se um processo de democratização com formas alternativas de organização da sociedade civil, abrindo canais de participação objetivando a reconstrução das condições de sobrevivência e cidadania, reorientando o desenvolvimento humano.

É nesta perspectiva que me parece relevante e oportuno falar sobre uma modalidade do turismo, entendido como alternativo, e que tem buscado, na sua construção e desenvolvimento, orientações que o direcionam para construção de relações solidárias e para uma nova racionalidade ambiental<sup>6</sup>.

O turismo tornou-se um fenômeno em expansão no contexto da sociedade moderna e está marcado pela pluralidade de formas alternativas que crescem rapidamente, contrapondo-se ao turismo convencional. É neste sentido que assume grande importância o turismo no espaço rural, sendo este capaz de promover uma nova organização nas áreas rurais produtivas, através da diversificação de suas atividades e geração de renda no meio rural.

Considera-se que um problema encontrado, quando se trata do turismo rural ou turismo em áreas rurais, diz respeito a sua base conceitual. Cals, Capellà e Vaqué (1995, p. 23) consideram mais apropriado referir-se à totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural ou em áreas rurais.

Porém, reservam o conceito de 'Turismo Rural' para aquelas atividades que, em maior medida, identificam-se com as especificidades da vida rural, seu hábitat, sua economia e sua cultura. Neste caso, trata-se de turismo em meio rural ou em áreas rurais, dando conta de uma diversidade de segmentos turísticos como turismo rural, agroecoturismo [...].

Para Benevides (1999, p.27),

O turismo rural e ecológico se insere numa lógica oposta aos modelos hegemônicos de turismo, constituindo "novas territorialidades possíveis, onde afloram outras subjetividades, [...], como empreendimentos não agenciados pela lei do valor".

---

<sup>6</sup>É o resultado de um conjunto de significações, normas, valores, interesses e ações socioculturais; é a expressão do conflito entre o uso da lei (do mercado) por uma classe, a busca do bem comum com a intervenção do Estado e a participação da sociedade civil num processo de reapropriação da natureza, orientando seus valores e potenciais para um desenvolvimento sustentável e democrático (LEFF, 2001, p. 143).

No artigo 1º do Decreto-Lei nº 169/97, Turismo no espaço rural consiste o conjunto de atividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.

Essa modalidade de turismo está normatizada pelo Decreto Regulamentar nº37/97 que observa as diferentes atividades e serviços que se desenvolvem no âmbito da prática do turismo no espaço rural. Neste, consta o estabelecimento de procedimentos em relação ao pedido de autorização para o funcionamento das diferentes modalidades de turismo no espaço rural em propriedades particulares, visando à obtenção de licença, assim como os requisitos mínimos de instalação e funcionamento. Esta forma de regulamentação tem como objetivo manter as características das residências e/ou propriedades particulares e ao mesmo tempo criar as condições de comodidade e segurança para o desenvolvimento do turismo (QUINTAS, 2000, p. 214).

A implantação do turismo em áreas rurais ou em propriedades rurais objetiva a manutenção das atividades agrícolas e/ou agropecuárias, porém cria uma nova fonte de renda às atividades já existentes, gera novos empregos, além de proporcionar a manutenção da família no meio rural. Esta atividade, não raras vezes, tem sua origem ligada às crises econômicas, entendendo-se aqui também a crise na agropecuária ou em certas áreas que, com o avanço da agricultura moderna, passam por uma situação de decadência ou depressão. Nesta perspectiva, cria-se uma atividade alternativa que, ao mesmo tempo, impulsiona o surgimento de várias outras atividades no meio rural.

A prática social do turismo no espaço rural, quando devidamente planejada, pode reanimar áreas estagnadas e promover o desenvolvimento local, conservando atividades agropecuárias já existentes nas propriedades, já que, para o desenvolvimento deste tipo de turismo, os maiores atrativos, são as atividades econômicas e culturais já enraizadas na localidade, bem como os elementos da natureza.

O desenvolvimento da atividade pressupõe a preservação do patrimônio natural e cultural, pois o turista que busca o meio rural quer encontrar situações que resgatem a identidade local, através do contato com a natureza, o artesanato, a



arquitetura, a música, a contação de histórias, as lidas campeiras, onde passa a vivenciar situações que, muitas vezes, fazem parte do seu passado, ou que são desejadas pela sua consciência ambiental. Portanto, estes segmentos de turismo que se apropriam e ressignificam o espaço rural seguem seus princípios quando são criados com responsabilidade socioambiental, o que pressupõe a inclusão e a participação da comunidade local, o desenvolvimento das atividades turísticas com o mínimo de impacto ambiental e a diversificação das atividades desenvolvidas no meio rural, promovendo o resgate da sustentabilidade das propriedades rurais produtivas.

Cals, Capellà e Vaqué (1995, p. 10-1) argumentam:

O crescimento da demanda do turismo rural deve inscrever-se dentro do amplo fenômeno de conscientização e reivindicação ecológica em que vivem as sociedades avançadas e altamente urbanizadas nestes últimos anos do século XX. É uma resposta à degradação do meio ambiente em escala planetária e de marginalização do não-urbano.

O turismo é uma prática social que se reveste de uma enorme complexidade. É nesta que há a produção e reformulação do espaço natural ou do espaço anteriormente ocupado. A prática do turismo é tida como grande consumidora do espaço, criando um novo ritmo nos lugares, a partir das relações criadas entre os turistas e os residentes, ou seja, cria uma nova lógica para os lugares.

O desenvolvimento do turismo como prática humanizante proporciona a participação dos cidadãos que vivem cotidianamente no lugar, seja este o seu espaço de trabalho, de lazer ou de residência. Cabe destacar a importância do turismo como atividade capaz de promover o desenvolvimento do lugar em diferentes dimensões:

Econômica: aumento da renda da comunidade pela diversidade produtiva e de serviços que se criam ou se vinculam à atividade turística.

Social: geração de novos empregos que absorvem a população rural, evitando o êxodo rural.

Cultural: conforme a modalidade de turismo que se instala, os empreendedores precisam manter as suas raízes culturais, os seus costumes e o estilo de vida, pois este se constitui como um importante atrativo na constituição da oferta turística.

Preservação: nesta podem-se incluir os aspectos naturais e culturais; tanto no primeiro como no segundo, os elementos da natureza e da cultura, ao se constituírem

como atrativos precisam ser conservados para se manterem ao longo do tempo. Neste sentido, as comunidades podem ser beneficiadas.

### ***2.3.2 Um novo rural que se constrói através das atividades não agrícolas e de uma nova agricultura***

No século XXI, passamos a ter limitações para fazer referência a urbano e rural. Afinal, o que se entende como rural? Tomando como fundamento a definição oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos que rural é toda área ou espaço físico localizado fora do que é definido como perímetro urbano. Porém, percebemos que este limite não é rígido.

Duas considerações podem ser feitas no que se refere à interação entre urbano e rural.

Em primeiro lugar, é possível dizer que espacialmente o rural se constitui como a continuidade do urbano. As áreas rurais se apresentam, principalmente, em regiões metropolitanas, como na capital do Rio Grande do Sul, onde a área com características rurais, ou rururbana, sintetiza multidimensões quanto ao uso do solo. Neste espaço, desenham-se propriedades rurais com atividades agropecuárias que se somam a essas agroindústrias, turismo e comercialização, sítios de lazer e também a expansão de condomínios residenciais, entre outros.

Em segundo lugar, o rural é a extensão do urbano e se constitui como extensão visto que o urbano ali se manifesta em muitas intervenções, como a ocupação e a produção. Os serviços são pensados e organizados a partir do urbano, mesmo que com relativa participação das comunidades locais. Um bom exemplo é o turismo.

As políticas públicas, os planejadores e os organizadores da reestruturação do campo, para acolher as novas atividades ou as novas formas de produção, promovem o seu desenvolvimento a partir do urbano.

A industrialização da agricultura nas últimas décadas significou uma efetiva modernização da agropecuária, onde as tecnologias e os métodos produtivos introduzidos no campo são gestados no urbano. Enquanto essas transformações vão se delineando, assistimos também ao surgimento da construção social de atividades não agrícolas e de uma nova agricultura.

Interessa aqui discutir as atividades não agrícolas e a nova agricultura. O que podemos definir como atividades não agrícolas e como nova agricultura? Denominam-se não agrícolas as atividades que ocorrem no meio rural e absorvem a população ali residente. Tais atividades interagem com as atividades agropecuárias ou não. As transformações que geram estas novas formas de ocupação, produção e prestação de serviço estão relacionadas ao crescimento da urbanização e à mecanização no campo.

O processo de transformação no campo engendrou a possibilidade de associação de múltiplas atividades (pluriatividade) que envolvem as famílias dos produtores rurais (GRAZIANO, 2002, p. 41). A pluriatividade de acordo com Graziano (2002, p. 41) daí resultante é consequência desse esforço de diversificação dos pequenos agricultores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. Ainda, Schneider (2003, p. 271) se refere à pluriatividade como uma alteração sociológica de significativa importância que surge em decorrência da mudança do modelo de desenvolvimento agrícola, baseado exclusivamente na produtividade dos fatores, por um modelo diferente, baseado nos pressupostos da ética, da sustentabilidade ambiental, da equidade social e da viabilidade econômica.

Neste contexto, a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas podem ocorrer dentro e fora das propriedades. E a nova agricultura, onde podemos encontrar suas origens? As evidências indicam que estão na agricultura alternativa.

Para Almeida (1999, p. 65), o termo “agricultura alternativa” reveste-se de uma forte conotação contracultural. Esses tipos de agricultura, que se pretendem diferentes, são definidos principalmente em relação à agricultura de tipo convencional, ou “moderna”, que se pratica nos países de desenvolvimento industrial avançado. Porém, as construções desta nova agricultura adquiriram formas diferenciadas no tempo e no espaço. Para entendê-la torna-se necessário o conhecimento de cada realidade.

Nessa realidade de mudanças, cabe resgatar algumas evidências que demonstram este caminho na busca de uma nova agricultura que se constrói através de elementos comuns em uma escala ampliada e outros que têm sua identidade relacionada ao local, mais específicos. Toma-se como exemplo deste último, a pesquisa realizada nos Caminhos Rurais de Porto Alegre, que será analisada na sequência da tese.

Na expressão de Gliessman (2000, p. 539), um dos maiores objetivos do desenvolvimento de uma agricultura sustentável é reverter o legado de destruição e negligência. A produção agrícola pode ser feita de modo a contribuir para a conservação dos recursos bióticos e a proteção da qualidade ambiental.

Na visão de Capra (2002, p. 238), que propõe uma reflexão ampliada sobre a ciência para uma vida sustentável, comunidades sustentáveis são aquelas que desenvolvem seus “modos de vida (negócios, economia, estruturas físicas e tecnologia) no decorrer do tempo, mediante uma interação contínua com outros sistemas vivos, tanto humanos quanto não humanos. Não é um processo estático, mas um processo dinâmico de coevolução”. Nessa perspectiva, “não são inventadas novas comunidades humanas sustentáveis” (CAPRA, 2002, p. 238), mas as transformações se realizam a partir de uma organização já existente, adequando-a aos ecossistemas naturais.

Na sequência, trata-se do turismo no espaço rural ou em áreas rurais e da sua manifestação no conjunto de atividades não-agrícolas, promovendo a reorganização espacial através de novos territórios com valorização dos ativos específicos das regiões que habitam (ABRAMOVAY, 1999, p. 16).

### ***2.3.3 Turismo em áreas rurais e a construção de novas territorialidades: redes de relações e uma nova racionalidade ambiental***

O turismo em áreas rurais na sua origem não é um fenômeno atual. Na Europa e na América, já havia manifestações desse tipo de turismo no século XIX. Porém, a partir do final dos anos 1970, ele assume nova forma, geralmente associada à agropecuária, mais especificamente no Brasil; constituindo-se, então, como uma nova alternativa de renda. Todavia, a geração de renda assume formas diferenciadas daquela proveniente da agricultura convencional ou propriamente do turismo convencional. Além dessa, somam-se novos desafios como proteção ambiental, da paisagem e dos modos de vida; a valorização dos produtos tradicionais; o desejo de fixação e atração de pessoas; o esforço de revitalização da economia local.

Na Era da globalização, acompanha-se o surgimento de novas territorialidades, que, mesmo excluídas da dinâmica econômica dominante, reagem à globalização, criando novas formas de organização territorial através da formação de redes locais que, não menos importantes, lembrando Haesbaert (2002, p. 123), possuem potencial para propor organizações alternativas.

As atividades não-agrícolas que reorganizam o espaço rural promovem a construção dessas novas territorialidades, pela desconstrução e reconstrução dos espaços, transformando-os em territórios alternativos. Nestes, o desenvolvimento rural não pode ser concebido como simples expansão das atividades agropecuárias, mas agregado a elas, desenvolvendo-se as atividades não-agrícolas.

O principal desafio para a inserção no mercado, tanto para o turismo como para a comercialização da produção, é articular proprietários e/ou produtores rurais, através de várias formas de organização que podem se estabelecer pelos movimentos sociais e pelo poder público. Desta maneira, criam-se associações, cooperativas, ou seja, as chamadas redes solidárias. Através destas organizações, há um movimento contínuo de inovação, trocas e fortalecimento para assegurar condições de competitividade e conquista de nichos de mercado e investimentos.

Assim se desenvolve a relação mercadológica dos agentes locais, reforçando ou estabelecendo a integração local e regional. No caso do turismo, é de grande importância a integração com os centros urbanos, potenciais emissores de turistas. Ainda, como consta no Programa de Regionalização do Turismo – MTUR/2007, através desta organização em redes, “definem-se os padrões de qualidade dos produtos e serviços, promovem-se a qualificação e requalificação dos profissionais e dos prestadores de serviços turísticos, ampliam-se os vínculos de relações entre as pessoas, criando-se redes capazes de articular mudanças nos modelos econômicos, sociais em curso”.

O sociólogo Bertrand Badie (1995) refere-se ao mundo das redes como um modo de articulação dos indivíduos e dos grupos, uma liberação dos constrangimentos espaciais que, como abertura e inclusão, são fidelidades móveis, não hierarquizadas, frequentemente setoriais e voláteis.

A formação das redes, neste caso, faz-se por um interesse expresso que é a vontade de mudança. Isto vai impulsionar a organização das pessoas através da cooperação e da solidariedade, mas tendo em vista outros interesses como os econômicos, no sentido de ampliar as oportunidades para uma vida com mais qualidade. As mudanças vão se apresentar na gestão econômica e, principalmente, nas novas formas de produção e comercialização. Daí decorre a ampliação dos produtos e serviços turísticos, que podem ser alterados na sua quantidade e diversidade, podendo atender segmentos diferenciados.

O turismo é um setor dinâmico e viável. As formas alternativas, como o turismo no espaço rural, no Brasil, ainda necessitam de muito estudo e pesquisa baseados na análise do potencial turístico dos lugares e na possibilidade de uso sustentável. Essas iniciativas são importantes para o planejamento do turismo; assim como a definição das atividades que serão desenvolvidas e a sua compatibilidade com a realidade local. Diagnosticar os impactos do turismo nos ambientes naturais e culturais e prever as medidas para evitar ou minimizar os mesmos são medidas inevitáveis, quando o objetivo é superar questões que possam limitar a sustentabilidade da atividade. Considera-se que o método participativo, com a inclusão da comunidade local durante o processo de planejamento e desenvolvimento da prática social do turismo contribui para o envolvimento da comunidade e para a valorização do lugar turístico. Esses elementos são fundamentais para a definição de mudanças na inserção dos destinos turísticos.

As redes de cooperação assumem um papel fundamental no planejamento e análise do turismo, bem como na análise dos mercados que deixam de ser vistos como mecanismos formadores de preços e de concorrência para serem entendidos como um fenômeno social.

A segmentação de produtos turísticos voltados para públicos com perfil específico pode ser explicada por alguns fatores. Entre eles o interesse global por temas ambientais, criando nas pessoas o desejo de experimentar atrações ao ar livre; o anseio por um estilo de vida mais saudável; e a exigência do turista (bem informado e exigente), que prefere férias em grupos menores e em espaços diferenciados.

Essa tendência contemporânea, que apresenta novos padrões de consumo, exige novas formas de organização territorial, em que os aspectos sociais, ambientais, culturais e históricos são considerados extremamente relevantes para a comercialização dos produtos turísticos e para a elevação da qualidade de vida das pessoas que habitam os lugares turísticos.

Leff (2001, p. 56-62) diz que

[...] uma economia sustentável, alicerçada em princípios de racionalidade ambiental deverão promover o fortalecimento das economias locais e regionais [...] e argumenta que a reapropriação social da natureza se faz através de um novo saber ambiental que se forma na construção da racionalidade ambiental desconstrutora da racionalidade capitalista.

Os agricultores e suas famílias até recentemente eram tidos apenas como profissionais da produção, por isso dependentes das organizações que comercializavam os seus produtos e abarcavam a maior parte da renda. Hoje o agricultor e suas organizações estão interessados em conhecer os seus clientes, os nichos de mercado onde vão inserir os seus produtos, as demandas da sociedade que são capazes de atender e como podem diversificar e qualificar os produtos criados no meio rural.

A inserção do turismo no espaço rural não implica a valorização apenas de atividades não-agrícolas, mas a possibilidade de reforçar as atividades agrícolas, principalmente através “[...] de construção de mercados de qualidade onde os atributos ambientais dos produtos podem ser fatores decisivos na elevação da renda” (ABRAMOVAY, 1999, p. 16). De acordo com o autor,

Além do novo perfil que tende a adquirir a produção agrícola – mais voltada a mercados específicos e segmentados – o meio rural é cada vez menos visto pela sociedade como um espaço estritamente produtivo. Suas funções de preservação ambiental, de criação de um quadro favorável ao lazer, ao contato com a natureza e com um estilo de vida diferente do característico das cidades são cada vez mais valorizados.

Trata-se de uma reorganização do meio rural alicerçada em segmentações turísticas e diferenciações de produção e de mercado. Estas possibilitam a valorização dos lugares pelo seu potencial no que se refere à localização e aos produtos oferecidos, o que permite reverter um quadro de isolamento e marginalização, transformando-os em lugares com uma importância local e regional, com mais chances de desenvolvimento que os ligados a mercados distantes e indiferenciados.

Para Abramovay (1999, p. 17), é neste sentido que o desenvolvimento rural passa pela construção de novos territórios, isto é, pela capacidade que terão os atores locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões que habitam.

#### *2.4 Compreendendo o espaço por meio dos arranjos espaciais, dos modos de vida e das diferentes percepções: desafios metodológicos*

As estratégias metodológicas utilizadas visaram a atender os objetivos desta tese, que compreende a análise da sustentabilidade e/ou insustentabilidade do turismo, considerando a construção e aplicação de indicadores. A interpretação do espaço articula os conceitos operacionais paisagem, território e ambiente. Essas categorias de análise permitem a compreensão das transformações espaciais reveladas através dos arranjos espaciais, dos modos de vida, e de outra forma através das experiências vividas e percebidas. A análise das transformações espaciais que possibilitaram a construção de indicadores também permitiu a avaliação da sustentabilidade e/ou insustentabilidade dos estabelecimentos turísticos agroecológicos. A operacionalização do processo de investigação se expressa em estratégias/desafios metodológicos que compreendeu as etapas enunciadas a seguir:

##### ***2.4.1 Definição da área de estudo e da área de intervenção***

Neste procedimento, realizou-se o levantamento das propriedades no intuito de selecionar as que constituíram o universo da pesquisa desta tese. Em um primeiro momento, foram identificados todos os empreendimentos que compõem estes caminhos, através de cadastro da Secretaria Municipal de Turismo/2006. No segundo momento, adotaram-se critérios para seleção das propriedades rurais que compuseram a área de intervenção. Os critérios adotados foram cinco:

- desenvolvem atividade agropecuária, classificadas pela EMATER/RS como agroecológica;
- comercializam a produção em feiras livres e no próprio local;
- realizam atividades turísticas;
- apresentam proximidade geográfica;
- organizam-se em associações.



A consulta a estudos, trabalhos, projetos e planos foram realizadas em órgãos institucionais públicos ou privados, tanto gerais como específicos de agricultura, meio ambiente, turismo histórico e geográfico. As consultas realizaram-se para levantar informações sobre a área de estudo e de intervenção como os empreendimentos turísticos, a classificação de acordo com os critérios referidos anteriormente, os segmentos turísticos, os contatos com associações e proprietários, os dados históricos e geográficos dos Caminhos Rurais e das propriedades rurais, assim como as políticas públicas.

Para o reconhecimento da área de estudo foram realizadas, inicialmente, duas saídas de campo. A primeira visita ao local foi individual apenas para reconhecimento dos acessos e dos bairros; a segunda visita técnica objetivou o acompanhamento de um roteiro turístico denominado Caminhos Rurais de Porto Alegre, onde foram visitados os seguintes espaços turísticos: *Sítio do Mato*, *Granja Santantonio*, *Sítio Capororoca* (propriedade rurais produtivas /comercialização da produção /turismo), Santuário Mãe de Deus e Praça de Belém Velho. Este roteiro é organizado pela Agência de Turismo Rota Cultural, agência de turismo que à época comercializava seis roteiros para os Caminhos Rurais de Porto Alegre. Somam-se a este processo as orientações de trabalhos de conclusão de curso desenvolvidas nos cursos de Turismo e Hotelaria nas Faculdades Rio-Grandenses, onde através das orientações foi possível estabelecer relações com a realidade local e construir agendas para observações, aplicação das entrevistas e questionários, e também para coleta de informações relativas aos mapeamentos.

Nessas atividades, foram realizadas mais oito saídas de campo, sendo duas para levantamento de pontos para os mapeamentos e uma para validação destes. As outras cinco foram para a realização de entrevistas com os proprietários rurais nos empreendimentos alvo da intervenção e com os gestores públicos e membros de ONGS. Somam-se a estas as quatro saídas de campo realizadas através dos projetos desenvolvidos através da FARGS.

#### ***2.4.2 A análise espaço-temporal: entrevistas, mapeamentos, registros fotográficos e de observações de campo***

O caminho metodológico, que compreende uma análise dos arranjos espaciais dos modos de vida, toma como fundamento teórico o espaço geográfico, entendido como a expressão das formas de organização social que foram estabelecidas ao longo de um processo histórico e que traduzem os conflitos que se dão na apropriação deste espaço social. Esses conflitos são mediados por interesses que, em algumas situações, são comuns e, em outras, antagônicos, o que resulta em uma dinâmica espacial que toma formas diferenciadas ao longo do processo. Pela complexidade inerente aos arranjos espaciais que caracterizam as sociedades no período atual, considera-se necessária uma abordagem teórico-metodológica que busca compreender as práticas sociais na interação estabelecida na produção e reprodução do espaço geográfico. Nesta perspectiva, a organização socioeconômica é fundamental para o entendimento do arranjo espacial e do modo de vida, em que se incluem as novas relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza e também entre os homens. As formas de organização para produção, comercialização e serviços no contexto de estudo promovem diferentes formas de inserção através da pluriatividade e da interatividade. Entende-se que estas transformações ocorridas em meio à globalização/competição promovem espaços de solidariedade, gerando o que Rogério Haesbaert (2002) define como “territórios alternativos”. As escalas de análise compreendem a formação socioeconômica brasileira, as políticas públicas estaduais e municipais e o modo de vida em uma escala local.

O primeiro procedimento foi a entrevista, realizada com os proprietários rurais/empreendedores, representantes de instituições governamentais e não-governamentais e agenciadores. Serviram como referência as informações reveladas pelos entrevistados que se constituíram como subsídio para a análise, onde muitos dados foram resgatados através dos questionamentos na entrevista semiestruturada, e ainda foram oferecidos documentos importantes para o resgate de informações sobre o processo de formação dos Caminhos Rurais.

As entrevistas foram feitas com o objetivo de averiguar fatos e opiniões, informações sobre projetos e planos de ação e, finalmente, a percepção sobre a área

objeto de estudo nas suas diferentes dimensões. O público alvo nas entrevistas são os gestores públicos da EMATER/RS, Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, o grupo de técnicos de instituições governamentais e não-governamentais constituindo um conjunto de seis (06) sujeitos entrevistados; entre estes, dois (02) representantes do poder público municipal (SMT e SMIC), dois (02), do poder público estadual (EMATER) e dois (02) de ONG (COODESTUR). Conforme roteiro, anexo 5.

Os proprietários rurais que atenderem aos critérios adotados para a seleção do público alvo são atuantes dos sítios Ecoextrema, Capororoca, Tio Juca, Herdeiros e Granja Santantonio. O grupo de proprietários rurais/empreendedores totalizou cinco (05) entrevistas. O roteiro de entrevista encontra-se no anexo 4.

As agências de turismo que comercializam os roteiros turísticos direcionados para as propriedades consideradas alvo desta pesquisa são quatro: Rota Cultural Turismo, Silsi Tours, Tri Legal Turismo e Mauri Webber Turismo. O grupo de agenciadores totalizaram quatro (04) entrevistas. Entre esses entrevistados há um (01) representante da Rota Cultural Turismo, um (01) da Tri Legal Turismo, um (01) da Silsi Tours e um (01) da Mauri Webber Turismo. O roteiro de entrevista encontra-se no anexo 6.

Para os proprietários rurais/empreendedores, a entrevista, conforme consta (Anexo 4) estruturou-se em cinco (5) temas: história do Lami (atividades econômicas desenvolvidas ao longo do processo de formação territorial do bairro Lami), história da propriedade (funcionalidades anteriores e atuais/ atividades desenvolvidas/turismo), atividades não agrícolas (como se deu essa organização, origem do turismo, origem do associativismo, como era a propriedade antes da organização produtiva atual, atividade principal, forma de produção, comercialização, tecnologia e organização), turismo (número de visitantes nos últimos cinco anos (2003-2008), capacidade de carga, como é definido o número de visitantes), sustentabilidade (vocaçao da região e propriedade, autenticidade/naturalidade, preservação e/ou conservação das áreas de interesse ecológico, licenciamento/zonamento, inserção da comunidade local no turismo, capacidade de se manter com a propriedade e satisfação, capacidade de carga, planejamento agricultura, turismo e comercialização).

Já, para os representantes de instituições governamentais e não-governamentais, a entrevista está organizada de acordo com roteiro (Anexo 5)

baseada em oito temas sobre os Caminhos Rurais: origem da ação, políticas públicas específicas de cada secretaria municipal, número de pessoas envolvidas no projeto, investimentos realizados para compor os caminhos, políticas públicas programas/projetos/ações, projeto e gestão atual na prefeitura municipal, envolvimento das secretarias de governo no fomento, suporte e planejamento.

No que se refere aos agenciadores, foi aplicada a entrevista, conforme consta no Anexo 6, que trata de temas: comercialização (início da comercialização do produto turístico, motivação para comercialização, roteiros comercializados e o mais procurado, viabilidade); fluxo (visitantes/ano por roteiro); satisfação dos proprietários com o produto; percepção dos turistas sobre atrativos, infraestrutura, serviços, acesso, atendimento, sinalização e sustentabilidade (uso da água, tratamento ecológico de esgotos e efluentes, dispositivos para economia de energia e água, conservação dos recursos naturais e destinação dos resíduos); no último bloco de questões sobre o que se destaca no roteiro, encontram-se satisfação e experiência do turista para manutenção do roteiro, como a propriedade pode motivar a agência na manutenção da comercialização, agências e a participação no planejamento e principal crítica.

Para a operacionalização deste procedimento foram criadas agendas para os proprietários rurais/empreendedores, representantes de instituições governamentais ou não e agenciadores. Previram-se treze (13) entrevistas. Esse processo deu-se através de contato com proprietários rurais, agentes de instituições e agenciadores em reuniões das associações. A entrevista foi adotada como procedimento para análise realizada nos capítulos 3 e 4. Portanto, será utilizada parcialmente no Capítulo 3, cuja análise busca compreender os aspectos relativos aos arranjos espaciais e modos de vida; no Capítulo 4, a percepção sobre os caminhos rurais. As entrevistas foram tomadas como técnica para coleta de informações e interlocução com os vários sujeitos e realizaram-se no processo de pesquisa.

Os roteiros de entrevista apresentaram variações de acordo com o grupo entrevistado, sem adotar um modelo único. Em decorrência dessa variação, se estabeleceu a análise por grupos. Constituíram-se três grupos conforme referidos acima, proprietários rurais/empreendedores, técnicos de instituições governamentais e não-governamentais e agenciadores.

As ocasiões de aplicação das entrevistas também foram importantes para registros de campo (anotações e fotografias) e aquisição de pontos via GPS para mapeamento.

Os mapeamentos foram realizados por meio de levantamento de áreas das propriedades rurais e realizou-se através da aquisição de pontos via aparelho receptor GPS de navegação, modelo GPSMAP 76, da empresa Garmin. Foram observados erros de precisão entre 8 e 20 m, corrigidos e ajustados ao projetar os pontos sobre a imagem de satélite de 2008. Ainda nos trabalhos de campo ocorreram observações e registros sobre os diferentes usos.

- Mapas de uso do solo e cobertura vegetal: foram utilizadas imagens de satélite QuickBird, do ano de 2008, de resolução espacial de 0,6 m. A partir da imagem de satélite e dos pontos que indicam os vértices, foram extraídas as áreas da propriedade no âmbito da imagem. As áreas de vegetação nativa, vegetação exótica, hortas, pomares (árvores frutíferas), açudes e construções foram vetorizadas a partir das diferenciações de textura, cor e forma pelo método de interpretação visual. Para tais procedimentos foi utilizado o software ArcGIS 9.3, da empresa ESRI. As alterações no uso do solo e cobertura vegetal, áreas de vegetação nativa e de produção, foram mapeadas no intuito de analisar as transformações ocorridas nas propriedades em duas décadas. Para verificação da recomposição da vegetação nativa e organização das propriedades através da agroecologia, foram utilizadas imagens de 1991 (fotografias aéreas) para a década de 1990. As fotografias aéreas do ano de 1991 foram georreferenciadas a partir da imagem QuickBird de 2008, com o uso do software ENVI 4.5. Após este procedimento, foram extraídas as devidas áreas, com o auxílio do software ArcGIS 9.3, também pelo método de classificação visual. Para o cálculo do uso do solo e cobertura vegetal, nos anos de 1991 e 2008, foi utilizado o software ArcGIS 9.3, citado anteriormente. Os dados foram obtidos em projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) em datum horizontal do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS). O mapeamento de uso do solo também será utilizado no intuito de identificar as áreas preservadas (incluindo nascente de arroio, banhado, espécies arbóreas nativas).

#### **2.4.2.1 Análise de conteúdo**

O uso desta pesquisa, no contexto da tese, revela uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada em uma concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento (FRANCO, 2008, p. 10). Observa-se a aplicabilidade da análise do discurso como recurso metodológico ao estudo da apropriação do espaço.

Busca-se através da análise do conteúdo as formações imaginárias, como o sujeito percebe o espaço geográfico, em que a inscrição ideológica e a materialidade percebida revelem os significados do ambiente. É também uma forma de investigar a inserção histórico-ideológica do sujeito, mediante o reconhecimento do seu modo de vida, das suas práticas, ou ainda como o ser humano se relaciona com as condições materiais de sua existência.

Entrevistas e questionários, no que se refere à análise qualitativa, serão tratados através da análise de conteúdo, utilizando-se de categorias criadas *a priori* foram estabelecidos os indicadores já sistematizados. A partir destes foram extraídos indicadores de sustentabilidade.

#### **2.4.3 A percepção sobre os Caminhos Rurais de Porto Alegre**

Esta foi investigada à luz dos olhares do visitante, dos proprietários rurais/empreendedores e dos agenciadores. Procedeu-se à análise da percepção ambiental dos turistas, de acordo com a classificação da OMT, em que se incluem todas as atividades dos visitantes, como os turistas (visitantes que pernoitam) e os excursionistas (visitantes de um dia) (DIAS, 2005, p. 15). Observa-se que, nessa destinação turística, há predominância de turistas excursionistas.

A percepção, como objeto deste estudo, será avaliada com o propósito de identificar as diferentes percepções apresentadas pela parcela da população estudada, seus múltiplos olhares e leituras sobre a realidade vivenciada.

A população pesquisada foi definida adotando-se como critério prioritário o seu envolvimento com o tema turismo e meio ambiente. Os instrumentos escolhidos foram questionários e entrevistas com roteiros pré-estabelecidos. Sobre as entrevistas, cabe acrescentar que estas foram propostas para serem analisadas na sua

totalidade nos capítulos 3 e 4; portanto no Capítulo 4 elas serão analisadas parcialmente, conforme explicitado anteriormente. Sobre os questionários mesclam-se questões fechadas e abertas e totalizam cento e dez (110) questionários.

No caso desta pesquisa, as informações que serão utilizadas advêm da percepção dos proprietários/empreendedores, visitantes e agenciadores envolvidos no espaço delimitado – objeto de estudo. O número de questionários e entrevistas foi considerado suficiente no que se refere à representatividade e viável para o objetivo desta pesquisa em uma análise principalmente qualitativa.

Para compreender a percepção dos visitantes sobre as propriedades agroecológicas dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, mais especificamente, as cinco propriedades agroecológicas localizadas no Bairro Lami, o Sítio Ecoextrema, o Sítio Capororroca, a Granja Santantonio, o Sítio do Tio Juca e o Sítio dos Herdeiros, previu-se a aplicação de 110 questionários com a população considerada alvo, definida de acordo com critérios estabelecidos através das observações realizadas durante os trabalhos de campo e as pesquisas realizadas sobre a área de intervenção, em que são selecionados prioritariamente turistas que tenham envolvimento com o tema de turismo e ambiente e, de um modo geral, correspondam ao perfil dos visitantes das propriedades referidas. Tais turistas consistem principalmente em estudantes, desde o ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino até os acadêmicos do ensino superior das redes pública e privada.

O número de questionários aplicados para 110 (cento e dez) respondentes foi considerado suficientemente representativo para o objetivo e tema tratado na pesquisa, uma vez que, no turismo alternativo, desenvolvido nas propriedades rurais agroecológicas, as visitas acontecem em menor número, levando em conta que o turismo é mais uma atividade desenvolvida na propriedade.

Além das considerações anteriores, também foi tomado como referência para estipular o número de turistas que responderam o questionário o levantamento do fluxo turístico para as propriedades objeto desta pesquisa e as características predominantes do perfil dos visitantes das propriedades agroecológicas.

O instrumento usado nesta etapa da pesquisa é um questionário que objetiva captar os aspectos qualitativos e quantitativos, que deverão dar conta de um nível do processo perceptivo capaz de avaliar o ambiente. A investigação implica a formulação de perguntas, para coleta de informações em campo no intuito de avaliar a demanda, a satisfação e a percepção do visitante sobre os Caminhos Rurais. Construída por meio de aplicação de

questionário, em que a amostra adotada está constituída de uma população de 110 visitantes do Sítio Ecoextrema, do Sítio Capororoca, da Granja Santantonio, do Sítio do Tio Juca e do Sítio dos Herdeiros entre os meses de novembro de 2008 a dezembro de 2009. Nesse intervalo de tempo, 109 visitantes responderam o questionário; portanto 99% dos 110 questionários que foram projetados e esperados como satisfatório no âmbito da pesquisa. Estes foram aplicados aos visitantes em datas específicas no referido período.

Na fase de teste, a amostra adotada se constituiu de uma população de 10 visitantes do Sítio dos Herdeiros e do Sítio Ecoextrema, no dia 22 de novembro de 2008 (anexo 2). Nessa data, foram aplicados dez (10) questionários, ainda em novembro de 2008, em caráter experimental usado como piloto. Deste total, 7 visitantes (70%), responderam o questionário na referida data.

Este teste foi de fundamental importância para, a partir de orientações teóricas da compreensão e da avaliação realizada pelo grupo, fazer os ajustes necessários à contemplação, com maior eficácia, do objetivo da pesquisa. Na sequência do processo, foram aplicados 105 questionários, 102 considerados válidos. Estes já haviam sido, em parte, reformulados de acordo com os indicativos de ajuste identificados no piloto, conforme segue a descrição do instrumento.

O instrumento de pesquisa (questionário) é composto de 13 perguntas, sendo 11 perguntas fechadas e 2 abertas. A primeira parte aborda a demanda com questões sobre sexo e grau de instrução. Em seguida, questiona-se como o visitante soube do roteiro turístico, se ele já havia visitado propriedades do roteiro e o motivo da visita. Na segunda parte, as questões são sobre satisfação e percepção da oferta turística e do ambiente. Sobre satisfação foram avaliados os seguintes aspectos: sinalização turística, acessos/estradas, higiene e limpeza, atendimento, conservação dos atrativos, autenticidade das propriedades, informações recebidas e o material fornecido nas propriedades. Ainda no que se refere à percepção, o visitante é questionado sobre várias dimensões de sustentabilidade do ambiente das propriedades. Na sequência, ele é questionado sobre o que mais chamou sua atenção nas diferentes propriedades. Pergunta-se ainda se voltariam aos Caminhos Rurais de Porto Alegre e as atividades ou locais visitados mais apreciados e, por fim, o que deveria melhorar.

As perguntas são direcionadas a avaliar a demanda, a percepção e a satisfação sobre a oferta turística e as práticas ambientais nas propriedades rurais; o Sítio Ecoextrema, o Sítio Capororoca, o Sítio do Tio Juca, a Granja Santantonio e o Sítio dos Herdeiros, que fazem parte dos Roteiros Turísticos dos Caminhos Rurais de Porto Alegre.



Os questionários foram aplicados no Bairro Lami, para facilitar o entendimento da localização segue o nome da propriedade e o endereço: Sítio Ecoextrema – Rua Luiz Correa da Silva, 7500; Sítio Capororoca - Estrada do Varejão, 2630, Beco Paraíso, 951; Granja Santantonio – Estrada do Varejão, 2560, Casa 1000; Sítio do Tio Juca – Estrada Luiz Correia da Silva, 900 e o Sítio dos Herdeiros - Estrada Luiz Correia da Silva, 1050, conforme representado no mapa da área de intervenção com a localização das propriedades (Figura 6). A totalidade dos questionários foi aplicada no âmbito das propriedades referenciadas acima. Considerando que, para avaliar a percepção e identificar a satisfação é importante que o sujeito pesquisado esteja em contato com o local experienciado, os respondentes eram informados no início da visita sobre a aplicação dos questionários e também sobre o tema abordado no mesmo local para que, no final da visitação, se realizasse a aplicação dos instrumentos.

Ao realizarem as orientações, no intuito de facilitar a compreensão do instrumento, notou-se interesse e disposição, na totalidade dos grupos para responder o questionário. Porém, observa-se que, principalmente no grupo de ambientalistas e guias de turismo, pelo conhecimento e envolvimento com o tema abordado, houve maior comprometimento.

Portanto, quando finalizada a visitação, os turistas eram reunidos em uma área coberta nas diferentes propriedades, onde podiam se acomodar e responder. A importância de responder logo após a visitação torna evidentes as relações que o sujeito estabelece com a sua experiência naquele lugar.

Para realizar essa análise, toma-se a primeira parte, que aborda o perfil da demanda com questões sobre sexo, grau de instrução, em seguida questiona-se como o visitante soube do roteiro turístico, se ele já havia visitado propriedades do roteiro, motivo da visita. Esta nos apresenta as características dos respondentes o que permite estabelecer uma correlação entre o pesquisado e as suas respostas.

Com o objetivo de investigar a percepção ambiental e a satisfação dos turistas de acordo com o seu conhecimento e envolvimento com os temas de turismo e ambiente e pelo seu perfil como visitante das propriedades agroecológicas, estes foram subdivididos em estudantes, do ensino fundamental até o ensino superior; guias de turismo; ambientalistas; e outro grupo de diferentes visitantes com formação diferenciada.

Objetivando testar a facilidade de compreensão das perguntas, o entendimento do tema abordado e o tempo necessário para responder o questionário, fez-se necessário realizar em caráter piloto a aplicação de 10 questionários com perguntas fechadas e abertas. A amostra adotada está constituída de uma população de 10 visitantes do Sítio dos Herdeiros e do Sítio Ecoextrema, no dia 22 de novembro de 2008. Desta, 7 visitantes, portanto 70% dos visitantes na referida data, responderam o questionário.

A investigação, nesta pesquisa, implica a formulação de perguntas, coleta de informações no intuito de refletir com objetivo de construir indicadores de sustentabilidade. Os estudos de percepção ambiental são, portanto, referência, no recorte temático, no intuito de identificar a sustentabilidade ambiental a partir da sensibilidade ambiental dos visitantes nas propriedades Sítio dos Herdeiros e Ecoextrema.

Neste fragmento da pesquisa, focaremos a demanda, a expectativa, a satisfação e a percepção dos visitantes. O instrumento de pesquisa (questionário) é composto de 10 (dez) perguntas, sendo 6 (seis) perguntas fechadas e 4 (quatro) abertas. Na primeira parte, abordam-se os dados de identificação sobre a demanda, com questões sobre sexo, grau de instrução, em seguida questiona-se como o visitante soube do roteiro turístico, se ele já havia visitado propriedades do roteiro e o motivo da visita. Na segunda parte as questões são sobre satisfação e percepção. Sobre satisfação foram avaliados os seguintes aspectos: sinalização turística, acessos/estradas, higiene e limpeza, atendimento, conservação dos atrativos, autenticidade das propriedades, informações recebidas e o material fornecido nas propriedades. No que se refere a percepção ambiental e a expectativa, o visitante é questionado sobre o que ele pode destacar sobre o ambiente nas referidas propriedades e se a paisagem natural, a diversidade de flora e fauna, a trilha, as atividades de educação ambiental, a horta, o mini-museu, eram os atrativos que buscava nas propriedades. Ainda, sobre satisfação pergunta-se se voltariam aos Caminhos Rurais de Porto Alegre e as atividades ou locais visitados mais apreciados e, por fim, o que deveria melhorar.

O modelo de questionário piloto apresentado, de um modo geral, tinha objetivos semelhantes aos do modelo apresentado na continuidade da pesquisa. Porém, verifica-se que as questões abertas deixam lacunas em relação à percepção das práticas ambientais, consideradas um requisito fundamental para a construção de indicadores de sustentabilidade. A partir dos resultados obtidos com aplicação dos 10 (dez) questionários-teste inicia-se o que está previsto no objetivo da tese, a construção dos indicadores de sustentabilidade. Estes instrumentos serão utilizados para avaliação da sustentabilidade do turismo nos Caminhos

Rurais de Porto Alegre nas suas diferentes dimensões ambientais, no que se refere aos aspectos ecológicos, sociais e econômicos. No que se refere ao instrumento, questionário (Anexo 2), aplicado nesta fase foram identificadas algumas possibilidades de ajuste conforme será descrito.

As questões de 1 a 5, pertencentes à primeira parte, permaneceram inalteradas na segunda parte. A partir da questão 6, foram feitos ajustes. A questão 6 foi mantida e a questão 7 especificou pontos sobre práticas ambientais, sendo subdividida em 10 subquestões no intuito de direcionar e facilitar a percepção do visitante sobre vários elementos do ambiente que se referem a dimensões de sustentabilidade. As questões 8, 9, 10, 11, que no questionário anterior correspondiam às questões 7, 8, 9 e 10 e eram questões abertas, foram reorganizadas na intenção de facilitar a identificação e o entendimento do tema abordado. As questões 8, 9, 10 e 11, que foram substituídas com base no que deve ser mantido das questões referidas anteriormente, são novamente questões abertas específicas sobre cada propriedade em estudo, Anexo 3. Foi excluída uma propriedade, o Sítio Ecoextrema, devido a uma troca de proprietários ocorrida no início de 2009, que teve como resultado o fechamento temporário para o turismo. Portanto, as informações e avaliações sobre o Sítio Ecoextrema são consideradas até fevereiro de 2009.

Após o teste, foram aplicados 105 questionários, sendo 102 considerados válidos. Estes já haviam sido, em parte, reformulados de acordo com os indicativos de ajustes identificados no piloto. Nessa fase, adotaram-se dois procedimentos diferenciados, mesmo que a aplicação dos questionários na sua totalidade tenha acontecido nas propriedades rurais.

O primeiro procedimento realizou-se através do projeto Percepção ambiental: o olhar do turista sobre os Caminhos Rurais de Porto Alegre, desenvolvido no âmbito da disciplina de Turismo e Meio Ambiente do curso de Turismo das Faculdades Rio-Grandenses. Os sujeitos que responderam os questionários, neste primeiro momento, foram os estudantes de turismo e hotelaria da FARGS.

O segundo procedimento deu-se através da aplicação dos questionários, conforme a agenda de visitação construída pelos proprietários rurais, tomando como critério os diferentes perfis de visitantes que caracterizam o fluxo de turistas para as propriedades agroecológicas.

Nas agendas selecionadas para o segundo momento de aplicação dos questionários, as propriedades receberam estudantes do ensino fundamental do Colégio Bom Conselho, ambientalistas que realizavam curso no Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais INGÁ, guias

de turismo e um grupo diversificado de turistas que apresentavam diferentes níveis de escolaridade.

#### ***2.4.3.1 O trabalho de campo e o diálogo entre turismo e as suas diferentes dimensões do saber: uma proposta interdisciplinar***

Trata-se aqui de um relato do referido projeto Percepção ambiental: o olhar do turista sobre os Caminhos Rurais de Porto Alegre. Este foi desenvolvido no âmbito dessa pesquisa, tese de doutorado, mas no contexto da disciplina de Turismo e Meio Ambiente, ministrada no curso de Turismo da FARGS, na intenção de buscar a percepção dos acadêmicos da área relacionada ao objeto dessa investigação.

No contexto da disciplina e da tese, o projeto objetivou o ensino e a pesquisa.

No que se refere ao ensino acadêmico, a estratégia previu a articulação do conhecimento acumulado no decorrer do curso com as referências adquiridas nas diferentes disciplinas, além das cinco disciplinas que participaram efetivamente do projeto ou como executora, Turismo e Meio Ambiente, ou como público alvo da pesquisa. Estas referências constituíram-se como um saber capaz de promover uma criação que encaminha para análise da realidade numa abordagem ambiental.

O objetivo do projeto é analisar a percepção e a satisfação dos visitantes em relação aos atrativos e práticas ambientais, no conjunto da oferta turística que compõe o roteiro experimental dos Caminhos Rurais de Porto Alegre.

A área de estudo compreende os bairros Cascata e Lami, localizados na zona sul de Porto Alegre, no atrativo turístico Santuário Mãe de Deus situado no Morro da Pedra Redonda e nas propriedades rurais Sítio do Tio Juca, Sítio Capororoca, Granja Santantonio e Sítio dos Herdeiros localizados no bairro Lami.

O projeto foi desenvolvido nos itens de execução seguintes e pode ser dividido em duas partes. A primeira diz respeito ao levantamento e seleção das propriedades e planejamento do roteiro experimental, programação das saídas de campo e elaboração de folder com orientação do roteiro. A segunda parte do projeto se refere à realização das saídas de campo, aplicação dos questionários, tratamento estatístico dos dados através de tabulação dos dados e geração de gráficos.

A partir da análise dos dados, foi possível identificar a demanda, a satisfação e a percepção ambiental dos turistas sobre os atrativos que compõem o roteiro experimental nos Caminhos Rurais de Porto Alegre, conforme será analisado posteriormente no Capítulo 4. Quanto à validade desta pesquisa, além de ser um exercício acadêmico importante, constituiu-se como oportunidade de aliar a base teórico-conceitual a dimensões mais amplas da realidade, em que o desenvolvimento desta contempla, também, atividades práticas através de trabalho de campo. Ademais, é uma forma de estimular e despertar a preocupação com a pesquisa, com a investigação científica, promovendo o desenvolvimento da capacidade crítica, avaliativa e criativa na formação de recursos humanos para cenários diversos que se apresentarão.

No âmbito da tese, os resultados se transformaram em uma amostra para a análise da percepção com um público que também é representativo entre os visitantes dos Caminhos Rurais. Os resultados revelados pela pesquisa foram entregues aos proprietários rurais em evento realizado na instituição de ensino, onde os mesmos tiveram a oportunidade de avaliar a confiabilidade da pesquisa, Anexo 7.

Quanto aos alunos participantes, além de responderem o questionário proposto pelos executores do projeto, também houve uma avaliação do roteiro nas diferentes turmas das disciplinas de Geografia Aplicada ao Turismo I, Geografia Aplicada ao Turismo II, Gestão Ambiental e Planejamento e Organização do Turismo I. Nesta houve destaque para gastronomia, receptividade e autenticidade. Quanto a sugestões para o que precisa ser observado na criação de outros roteiros experimentais aparece maior diversificação dos atrativos e infraestrutura – principalmente quanto aos sanitários.

#### ***2.4.4 Indicadores de sustentabilidade***

A construção de indicadores de sustentabilidade resultantes do desenvolvimento dessa pesquisa será realizada a partir da sistematização e análise dos resultados obtidos através da operacionalização dos dois caminhos metodológicos definidos com a análise dos arranjos espaciais e dos modos de vida e da percepção ambiental, articulados com indicadores de sustentabilidade já

constituídos no âmbito dos referenciais da agricultura, do turismo, em interface com o ambiente. Os indicadores extraídos através da análise são aplicados no intuito de avaliar a sustentabilidade do turismo, na área de intervenção, nos Caminhos Rurais de Porto Alegre.

## **2.5 Características e localização da área de estudo**

O município de Porto Alegre, capital do estado, situa-se a leste do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, aproximadamente na latitude de 30° sul e na longitude 51° oeste. Sua geografia é privilegiada com uma área territorial de 476,3 Km<sup>2</sup>, sendo que 431,85 Km<sup>2</sup> correspondem a áreas continentais internas e 44,45 Km<sup>2</sup> a ilhas (Censo IBGE/2000), ocupando lugar de destaque no cenário nacional.

A porção continental apresenta uma faixa de orla com aproximadamente 72 km de extensão com pontas e enseadas que embelezam o Lago Guaíba, diferentes feições de morros, planícies cobertas por uma vegetação característica de áreas úmidas e arenosas, formando uma paisagem suave e ao mesmo tempo contrastante.

Porto Alegre se localiza em uma região de contato entre diferentes unidades geomorfológicas do estado do Rio Grande do Sul. Evidenciam-se formações de morros e coxilhas do Planalto Sul Rio-grandense e as áreas planas e de terraços da Planície Flúvio-lacustre, além dos sedimentos provenientes da Depressão Periférica (SUERTEGARAY & FUJIMOTO, 2004).

O Planalto sul-rio-grandense é formado predominantemente por rochas ígneas e metamórficas de idade Pré-Cambriana. Conforme consta no Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre (2008, p. 15), o município é uma ampla área que ocupa a porção central do Estado, constituída parcialmente por rochas do período pré-cambriano, com idades superiores a 570 milhões de anos.

A planície costeira corresponde às áreas de sedimentação recente sob a forma de terras baixas. É formada por sedimentos arenosos depositados durante os eventos transgressivos e regressivos do oceano, que caracterizam a formação da Planície Costeira no Rio Grande do Sul. Já a planície flúvio-lacustre em Porto Alegre tem sua

modelagem associada principalmente à deposição lagunar e fluvial, como indica sua denominação.

No Rio Grande do Sul, estão presentes o Bioma da Mata Atlântica e o Bioma Pampa. Como Porto Alegre está localizada no limite entre os dois Biomas, apresenta características de ambos. Porto Alegre possui uma extensa área com características rurais, 30% de seu território caracterizado como rururbano, porque assim o define o atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e também como de ocupação rarefeita. Porém, a totalidade do território do município é classificada como urbana.

Na revisão do PDDUA, mesmo diante da mobilização de parte da população da área com características rurais, verifica-se que não houve nenhum avanço. Entre as propostas de revisão do PDDUA, que foram aprovadas, nenhuma visa reverter ou reincorporar a classificação de áreas rurais para o município.

Os Caminhos Rurais, localizados na zona sul de Porto Alegre, na região das estâncias do século XIX, são uma área hoje ocupada por pequenas propriedades que organizam a produção através da agricultura familiar e agroecológica, aliando a estas, atividades turísticas e de comercialização da produção.

São bairros da zona sul de Porto Alegre, em que são preservados o patrimônio natural e cultural, onde a história daquela população está presente nos costumes, na arquitetura, nas ruas, nas figueiras, nos produtos coloniais produzidos em propriedades rurais. É um rico patrimônio ambiental do município, com diferentes paisagens que apresentam peculiaridades pelas condições climáticas, pelo relevo que forma uma composição paisagística de significado plural, exibindo morros, áreas planas e a extensa orla do Lago Guaíba.

A área de estudo localiza-se na zona sul de Porto Alegre, representada na Figura 4. Tal área compreende os bairros Belém Velho, Belém Novo, Cascata, Hípica, Ipanema, Lageado, Lami, zona indefinida, Lomba do Pinheiro, Restinga e Vila Nova, que se somam, formando o conjunto paisagístico denominado Caminhos Rurais de Porto Alegre.

De acordo com fontes consultadas oriundas da Secretaria Municipal de Turismo, os Caminhos Rurais tem seus empreendimentos distribuídos em onze bairros, mas pelo PDDUA/2000 parte do que as instituições reconhecem como Bairro Lami encontra-se numa situação *sui generis*, ou seja, não cadastrada, indefinida ou

ainda sem denominação. Portanto, são dez bairros oficiais e mais esta área adjacente ao Bairro Lami (Figura 2).



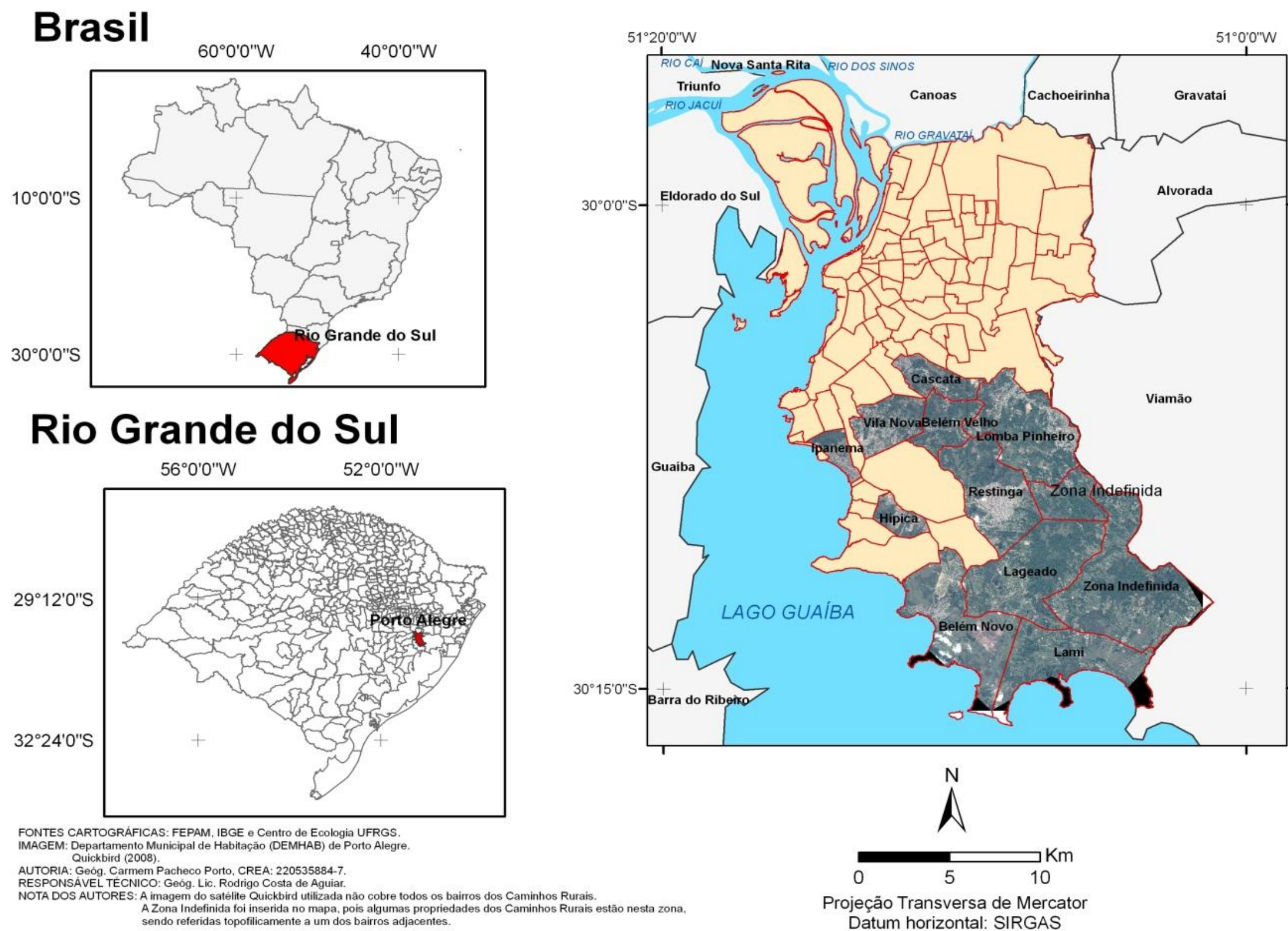


Figura 2 — Bairros dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, 2010

No PDDUA, o município de Porto Alegre está constituído de nove macrozonas englobando vários bairros ou parte deles, que apresentam características peculiares quanto a aspectos socioeconômicos, paisagísticos ou ambientais, de maneira a reunir áreas com tendências de crescimento semelhantes ou com propostas para seu futuro estabelecidas pelo plano diretor, os empreendimentos turísticos concentram-se principalmente na Macrozona 8/ou cidade rururbana, Figura 3.

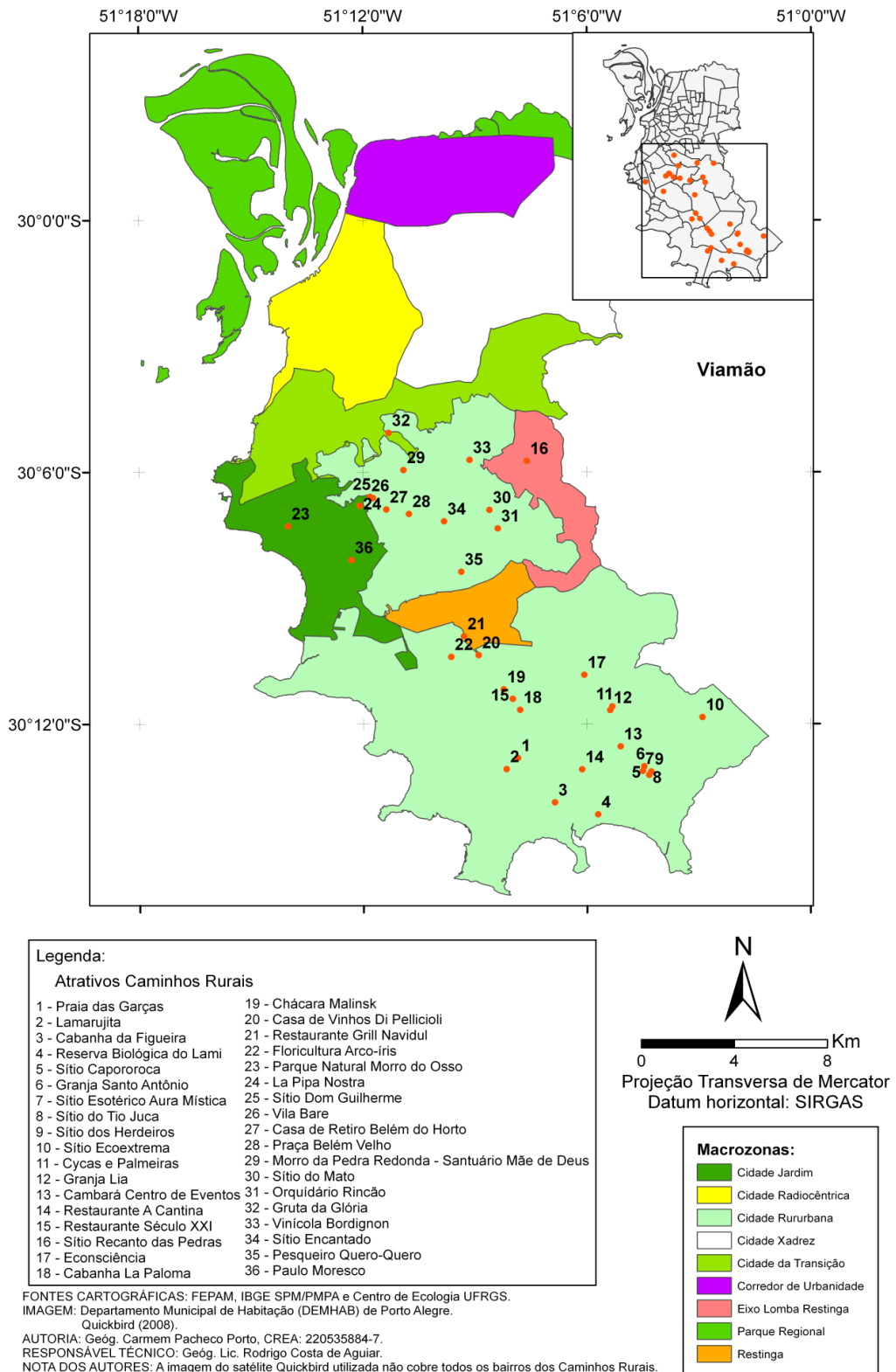
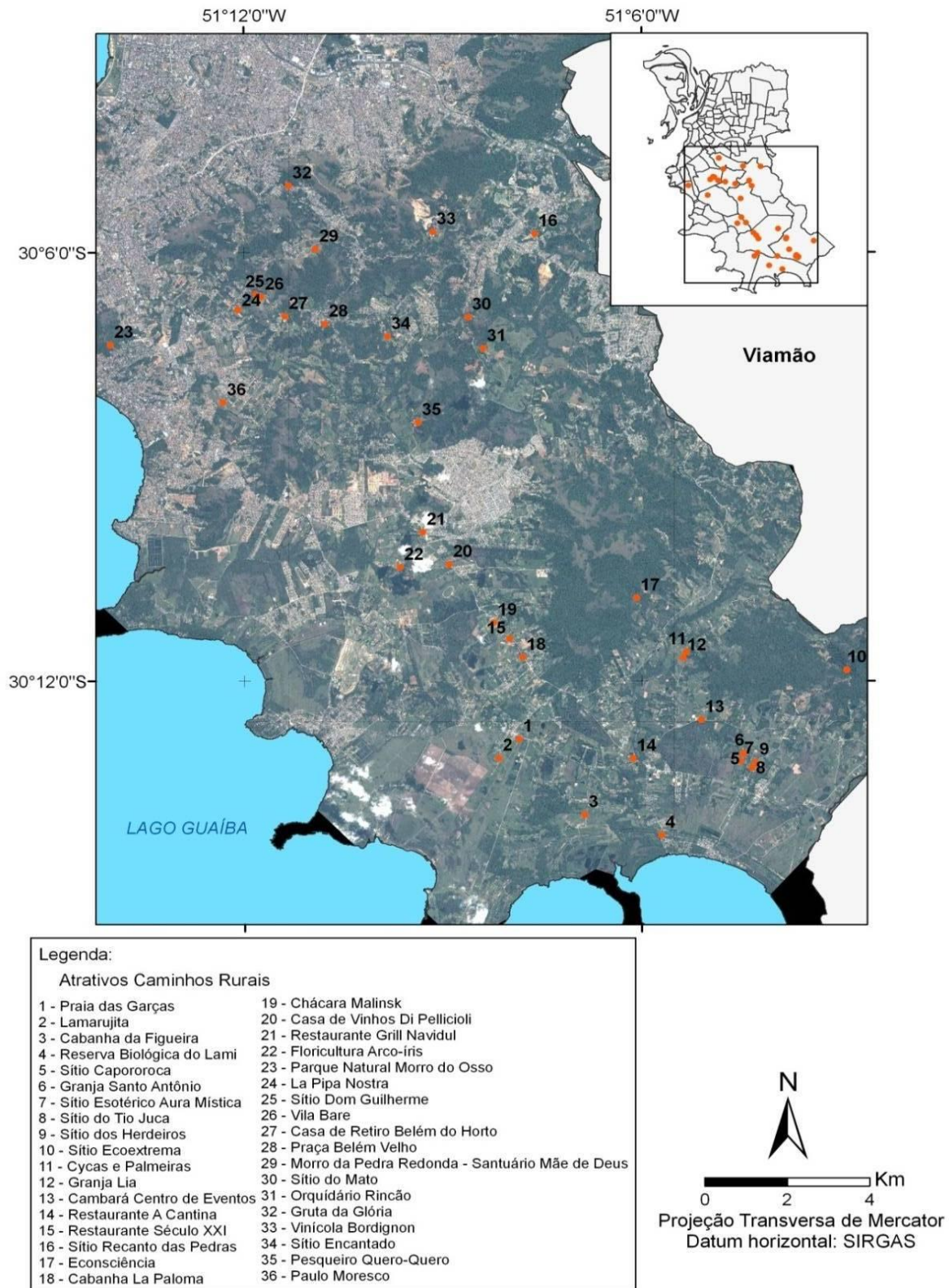


Figura 3 – Macrozonas e Estabelecimentos Turísticos dos Caminhos Rurais de Porto Alegre

Os Caminhos Rurais de Porto Alegre totalizam 36 estabelecimentos e/ou atrativos turísticos na sua área de abrangência, estes localizados predominantemente na área de ocupação rarefeita, ilustrada na Figura 4. Estes caminhos estão localizados em meio ao conjunto paisagístico da zona sul de Porto Alegre. Cerca de 30% do território do município de Porto Alegre são formados por áreas que apresentam características rurais.

As propriedades rurais da zona sul, segundo classificação realizada pela EMATER/RS (2008) apresentam três tipos de função:

- ✓ produção agropecuária para comercialização;
- ✓ moradia e/ou subsistência;
- ✓ sítios de lazer.



FONTES CARTOGRÁFICAS: FEPAM, IBGE e Centro de Ecologia UFRGS.  
 IMAGEM: Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) de Porto Alegre.  
 Quickbird (2008).  
 AUTORIA: Geóg. Carmem Pacheco Porto, CREA: 220535884-7.  
 RESPONSÁVEL TÉCNICO: Geóg. Lic. Rodrigo Costa de Aguiar.  
 NOTADOS AUTORES: A imagem do satélite Quickbird utilizada não cobre todos os bairros dos Caminhos Rurais.

Figura 4 — Empreendimentos Turísticos dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, 2010

O modelo espacial de Porto Alegre no PDDUA divide a cidade em duas partes. Uma denominada Área de Ocupação Intensiva, onde há a maior concentração populacional e a inserção de atividades econômicas pode ocorrer de forma mais diversificada. No que se refere aos bairros localizados no extremo sul do município, são incluídos o que se caracteriza como Núcleos Intensivos de Belém Velho, Belém Novo, Lami, que, mesmo relativamente distante, parte destes bairros possui significativa ocupação populacional.

A Área de Ocupação Rarefeita tem como limite a linha dos morros, em direção ao sul, onde a capital adquire uma característica bem diferente. O número de moradores é muito menor, as moradias mais espalhadas e mescladas com áreas de criação de animais e produção de alimentos, onde se apresenta maior conservação da natureza, sendo esta área hoje motivo de preocupação, principalmente de alguns segmentos sociais quanto à continuidade da ocupação na sua relação com a natureza.

A zona sul de Porto Alegre compreende cerca de 60% da área total do município. Nesta porção do território, caracterizada pelo PDDUA como cidade rururbana, (Figura3), onde predomina a ocupação rarefeita, apresenta-se como diferencial quando comparada às demais áreas do município. Trata-se de uma conformação espacial onde o urbano e o rural se mesclam e quanto mais ao sul, maior a predominância de áreas com característica rural, onde predomina como atividade econômica a produção primária e a terciária, caracterizada pelas atividades agropecuárias e pelos serviços.

A porção sul do território, na sua diversidade e riqueza paisagística, mescla as paisagens rurais e naturais, com relativo destaque para a produção primária em meio a um cenário que apresenta morros e áreas planas e uma extensa faixa de orla do Guaíba.

Apesar deste diferencial, a dinâmica espacial tem gerado uma nova configuração territorial. Nesta parte da cidade, as atividades rurais, as pequenas indústrias de transformação, a exploração de minerais para a construção civil e os núcleos urbanos autônomos vêm cedendo lugar ao assentamento de núcleos habitacionais de significativa parcela da população, através da ocupação por vilas e loteamentos populares, clandestinos ou irregulares, que se distribuíram principalmente ao longo das estradas estruturadoras desta porção da capital.

A zona com características rurais é apresentada dessa forma. Esta não é definida como rural pelo modelo espacial do PDDUA; que define todo o território de Porto Alegre como área urbana, estimulando a ocupação do solo de acordo com a diversidade de suas partes, com

vistas à consideração das relações de complementaridade entre a cidade consolidada de forma mais intensiva e a cidade de ocupação rarefeita, parcialmente representada na foto 1.



Foto 1 – Vista a partir do Morro da Pedra Redonda/Atrativo turístico – Ocupação intensiva e rarefeita.

Disponível em: Caminhos Rurais de Porto Alegre <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p-secao=270>>

Numa análise generalizada, podem-se definir, nesta porção do território, duas áreas relativamente distintas, as áreas de produção rural para subsistência e para comercialização, os sítios de lazer, pequenos estabelecimentos comerciais, agroindústrias e pequenas indústrias, aglomerações urbanas com núcleos habitacionais regularizados ou irregulares.

Cabe destacar que, em decorrência do “desenvolvimento” e da expansão urbana do município, definiram-se unidades espaciais distintas na zona sul de Porto Alegre, os núcleos habitacionais com características urbanas e as propriedades rurais e de lazer, onde há o predomínio de áreas rurais e naturais.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SPM) (Figura5), a primeira unidade espacial, limitada pelos morros Companhia, Polícia, Teresópolis, Agudo, Tapera e chegando até a Restinga e Lomba do Pinheiro, tem como centro geográfico o núcleo de Belém Velho. Mesclando-se às áreas com atividades rurais, destacam-se a Vila

Renascença, o Parque Belém e as ocupações ao longo da Av. Prof. Oscar Pereira e das estradas Belém Velho, Afonso Lourenço Mariante, do Rincão e Costa Gama.

A segunda unidade espacial, de maior extensão, predominantemente agrária, desenvolve-se a partir da planície do Salso e da Restinga até os limites do município na orla do Guaíba e nos morros Quiri nas e Extrema. Os núcleos urbanos estruturados de Belém Novo e Lami e as ocupações ao longo das estradas, nos bairros Lageado e Ponta Grossa, convivem, lado a lado, com grandes áreas cultivadas com hortaliças ou utilizadas para criação de animais.

O Bairro Lami é o grande destaque por ser a primeira praia despoluída de Porto Alegre, que no verão atrai significativo número de pessoas e, por abrigar a Reserva Biológica Lami, única do gênero de propriedade do município (ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE, 1998, p. 118). Ainda no bairro se concentram o maior número de propriedades agroecológicas.



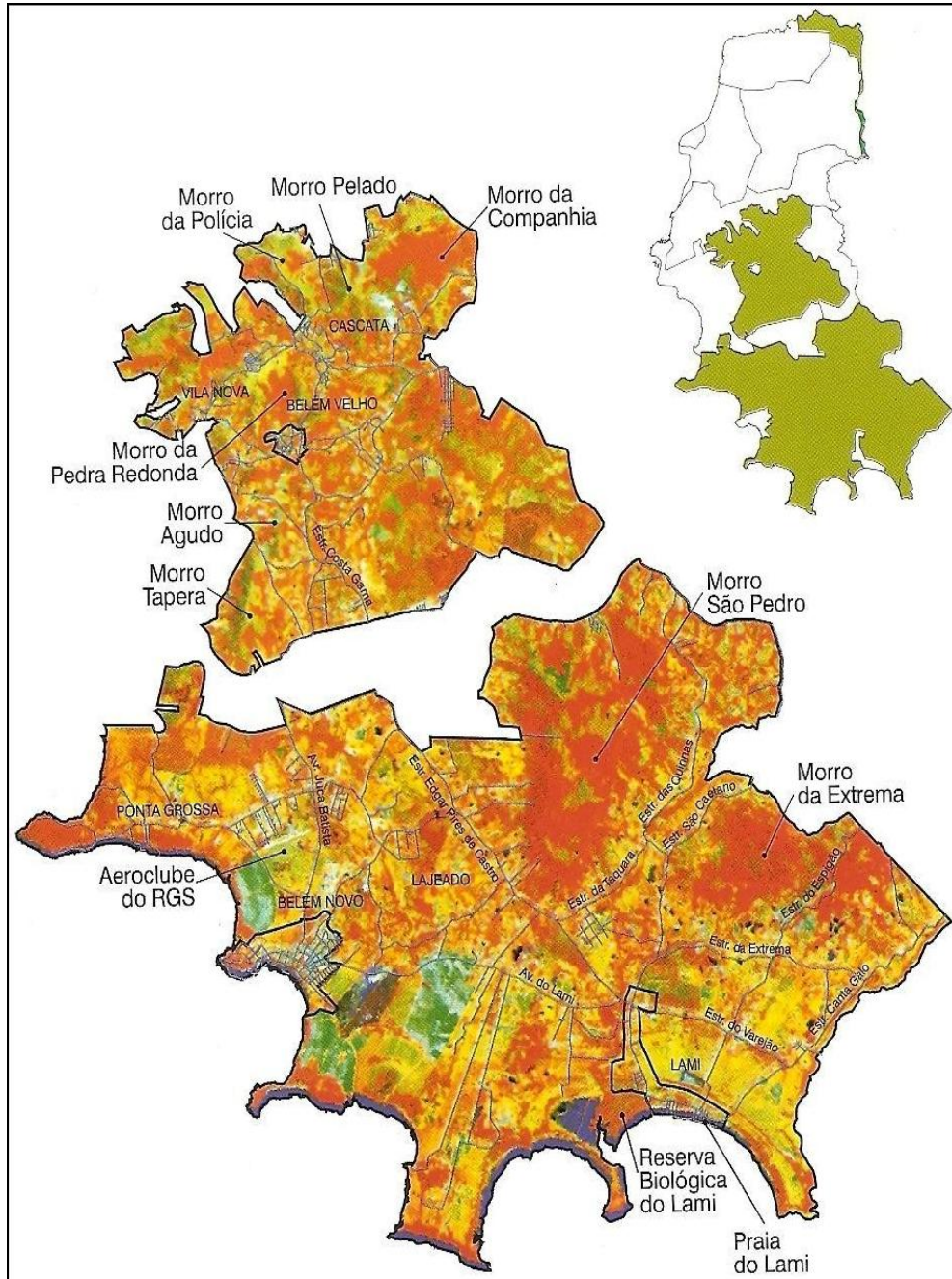


Figura 5 – Unidades Espaciais da Zona Sul de Porto Alegre  
 Fonte: Atlas Ambiental de Porto Alegre – 1998

\*O mapa representa as duas unidades espaciais da zona sul de Porto Alegre, a primeira com maior concentração populacional e a segunda de maior extensão e com características rurais.

Estes diferenciais paisagísticos, em que a dinâmica do capitalismo deixou os seus traços de uma forma mais lenta, atualmente ainda preservam um grande patrimônio natural, que convive lado a lado com unidades habitacionais e atividades agropecuárias. Paisagens que merecem destaque e se constituem como potencial e oferta para o desenvolvimento da prática social do turismo.

O cenário da zona sul caracteriza-se como um mosaico composto pela diversidade, entre o rural e o urbano, os morros e as áreas planas que desenharam pontas e enseadas no Lago Guaíba, onde os núcleos habitacionais e loteamentos clandestinos mesclam-se com as propriedades rurais (ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE, 1998).

Porto Alegre é um município que, historicamente, concentrou seu desenvolvimento nas regiões Centro e Norte. Por esse motivo, parte da zona sul do município manteve características predominantemente rurais, classificada como rururbana, conforme o PPDUA, permitindo inclusive a permanência de áreas preservadas. Porém, o processo de urbanização, principalmente na última década, está desenhando uma nova organização espacial na zona sul da capital, onde a especulação imobiliária ameaça a permanência das áreas rurais.

A atividade turística, nesta porção do território da capital dos gaúchos, tem recebido relativo destaque, sendo considerada importante para a manutenção da matriz rural na zona sul de Porto Alegre, trazendo benefícios não só do ponto de vista ambiental como econômico, uma vez que a produção primária desenvolvida é responsável pela produção de alimentos, pelo sustento de diversas famílias e o turismo pode ser motivador da manutenção das atividades agropecuárias, somando-se a essas para agregar valor.

### ***2.5.1 Área de intervenção***

A área de intervenção em que se deu o processo de pesquisa, de acordo com o PDDUA, está localizada na zona rururbana no extremo sul do município de Porto

Alegre/RS. Pelo redesenho dos bairros da cidade, no PDDUA/2000, a área onde estão localizadas as propriedades agroecológicas, atualmente se encontra numa situação administrativa que sugere indefinição, sendo apresentada como área não cadastrada ou ainda sem denominação, esta última consta no mapa de bairros vigente da Secretaria de Planejamento Municipal para o ano de 2009. Todavia, sua localização no cadastro de endereços da cidade, no planejamento da Secretaria Municipal de Turismo e da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, assim como para EMATER/RS que oferece assistência técnica nas propriedades agroecológicas, constam como localizadas no bairro Lami.

Outra questão relevante é que, topofilicamente, esta área mantém a identidade do Bairro Lami. Nessa perspectiva, identifica-se também o reconhecimento do bairro como Lami pelos proprietários rurais, onde fica evidente o elo afetivo entre a pessoa e o lugar (TUAN, 1974). Ou seja, o amor pelo lugar, onde se incluem todos os laços afetivos do ser humano com o lugar.

Os moradores se reconhecem como moradores do bairro e se identificam com ele. Esta percepção dos moradores também pode ser relacionada ao sentido da palavra *territorialidade*, como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS& SILVEIRA, 2003, p. 19). Identifica-se esta situação nos trabalhos de campo, onde a população faz referência ao bairro como Lami.

Considera-se esta condição um tanto inadequada. A Secretaria de Planejamento Municipal, a partir do novo desenho dos bairros, retira esta área do bairro Lami, porém a deixa sem cadastro. Desta forma, os moradores e os proprietários dos sítios em análise definem o seu pertencimento ao Bairro Lami e assim o será tratado nesta tese. O quadro 1 apresenta as propriedades, suas atividades e endereço, evidenciando o pertencimento ao bairro Lami.

PROPRIEDADE	ATIVIDADE PRODUTIVA	LOCALIZAÇÃO
<b>Sítio Ecoextrema</b>	Produção agroecológica, comercialização e turismo - trilhas e contemplação a natureza.	Rua Luiz Correa da Silva, 7500 - <b>Bairro Lami</b>
<b>Granja Santantonio</b>	Produção agroecológica, comercialização e turismo - degustação, comercialização de produtos hortigranjeiros, passeios de trator, caminhadas, em uma propriedade com muitas histórias dos seus antepassados.	Estrada do Varejão, 2560, Casa 1000 - <b>Bairro Lami.</b>
<b>Sítio Capororoca</b>	Produção agroecológica, recuperação de uma área mata de restinga, e venda de produtos coloniais, trilha. O visitante recebe orientações na área ambiental, sistemas de plantios, cuidados com as plantas, valorização das plantas alimentícias não-convencionais. Alojamento para utilização em atividades realizadas no sítio, tais como estágios, oficinas, intercâmbios.	Estrada do Varejão, 2630, Beco Paraíso, 951 - <b>Bairro Lami.</b>
<b>Sítio do Tio Juca</b>	Produção e comercialização de produtos agroecológicos. O antigo morador do Lami recepciona os visitantes com muita alegria e humor ao mostrar a sua produção e explicar sobre o manejo agroecológico. A família também oferece café rural, mediante agendamento.	Estrada Luiz Correia da Silva, 900 - <b>Bairro Lami.</b>
<b>Sítio dos Herdeiros</b>	Produção agroecológica aliada à transformação de alimento sem doces e conservas caseiras. A preservação da natureza e a certeza de uma melhor qualidade de vida, resgatando a agricultura tradicional e conservando o estilo de vida dos filhos do extremo sul de nossa capital, herdeiros de uma generosa natureza.	Estrada Luiz Correia da Silva, 1050 - <b>Bairro Lami.</b>

Quadro 1 – Propriedades Agroecológicas – Área de Intervenção

Fonte: Site Caminhos Rurais de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.caminhosrurais.tur.br>>  
Elaborado pela autora:

A área de intervenção está localizada na zona sul do município de Porto Alegre, no Bairro Lami, incluindo a área adjacente hoje sem identificação. Apresenta características rurais (Figura 6). Entremeados às atividades agrícolas, é possível observar, neste bairro, campos de várzea com presença de banhados com maricazais e áreas alagadas com evidências de plantas aquáticas, como os aguapés. A mata de restinga ganha destaque, com figueiras, circundadas por uma vegetação baixa junto aos campos manejados para a agropecuária, com presença de butiás e cactáceas. No bairro Lami, identificam-se as últimas expressões das matas de restinga de Porto Alegre.

O aspecto paisagístico do bairro está caracterizado e classificado em três unidades de paisagem distintas, mas que se complementam, a faixa de orla, reconhecida como praia do Lami, as áreas de várzea e planas onde estão localizadas as quatro propriedades rurais 5, 6, 8 e 9 e o morro da Extrema, onde se localiza a propriedade 10, apresentadas na Figura 6, bastante conhecido no final da década de 1990 em decorrência da implantação do Aterro Sanitário da Extrema, hoje desativado.

O Morro da Extrema é uma área elevada da zona sul de Porto Alegre. Neste lugar, encontra-se uma das principais manchas da Mata Atlântica, com evidências de espécies raras e entre estas algumas já ameaçadas de extinção. O Morro da Extrema possui, na sua cobertura vegetal, 60% da área composta por mata, sendo está pertencente ao Bioma da Mata Atlântica com uma grande diversidade de espécies nativas. Historicamente, este bairro foi área rural e balneário da capital. Somente a partir da Lei complementar 434/1999 do PDDUA, passa a ser considerado como área de expansão urbana, o que possibilita a implantação de loteamentos oficiais, porque até então a ocupação urbana ocorria através da informalidade.

A crescente expansão imobiliária tem sido uma ameaça constante para estas áreas que ainda permanecem com baixo grau de ocupação, classificadas pelo Plano Diretor como sendo de ocupação rarefeita, mantendo suas áreas com características rurais e naturais.

O bairro Lami tem seus limites com os bairros Belém Novo e Lageado e com o município de Viamão. Sua localização é privilegiada, está entre os bairros com maior extensão territorial, totalizando 2208 hectares, com uma população de 2699 habitantes, cadastrada pelo Censo 2000/IBGE e distante cerca de 40 quilômetros do centro da capital. É um dos bairros que compõem os Caminhos Rurais de Porto Alegre, sendo um dos poucos

bairros da cidade voltados para o Lago Guaíba. O acesso principal a esse bairro se dá pela rodovia RS 118, também conhecida como estrada do Varejão, assim identificada nos mapas e folders de divulgação do turismo pela Secretaria Municipal de Turismo.

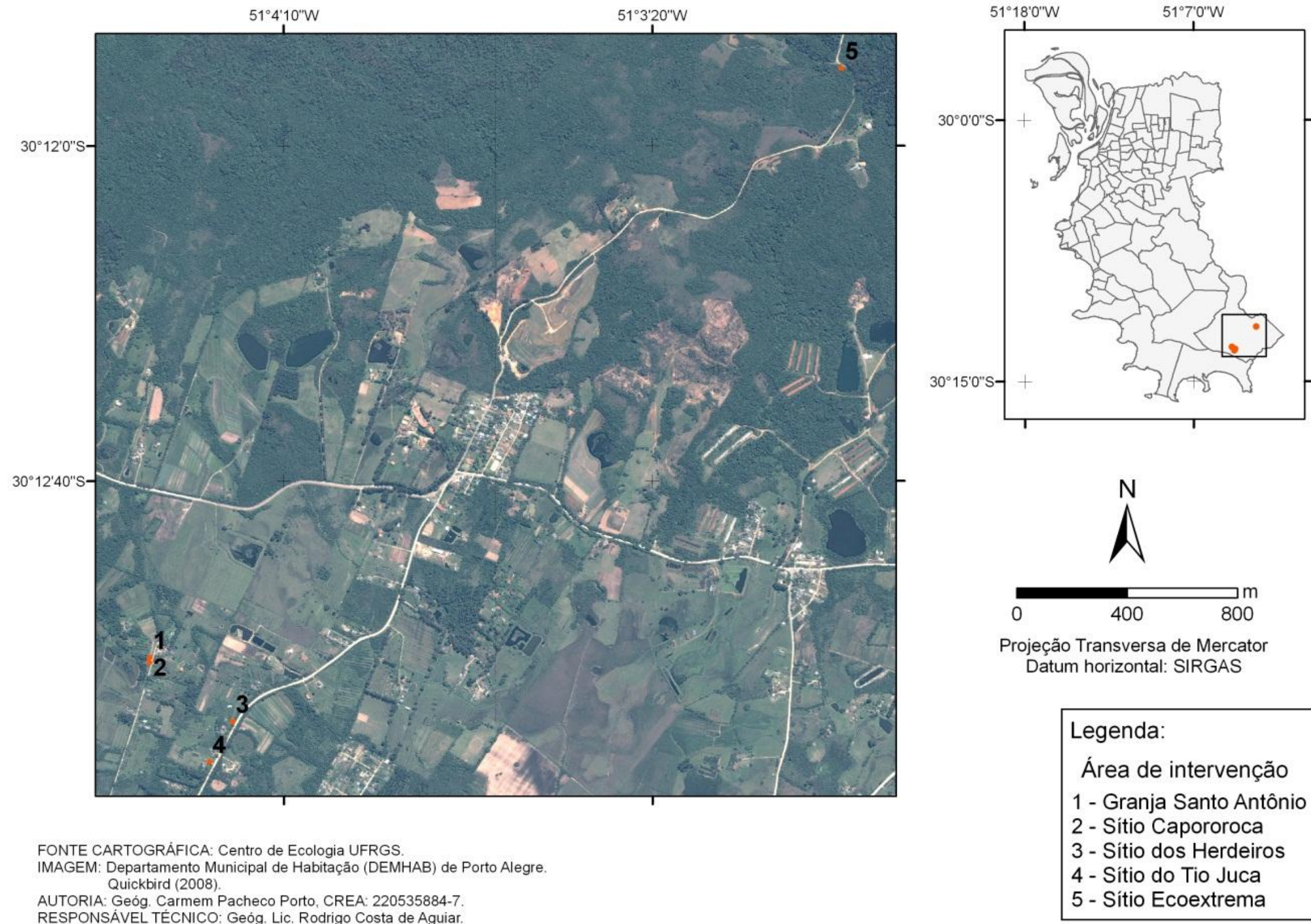


Figura 6 — Área de Intervenção

O bairro Lami foi criado pela Lei 6899/1991 – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Conforme a divisão em macrozonas, que reúne as áreas com tendências de crescimento semelhantes, o Lami está localizado na macrozona 8 (Figura 3), constituindo-se como um território com características rurais relativamente distanciado das intensas aglomerações urbanas que caracterizam predominantemente as áreas central, norte e leste. Porém, a necessidade de afastamento das aglomerações urbanas e a expansão imobiliária geram novas formas de reorganização socioespacial. Ao mesmo tempo em que as populações locais buscam inclusão no mundo globalizado e, portanto, o “progresso” se aproxima com condições de infraestrutura, mobilidade, conforto e formas produtivas, aparecem as contradições no seu estilo de vida que passam a se aproximar dos padrões da modernidade.

Neste contexto e diante de situações que promovem um intenso repensar frente às questões econômica, social e ambiental, conjuga-se uma parcela de moradores históricos do bairro com alguns moradores que chegam à busca de um “novo” estilo de vida, vemos um esforço destes no intuito de ressignificar suas vidas. Neste sentido, passa a haver novas formas de organização de uma parcela destes moradores, objetivando, em parte, o “rompimento” com a organização produtiva e social imposta pelo capitalismo, estabelecendo novas formas organizativas permeadas por laços de solidariedade e convivência comunitária que aos poucos começam a ser percebidas pelas peculiaridades que apresenta.

Neste espaço, convivem populações que historicamente estão naquela porção da cidade e outras que chegam com a compreensão e concepções de vida que se assemelham, imbuídos de coragem e criatividade, modificam o seu cotidiano e o de tantas pessoas que por afinidade, curiosidade, pesquisa, estudo estabelecem uma interlocução com essa comunidade. Essas novas atividades fazem com que hoje existam, no bairro Lami, treze propriedades agroecológicas (EMATER, 2009).

Deste conjunto, as propriedades selecionadas foram o Sítio Ecoextrema, a Granja Santantonio, o Sítio Capororoca, o Sítio do Tio Juca e o Sítio dos Herdeiros (Bairro sem Cadastro, identificado como Lami do qual se originou, conforme consta no cadastro de endereços das propriedades, quadro 1). Além dos critérios já mencionados, essas propriedades adotam a agroecologia e estão localizadas no Bairro Lami, tendo como característica a semelhança entre os sistemas produtivos, a presença de atividades não-agrícolas (ex: turismo) e a proximidade geográfica.



As novas atividades econômicas, conforme as que hoje caracterizam o bairro Lami, no espaço rural brasileiro, ainda são consideradas pouco expressivas, mas o seu crescimento junto a segmentos alternativos do turismo já possui significativa relevância.

Além disso, as inovações criadas com a inserção das atividades “não-agrícolas” são singulares nos locais e nas regiões, devido à introdução de novos produtos voltados para um mercado segmentado. Entre as inovações aqui apresentadas estão o turismo e a produção, transformação e comercialização dos produtos agrícolas diferenciados, assim como as novas dinâmicas organizativas e a relação que os novos atores sociais estabelecem com o ambiente.

Os Caminhos Rurais de Porto Alegre/ Bairro Lami se localizam em uma porção do território da capital gaúcha que no decorrer do tempo histórico apresentou mudanças significativas e mostra hoje formas de organização, produção e comercialização consideradas alternativas.

### **3 A REORGANIZAÇÃO ESPACIAL: RACIONALIDADES QUE INTERAGEM NA FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS**

Para esta análise da reorganização espacial, por meio de arranjos espaciais e dos modos de vida, inclui-se a dimensão econômica. São estabelecidos critérios que permitem alcançar a relativa totalidade das mudanças ocorridas durante o processo de formação territorial, definindo, como limite inicial, a ocupação do município de Porto Alegre em 1751; como limite final, o ano de 2009. Um recorte no tempo evidencia o intervalo entre os anos de 1997 a 2009. Consideram-se as transformações ocorridas desde a escala nacional até as especificidades em uma escala local, das cinco propriedades agroecológicas – objeto desta pesquisa – que compõem os Caminhos Rurais de Porto Alegre.

Adota-se este intervalo de doze (12) anos para ser tratado com maior profundidade porque, nesse período, a opção pela agroecologia emergiu como uma oportunidade de diversificar a produção, criar formas solidárias e justas para comercialização, assim como produzir uma nova relação com o ambiente. Ainda este período está marcado pela inserção de outras atividades para agregar renda como a comercialização direta, a agroindústria e o turismo. Neste contexto, há a necessidade de analisar os diferentes períodos históricos e as rupturas que ocorrem no processo, assim como os setores da economia, do primário ao terciário que em relativa sintonia materializam-se e compõem renda em áreas rurais.

Ao adotar essa linha de análise, impõe-se a noção de espaço, este inicialmente enquanto território. No entanto, a continuidade da análise permite outras conexões, enquanto paisagem e ambiente, para entender a espacialidade que se configura ao longo do processo, e tomam-se como filtros esses conceitos operacionais.

A formação do território brasileiro retrata na sua história a síntese do que ocorreu em cada ponto desse território; portanto, mesmo diante da sua unidade, é possível identificar sua diversidade nas diferentes unidades da federação. A periodização não pode ser rígida, pois interessam as desigualdades e as descontinuidades no dinamismo do território.

Diante disso, é necessário compreender a funcionalidade socioeconômica característica deste processo. No caso da área em estudo, os critérios para avaliar esta funcionalidade são definidos conforme classificação econômica por setores. Enfatizam-se, desde a escala nacional ao local, no setor primário, até as atividades agropecuárias, principalmente a agricultura alternativa, neste caso, a agricultura familiar/agroecologia; no setor secundário, a industrialização, especifica-se sobre as pequenas agroindústrias na transformação de parte da produção agrícola que agregam valor ao produto. No setor terciário, ainda, o comércio, no tempo presente o comércio direto (feiras, propriedades e outros pontos de venda) e os serviços, onde se inclui o turismo como possibilidade de geração de renda.

### **3.1 Primeiro período 1751 - 1960: da formação do território brasileiro ao Bairro Lami – Porto Alegre/RS**

A grande extensão do território brasileiro se constituiu como uma das suas características mais marcantes. Essa extensão traz na sua abrangência a diversidade ambiental, tanto no que se refere aos aspectos naturais como aos aspectos culturais. A sua ocupação vai se delineando durante três séculos na faixa litorânea e no seu entorno, sendo que a ampliação ocorreu a partir da ocupação dos sertões, da exploração de metais preciosos em MG e GO e ainda a expansão para norte e também para o sul, na remodelação de territórios na Bacia do Prata.

Neste contexto, o século XVIII conhece outras tendências na ocupação do território brasileiro. Inicialmente, a agricultura para exportação se constituía como o caminho possível. Já nesse período, a mineração promove o crescimento da população, a formação de núcleos urbanos e a articulação do mercado interno na colônia. A exploração do ouro foi dominante no século XVIII, e as *gerais* tornaram-se o centro polarizador da colônia. É neste momento que os rebanhos de gado do sul do país adquirem importância, fazendo com que a economia do Rio Grande do Sul se tornasse subsidiária da economia de exportação do centro do país.

A articulação do Rio Grande do Sul, ainda pouco expressiva no século XVII, se dá através do elemento humano nativo, aqui numeroso, que começou a atrair o zelo incansável do jesuíta e a ação escravista predatória do bandeirante (LAZZAROTTO, 1982, p. 30). Nesta perspectiva, as missões jesuíticas, apresentam-se como uma importante fonte de mão-de-obra, onde os índios já se achavam aldeados e adestrados para o trabalho e para a obediência (PESAVENTO, 1997, p. 8).

Nesta atividade, os paulistas, que também pertenciam a uma área desvinculada do processo agroexportador, lançam-se no apresamento de índios que serviam de mão-de-obra nas lavouras de cana-de-açúcar no nordeste. Mais tardiamente, o gado passa a ser a riqueza que desperta a cobiça humana, e o seu comércio se intensifica. O gado era levado do sul do Brasil pelos bandeirantes até as feiras de São Paulo e Minas Gerais, de onde eram distribuídos para outros pontos do Brasil. Segundo Pesavento (1997, p. 9), estava lançado o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro.

Os portugueses que vinham de São Paulo e Minas Gerais criavam algumas estâncias no sul. A partir do caminho para a Colônia do Sacramento, surgem alguns povoados junto aos campos de Tramandaí e Viamão, que deram origem aos municípios que receberam estes nomes. Foi desta forma que, entre os portugueses que vieram para o extremo sul do Brasil, dois sesmeiros receberam terras nos campos de Viamão no ano de 1732 (MACEDO, 1998, p. 19). O interesse não era povoar, mas apreender o gado abundante na região para comercializar em outras capitânicas.

Na abrangência dos campos de Viamão, onde foram doadas as sesmarias para a criação de gado, estava a área da futura cidade de Porto Alegre. Há registros de que o marco inicial da ocupação do Porto de Viamão, através da posse da sesmaria por Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, ocorreu em 1740. O documento de doação da Sesmaria é considerado a certidão oficial do reconhecimento de Porto Alegre como domínio português. Além da Sesmaria de Jerônimo de Ornelas, outras duas sesmarias foram concedidas na área abrangida hoje pelo município.

O povoamento da região denominada Porto de Viamão, contudo, começou em 1752, com a chegada dos casais açorianos trazidos por meio do Tratado de Madri para se instalarem nas Missões, região do Noroeste do Estado que estava sendo entregue ao governo português em troca da Colônia de Sacramento, nas margens do Rio da Prata. As Guerras Guaraníticas dificultaram a entrada desses grupos no território das Missões e ainda houve a demora na

demarcação dessas terras. Os açorianos permaneceram no então chamado Porto de Viamão, primeira denominação de Porto Alegre.

Com a vinda dos casais açorianos, outro nome ganharia aquele local – Porto dos Casais – que se tornou o mais conhecido (MACEDO, 1998, p. 22). Nesse período, havia interesse na ocupação das terras do sul do Brasil, no intuito de ocupar e proteger. As primeiras propriedades foram concedidas na região que se estendia de Tramandaí aos Campos de Viamão.

Identificam-se duas formas de concessões de propriedade que ocorriam de forma gratuita: a data (do latim *datus* – dado) e a sesmária, que se diferenciavam pela extensão. As sesmarias eram terras devolutas, medindo aproximadamente 13000 hectares e a data 372 hectares. Além dessas duas formas de concessão de terra, em algumas situações definia-se outra possibilidade que era chamada de meia-data, ou seja, a metade de uma data.

No Rio Grande do Sul, as sesmarias destinavam-se à criação de gado, enquanto as datas, com a chegada dos casais açorianos, destinavam-se à agricultura (LAZZAROTTO, 1982, p. 32-3). Havia um documento que disciplinava o estabelecimento dos açorianos no Brasil. Constava, neste documento, que os casais deveriam se fixar em número de sessenta (60) em terras devolutas de cada localidade. Onde eram distribuídas as datas, deveria destinar-se uma (1) légua quadrada da terra para o logradouro público; nessa seria demarcada a praça, na intenção de erguer a igreja.

O incentivo à imigração açoriana para o sul do Brasil pode ser atribuído a duas situações: o desejo dos ocupantes da Ilha dos Açores de habitar novas terras, devido à superlotação e as precárias condições em que se encontravam na ilha, e a necessidade de se criar outra forma de ocupação no Brasil, desvinculada do tipo de propriedade chamada sesmária. Considerava-se que, desta forma, seria criada uma classe social intermediária ligada à agricultura; até então, as concessões eram feitas através de sesmarias.

Dessa forma, a coroa portuguesa publica, nos Açores, um edital, conclamando casais para se estabelecerem no Brasil. A princípio, as condições oferecidas para viver na colônia eram favoráveis; a continuidade do processo demonstrou, no entanto, aquilo que os açorianos já haviam percebido na chegada: as facilidades oferecidas inicialmente pela coroa não se concretizavam.

A chegada dos açorianos ao Porto de Viamão aumentou o movimento, e este passa a ser conhecido como Porto dos Casais. Como, logo no início, os casais

açorianos não recebem terras, procuram desenvolver suas atividades em terras públicas localizadas nas proximidades do Lago Guaíba. As atividades como a construção de barcos e a plantação de pequenas roças na faixa de domínio público foram crescendo (MACEDO, 1998, p. 26). Estes casais ficaram, aproximadamente, 20 anos estabelecidos precariamente à margem do Lago Guaíba.

As terras – que mais tardiamente foram destinadas aos açorianos – se destinavam ao uso agrícola com base em mão-de-obra familiar, objetivando suprir as necessidades de subsistência da colônia portuguesa e, no território gaúcho, para abastecer as tropas sediadas. No entanto, o principal produto agrícola cultivado nestas propriedades foi o trigo e, com a instalação de moinhos para a produção de farinha, esse produto adquiriu valor agregado e tornou-se importante, alcançando a escala comercial.

Segundo registros de Augusto Saint Hilaire, em 1820, a colonização açoriana está relacionada a novas práticas agrícolas.

Nas chácaras, junto às casas, havia um pomar cercado de valas profundas, [...]. Nesses pomares, geralmente muito grandes, plantavam-se laranjeiras, pessegueiros, parreiras, legumes, entre os quais, podiam ser encontrados chicórias, cebola, mostarda, nabo, aipo, couve, couve-flor e algumas espécies de flores (METZ, 2002, p. 18).

Os açorianos traziam a tradição do cultivo de trigo, cevada, legumes, frutas, hortaliças, uva (vinho) e criavam ovinos e bovinos. Essa tradição se explica pelo distanciamento do arquipélago dos açores em relação ao continente europeu, que promoveu o desenvolvimento da agropecuária para subsistência.

Em 1772, houve a demarcação de lotes, na estância que deu origem à futura Porto Alegre, conferindo uma data, com o título legítimo a cada casal. A sesmaria loteada então pertencente a Inácio Francisco, também açoriano, anteriormente pertencera a Jerônimo de Ornelas, conhecido como proprietário da sesmaria onde se ergueu Porto Alegre (LAZZAROTTO, 1982, p. 43).

A cidade de Porto Alegre foi fundada em 1772, quando foi criada a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, um ano depois alterada para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Em 1773, Porto Alegre se tornou a capital da capitania. (PORTO ALEGRE, p. web)

A cultura do trigo foi desenvolvida pelos açorianos no período compreendido entre 1772 a 1820. Esse produto era escoado por Porto Alegre para ser exportado para outras regiões, promovendo o desenvolvimento portuário e o desenvolvimento urbano (SOUZA & MÜLLER, 2007, p. 11). Inicialmente, essa cultura apresenta resultados favoráveis, porém, com o tempo, os agricultores sentiam-se explorados pela fazenda real e encontravam dificuldades na inserção do produto em um mercado extremamente competitivo. Entre os fatores que concorrem para o surgimento de outra forma de produção e organização, inscreve-se a cultura criada até então no Rio Grande do Sul, onde era mais favorável, naquele momento, formar estâncias para a criação de gado do que dedicar-se à agricultura.

As charqueadas e a necessidade do charque para alimentação, prioritariamente na região das minas, promovem a valorização da carne seca, do couro e do sebo. Já no final do século XVIII, a decadência das minas significou uma retração na procura pelo gado usado para abate e transporte. No entanto, internamente, o uso do gado como matéria-prima na produção de charque é fundamental na economia do Rio Grande do Sul, junto ao trigo, que se mantém em evidência até a segunda década do século XIX.

No que se refere aos açorianos, os que conseguiram acumular um pouco de recursos financeiros com a produção de trigo se orientaram para a pecuária. Cria-se um mercado regional para o gado na produção de charque, que serve de alimento para os escravos. Consta que, já no século XVIII, o colonizador açoriano ocupava as terras que hoje pertencem ao bairro Lami e a zona adjacente. Portanto, muitos dos atuais moradores do bairro são descendentes do colonizador português da Ilha dos Açores.

No século XIX, na região onde atualmente situa-se Porto Alegre, as estâncias, mesmo implantando a criação de gado, também somam a esta culturas agrícolas, que no seu fazer cotidiano devem ser mantidas mesmo que em pequenas proporções com vistas à economia doméstica. Mesmo identificando dificuldades para a produção agrícola em escala comercial e a oportunidade da busca de uma atividade produtiva reconhecida e menos arriscada, como a pecuária, esses colonizadores trazem nos seus hábitos a produção agrícola. No entanto, também não desprezam o prestígio de ser estancieiro.

Os açorianos eram reconhecidos como pequenos agricultores, mas o comércio do gado no Rio Grande do Sul, também atraiu estes colonos. Tendo recebido pequenas datas de terra e residindo em vilas, os colonos açorianos introduziram no estado a policultura. Assim, plantavam produtos que lhe garantiam a subsistência e vendiam o excedente.

Neste processo de ocupação do estado, evidencia-se que, onde hoje se localizam alguns dos bairros que compõem os Caminhos Rurais, em especial o bairro Lami, no século XIX, pertencia a um casal que havia recebido as terras juntamente com outros casais açorianos. Estes receberam datas localizadas nos campos de Viamão, onde, atualmente, situam-se Morro Grande e Águas Claras. Com dificuldade de adaptação, foram se espalhando pela planície da Laguna dos Patos e destes pelo menos um casal teria ocupado parte das terras que hoje formam o bairro (PLANO DE MANEJO PARTICIPATIVO RBL, 2002).

Na história dos Caminhos Rurais, fica evidente que, nesta porção do território, no passado, existiam as estâncias. Essas teriam evoluído a partir do retalhamento de uma sesmaria em datas onde se associam a criação de gado com atividades agrícolas para a subsistência. O açoriano, até então considerado pequeno agricultor, teria duas destinações: tornar-se um estancieiro ligado à criação de gado ou ser expropriado, mesmo que parcialmente, da terra. Nas palavras de um morador do bairro Lami, “as pessoas deste bairro não guardam a tradição, muitos não sabem nem o significado do nome do bairro. O que é Lami? Aqui não guardamos a história, isto é característica da colonização açoriana” (proprietário do Sítio do Tio Juca, produtor rural e aposentado, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami).

Segundo informações contidas no Plano de Manejo Participativo da Reserva Biológica do Lami/2002, a origem do nome Lami é incerta. Para Sampaio (1995) *Lami* é um nome de origem hebraica [...]. Ainda consta que, na África Central, existe um forte – antigamente propriedade francesa – que também se chama Lami. Outro morador do bairro, Alci Bernardes, nascido em 1929, possivelmente descendente de Fernando Bernardes, que comprou a propriedade do casal de açorianos que a recebera através de doação, diz que o nome Lami teria se originado da repetida referência a um francês que viveu na ponta do Coco, no final do Século XIX e que se autodenominava L’ami (o amigo), dando nome à Praia do L’ami (PLANO DE MANEJO PARTICIPATIVO DA RBL, 2002). Desta forma, o bairro também recebeu o mesmo nome, Lami.



O estado do Rio Grande do Sul, no final do século XVIII e início do século XIX, se insere no processo de descolonização ocorrido no Brasil. O desenvolvimento do sistema colonial no território brasileiro, ao mesmo tempo em que criava processos produtivos relacionados às demandas metropolitanas, promovia sua superação.

A diversificação produtiva e os novos grupos sociais advindos desta em suas formulações demonstram interesse no atendimento de seus próprios objetivos, que se diferenciavam dos da metrópole. Desta forma presenciamos, no cenário nacional, um momento de crise política, com a eclosão de vários movimentos sociais em vários pontos do território brasileiro. Já os produtores sulinos mantêm uma economia subsidiária à economia nacional de exportação com o gado e o charque. Em nível nacional, o setor de ponta cafeeicultor produzia para o mercado internacional, onde adquire poder a elite ligada à cafeeicultura.

O século XIX é marcado por várias questões no Rio Grande do Sul: mudança nas atividades produtivas com a decadência da cultura do trigo, produção de charque, a Guerra dos Farrapos. Mas essa fase também se caracteriza por uma intensa imigração europeia, que contribuiu de maneira significativa para a formação do estado. Ainda, possui relevância o desenvolvimento portuário em decorrência do fluxo de mercadorias que promoveu o desenvolvimento local e regional.

A imigração realizou-se com vários objetivos, entre os quais, a ocupação das áreas de mata, em terras que não interessavam aos criadores de gado. Entretanto, para o estado, a sua importância também se faz pela produção agrícola diversificada e de manufaturas, que também proporcionou o desenvolvimento do comércio.

A perspectiva de diversificação da estrutura produtora surge com vistas ao abastecimento interno, na intenção de reduzir as importações de alimentos. Inicialmente, os imigrantes europeus no Rio Grande do Sul desenvolviam a agricultura de subsistência para o sustento da família; a partir dos anos de 1840, ocorre o desenvolvimento de uma agricultura em escala comercial de gêneros alimentícios, para o abastecimento da capital, Porto Alegre. Já em 1870, há a ampliação para uma escala nacional, que passa a abastecer o centro do país (PESAVENTO, 1997, p. 47).

A imigração para o Rio Grande do Sul, tanto de açorianos como de demais europeus incrementou a produção agrícola no estado, atenuando a estagnação que atravessava a pecuária. O crescimento da exportação de alimentos contribuiu enormemente para o destaque e inserção do estado no contexto nacional alçando o estado à condição de preferido pelos

imigrantes de todo o mundo – alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses – que para cá acorrem, a partir de 1824.

A virada do século XIX para o início do século XX foi marcada pela competição criada em relação aos principais produtos da economia gaúcha. Os gêneros de subsistência eram barateados porque atendiam a uma demanda do mercado interno. Além disso, o charque gaúcho sofria a concorrência estrangeira. Considera-se também a sua baixa qualidade e as atitudes tomadas no intuito de enfrentar as dificuldades. Internamente, a charqueada pressionava para baratear o preço do gado (PESAVENTO, 1997, p. 70-1). Enquanto na economia do estado de uma forma geral predominava a agropecuária.

Paralelamente o desenvolvimento industrial de Porto Alegre acontece em decorrência da retração na importação de produtos manufaturados do exterior durante os conflitos mundiais. Com isso, os produtos nacionais passaram a ter maior aceitação no mercado interno, instalando-se durante o século XX, uma industrialização diversificada na capital gaúcha que acompanha uma tendência nacional.

Neste período, a porção do território onde hoje se localiza o bairro Lami e as áreas adjacentes ficaram conhecidas pela produção de mandioca e sua transformação em farinha. A produção de farinha acontecia nas tafonas, descritas pelos moradores do bairro como pequenos engenhos de madeira movidos por tração animal. Também eram desenvolvidas outras atividades como a produção de telhas e tijolos nas olarias.

Às margens do Arroio Manecão, que drena o bairro Lami, havia um trapiche e uma vagoneta sobre trilhos para carregar as embarcações que abasteciam o comércio de Porto Alegre com farinha, tijolos e telhas (PLANO DE MANEJO PARTICIPATIVO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAMI, 2002). As olarias direcionavam a sua produção para o fornecimento de material de construção para abastecer a cidade.

No imaginário dos agricultores que, ao longo de suas vidas, tiveram suas famílias estabelecidas e produziam nesta região, destacam-se os detalhes sobre produção desenvolvida em décadas passadas. Esses agricultores demonstram afetividade pelo lugar; ao mesmo tempo, preocupação com a falta de valorização e com o desmonte destas áreas com características rurais.

No passado nas propriedades rurais plantavam mandioca para produzir farinha. A média do tamanho das propriedades era entre 100 e 200 hectares. As embarcações vinham carregar a farinha, tinha um trapiche na Praia do Lami. Na entressafra da mandioca, era realizada a derrubada do mato nativo de onde era retirada a lenha para comercialização. Sempre produziam tudo o que necessitavam para o consumo. Na

Bacia do Arroio Manecão havia 10 olarias e 20 tafonas de farinha. Tudo foi desativado e as pessoas foram deixando as propriedades e reforçando a formação de vilas. (proprietário do Sítio do Tio Juca, produtor rural e aposentado, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami)

Para os órgãos oficiais IBGE e INCRA, atualmente, predominam em Porto Alegre propriedades rurais que apresentam uma oscilação entre uma extensão menor que um módulo fiscal e cinco módulos fiscais, ou seja, verificam-se valores inferiores a 20 hectares e valores que chegam a 100 hectares. No que se refere à produção de tijolos, atualmente existe apenas uma olaria em operação no bairro Lami. O abandono das olarias é atribuído a questões como o impacto gerado pela extração de barro e a falta de lenha usada como energia. Inicialmente, a lenha necessária para a geração de energia era retirada da derrubada do mato mencionada pelo agricultor no parágrafo anterior; a extração mineral, por sua vez, era feita sem um controle efetivo. Outro fator considerado importante para a decadência das olarias foi a concorrência que se estabeleceu com o tijolo (seis furos) vindo de Santa Catarina (PLANO DE MANEJO PARTICIPATIVO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAMI, 2002).

Já a produção de farinha de mandioca contribuiu para a economia do município até a primeira metade do século XX. Nesse período, a farinha de mandioca era produzida com uma tecnologia mais avançada resultante do processo industrial, ocasionando o desaparecimento desta atividade local, assim como as tafonas. Ainda cabe destacar a importância da atividade agrícola como meio de subsistência ao longo da história na área rural de Porto Alegre, onde a influência açoriana deixou traços significativos na agricultura de subsistência.

O período foi marcado pela industrialização brasileira, impulsionada em decorrência dos dois grandes conflitos mundiais que se encerraram em 1945. Houve a necessidade de produzir o que, anteriormente, era importado, sendo a industrialização caracterizada pela substituição de importação. As relações internacionais, neste momento histórico, são redefinidas, acompanha-se no Brasil uma transferência na relação de dependência externa da Inglaterra para os Estados Unidos.

A industrialização veio após um período caracterizado como de crise para a economia brasileira, em que os produtos agrícolas tradicionais enfrentavam a concorrência externa. A riqueza acumulada com a produção de café concentrava-se na região Sudeste – RJ, SP, ES e MG– sendo responsável pela retomada da industrialização no Brasil. Alguns motivos se constituíram como fundamentais nesse processo: mercado consumidor interno, grupo de

cafeicultores disposto a inovações no modo de produzir, trabalhadores livres adquirem poder de consumo, modernização dos transportes, aumento da população e conseqüentemente a liberação de capitais que passam a ser investidos na indústria. Portanto, as crises de produção e preços do café no mercado internacional oportunizaram a transferência de capitais, antes aplicados na atividade cafeeira para o setor industrial.

A partir de 1930, durante a era Vargas, houve grande apoio à indústria nacional, com a criação da indústria de base para dar sustentação ao processo industrial. Em 1950, o surto desenvolvimentista representou um marco na internacionalização da economia brasileira. Em síntese, a busca do desenvolvimento, nesse período, resulta na dependência tecnológica e endividamento externo.

No início do século XIX, a ocupação do Rio Grande do Sul ainda era incipiente, tendo apenas quatro municípios regularizados: Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, Viamão e Porto Alegre. Esta configuração territorial demonstra a ocupação gerada neste período em função da busca do indígena e do gado, e também do trigo, fruto da colonização açoriano-portuguesa.

Por essa época, conforme Pebayle (1975), pode ser notada uma clara diferenciação na formação socioespacial do Rio Grande do Sul, extremamente materializada na paisagem, ou seja, entre a região norte, minifúndio com base na agricultura, e a região sul, latifúndio pastoril. Somente no século XX, a evolução municipal apresentou traços significativos e a formação de municípios em vários pontos do território, indicando o traçado atual do território gaúcho (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL).

As formas produtivas diferenciadas com modos de vida singulares espacializam o território gaúcho, demonstrando uma relativa dualidade. Na metade sul, as estâncias expressam na paisagem uma ocupação que aparentemente não provoca grandes alterações ambientais. Já na metade norte, há uma grande fragmentação na estrutura fundiária, proveniente da sua ocupação através da forma de colonização ali estabelecida.

A origem e formação do estado do Rio Grande do Sul é, predominantemente, alicerçada nas atividades agropecuárias que, juntamente com a agricultura, constitui base econômica do estado. Entretanto, a configuração não demonstra apenas uma ocupação diferenciada em termos de paisagem; o que refletem estas paisagens são as formas diferenciadas de apropriação da natureza. Na metade norte, o tamanho das propriedades e as características da colonização promoveram uma ocupação intensiva da terra com a produção de alimentos. Na metade sul, as estâncias de criação de gado – pela sua extensão –

promoveram uma ocupação dispersa e produção extensiva. Porém, cabe salientar que a imigração proveniente da ilha dos Açores e dos demais países europeus promoveu, além do desenvolvimento agrícola, o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais no território gaúcho, tendo os colonos uma significativa parcela de responsabilidade no desenvolvimento econômico do estado, do setor primário ao terciário.

### **3.2 Segundo período 1960 – 1990: da modernização da agricultura à agroecologia**

O período de 1960 a 1990 foi marcado por transformações que resultaram em alterações na estrutura fundiária e mudanças tecnológicas no processo de produção agrícola na área em estudo, que se associam às transformações em escala global/nacional.

A década de 1960 é marcada pela modernização da agricultura no Brasil. Os benefícios da chamada Revolução Verde que se iniciou na Europa com o término da Segunda Guerra Mundial também chegaram ao Brasil com o principal objetivo de aumentar a produção e a produtividade das atividades agropecuárias, baseando-se nos pacotes tecnológicos com uso intensivo de insumos químicos, variedades geneticamente melhoradas, expansão dos sistemas de irrigação e intensa mecanização. Considera-se que, em 1970, acentuou-se extraordinariamente uma política conjugada entre o Estado brasileiro e as multinacionais no intuito de reforçar o capitalismo no campo, através de preços mínimos, créditos para investimentos, subsídios para a compra de insumos modernos e maquinários, além de pesquisas realizadas pelos institutos do Estado, que visam o melhoramento de sementes e assistência técnica e promovem uma mudança tecnológica (GORENDER, 2004, p. 37).

Foram, na verdade, práticas políticas e inovações técnicas que permitiram o aumento da produção, mas causaram danos à sociedade e à natureza. E ameaçaram o futuro da agricultura, pois ela depende do solo, das reservas de água e da diversidade genética natural. Desta forma, questiona-se a sua sustentabilidade, pois há evidências que não garante a alimentação da população e deteriora as condições que a tornam possível (PORTO, 2002, p. 31).

Conforme Gliessman (2000, p. 34-5), a agricultura convencional possui prioritariamente dois objetivos: maximização da produção e do lucro. Nesta lógica, ocorrem

práticas de uso intensivo do solo, monocultura, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico e manipulação genética das plantas cultivadas. Decorrente de tal prática é possível apontar ao menos cinco problemas que resultam em outras consequências, conforme será explicitado no Quadro 2.

RECURSOS/PRÁTICAS	PROBLEMAS
Solo	Degradação pela perda da matéria orgânica e da estrutura, ocasionada pela falta de cobertura vegetal, consequência da redução de sua fertilidade e compactação.
Monocultura	Vastos cultivos da mesma planta são mais suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas.
Fertilizantes	Produzidos em grandes quantidades, a partir de combustíveis fósseis e da extração de depósitos minerais, satisfazem as necessidades de nutrientes das plantas em curto prazo, fazendo os agricultores ignorarem os processos e não pensarem na fertilidade em longo prazo.
Sementes híbridas	Produção mais recente pela recombinação de genomas, com genes oriundos de diversos organismos. Perdendo-se com isso as sementes crioulas.
Pacotes tecnológicos	Envolvem o uso de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, tornam os agricultores dependentes de produtores comerciais.

Quadro 2 – Problemas decorrentes da agricultura convencional  
Elaborado pela autora a partir de Gliessman (2000, p. 34-5)

No Rio Grande do Sul, a modernização da agricultura promoveu o desenvolvimento da monocultura do arroz, da soja e do trigo. São cadeias produtivas fortemente ligadas ao capital e aos recursos tecnológicos. O desenvolvimento da agricultura convencional teve um papel fundamental na formação de opinião de que esta seria a única forma possível de produzir e obter lucros. Aqueles que não a adotavam eram considerados atrasados.

Na região das estâncias, se estabelece o arrendamento da terra, em que os proprietários mantêm a pecuária e arrendam parte da propriedade para a produção de arroz e trigo. No entanto, a soja é implantada na região das colônias. Esta se constitui como um alento ao setor primário que enfrentava problemas neste período.

Nas décadas de 1960 e 1970, atribuía-se às áreas de colonização os problemas relativos à baixa produtividade, ao grande parcelamento de terras e esgotamento dos solos

pelo seu uso intensivo, que são associados à política de baixos preços dos produtos agrícolas. Ocorre, neste período, o êxodo rural, tanto internamente no estado como para as outras unidades da federação. A especulação que se cria em torno da terra faz com que parte desta massa de população, expulsa do campo, procure terra em pontos do território onde esta não se encontre tão valorizada. Ainda outra parte, em busca de trabalho, se concentra nos centros urbanos, em especial na capital do estado.

Se a concentração fundiária e o setor agrícola expulsam a população do campo, a indústria que se desenvolve neste momento gera um incremento populacional na cidade de Porto Alegre. Em 1960 a população totalizava aproximadamente 641 mil habitantes; em 1970, alcançou a marca de 885 mil habitantes. Neste período, ocorre a expansão urbana para os municípios localizados nas suas imediações, impulsionada pela indústria que inicia sua dispersão na região metropolitana. Nestas décadas, 1960 e 1970, há a instalação das primeiras indústrias em Gravataí, a criação do Distrito Industrial e a construção da BR-290, com acesso a este município.

Verifica-se uma redução na participação de Porto Alegre no setor industrial. Paralelamente há ampliação e diversificação do setor terciário, principalmente das atividades comerciais e financeiras. Além destas, evidencia-se a prestação de serviços relacionados à saúde, ao lazer, à cultura, entre outros. O fenômeno da metropolização também promove a implantação de indústrias nos outros municípios – como Canoas, Esteio e Cachoeirinha – onde a construção de rodovias facilitou o fluxo de pessoas e de mercadorias.

As respectivas décadas, 1960 e 1970, com o desenvolvimento industrial, marcaram uma mudança de escala na dimensão das áreas urbanas das cidades no território brasileiro. Entre os fatores responsáveis pelas referidas transformações estão o êxodo rural e também a saída de pessoas das cidades de menor porte em direção aos grandes centros, promovendo a concentração populacional. Elas buscam áreas periféricas, menos valorizadas nas capitais e nos municípios no entorno dessas, ocasionando, desta forma, o que é entendido como conurbação de áreas urbanas.

Esse período é marcado por um decisivo aumento populacional. A população da região metropolitana de Porto Alegre RMPA passou de 590 000 habitantes em 1950 para 1 531 000 habitantes em 1970. Em termos percentuais, este crescimento populacional na RMPA significou uma evolução de 14,2% em 1950 para 23,3% em 1970, quando comparada à população do Rio Grande do Sul.

A área portuária em Porto Alegre ainda era o principal acesso, conjugado não apenas às indústrias, mas também às atividades comerciais que se desenvolviam no seu entorno. Soma-se ao acesso portuário o ferroviário, viabilizando o dinamismo das atividades econômicas na capital. Nesta época, os produtores gaúchos, entre os quais se incluem pecuaristas, arrozeiros, industriais, enfrentam problemas quanto à inserção dos produtos gaúchos no mercado interno brasileiro. A soja alcança preços compensadores porque é produzida para atender as demandas do mercado internacional.

Verifica-se que os problemas advindos da modernização da agricultura geram alternativa a essa e se constituem em uma mudança de paradigma. Os problemas decorrentes da agricultura convencional, como a intensa mecanização, a concentração fundiária, a dificuldade de comercialização direta da produção, promovem em uma parcela deste segmento produtivo a busca de outros sistemas produtivos desvinculados do aparato tecnológico presente na agricultura convencional; no caso em estudo, os sistemas agroecológicos.

Entretanto, para compreender as origens da agroecologia, precisamos nos remeter a um período relativamente distante, a década de 1930. Segundo Gliessman (2000, p. 55), nesse momento histórico os ecologistas propuseram o termo agroecologia como a ecologia aplicada à agricultura. O autor também se refere a várias etapas que se sucederam na construção conceitual e na operacionalização da agroecologia, que encerra um arcabouço de princípios que norteiam um método próprio para o estudo e desenvolvimento de agrossistemas, conforme sequência apresentada no quadro 3.



PROCESSO	CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E OPERACIONALIZAÇÃO
1920	Interface entre a agronomia e a ecologia.
1930	Origem do termo “agroecologia”, entendida como a ecologia aplicada à agricultura.
1940	Agroecologia como ciência experimental aplicada a sistemas naturais; a agronomia passa a ser norteada pela busca de resultados; adotam-se princípios e diretrizes que serão denominados como Revolução Verde.
1950	Visão sistêmica – conceito de ecossistema forma fundamentos para novas concepções na agricultura a partir de uma perspectiva agroecológica.
1960-1970	Estas décadas se caracterizam pelo intenso questionamento; inclui-se neste cenário a ecologia e o interesse pela sua aplicação na agricultura.
1980	A agroecologia se constitui como fundamento teórico-metodológico para o estudo de agroecossistemas.
1990 - 2000	Operacionalização da agroecologia, inclusive com políticas públicas de fomento ao seu desenvolvimento.

Quadro 3 – Histórico da agroecologia  
Elaborado pela autora a partir de Gliessman (2000, p. 55-6)

Dessa forma, a agroecologia contribuiu para o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade na agricultura (GLIESSMAN, 2000, p. 55-6). Em uma abordagem holística, ela permite a integração dos elementos que compõem a sustentabilidade, fundamentada em princípios ecológicos, econômicos e sociais.

No contexto da Conferência de Estocolmo, em que tem origem a elaboração teórica do desenvolvimento sustentável, na década de 1970, surge a agroecologia enquanto formulação teórico-metodológica. Esse período histórico propicia o questionamento da agricultura convencional, já na década de 1980, e a sua operacionalização, inclusive no âmbito das políticas públicas, em 1990. É também nesse contexto que ocorrem transformações locais (área de estudo) e se revelam através de mudanças na estrutura

fundiária, nas formas de produção, nas relações entre os proprietários, na comercialização da produção e que se materializam no espaço geográfico e também na inserção de outras atividades não agrícolas, como o turismo.

Em relação à estrutura fundiária, os proprietários rurais do bairro Lami apresentam informações que manifestam conhecimento sobre o tamanho das propriedades rurais na zona sul e no bairro (criado oficialmente em 1991), estas com dimensões muito superiores às atuais. Tais proprietários atribuem o fato do parcelamento prioritariamente a heranças. Consideram que no passado as propriedades rurais eram grandes. “Encontra-se no registro de imóveis escrituras a exemplo da propriedade do Sr. Assis Chatobreiro com 5.000hectares. Com o tempo foram sendo fracionadas e divididas entre herdeiros, hoje é possível encontrar propriedades entre 50 e 5 hectares, onde o fracionamento tem continuidade há propriedade com menos de 1hectare” (proprietário da Ecoextrema, produtor rural e geólogo, morador do morro do Extrema - Lami). Por este relato é possível identificar que a dimensão da propriedade referida supera a extensão atual da reconhecida pela população como bairro Lami.

Ainda na perspectiva de parcelamento por herança, é citado outro exemplo de uma propriedade que se mantém parcialmente e compõe os Caminhos Rurais, “a Granja Lia que totalizava 500 hectares, hoje o proprietário possui 50 hectares. O referido proprietário é um dos poucos que se manteve na área rural”(proprietária do Sítio Capororoca, produtora rural e engenheiro agrônomo, moradora do Beco Paraíso - bairro Lami).

Numa afirmação relativamente diferenciada, que apresenta uma percepção dos últimos 50 anos e que, no entendimento do entrevistado, foi o período de maior divisão das terras que hoje compõem o bairro, tem-se o seguinte depoimento: “A tradição do Lami não é de grandes fazendas. Tenho conhecimento que a família Bernardes possui a maior propriedade, em torno de 500 hectares. Nos últimos 50 anos, houve maior retalhamento pelos inventários” (proprietário do Sítio do Tio Juca, produtor rural e aposentado, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami).

Na área de intervenção definida para esta pesquisa, os imóveis rurais se caracterizam como pequenas propriedades, compostos de área inferior a 15 hectares; portanto, com uma área inferior à correspondente a um módulo fiscal no município de Porto Alegre corresponde a 20 hectares. Observa-se uma variação no tamanho das propriedades rurais que compõem a área de intervenção de 13,54 hectares, da propriedade 5, a 1,04 hectare da propriedade 4, representadas na Figura 6. As demais

propriedades, também representadas na Figura 6, oscilam entre 2 hectares e 9 hectares.

Em todas as referências sobre as atividades econômicas desenvolvidas no bairro, as maiores evidências são sobre a produção de mandioca, arroz, leite e frutas. O que também está presente nas palavras de uma proprietária rural: “Tenho conhecimento de que as atividades produtivas desenvolvidas anteriormente são plantações de mandioca, de arroz e de leite” (proprietária do Sítio Capororoca, produtora rural e engenheiro agrônomo, moradora do Beco Paraíso - bairro Lami).

Na zona sul do município, a produção de arroz tem diminuído sensivelmente. Esse fato pode ser atribuído à diminuição do tamanho das propriedades e também às diferentes possibilidades que se apresentam na diversificação da produção. Atualmente, a lavoura orizícola está mais concentrada a noroeste do município de Porto Alegre, nas áreas de várzea do rio Gravataí.

Outro proprietário faz referência à produção de mandioca e à extração do granito: “Há mais de 40 anos moram no Lami. Produziam a mandioca e praticaram extração do granito numa propriedade localizada no Morro da Extrema” (proprietário do Sítio dos Herdeiros, produtor rural, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami).

A mandioca destinada à transformação em farinha, que, no período anterior, foi um dos principais produtos, hoje se constitui como um produto agrícola presente no contexto da produção de alimentos do município, mas voltado para o mercado local.

A partir de 1930, o crescimento de Porto Alegre e a necessidade de infraestrutura no processo de urbanização tiveram como base o uso do granito na construção civil. O granito era usado nas principais ruas do centro da cidade, nas residências e nas obras públicas mais destacadas como a Catedral Metropolitana, o Memorial do Rio Grande do Sul, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, o Palácio do Comércio, o Museu Júlio de Castilhos e o Palácio Piratini. Sua extração ocorreu, principalmente, a partir do Granito da Ponta Grossa, das pedreiras Ponta Grossa, Tapera e Abertas.

Além do granito, “outras atividades produtivas merecem destaque, as frutíferas como o plantio de pêssigo, os tambos de leite, a produção de tomate pelas famílias de japoneses. Havia também a criação de cavalos para o Prado, isto gerou muito emprego” (proprietário do Sítio do Tio Juca, produtor rural e aposentado, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami).

No ano de 1995, segundo dados da PMPOA (1995), havia cinco olarias no Lami. Ainda, eram desenvolvidas outras atividades econômicas, como a pecuária, a produção de leite e a produção de arroz. Nos últimos 100 anos, com a produção de mandioca e a comercialização de farinha, intensificou-se a ocupação naquele local.

Considera-se que, no período analisado, especialmente, entre as décadas de 1950 e 1970, houve a massificação do turismo. Nas últimas décadas, observam-se diferentes formas de transformação do espaço rural, em que este adquiriu novas funções. A primeira se refere ao rural tradicional, que ao buscar formas alternativas na produção, na comercialização e na prestação de serviços, objetiva a manutenção do seu sustento. A segunda trata do rural associado à busca de uma melhor qualidade de vida. Desta forma, os espaços rurais não são apenas produtivos; podem estar associados ao consumo, através do turismo, da residência permanente ou temporária. E ainda outra possibilidade é a associação entre a função produtiva e a de consumo.

### **3.3 Terceiro período 1997 - 2009: novos cenários através da diversificação produtiva – agricultura, comércio, agroindústria e turismo**

Neste período, a área de estudo apresenta novas formas de organização socioeconômica, mais uma vez decorrentes das mudanças em escala macro. Em uma análise macroeconômica, observa-se que o desenvolvimento do capitalismo tem promovido o crescimento das atividades terciárias, onde se incluem os serviços; nesses, o turismo. Porém, as transformações mais recentes não atingem apenas o turismo, mas em diferentes escalas e dimensões atingem outros segmentos da economia mundial, que têm seus reflexos nos diferentes lugares do planeta. Com o objetivo de refletir sobre estas mudanças, serão analisados, neste período, a agricultura, o comércio, a agroindústria e o turismo numa interface com essas as formas organizativas adotadas pelos agricultores no intuito de manter sua subsistência e agregar renda aos seus produtos e serviços.

### **3.3.1 Agricultura**

No Brasil, a agricultura familiar tem significativa importância no cenário econômico, sendo responsável por uma grande parte da produção agropecuária. Essa atividade obtém rendimentos mais elevados por hectare, e uma grande parcela dos empregos agrícolas está nesta forma de organização familiar. Ainda, a agricultura familiar é 89% mais produtiva que a agricultura convencional, mesmo possuindo 24,3% do solo com uso agrícola. É representativa porque participa com aproximadamente 38% do valor bruto da produção agropecuária (MDA, 2009).

Na agricultura familiar, a relação do agricultor com sua terra não se pauta apenas na produção para comercialização; ele se identifica com o lugar em que trabalha e vive. Em muitos casos trabalham no mesmo “pedaço” de terra que seus antepassados viveram, fazendo com que o lugar dê a sensação de pertença; represente posse e identificação. Nesses sistemas de organização familiar, “a ecologia não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento de reprodução social da família” (CANUTO, SILVEIRA, MARQUES, 1994, p. 61).

Nessa forma de organização produtiva, quando orientada pela agroecologia, a interação que se estabelece entre as atividades agropecuárias e o ambiente não é pautada apenas pela apropriação deste para a retirada do sustento; é uma relação estabelecida a partir da qual o agricultor e sua família também devolvem, para o ambiente, algo do que lhe foi oferecido. E digo isso porque este agricultor também observa e escuta o seu entorno e procura desenvolver suas atividades produtivas em uma aliança com o ambiente.

Sobre a agricultura familiar, consideram-se os dados do Censo Agropecuário IBGE/2006, que apresenta informações sobre o espaço rural no Rio Grande do Sul. O referido censo informa que 86% dos estabelecimentos rurais gaúchos se inserem na agricultura familiar e que ela participa com 54% do valor bruto da produção, mesmo ocupando apenas 31% do solo com uso agrícola. Ou seja, sua produtividade é inquestionável.

Ainda cabe destacar que, no período, 55% do PIB do estado é oriundo da agropecuária (FIPE, 2002-2006). Por conseguinte, a realidade demonstra que esse tipo de agricultura, tanto no Brasil como em todo quanto no Rio Grande do Sul em particular, é responsável por aproximadamente 70% da produção de alimentos com mais responsabilidade

socioambiental (UNESP).No entanto, mesmo com tantos indicativos do potencial produtivo desse tipo de agricultura e da sua responsabilidade na produção de alimentos, muitos agricultores enfrentam problemas que lhe são reservados pelo sistema em que estão inseridos, e em que as políticas agrícolas voltam-se para a agricultura patronal/agronegócio e promovem a concentração de renda neste setor da economia.

Considera-se que a crise na agricultura enfrentada pelos produtores rurais nas últimas décadas promoveu um intenso repensar sobre a forma de produção e também sobre a comercialização. As décadas de 1960, 1970 e 1980 constituíram-se como um momento de mudanças nas áreas rurais. A mecanização das lavouras e a valorização da monocultura em grandes extensões de terra trouxeram como consequência a desvalorização dos pequenos agricultores. Ademais, é perceptível que muitos agricultores têm a intenção de realizar investimentos em suas terras, mas como operam com retorno relativamente reduzido, prioriza-se a subsistência da família, com pouco investimento nas unidades de produção.

A agricultura familiar é uma forma de organização da produção que, apesar de suportar diferentes formas de organização produtiva, traz na sua base conceitual três elementos que se combinam e, mesmo na sua diversidade, são capazes de caracterizá-la. São eles: família, trabalho e propriedade. No contexto da agricultura familiar, a agroecologia, entendida como um conjunto de princípios que norteiam um método próprio no desenvolvimento de agrossistemas agrícolas, está sendo implementada na zona sul do município, constituindo-se como atrativo turístico nos Caminhos Rurais de Porto Alegre.

Entre os anos de 1997 e 1998, as propriedades rurais que desenvolviam a agricultura convencional iniciam um processo de transição para a agroecologia. Tal mudança ocorre porque esses proprietários começaram, por vários motivos, a questionar o sistema de cultivo e as formas de comercialização.

Pelo relato de agricultores das propriedades agroecológicas (Sítio Eco extrema, Granja Santo Antônio, Sítio Capororoca, Sítio do Tio Juca e o Sítio dos Herdeiros) estudadas nesta pesquisa, é possível identificar alguns motivos que se somam e resultam na transição da agricultura convencional para a agroecologia. Entre eles, o tamanho da propriedade, que não permite uma produção em larga escala; a comercialização da produção envolvendo intermediário; o custo da produção; a saúde e a satisfação do agricultor; as políticas públicas de fomento à agroecologia; o mercado consumidor para produtos orgânicos; e também o momento histórico, em que se amplia a informação sobre meio ambiente.

Além disso, os agricultores fazem referência ao conhecimento que trazem da agricultura tradicional, em relação ao manejo agrícola e ao conhecimento do comportamento do ambiente. Este conhecimento tradicional, junto com o conhecimento técnico, possibilita novos objetivos e também um novo objeto, tanto no manejo agrícola, como na sua relação com o ambiente e com a sociedade.

No município de Porto Alegre, mais especificamente na área de intervenção, no bairro Lami, a perspectiva de transição de uma agricultura convencional para a ecológica teve alguns obstáculos. Entre eles, cabe destacar o movimento de parte da população em decorrência da instalação do Aterro Sanitário da Extrema<sup>7</sup>, que esteve em efetiva operação entre os anos de 1997 e 2002 (REICHERT & REIS, 1998, p. 388). Havia denúncias de moradores, que reclamavam de vazamentos de chorume e possível contaminação do solo e das águas, inclusive por metais pesados, o que impossibilitava o desenvolvimento de uma agricultura ecológica. O movimento gerou questionamentos, e o ano de 1997 marcou o início da opção pela agroecologia entre os proprietários rurais.

A partir de 1998, na intenção de fomentar uma outra agricultura, principalmente através de assistência técnica, destaca-se entre as intervenções governamentais a atuação da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio SMIC<sup>8</sup>, Centro Ecológico IPE<sup>9</sup>(convênio com EMATER) e da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, através da EMATER/RS<sup>10</sup>, que promovem, com os agricultores, o

---

<sup>7</sup> Protesto bloqueia o aterro da Extrema. 1999. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out.

<sup>8</sup> A Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) tem a competência de atuar nas áreas de desenvolvimento agropecuário, industrial e comercial. Cabe à SMIC, portanto, controlar e fiscalizar entrepostos, mercados e feiras livres, licenciar e controlar o comércio, e garantir a aplicação do código de defesa do consumidor mediando e fiscalizando as relações de consumo no município. Essa secretaria também tem a função de incentivar a produção agropecuária e constituir projetos de desenvolvimento rural em Porto Alegre. Especificamente no que se refere ao desenvolvimento rural, temos junto à SMIC a Divisão de Fomento Agropecuário, setor que trata das diretrizes e projetos voltados ao fomento das atividades agrícolas, pecuária e agroindustriais.

<sup>9</sup> O Centro Ecológico IPÊ é uma ONG que, desde 1985, trabalha para viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, mediante a adoção de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação ambiental e da justiça social. O Centro Ecológico IPÊ assessora organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos. O trabalho da organização não governamental busca o resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, o estímulo à organização de produtores e consumidores, o desenvolvimento de mercados locais para produtos ecológicos e o estímulo a formulação de políticas públicas que incentivem uma agricultura sustentável.

<sup>10</sup> A Emater/RS é uma instituição que tem como foco de sua ação as unidades de produção da agricultura familiar, de maneira preferencial e prioritária. Além disso, busca desenvolver ações com públicos diferenciados, como os remanescentes de quilombos, assentados de reforma agrária, indígenas e pescadores profissionais artesanais. A atuação da Emater/RS está condicionada à

questionamento sobre a agricultura convencional e a possibilidade de optar pela agroecologia, respaldados por política pública. Assim inserida, a efetiva participação da EMATER com assistência técnica contribuiu para direcionar a agricultura familiar para a agroecologia e criar as bases para o turismo agroecológico que será discutido na sequência dessa tese.

A agroecologia, reconhecida pelos agricultores agroecológicos e objeto deste estudo, é fruto de uma política pública desenvolvida no Rio Grande do Sul. De 1999 a 2002, na gestão de Olívio Dutra, se desenvolveu uma política de desenvolvimento regional baseada no reconhecimento da possibilidade de aliar o conhecimento técnico e o conhecimento tradicional, no intuito de desconcentrar a renda e estabelecer uma melhor relação entre agricultura e ambiente nas áreas rurais. Essa política, na sua abrangência, inclui agricultores da zona sul de Porto Alegre a partir da segunda metade da década de 1990.

Esse fomento à agroecologia como política pública se mantém no estado até 2002. Com o término da gestão do governo Olívio Dutra, a EMATER redefine suas políticas públicas; porém, a experiência com a agroecologia havia ficado com os agricultores. Na EMATER, muitos técnicos por vocação e opção como profissional permanecem atendendo às demandas dos produtores agroecológicos. No entanto, a diminuição de quadros para assistência técnica gera carência de atendimento nas propriedades. No intuito de manter a assistência, atualmente a EMATER atende às associações. Como não possui técnicos para individualizar o atendimento, raras vezes vai até as propriedades na atividade de extensão.

A partir do desenvolvimento da agroecologia, os agricultores percebem que essa se ampara em novos paradigmas: numa dinâmica/dialética, a produção do conhecimento e a sua aplicação ocorrem simultaneamente a ponto de a valorização do conhecimento empírico ser produzido e reproduzido pelos agricultores. Cria-se um diferencial, com a socialização do conhecimento, em que as trocas de

---

contratação, por parte das prefeituras, de seus serviços, fato que vem se perpetuando em Porto Alegre. A atuação da Emater/RS está baseada em cinco funções básicas, que são a assistência técnica, a elaboração, acompanhamento e assessoria a projetos de beneficiamento, a comercialização e agregação de valor aos produtos agrícolas; assessoria gerencial, acompanhamento e apoio para a elaboração de políticas públicas para o rural; extensão rural, função, de caráter educativo e não formal, levando às populações conhecimentos nas diversas esferas da vida em sociedade (produção, organização, saneamento ambiental, saúde e nutrição, cultura); coleta de dados e geração de informações, elaboração de informações sobre o mundo rural do Rio Grande do Sul; assessoria ao planejamento, atividades de elaboração de planos de ações que visem o desenvolvimento rural; e, por fim, classificação e certificação de produtos de origem vegetal, com a elaboração de selo de qualidade de produtos agropecuários. (EMATER-ASCAR, 2007).



experiências, na área de intervenção, nos Caminhos Rurais, têm acontecido espontaneamente entre os agricultores agroecológicos.

Quando se fala em agroecologia, fala-se em troca, solidariedade, trabalho conjunto, pois não é possível desenvolvê-la individualmente, já que o objetivo comum é a sustentabilidade. É necessário ousar, experimentando outras possibilidades na agricultura, Foto 2. No caso de Porto Alegre, as propriedades agroecológicas, em sua maioria, estão concentradas no Bairro Lami e na área adjacente.

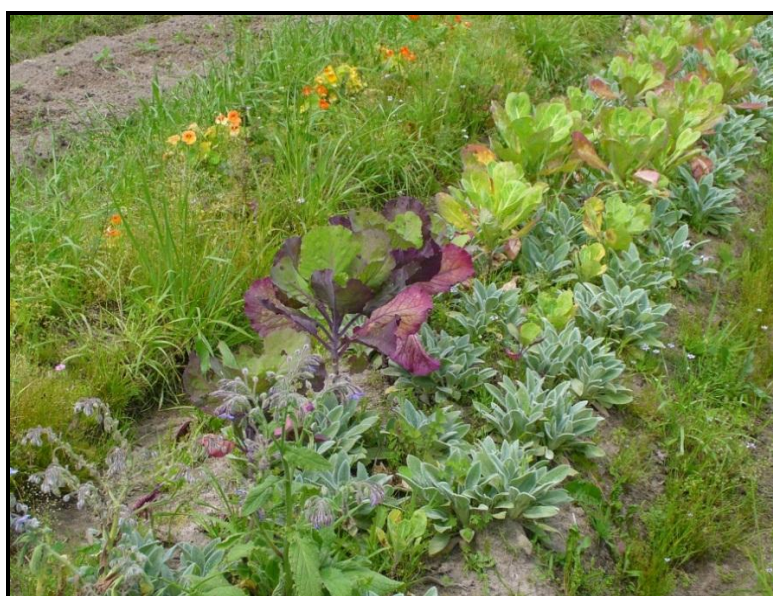


Foto 2 – Cultivo de flores comestíveis e hortaliças através de princípios agroecológicos  
Fotografado pela autora

Deve-se ressaltar que, nesse período, a realidade da zona sul de Porto Alegre não comportava uma produção em larga escala. Cabia aos agricultores buscar formas de manter a produção e a propriedade. Para muitos deles, isso se deu através da diversificação da produção, da comercialização direta, da agroindústria e do turismo.

### 3.3.2 Comércio e Agroindústria

A última década do século passado e a primeira década desse foram marcadas pela aplicação de formas alternativas no intuito de operacionalizar práticas sustentáveis em relação ao ambiente. Neste contexto, no entanto, as questões sociais, até então pouco investigadas, passam a ser alvo de discussões e pesquisas, porque, ao analisar a realidade, evidencia-se que os problemas ambientais são efetivamente problemas sociais.

Autores como Schneider (1994; 1999), Silva (1996; 1999) e Carneiro (1998; 1999) têm como objetivo estudar as unidades familiares e, aliada a essas, a diversificação de atividades que ocorrem dentro e fora das propriedades, combinando as atividades agrícolas e não agrícolas. Na área de estudo, as atividades não agrícolas são, principalmente, a comercialização e a agroindústria. Essas atividades, desenvolvidas em diversos estabelecimentos rurais, em especial na área de intervenção, estão diretamente relacionadas com a atividade principal da propriedade, que é a produção agrícola, e se somam ao turismo em uma composição de renda para as famílias. É no contexto da transição para agroecologia que se inicia a organização de novas formas para gerar renda, criar novos empregos e agregar valor à produção com oportunidade para homens e mulheres do meio rural.

A formação de associações para comercialização da produção também se constituiu como uma condição necessária, tendo em vista que um dos critérios para conquistar espaço público para comercialização da produção é o associativismo. Por associativismo, em sentido *lato*, entende-se o processo pelo qual uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) decidem reunir-se de forma regular, mas não necessariamente contínua, para dar conta de demandas comuns (ALBUQUERQUE, 2002, p. 15). Dentre as formas de associativismo, Albuquerque (2002, p. 16) cita as formas políticas, religiosas, de trabalho, de estudo, de comitês, núcleos de produção, consumo, distribuição. E ainda os motivos podem ser sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais.

Para os agricultores agroecológicos, tomando como referência a classificação anterior, a associação de trabalho é a que demonstra características que se identificam com o tipo de associação por eles(as) formada. Trata-se de uma

associação de pequenos proprietários organizados pela realização de atividades produtivas: a prestação de serviços ou de trabalho de produção e comercialização de mercadorias. Além dessas transformações na produção e na organização dos agricultores(as) também adquire importância a inclusão das mulheres nas atividades não agrícolas, através da agroindústria, da comercialização e do turismo.

A presença do Estado tem um papel fundamental nessa transição, em que a gestão municipal fomenta a produção e comercialização, e a EMATER/RS, em convênio com o Centro Ecológico IPÊ, fornece a assistência técnica. Nesse período, identifica-se a necessidade de produzir e comercializar em função de existir mercado consumidor para os produtos orgânicos.

Em 1999, a formação da Associação dos Produtores Ecológicos do Lami, por meio de sua organização, possibilitou a comercialização em feiras. Inicialmente, na feira da Tristeza; depois, na feira da José Bonifácio. A comercialização na Rua José Bonifácio foi considerada pelos agricultores como uma grande conquista. Esse espaço é reconhecido pela população, pois acontece na mesma rua onde já se institucionalizou o Brique da Redenção. Até então, esse ponto de comercialização de produtos agropecuários e produtos oriundos de uma agroindústria artesanal cabia somente à Colmeia e à Arco Íris.

Posteriormente, houve a conquista de espaço na Cândio Gomes que, mais tarde, foi transferido para o Shopping Total – atualmente esse espaço encontra-se desativado. Nessa tendência de formação de grupos, foram inseridos outros; dentre tantos, o Portal da Mãe Terra e o Pró-Lami. Esses espaços de comercialização foram sendo relativamente socializados, oportunizando a inclusão de um número maior de sujeitos nessas atividades. Discutia-se o conceito de autogestão e as duas questões que se tornam um desafio para os agricultores e para os órgãos oficiais que comungam nessa mudança de paradigma: a falta de mercado e a falta de produção. Em princípio parecia que uma poderia resolver a outra.

Para muitos agricultores de Porto Alegre, o desafio foi entendido como uma oportunidade de definir-se pela agroecologia ou pela agricultura orgânica e buscar, através das associações, formas para diversificar a produção e gerar complementaridade entre as propriedades. Diante desse desafio, foi necessário articular-se em associações – atendendo à exigência do poder público municipal – com o que ampliaram os pontos de comercialização da produção.

A autogestão é entendida como uma prática de administração democrática de formas de organização solidárias. Como é fundamentada no princípio democrático, todas as decisões devem ser tomadas em assembleia. As decisões de rotina são de responsabilidade de representantes, escolhidos pelos sócios ou por diretoria eleita pelos mesmos (SINGER, 2002, p. 18-9).

Singer (2002) faz referência à necessidade de esforço adicional para manter as organizações solidárias, visto que estas envolvem conflitos, necessidade de tomar partido e participar de encontros (reuniões) que não raras vezes tornam-se cansativos. Ademais, destaca que “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios”.

Seguindo nesta mesma linha, as entrevistas com os agricultores revelam, em seus relatos sobre a formação e a dissidência nas associações, que essas formas de organização exigem muita energia e esforço dos associados, tendo ocorrido, na trajetória dos agricultores agroecológicos e na interface destas propriedades com a agroindústria, com a comercialização e o turismo, diferentes formas de organização em associações. Entretanto, o que fica evidente é que estes(as) agricultores(as), nas suas diferentes atividades, mantêm alguma forma de inclusão em associações.

No entanto, apenas a produção agroecológica e o espaço para comercialização não são suficientes para inclusão destes agricultores. Isto não é tão simples porque, havendo produção para viabilizar a sua inserção no mercado, é necessário haver certificação ou reconhecimento desta como orgânica. Atualmente, a EMATER/RS está cadastrando os agricultores no Ministério da Agricultura, a intenção é organizá-los em uma Organização de Certificação Solidária (OCS), por cujas exigências legais a produção seria reconhecida como agroecológica.

As atividades relacionadas à agroindústria, que são desenvolvidas utilizando como matéria-prima o excedente gerado na propriedade e não comercializado na feira, resultam na transformação em diferentes produtos a exemplo das geleias, das pastas, das compotas, entre outros. Esses produtos também são encaminhados para comercialização, no espaço da feira ou na propriedade, por ocasião das visitas turísticas. Considera-se que esta é uma forma de evitar o desperdício, visto que a produção, além de ser comercializada *in natura*, também é reaproveitada e transformada para diferentes usos, como a sua transformação na agroindústria, no consumo doméstico e na formação de compostos orgânicos para adubação das hortas.

Até o ano de 2009, essa produção, denominada pelos empreendedores como agroindustrial, realizou-se nas cozinhas das residências dos(as) proprietários(as). A vistoria

acontecera através de uma inspeção da Secretaria Municipal de Saúde; no entanto, a partir de 2011, essa prática não mais será possível – a regulação federal não permitirá esta forma de produção, necessitando de maiores critérios quanto à segurança dos produtos. Nesse sentido, há encaminhamento aos órgãos oficiais competentes para instalação de uma agroindústria coletiva. Trata-se de um projeto de fomento à agroindústria familiar e artesanal. Identifica-se a necessidade de adaptar as instalações e os critérios para produção à legislação da agroindústria artesanal. A prática adotada até o presente momento tem como critério, para esse tipo de produção, apenas a emissão de um laudo da Secretaria Municipal de Saúde SMS e da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio SMIC, atestando a produção das pequenas agroindústrias, o que facilitou a inserção dos agricultores nessa alternativa de geração de renda.

As propriedades em questão, pertencentes à área de intervenção, integram a produção agrícola, o excedente transformado na agroindústria e a comercialização que ocorre em vários pontos (eventos, feiras, propriedade e demais pontos de comercialização) com incremento na geração de renda. Cabe destacar que parte da produção agrícola e a proveniente da agroindústria também são usadas para subsistência da família, e ainda outra parte é reservada para a comercialização durante as visitas, Foto 3.



Foto 3 – Os produtos comercializados são processados a partir da produção agrícola  
Fotografado pela autora

Entre os agricultores, podem ser observadas diferentes formas para comercialização da produção. Há aqueles que têm o comércio como a principal atividade para geração de renda na unidade familiar e inserem a sua produção em vários pontos de venda, e os que o

identificam como uma renda complementar e que comercializam em feira livre e na propriedade durante as visitas, tanto a produção agrícola *in natura* como os alimentos processados na agroindústria caseira.

### **3.3.4 Turismo**

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB), os resultados indicam uma participação do turismo de 7,54% do PIB nacional, havendo indicativos de crescimento desta atividade produtiva no território brasileiro. No entanto, no que se refere ao turismo, predominam os dados e análises que dão conta das questões econômicas, em que fica evidente a necessidade de uma análise que tome dimensões ampliadas, principalmente quando se trata de abordagens ambientais.

A nova tendência, em relação ao desejo do turista, opõe-se às viagens massificadas, impessoais e em roteiros marcados por grandes obras arquitetônicas e não raras vezes constituindo-se como não-lugares. Nesse novo momento do turismo, há procura por áreas que mantêm suas características como autenticidade do lugar, natureza conservada, organização produtiva e estilo de vida rural.

O turismo em áreas rurais tem sua inserção explicada, prioritariamente, como uma alternativa de renda. Atualmente possui uma ligação importante com a agricultura familiar. Justifica-se a aliança entre essas duas atividades econômicas pelo fato de esse tipo de agricultura se constituir como um atrativo pela sua diversidade, pela identidade da família com a propriedade e com a forma como se desenvolvem as atividades produtivas.

No município de Porto Alegre, havia uma tendência ao desenvolvimento do turismo como um destino de negócios e eventos. Não havia a compreensão da cidade como um destino que possibilitasse alternativas diversas. No entanto, esta tendência é questionada. Discutiam-se outras possibilidades para o desenvolvimento do turismo na cidade em contraposição a algumas construções que vinham sendo feitas de que Porto Alegre era apenas um destino de negócios e eventos. Buscava-se uma forma de que a cidade também pudesse oferecer ao turista, entre outros, os atrativos natural, cultural, e, portanto, ambiental. Essas representações são de particular importância nos processos de redefinição da oferta turística no município.

Identifica-se, como um marco para o fomento ao turismo e para sua valorização no âmbito das políticas públicas, a inserção desse no contexto da definição de recursos públicos, através das prioridades estabelecidas no Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo (OP) é entendido como um mecanismo governamental de democracia participativa que permite ao cidadão influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimento da prefeitura municipal, através de processos de participação cidadã. Com isso, a sociedade civil passa a ocupar, a partir de 1989, espaços que antes mesmo tendo direito lhe era negado. Essa forma de participação popular constituiu-se a partir de 1989 quando a Frente Popular assume a gestão do município.

Em 1999, a constituição do OP em unidades temáticas iniciou a discussão por temas e o desenvolvimento da cidade como um todo. A unidade temática de desenvolvimento econômico e turismo conseguiu se organizar com a forte participação dos produtores rurais e pescadores, representativos nas unidades temáticas. Isto também fortaleceu o eixo da política pública de turismo para estas duas regiões – na Ilha da Pintada e nas festas com o resgate das atividades produtivas e os aspectos culturais da população onde hoje se desenhou os Caminhos Rurais (COODESTUR, 2009).

Neste período, o turismo para a zona sul do município estava pautado em uma grande discussão sobre inventário, pesquisa, resgate histórico e apoio as atividades de festas tradicionais que mais tarde se constituiriam como roteiro(s). Identificam-se duas proposições que tiveram importância: a constituição do Escritório Municipal de Turismo como política pública desvinculada da venda da cidade apenas como eventos e negócios; e a constituição de uma unidade temática no OP, que vinculou a discussão do turismo para a cidade como um todo. Nesse contexto, cria-se o Escritório Municipal de Turismo, e o turismo passa a ser tratado como política pública.

Inicialmente, as ações do Escritório Municipal de Turismo se desenvolveram em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES), neste período com a PUC/RS, que era a única instituição que tinha o curso de Turismo em Porto Alegre. Em 1999, foram realizados os inventários da oferta turística em Belém Velho, Belém Novo e Lami na área urbana; em 2001, na área rural. Consolidam-se apenas os espaços que não necessitavam de demanda de recurso público.

Os empreendimentos que adotavam a agroecologia, porque possuíam a produção e esta se constituiu como atrativo, não necessitavam de recursos externos. Buscaram a valorização de suas atividades produtivas e a comercialização direta dos seus produtos. Os

demais proprietários, que não são agroecológicos, foram-se agregando aos roteiros e buscando atividades complementares, na intenção de dinamizar as propriedades. E assim, o turismo nos Caminhos Rurais se constituiu como complemento às outras atividades desenvolvidas na propriedade e realiza-se sem muito investimento.

Em um primeiro momento, os roteiros agroecológicos foram promovidos no âmbito do programa Turista Cidadão, oportunizando ao porto-alegrense conhecer a sua cidade. Esta forma de turismo se constitui como uma ação cidadã, em que o morador do município passa a ter o direito de usufruir dos espaços da sua cidade, conhece sua cidade e, somente desta forma, poderá entendê-la como uma cidade turística.

Realizavam-se nas semanas comemorativas do município roteiros pela cidade, incluindo a área que hoje compõe os Caminhos Rurais. O ingresso tinha um valor simbólico, ou seja, um (1) Kg de alimento. Entendia-se que, dessa forma, seria permitido o acesso de um maior número de pessoas. Os roteiros definidos como setoriais eram classificados de duas formas, Roteiro Ecológico e Roteiro do Centro Histórico.

Importa aqui tratar sobre os roteiros ecológicos que, na sua continuidade, originaram os Caminhos Rurais. Para os roteiros ecológicos do Lami, Belém Novo, Belém Velho e Ilha da Pintada – o público era composto de pessoas que costumavam viajar e valorizavam esses roteiros, pois consideram importante conhecer sua cidade. Para os produtores rurais, o benefício com o desenvolvimento do turismo é o envolvimento da família no trabalho no âmbito da propriedade e a diversificação das atividades para composição da renda.

Criam-se estratégias para dar visibilidade à área rural através do Caminho do Alimento. Realizaram-se três visitas, objetivando mostrar a importância da área rural para reforçar a ideia de criar uma secretaria de agricultura em Porto Alegre (SMIC/POA 2009).

Porto Alegre é reconhecida como a segunda capital brasileira com a maior área rural, superada apenas por Palmas, no Tocantins. Em Porto Alegre, 30% do território apresenta característica rural (SMTUR – POA/2009). No entanto, mesmo que o município apresente essa característica, não possui uma secretaria de agricultura. E ainda, conforme a percepção dos agricultores da zona sul de Porto Alegre, esta área tem sido, atualmente, enormemente atingida pela expansão urbana. Nesse esforço para dar visibilidade à área rural, o escritório de turismo identificou a possibilidade de desenvolver o turismo na zona sul da capital.

Os produtores agroecológicos já faziam agendamento em função da feira. Segundo registros da EMATER sobre dados da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio SMIC,



secretaria municipal a quem compete a gestão das atividades agropecuárias no município, o turismo só foi reconhecido de fato a partir do Caminho do Alimento (EMATER, 2009).

O Programa de Turismo Rural – SENAR – promove as qualificações em 2005, unificando o turismo nos Caminhos Rurais de Porto Alegre. Nem todos os proprietários participam, mas este trabalho teve um papel importante na organização da Associação Porto Alegre Rural e dinamizou o turismo.

Verifica-se que a mudança na gestão municipal, no ano de 2005, não promoveu ruptura ou desorganização do turismo em relação aos Caminhos Rurais. Cabe reforçar que as ações promovidas para dinamizar o turismo e qualificar a oferta turística têm se estabelecido, atualmente, através de parcerias que se firmam entre organizações governamentais e não governamentais, incluindo recursos oriundos do Ministério do Turismo, Secretarias Municipais, a SMTUR, a SMIC e SMED e a COODESTUR, conforme expresso no Quadro 4. Desta forma, o governo, na gestão municipal de 2005 ao atual, oficializou, divulgou e roteirizou os Caminhos Rurais.

Na verdade, deu-se continuidade aos produtos já consolidados junto aos empreendedores que estiveram mobilizados para a manutenção desses caminhos rurais, Foto 4 A , participação de turista na rotina da propriedade e na Foto 4 B turistas acompanham o proprietário e recebem informações sobre o cultivo com base agroecológica. Inicialmente, houve uma forte preocupação do poder público em demonstrar a quantidade de atrativos, através do levantamento da oferta turística e, posteriormente, com o cadastramento dos empreendimentos, atrativos e equipamentos turísticos. Conclui-se que essa ação não priorizou a qualificação da oferta turística.



Foto 4 A e B – Turistas interagem e observam a rotina da produção agrícola no Sítio dos Herdeiros e no Sítio do Tio Juca  
Fotografado pela autora

Hoje, resultado de parceria entre o Ministério do Turismo e a Secretaria Municipal de Turismo e a COODESTUR, desenvolve-se o projeto Turismo de Base Comunitária, que demandou um aporte de recursos significativos para a realização de diagnóstico e ações de qualificação da oferta turística e promoveu uma reordenação dos Caminhos Rurais através de roteirização temática (COODESTUR, 2009) (Quadro 4). Além das ações mencionadas, são representados, no Quadro 4, as ações e projetos desenvolvidos nos Caminhos Rurais de 1999 até 2009. Para continuidade da qualificação da oferta e geração de novos produtos, em 2010, foi aprovada uma nova etapa do projeto Turismo de Base Comunitária, para 2011.

Há divergências sobre a origem dos Caminhos Rurais de Porto Alegre. No entanto, para a COODESTER, a construção desses caminhos com desenvolvimento do turismo, onde são criados os primeiros roteiros para visitação, ocorreu em 1999 (COODESTUR, 2009). Porém, a oficializa o do “roteiro” Caminhos Rurais ocorreu em 2005, quando este passa a ter orçamento próprio (SMTUR/POA, 2009).

Em 2006, cria-se a Associa o Porto Alegre Rural, que   uma organiza o da sociedade civil de interesse público e sem fins lucrativos. Nasce no intuito de promover a integra o entre o espaço rural e o urbano e de possibilitar o desenvolvimento das atividades turísticas. A associa o   formada por proprietários de sítios ou pequenas propriedades oriundas de antigas estâncias do final do século XIX. Essa associa o mant m uma efetiva atua o e tem promovido a organiza o dos empreendedores visando ao desenvolvimento do turismo.

A forma o dos Caminhos Rurais, em Porto Alegre, pode ser atribuída a três pontos fundamentais: a necessidade dos produtores rurais de agregar outras formas de gera o de

renda para a propriedade; o interesse dos agricultores e de algumas secretarias de governo municipais e estaduais de dar visibilidade às áreas rurais e evitar o seu desmonte; e as políticas públicas e parcerias que se criam no intuito de gerar e qualificar produtos turísticos.

O conflito entre as secretarias de governo quanto ao destino das áreas rurais, encaminha algumas secretarias municipais, como a SMIC, o SMTUR e também a EMATER, a fomentar o desenvolvimento do turismo, através de uma atuação direta ou de parcerias com IES, na intenção de manter e dar visibilidade às áreas rurais e promover sua valorização.

Nesse contexto, a partir de 1999, estabeleceram-se políticas públicas e parcerias para realização dos trabalhos necessários de levantamento da oferta turística, no intuito de realizar investimentos para geração de produtos turísticos, por meio do levantamento da infraestrutura, dos atrativos e de serviços, conforme consta no Quadro 4.

PARCERIAS	PROJETOS
EMTUR e IE - PUC	Realização de diagnósticos e formatação de roteiros
EMTUR e SMIC	Investimentos em divulgação e festas
EMTUR e EMATER/RS	Mapa dos Caminhos Rurais
EMTUR e SENAR	Qualificação dos empreendedores
SMTUR, SMIC e MTUR	Sinalização turística
SMTUR, MTUR e COODERTUR	Turismo de Base Comunitária para realização de diagnóstico e roteirização temática/2009
IES – UFRGS, FARGS, IPA	Contribuição técnica das IES junto aos empreendedores
SMTUR e SMED	Turismo Fazendo Escola/2010
SMTUR, MTUR e COODESTUR	Turismo de Base Comunitária nos Caminhos Rurais/2010 – 2011
SMTUR, Associação Porto Alegre Rural, Agências de receptivo.	Projeto Porteiras Abertas – Domingo no campo / 2010

Quadro 4 – Projetos desenvolvidos nos Caminhos Rurais de Porto Alegre – 1999 a 2010

Elaborado pela autora

Fonte: SMTUR, SMIC, EMATER/RS, COODESTUR/2009

É unânime a manifestação da preocupação com o avanço da urbanização e as alterações que podem ocorrer na localidade e no seu cotidiano sintetizadas na seguinte frase: “Porque não expandem a cidade na área urbana em vez de invadir o rural?”. (proprietário do Sítio do Tio Juca, produtor rural e aposentado, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami).

A falta de valorização da área rural incentiva a especulação imobiliária. Como essa parte do território aparentemente não apresenta dinamismo, quando observada a partir do urbano, parece estar à espera da expansão urbana. Além do alargamento da urbanização, também “ocorre no bairro Lami o novo rural, ou seja, as pessoas que vieram do urbano para o

rural” (proprietária do Sítio Capororoca, produtora rural e engenheiro agrônomo, moradora do Beco Paraíso - bairro Lami).

O novo rural é formado por famílias ou por indivíduos que deixam a sua residência na área urbana e passam a viver na área rural. Isso se explica pela busca de outro estilo de vida, sem o estresse da vida urbana. Muitos organizam sítios de lazer, mas há uma parcela desses novos atores sociais que se estabelecem nas áreas rurais para desenvolver atividades produtivas relacionadas à agropecuária. São atribuídos a esses novos atores alguns benefícios que podem ocorrer nas áreas rurais como preservação ambiental; produção, em menor escala e com maior diversificação; manejo agrícola com menor impacto ambiental.

Embora os entrevistados tenham informações sobre a estrutura agrária e percebam que se tem intensificado a divisão das terras nas últimas décadas enquanto ocorrem transformações nas atividades econômicas, nota-se que fazem referência à desvalorização do rural no contexto da cidade. Consideram que o turismo se constitui como uma forma de resgatar a autoestima da população local e, ao mesmo tempo, promover a valorização dessa porção do território do município, com característica rural, pela população que habita a área urbana. Por outro lado, alguns atribuem aos próprios moradores a desvalorização do rural. Entendem o rural como periférico; fazem referência às políticas públicas que se destinam com maior intensidade às áreas que apresentam maior densidade populacional. Porto Alegre tem 97% da sua população na área urbana e apenas 3% da sua população na área com características rurais. “Quem decide a cidade é o urbano, quem vive na zona rural se contenta” (proprietário da Ecoextrema, produtor rural e geólogo, morador do morro do Extrema - Lami).

Atualmente, o Lami possui aproximadamente 25 mil habitantes; as atividades econômicas do bairro são o comércio local, o turismo, a pesca artesanal, a agricultura familiar e, com a expansão urbana em direção à zona sul, principalmente a especulação imobiliária, através de loteamentos residenciais. Preocupa-se a população local com relação às consequências do avanço da urbanização.

Na sequência, a continuidade da análise espacial toma como referência as propriedades agroecológicas, localizadas no bairro Lami.

#### 4 PROPRIEDADES AGROECOLÓGICAS – CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE



Foto 5 – Estabelecimentos turísticos rurais agroecológicas - área de intervenção

*O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também resistência à urbanização e ao domínio do capital (Adaptado - David Harvey, 2009).*

A área rural de Porto Alegre e, na sua especificidade, a área de intervenção, apresenta, na sua complexidade, características diferenciadas não somente pela riqueza que possui em suas atividades produtivas, mas também pela conjunção entre o rural tradicional e o novo rural.

Nas propriedades agroecológicas, no bairro Lami, encontram-se agricultores tradicionais, descendentes de portugueses açorianos que optaram pela agroecologia, unindo o

conhecimento tradicional, a herança familiar ao conhecimento técnico. Nesse processo de transição para a agroecologia e de modificação do rural, surge um novo objeto, com novas práticas e um novo modo de vida (Foto 5), bem como o novo rural, que é composto por pessoas detentoras de conhecimento científico e que desejam operacionalizá-lo, aliando a isso a busca de um modo de vida com o ritmo de uma área rural. Para Silva (2000) os *neorrurais* são profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passam a residir no campo.

Nesse contexto, tanto os agricultores tradicionais como aqueles que se inserem no rural percebem a agroecologia e o turismo como uma prática passível de ser desenvolvida e a sua importância para manutenção dessa área rural tão desejada pela especulação imobiliária. É nesse rural em transformação que se criam espaços de resistência, não propriamente de enfrentamento total ao capitalismo, mas através da busca de formas e práticas alternativas que sejam capazes de conduzir esses sujeitos para um novo estilo de vida na busca da sustentabilidade. Em virtude do crescente interesse da sociedade urbana na área rural, no intuito de realizar investimentos, lazer e turismo, surgem novas ruralidades, em uma interação entre as ruralidades dos agricultores e dos habitantes tradicionais do espaço rural, da mesma forma nos sujeitos que vem do urbano em busca do rural.

A análise das propriedades rurais toma como referência a dinâmica produtiva da agricultura sustentável e as transformações espaciais advindas a partir do desenvolvimento da agroecologia, associada às atividades não agrícolas, incluindo o turismo. Tomam-se como base as entrevistas, as observações e os levantamentos de campo, os registros fotográficos e os mapas de uso do solo e cobertura vegetal – relativos ao ano de 1991 e ao ano de 2008. Os mapeamentos não mantêm rigidez na classificação em decorrência das transformações espaciais ocorridas nas propriedades analisadas, sendo possível identificar variações nas classes de uso nos diferentes tempos e também entre as propriedades.

Os resultados demonstram coerência, visto que as paisagens apresentam as marcas das mudanças ocorridas nas propriedades. Além disso, quanto ao ambiente no conjunto da propriedade, é evidente a sua recuperação, com regeneração vegetal e um maior equilíbrio entre as atividades produtivas e o ambiente. E ainda, estabelecem-se novas territorialidades onde são considerados os aspectos do ambiente e as formas de organização produtiva e social. Nessas, identificam-se a resistência dos grupos sociais e o esforço que empreendem pela manutenção da área rural.

A opção pelas formas alternativas, nessas propriedades rurais, reforçou a relação dos proprietários rurais com o lugar onde vivem. Ao fazerem referência à propriedade, revela-se a

afetividade em relação ao lugar e ao seu papel nas transformações ocorridas, sendo comum – entre os proprietários – a percepção de que as suas atividades produtivas não causam impactos negativos ao ambiente. Essa percepção do espaço encontra explicações na teoria de Tuan, que entende a organização do espaço na relação espacial que nosso corpo tem com as coisas do entorno; o corpo é o centro de referência dessa organização (TUAN, 1983).

Os agricultores agroecológicos, mesmo com as influências de diferentes urbanidades no espaço rural, quando vistos no ambiente das suas propriedades, demonstram identidade com o rural, e o seu resgate estimula e valoriza esses agricultores e suas famílias e (por que não dizer?) o próprio local. De acordo com a manifestação dos agricultores, a opção pela agroecologia foi fundamental nessa caminhada. A agroecologia é entendida como uma nova concepção de mundo, uma mudança de paradigma na construção de um novo caminho; ao mesmo tempo em que as mudanças são gestadas e formadas no âmbito do sistema capitalista, transitam por valores e práticas que se contrapõem ao sistema.

Nessa perspectiva, estabelece-se o que amparado na obra e na práxis freireana se traduz em uma dialógica da comunicação que conduz para uma mudança de comportamento e a um des-prendimento e/ou uma des-construção de conceitos que perdem a sustentação neste processo. Esta caminhada promove novas construções nessa dialógica transformadora e, por que não dizer, libertadora que, ao construir a cidadania, fortalece os sujeitos e tece as redes. Nessa dinâmica instauradora, multiplicam-se intervenções que promovem novas realidades socioambientais e que podem ser testemunhadas pela sociedade em um processo de aprender/ensinar/aprender constante.

O atual coordenador da Rede de Formação Ambiental para América Latina e Caribe (PNUMA), Enrique Leff, em suas ideias retrata a racionalidade ambiental, como processo de construção social, coloca as condições para internalizar o saber ambiental no campo das ciências. O saber ambiental, por sua vez, alimenta a construção de uma nova racionalidade social (LEFF, 2004).

Na sequência deste texto, serão analisadas as especificidades de cada propriedade rural e as suas funcionalidades neste recorte espaço-tempo de 1997 a 2009; não desprezando períodos anteriores que se constituem como referência para o entendimento deste intervalo de 12 anos. As propriedades agroecológicas, no período analisado, desenvolveram formas de organização produtiva que aliaram atividades agrícolas e não agrícolas. Essas atividades interagem no âmbito da propriedade, mas também ocorrem fora da propriedade.



Nesse intuito, foram definidos alguns itens para nortear a análise, a caracterização e a localização do empreendimento rural; a formação e atividades profissionais dos(as) proprietários(as); o ano de aquisição da propriedade; as atividades implantadas no empreendimento rural, anteriores e atuais; as técnicas de manejo utilizadas; as mudanças ocorridas na propriedade, o período de eclosão da agroecologia e do turismo; a principal atividade na geração de renda e outras questões evidenciadas.

#### **4.1 Sítio Ecoextrema**

*No momento que compreendemos a natureza passamos a respeitar de fato a vida. Ajudamos a natureza e ela nos embala (proprietário da Ecoextrema, produtor rural e geólogo, morador do morro do Extrema – Lami).*

Inicia-se a análise com a propriedade rural Ecoextrema. As pesquisas sobre esta propriedade foram encerradas em janeiro de 2009, porque os proprietários, em função de outras atividades profissionais e qualificação, transferiram-se para outra unidade da federação. Mas o que aqui será apresentado se refere ao tempo em que os proprietários tinham sua residência na Ecoextrema.

A propriedade Ecoextrema se destaca nos Caminhos Rurais pelo aspecto paisagístico e pela recuperação e preservação ambiental. Além disso, a ampla vista que possui coloca a Ecoextrema em um ponto estratégico para vislumbrar ícones de nossa paisagem, como o encontro da Laguna dos Patos com o Lago Guaíba, a praia do Lami, a cidade de Barra do Ribeiro e a crista de morros que divide Porto Alegre em urbana e rural (Foto 6).



Foto 6 – Vista do Lago Guaíba a partir do Sítio Ecoextrema – Morro da Extrema  
Fotografado pela autora

A propriedade possui, atualmente, uma área que totaliza 13,54 hectares. Esta se originou a partir do desmembramento da crista do Morro da Extrema. Localizada a 35 km do centro de Porto Alegre, na Rua Luiz Corrêa da Silva, 7500, Bairro Lami (Figura 7).

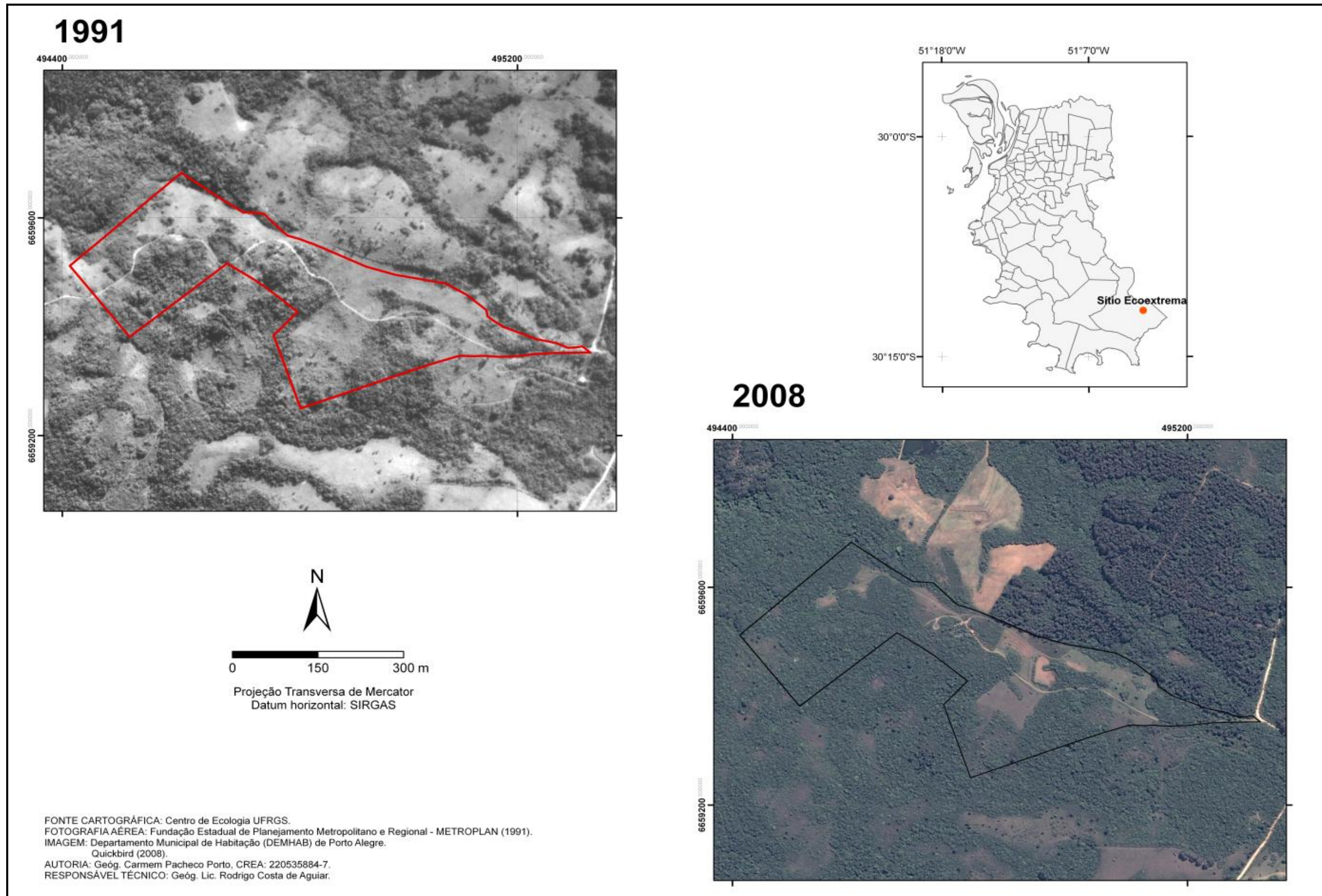


Figura 7 – Localização Sítio Ecoextrema

São proprietários da Ecoextrema a sra. Grasiela Willrich e o sr. Arthur Nanni, ela bióloga e ele geólogo. A proprietária é responsável pela gestão do sítio, e o proprietário divide o seu tempo entre seu trabalho como funcionário público e as atividades da propriedade. Adquiriram a propriedade no ano de 2002.

A área que hoje abriga a Ecoextrema foi palco de inúmeros episódios de extrativismo no passado. Antes de pertencer aos atuais proprietários, foi adquirida com a finalidade de usá-la para extração de granito, registrado na Foto 7. Esse é um entre outros pontos da propriedade onde se realizava a extração da rocha. Atualmente, verifica-se a recuperação vegetal no local.



Foto 7 – Evidência de extração de granito no passado  
Fotografado pela autora

Na década de 1970, houve a extração de granito utilizado na construção civil em residências e prédios públicos, mas também no calçamento de logradouros em Porto Alegre. Na metade da década de 1980, as mudanças que ocorreram na construção civil, junto com o advento do asfalto, contribuíram para cessar a exploração de granito no intuito de transformá-lo em pedras para uso na construção civil.

Ainda nessa mesma década, foi a vez do mato virar lenha para abastecer os fornos das olarias e do pasto nativo ser usado para alimento do gado. Essa outra possibilidade oferecida, pelo sítio e explorada após o término da extração do granito derrubou a vegetação nativa para comercialização de lenha, resultando em um período marcado pela transformação na cobertura vegetal.

Conforme representado na Figura 7, em uma forma comparativa, observa-se que uma porção expressiva da propriedade – em 1991 – apresenta solo exposto ou herbáceas, sendo que, originalmente, esta área tinha como característica a vegetação do bioma da Mata Atlântica. Também representado na Figura 8, através das classes de uso, em que é possível perceber as transformações espaciais de 1991 para 2008, observa-se a recuperação da cobertura vegetal.

Em meados da década de 1990, entra em operação o aterro sanitário da Extrema, acontecimento este que agregou uma péssima e discutível imagem sobre a localidade da Extrema. Foi nessa década que a área da propriedade esteve de porteiros abertas, recebendo contribuições incipientes de materiais inertes não recebidos, então, pelo aterro. A partir de então, os resíduos que eram descartes e não entravam no aterro vinham para o sítio. O acúmulo de lixo fez com que a terra ficasse desvalorizada. A propriedade servia apenas de trilha onde passavam motoqueiros e cavaleiros.

A implantação do aterro teve o seu impacto negativo, visto que alterou a qualidade ambiental e trouxe para o bairro, que até hoje mantém características rurais e áreas verdes, os resíduos provenientes da área urbana. No entanto, a forma de resistência organizada por lideranças da comunidade, incluindo os produtores rurais do bairro Lami, além de influenciar na desativação do aterro, também repercutiu na opção destes pela agroecologia.

Em 2002, inicia-se a recuperação da propriedade. Os atuais proprietários adquiriram o sítio na intenção de viver no campo, continuando com suas atividades profissionais na área urbana; ainda no mesmo ano, foram morar no sítio. Naquele momento, com o término do governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, a EMATER estava concluindo o trabalho focado na agroecologia, mas os vizinhos possuíam a experiência. Isso mostrou que o encolhimento ou a retirada de uma política pública não desconstrói totalmente a organização dos grupos sociais e as formas produtivas de um determinado território.

Para exemplificar o que foi dito anteriormente, toma-se parte do relato do proprietário, onde este diz que “a terra foi comprada para instalar pomares no estilo convencional. Porém, morar no sítio trazia a ideia de uma vida mais saudável, e, com plantio convencional, isso não seria possível” (proprietário da Ecoextrema, produtor rural e geólogo, morador do morro do Extrema – Lami). Sendo assim, a intenção primeira – de desenvolver a agricultura convencional – é modificada pelo contato com as experiências que então se materializavam na paisagem local e no estilo de vida de alguns proprietários locais.

A produção de frutas com pomares manejados de acordo com práticas agrícolas oriundas da agricultura convencional era uma tendência na zona sul de Porto Alegre neste período. Esta forma de produzir na área rural estava associada ao trabalho da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio SMIC e também da EMATER. Mas também era vista e apropriada pelo turismo, através do turismo de eventos, onde o elemento principal no suporte dessas festas é a fruticultura, como a festa da uva e da ameixa, com início em 1913, e a festa do pêssego a partir de 1950. Essas atividades já aconteciam no município há longa data e foram resgatadas por ocasião dos inventários da oferta turística na zona sul da capital.

A agroecologia passa a ser desenvolvida na propriedade a partir do ano de 2002. O fomento a essa modalidade agrícola se deu com a implantação de políticas públicas, promovendo o encontro desses agricultores em eventos e mostrando a eles outras possibilidades além da agricultura convencional. Esses seminários, além de promover momentos de reflexão, também se constituíam como local de trocas e formação de redes. Foram nesses momentos que os proprietários da Ecoextrema passaram a ser decididamente motivados para o desenvolvimento da agroecologia. Com certeza a proveniência familiar tem sua contribuição embrionária, já que, descendente de italianos, o avô da proprietária era agricultor e ensinou a sua neta sobre o manejo agrícola tradicional.

Os agricultores consideram que, nesse momento, romperam com a competição trazida pela vida urbana. Foram os primeiros proprietários a fixar residência no sítio depois que ele se transformou em uma pequena propriedade. A área foi planejada no intuito de recuperá-la e deixar que na maior parte da terra a vegetação se recompusesse através da sucessão vegetal. Parte da vegetação do sítio tem em torno de trinta (30) anos e em outros espaços do sítio onde foi recuperada há aproximadamente sete (7) anos.

A quantificação da área realizada pelo mapeamento de uso do solo e cobertura vegetal, realizado com fotografia aérea 1991 e com imagem QuickBird 2008, explícita, por meio da classificação, as áreas das diversas classes de uso do solo e cobertura vegetal presentes na área da propriedade Ecoextrema, representada na Tabela 1 e na Figura 8. Os resultados são apresentados, comparativamente, para os dois tempos – 1991 e 2008 – conforme classificação.

**Vegetação Nativa**– a vegetação nativa totalizava, em 1991, 51,53%, e em 2008, 78,51% da área. Verifica-se uma significativa recomposição desta em relação ao ano de 1991, sendo que esta classe apresenta atualmente uma recuperação de aproximadamente 26,98%. Os dados

resultantes do mapeamento foram validados quando confrontados com o mapeamento realizado pelo proprietário, pois se evidencia uma relativa precisão – entre 78,51% de cobertura vegetal nativa – no mapeamento realizado nessa pesquisa e 81%, no mapeamento oferecido pelo proprietário. Portanto, com uma variação de 2,49%, na Foto 8 verificam-se turistas realizando a trilha no meio da mata, Mata Atlântica.

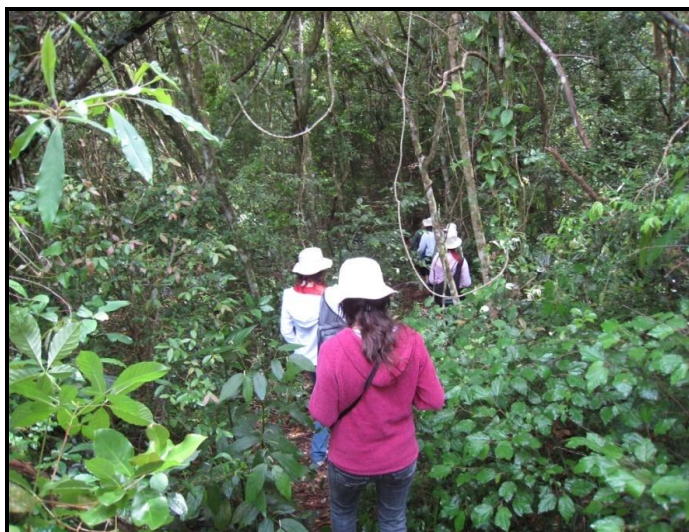


Foto 8 – Trilha entre a vegetação nativa – Mata Atlântica  
Fotografado pela autora

**Campo nativo**– a Área de Campo Nativo conforme representada na comparação, em 1991 correspondia a 48,55 %. Em 2008, correspondia a 11,90% e a de pastagem, a 5,26%, o que totaliza neste nível 17,16%. Observa-se a diminuição da área de campo, o que se explica pelo fato de haver crescimento da cobertura vegetal na forma de mata e, também, pelo uso do solo com cultivo agrícola.

**Área de uso agrícola** – no ano de 1991 não há área de uso agrícola. A cobertura vegetal na propriedade é dividida entre a área de campo nativo e a área de mata nativa. Já em 2008 a Horticultura perfaz 4,32% da propriedade.

**Área construída** – no que se refere à área construída, em 1991, não se identificam construções; em 2008, estas ocupam apenas 0,13% da área total.

**Recursos hídricos** – observam-se na propriedade Ecoextrema, no que se refere a recursos hídricos, cinco (5) nascentes do Arroio Manecão; como na etapa do mapeamento tivemos acesso à propriedade uma única vez, não foram georreferenciados os pontos das nascentes. Fez-se a opção de não mapear, devido ao risco da imprecisão. A partir de uma nascente, identifica-se canalização que objetiva a captação de água para uso na propriedade. No trabalho de campo, verifica-se que as nascentes estão preservadas e atendem aos requisitos relativos às legislações pertinentes.



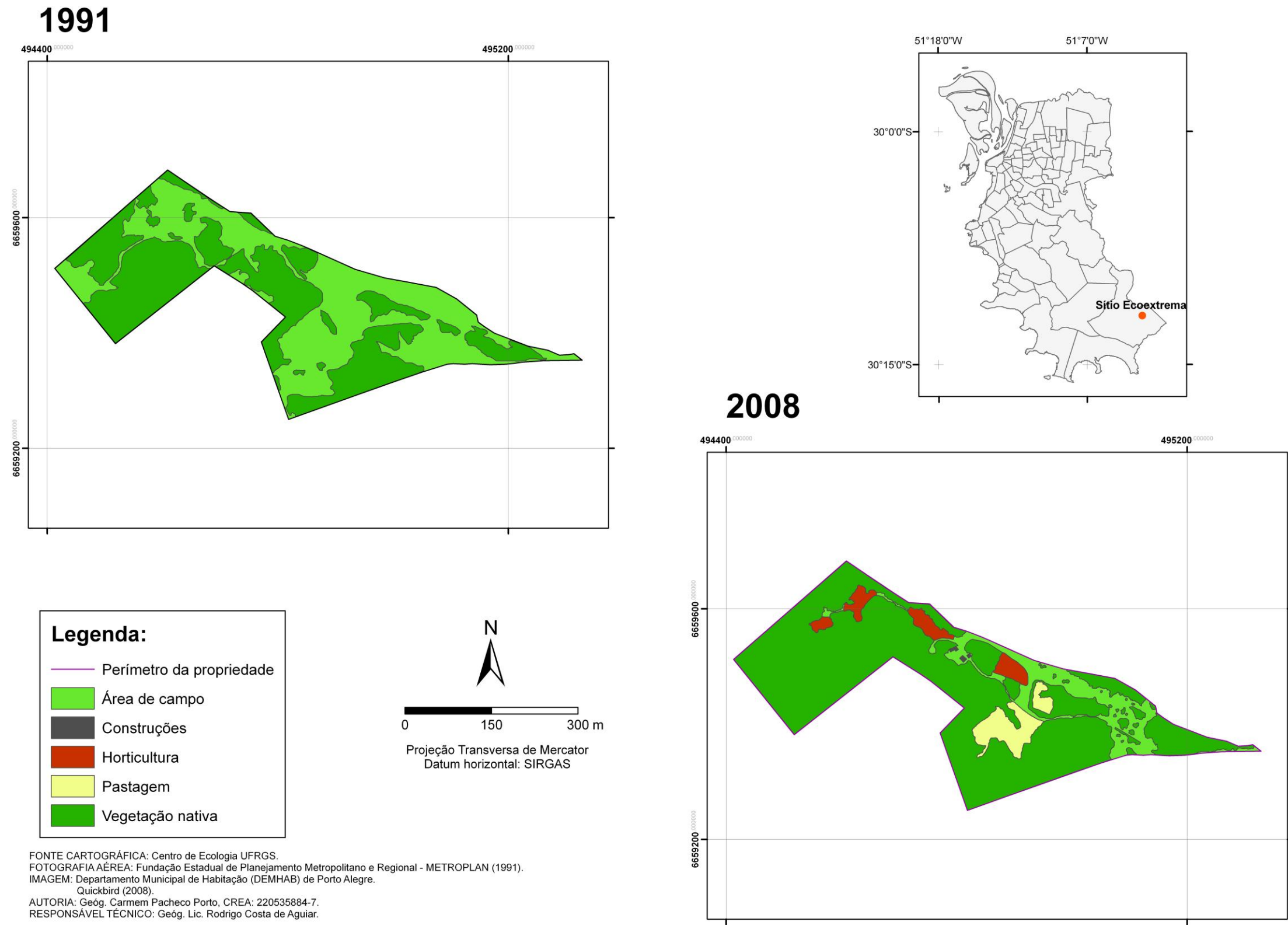


Figura 8 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal – Sítio Ecoextrema 1991- 2008

Tabela 1 – Área de uso do solo e participação em relação ao total da área da Ecoextrema – 1991 e 2008

Uso do solo	1991		2008	
	Área (ha)	Percentual da propriedade	Área (ha)	Percentual da propriedade
Área de campo	6,57	48,55	1,61	11,90
Construções	-	-	0,02	0,13
Horticultura	-	-	0,58	4,32
Pastagem	-	-	0,71	5,26
Vegetação nativa	6,98	51,53	10,63	78,51
<b>Área total da propriedade</b>	<b>13,54</b>	<b>100,00</b>	<b>13,54</b>	<b>100,00</b>

De acordo com a manifestação dos proprietários, a recuperação e conservação da mata nativa e a quantidade hoje alcançada através do processo de recuperação é um requisito fundamental para o equilíbrio ecológico e para a implantação de agrossistema agroecológico no sítio, exemplificado na Foto 9.



Foto 9 – Agrossistema – Área cultivada horta e vegetação nativa ao fundo  
Fotografado pela autora

A agroecologia, entre tantos outros benefícios, também elimina o fator competição. Isto pode ser verificado ao se interagir com as pessoas que abriram a mente e o coração para um novo estilo de vida. Porém, isso não quer dizer que não haja produtores agroecológicos que mantenham o mesmo estilo de vida levado antes de aderir a essa modalidade. A produção é individual, mas se organiza entre os proprietários para evitar a competição; cada proprietário produz de forma diferenciada. Apesar dos desafios iniciais, atualmente aliam-se quatro tipos

de atividades na propriedade: a produção agroecológica, a comercialização, o trabalho de conservação e recuperação ambiental e o turismo.

Na produção agroecológica, adota-se a rotação de culturas, considera-se a propriedade produtiva. Identifica-se pouco uso de máquinas agrícolas, com apenas um trator, sendo que a maior parte do manejo agrícola é realizada com o trabalho manual. Na agricultura, recebem assistência técnica da EMATER. Ainda sobre a tecnologia, é desenvolvida a técnica de conservação do solo com curvas de nível para evitar a erosão, e o fertilizante utilizado é um composto feito na propriedade. Este composto tem como base a ureia (urina da vaca), e serve para adubação nas hortas e pomares.

As mudas para a produção agrícola são compradas de outros produtores agroecológicos; esses se organizam para que essa aquisição seja realizada em conjunto. Os proprietários consideram importante que a produção de mudas venha a ocorrer no âmbito da propriedade, mas encontram problemas para sua operacionalização. Talvez uma forma de produção que vise a abastecer o conjunto das propriedades agroecológicas seja mais uma alternativa viável neste processo de construção coletiva através dos princípios da agroecologia.

A comercialização de 2005 a 2008 ocorria na feira da Tristeza. Atualmente, os produtos são comercializados pelos parceiros da feira ou recorrendo à estratégia de fidelização de clientes. Esses encomendam os produtos, e os proprietários viabilizam a entrega. A organização em associações se faz pelo pertencimento ao grupo Essência da Terra, formado por duas (2) famílias.

No trabalho de conservação e recuperação ambiental, desenvolvem-se experimentos e diversificam-se técnicas para contribuir com a recuperação da vegetação. Entre os experimentos, está o corredor ecológico com a reconstituição vegetal onde foram instalados poleiros artificiais para as aves construídos com o reaproveitamento de árvores. As árvores ou os galhos são dispostos no chão, servem para pouso de aves e para elas fazerem seus ninhos; com isso, promovem a dispersão de sementes.

Junto com o turismo, desenvolve-se a educação ambiental e as atividades de formação na intenção de partilhar experiências com o recurso de dinâmicas ambientais. Exemplo disso é uma dinâmica de educação ambiental – que demonstrou a necessidade do esforço coletivo em favor do ambiente – vivenciada por um grupo de turistas. Cabe ressaltar o recurso de oficinas de implantação dos agrossistemas (frutíferas), oficinas de espiral de ervas, construções de barro (material da propriedade) permacultura, mutirões para o plantio. O espiral de ervas

(Foto 10), conforme orientação dos agricultores, é uma forma de organizar um espaço próximo à residência, em que se encontra uma diversidade de ervas medicinais ou para uso na gastronomia em um único lugar. Os agricultores acrescentam que o formato em espiral permite a iluminação solar e a manutenção de umidade para o desenvolvimento das espécies.



Foto 10 – Espiral de ervas  
Fotografado pela autora

A diversificação das atividades econômicas possibilitou o desenvolvimento do turismo que ocorreu após a organização da propriedade como a formação do agrossistema agroecológico. O turismo é um complemento e se faz associado aos cursos e oficinas.

O Sítio Ecoextrema é um empreendimento turístico que proporciona ao visitante a oportunidade de conhecer um pouco mais do cenário rural onde se insere Porto Alegre; além de ter contato direto com a ecologia dos morros, em uma propriedade amplamente recuperada. O principal trabalho realizado na propriedade é o de conservação e recuperação de áreas degradadas, servindo para a geração de renda, a produção agrícola e a comercialização. A renda retornada dessa atividade é investida na manutenção do sítio. Na Foto 11, o proprietário explica para os visitantes a recuperação da vegetação nativa através da sucessão vegetal.



Foto 11 – Recuperação da vegetação nativa – sucessão vegetal  
Fotografado pela autora

Hoje, o sustento da família ainda depende do trabalho do proprietário, que é funcionário público. A renda gerada na propriedade é importante, e os proprietários estão satisfeitos, estão incluídos no que se define como pluriatividade, ou seja, a composição da renda familiar é formada pela renda proveniente das atividades produtivas advindas da propriedade, mas também de atividade profissional independente desta.

A recuperação alcançada na propriedade promoveu a formação de um agrossistema sustentável, onde a biodiversidade se apresenta no ambiente mesclada à produção agrícola. Nesse estágio, numerosas e complexas interações passam a se estabelecer entre o solo, as plantas e os animais. Desta forma, amplia-se o uso da terra, porque o solo está protegido pela cobertura vegetal, a manutenção dos recursos hídricos, o controle biológico de pragas e o uso eficaz dos recursos garantem a sincronia ambiental. Na verdade, o ciclo da natureza em conjunto com a ação antrópica se fecha, e os resultados se apresentam através de alimentos saudáveis, qualidade do ambiente com efeitos benéficos na vida do agricultor e do consumidor, que tem na sua mesa os produtos oriundos de uma propriedade agroecológica.

Para o turismo, essa propriedade se constitui como um local que possibilita o distanciamento do estresse da vida urbana, mas também de experiência e de troca de conhecimento. Conforme classificação realizada em 2009, a Ecoextrema desenvolve o Ecoturismo, que se justifica pelas diferentes características apresentadas pela propriedade, em que, a partir da recuperação ambiental, a biodiversidade e o uso sustentável são evidentes nessa porção do espaço. Verifica-se que o interesse dos proprietários é o de se focar no perfil de visitantes acadêmicos. Em 2008, quando passaram a desenvolver o Ecoturismo, além de

receberem acadêmicos de diferentes formações, a propriedade também foi visitada por ambientalistas e amigos desses motivados pelo diferencial que ela apresentava.

## 4.2 Granja Santantonio

A Granja Santantonio associa-se à presença de figueiras centenárias (Foto 12) e à história da família descendente de Mimi Moro, primeira gaúcha a apresentar um programa de culinária ao vivo na antiga TV Piratini, autora de livros de receitas, sendo estes os grandes atrativos e parte da história viva do local. Nesse ambiente, que abriga remanescentes da mata com figueiras em restingas com butiás e cactáceas, observa-se a presença de uma família de bugios e um banhado em área mais baixa (Foto 12), com representação de outras espécies da fauna que habita o lugar. Na área plana da propriedade, localiza-se a sede da granja que – conforme informação coletada em entrevista realizada com o proprietário – possui 10 hectares. Porém, na Figura 10, que corresponde aos mapas de uso do solo e cobertura vegetal, identificam-se 9,39 hectares. Essa variação é atribuída à incorporação de uma área adjacente, à qual não foi permitido o acesso no momento da pesquisa. Distante do centro de Porto Alegre, aproximadamente 32 km, a propriedade rural está situada na Estrada do Varejão, 2560, Bairro Lami, (Figura 9).



Foto 12 – Figueira ao fundo área de banhado  
Fotografada pela autora

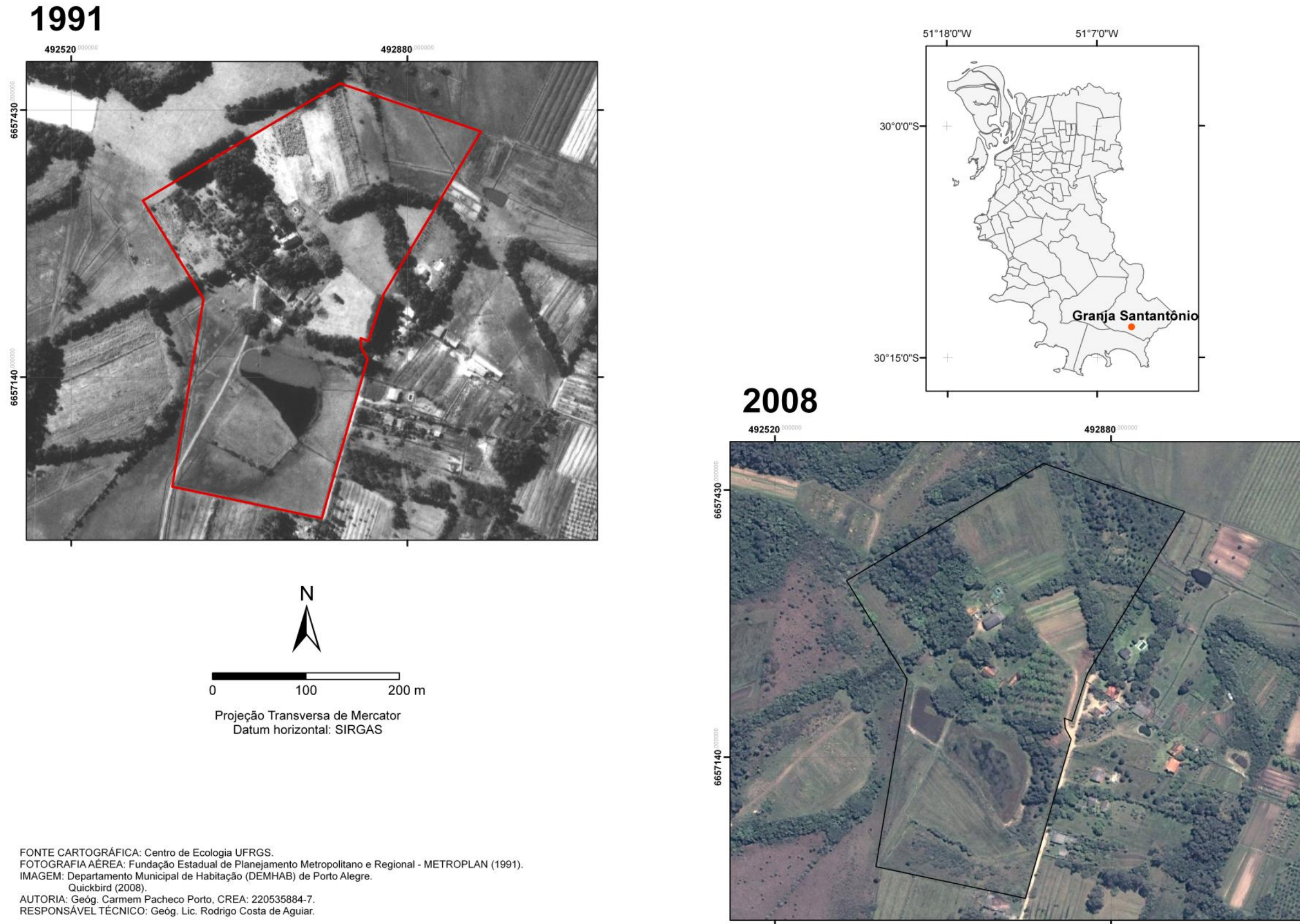


Figura 9 – Localização Granja Santantonio

Atualmente, são proprietários e vivem na propriedade o sr. Vasco Moro, engenheiro agrícola; a sra. Karen Moro, esposa; qualificada para o receptivo turístico e a sra. Márcia Moro, matriarca; professora aposentada, além das duas filhas do casal, que são estudantes.

Antes de a propriedade ser adquirida pela família Moro, havia apenas um gerador para abastecimento de água e luz, porém esta não era produtiva. A propriedade foi comprada em março de 1968, pertencendo ao avô do atual proprietário, que era funcionário público fiscal aposentado do Banco do Brasil. Na propriedade, realizava-se a produção de leite para a Corlac; um tambo modelo, considerado referência para este perfil de produtores na época. Com esse perfil, era recorrente a prática de dias de campo na granja: visitas durante as quais se realizava a demonstração e o repasse do método utilizado na propriedade rural. Neste período, a propriedade estava voltada unicamente para produção leiteira, no intuito de fornecer a produção para a Corlac.

Em 1988, o atual proprietário, o sr. Vasco Moro, foi morar na granja. Durante nossa visita, ao relatar a sua história de vida, apresenta um pomar de nozes e faz referência a este como uma herança deixada pelo seu avô (Foto 13). À época, este era um dos usos do solo com atividade agrícola que se iniciava na granja. Ao assumir a propriedade, seguiu a tendência da agricultura na zona sul com a fruticultura, neste caso com a produção de pêssego. A Figura 10 apresenta a propriedade no ano de 1991, ainda com uma insignificante atividade produtiva; identificam-se, apenas a noroeste, evidências de um pomar de frutíferas. A textura apresentada na fotografia aérea sugere que, neste local, havia um misto entre frutas e hortaliças, sendo a última talvez reservada ao uso doméstico e não apontada pelo proprietário na entrevista.





Foto 13 – Pomar de nozes  
Fotografado pela autora

Para identificação das transformações que ocorreram na propriedade, será apresentada a classificação de uso do solo e cobertura vegetal para os anos de 1991 e 2008 na Granja Santo Antônio (Figura 10, Tabela 2). A apresentação será feita de forma comparativa, conforme classificação:

**Vegetação nativa** –recobria 23,28% da propriedade em 1991. No ano de 2008, a vegetação nativa ocupava 33,65%. A vegetação mista apresentava a seguinte configuração: nativas e exóticas, 10,24% da área da propriedade, sendo que estas duas classes totalizam 43,89%, o que indica uma representação da cobertura vegetal na forma de nativa e mista, com nativas e exóticas, superior a 40%, com predominância de vegetação nativa. Verifica-se uma ampliação da vegetação nativa de 10,37% em relação a 1991. Nesta classe, para o ano de 2008, aparece junto à vegetação nativa um conjunto de espécies exóticas, não sendo possível classificar em separado. Para esta classe, é adotada a denominação de vegetação mista.

**Área de campo** – a área de campo, em 1991, adquiriu um percentual extremamente significativo, chegando a 66,13% da área total. Isso se explica pelo uso da propriedade no passado, quando a criação de gado estava associada às áreas de campo para pastagem. Nesse período há retirada do mato e a área de pastagem é ampliada. Em 2008, houve diminuição da área de campo; as evidências demonstram que essa foi substituída pela vegetação nativa, que

se recuperou, e pela expansão da área agrícola. Essa afirmação tem por base dados coletados na entrevista, cuja revelação dá conta de que, neste período, não houve o plantio de exóticas, atingindo a área de campo um percentual de 16,38%. Com uma redução da área de campo em 49,75% em relação à área que constava no mapa em 1991.

**Área de uso agrícola** – em 1991, o uso agrícola está representado pela fruticultura com apenas 4,16% da área da propriedade. Já em 2008, há uma diversificação na área de uso agrícola, através da fruticultura 4,23%, da horticultura 18,29% e ainda da área de uso misto: pastagem e horticultura 9,14%, totalizando estas áreas 31,66% da propriedade. A presente classificação difere da percepção do proprietário. Mesmo adicionando a esta a área vegetada com exóticas (10,24%), não atingiria a marca de 60% da propriedade como produtiva. Porém, apresenta um aumento do uso do solo em atividades agrícolas em um percentual de 27,5%. A Foto 14 ilustra o cultivo de berinjela.



Foto 14– Cultivo de berinjela em consórcio com outras espécies  
Fotografado pela autora

**Área construída** – em relação à área construída, em 1991 tem-se 1,02% da área total. Em 2008, atinge 0,62% da área da propriedade.

**Recursos hídricos** – os recursos hídricos são compostos por uma grande área de banhado, correspondente a 5,45% da área, onde se verifica uma diferenciação na tonalidade do espelho d'água na fotografia aérea de 1991; na sua totalidade é uma área de banhado. Já em 2008, os

recursos hídricos na propriedade são compostos por açude (1,47%) e banhado (6,12%). Nesse nível, identifica-se que, para 2008 há, além do banhado com indicativos de recuperação, um açude na propriedade (Foto 15). Este foi construído através de um programa desenvolvido pela EMATER que beneficiou os agricultores da zona sul de Porto Alegre que tivessem interesse em desenvolver a piscicultura. No entanto, há indicativos de que poucos agricultores mantêm a criação de peixes. Em geral, os proprietários usam os açudes como reservatórios de água para irrigação das hortas. O que também se verifica é que houve uma expansão da área de banhado que, pela lógica, está relacionado à nova organização da propriedade e à recuperação de áreas antes impactadas.



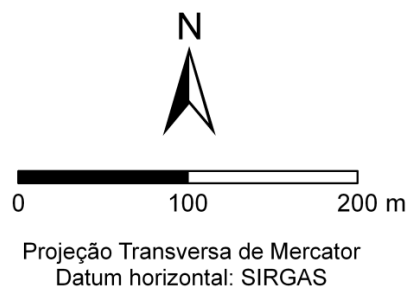
Foto 15 – Açude com presença de plantas aquáticas  
Fotografado pela autora

1991

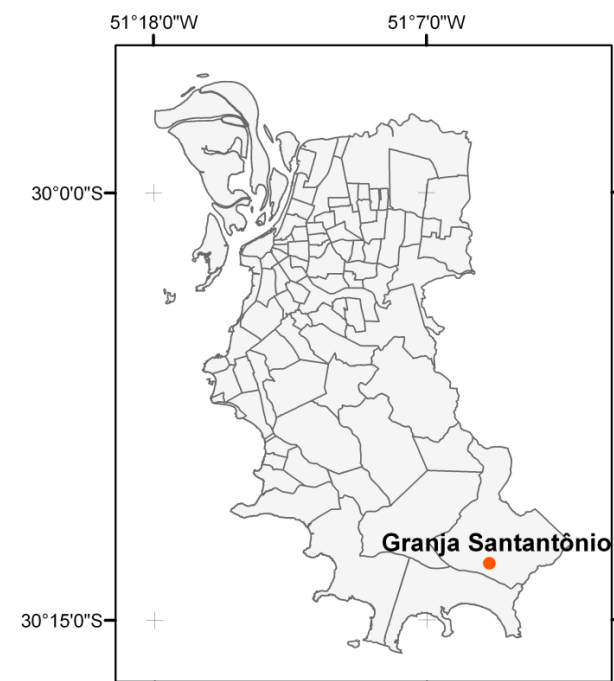


**Legenda:**

- Perímetro da propriedade
- Área de campo
- Açude
- Banhado
- Construções
- Horticultura
- Fruticultura
- Uso misto: pastagem e horticultura
- Vegetação nativa
- Vegetação mista: nativas e exóticas



FONTE CARTOGRÁFICA: Centro de Ecologia UFRGS.  
 FOTOGRAFIA AÉREA: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN (1991).  
 IMAGEM: Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) de Porto Alegre. Quickbird (2008).  
 AUTORIA: Geóg. Carmem Pacheco Porto, CREA: 220535884-7.  
 RESPONSÁVEL TÉCNICO: Geóg. Lic. Rodrigo Costa de Aguiar.



2008



Figura 10 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal–Granja Santantonio 1991-2008

Tabela 2 - Área de uso do solo e participação em relação do total da área da Granja Santo Antônio - 1991 e 2008

Uso do solo	1991		2008	
	Área (ha)	Percentual da propriedade	Área (ha)	Percentual da propriedade
Área de campo	6,21	66,10	1,54	16,38
Açude	-	-	0,14	1,47
Banhado	0,51	5,45	0,57	6,12
Construções	0,10	1,02	0,06	0,62
Fruticultura	0,39	4,16	0,40	4,23
Horticultura	-	-	1,72	18,29
Uso misto: pastagem e horticultura	-	-	0,86	9,14
Vegetação nativa	2,18	23,27	3,16	33,65
Vegetação mista: nativas e exóticas	-	-	0,96	10,24
<b>Área total da propriedade</b>	<b>9,39</b>	<b>100,00</b>	<b>9,39</b>	<b>100,00</b>

“Em 2001, há aproximadamente oito anos, iniciou-se a produção agroecológica através da formação do grupo Pró-Lami” (proprietário da Granja Santantonio, produtor rural e engenheiro agrícola, morador do Beco Paraíso – Lami). Atualmente, a produção é agroecológica, com rotação de culturas, e a propriedade é considerada produtiva (Foto 16). Na agricultura, os proprietários consideram importante a assistência técnica que recebem da EMATER através da Associação Pró-Lami.



Foto 16 – Horta, no entorno árvores nativas e exóticas, ao fundo residência da família  
Fotografado pela autora

Na produção agrícola, com o associativismo, utilizam-se estratégias que consistem na combinação realizada entre os associados para apresentarem na feira uma diversidade maior de produtos e não competirem entre si. A produção é individual, mas organizada entre

os proprietários para evitar a concorrência, ou seja, cada proprietário produz de forma diferenciada, valendo-se da diversificação das técnicas de manejo e espécies produzidas. No que se refere ao uso de maquinário agrícola, utilizam apenas o trator; a maior parte do manejo é realizada com técnicas manuais.

Com a restituição da biodiversidade, os proprietários acreditam ter fortalecido o agrossistema. Dessa forma, desenvolvem as atividades produtivas com uma dependência mínima de insumos e de energia externa à propriedade. Procuram conhecer e utilizar técnicas para a recuperação e fertilização do solo através da compostagem de resíduos que seriam descartados e já demonstram que podem ser aproveitados nas hortas.

A formação de um sistema agrícola autossustentável na propriedade se faz com a conservação dos recursos naturais, a adaptação dos cultivos ao ambiente e uma produtividade de acordo com o potencial do ambiente e da tecnologia que pode ser usada, evitando impactos ambientais. Nessa visão sistêmica, a única coisa que vem de fora são as mudas; antes se usavam sementeiras, mas a produção de sementes foi abandonada. O manejo agrícola, somado às outras atividades produtivas, exige muito trabalho manual e, pela falta de mão de obra, a produção de mudas não dá retorno pecuniário.

A comercialização da produção acontece em vários pontos de feira no município de Porto Alegre, na Feira da José Bonifácio, Tristeza e até recentemente no Shopping Total – este último ponto de venda deixou de existir no ano de 2010 – sendo que os membros da associação se dividem para atender as duas feiras. Para os proprietários da Granja Santantonio a principal atividade, ou seja, a que gera mais renda é a comercialização da produção.

As atividades de turismo foram implantadas na propriedade em 2005, quando a EMATER e o SENAR, por meio da prefeitura municipal, promoveram um curso de formação para o desenvolvimento do turismo (Quadro 4). Nessa mesma data, com a finalização do curso, inicia-se o turismo na propriedade. Organiza-se, em caráter experimental, a primeira atividade turística na propriedade com o resgate da história da família e da culinária Mimi Moro, que foi motivo de destaque na culinária do Rio Grande do Sul. Este atrativo é apresentado até hoje aos turistas, como visto na Foto 17. Os proprietários procuram diversificar as atividades oferecidas ao turista, com passeio pela propriedade, desde a visitação nas hortas e nos pomares, até com a possibilidade de vivenciar a rotina de uma propriedade rural.



Foto 17 – Proprietária expõe a história da família para os visitantes  
Fotografado pela autora

A organização das atividades produtivas realiza-se por meio de associações, tanto para a comercialização como para o turismo. Portanto, para o turismo, participam da Associação Porto Alegre Rural e, para a comercialização, da Associação Pró-Lami. Para o desenvolvimento do turismo, o associativismo ocorreu a partir de 2005 com a Associação Porto Alegre Rural. As diferentes atividades desenvolvidas na propriedade são partilhadas entre os proprietários e um agregado. A proprietária também mãe do proprietário e professora aposentada, não se dedica à produção agrícola, pois está qualificada para desenvolver o turismo, no qual trabalha.

### **4.3 Sítio Capororoca**

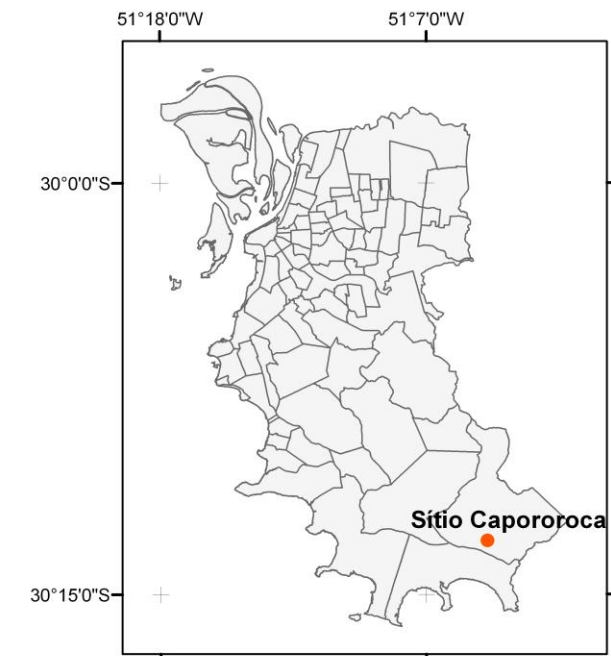
O Sítio Capororoca é sinônimo de surpresa. Mistura conhecimento científico com a sabedoria popular no aproveitamento de plantas consideradas exóticas na alimentação convencional. Ou seja, a propriedade caracteriza-se pela Produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC).

A propriedade possui 2,19 hectares, conforme apresentado na Figura 12 (Uso do Solo e Cobertura Vegetal). O sítio é localizado em uma área plana com solo arenoso e cobertura vegetal característica das faixas de Restinga, onde se destaca uma vegetação arbustiva com

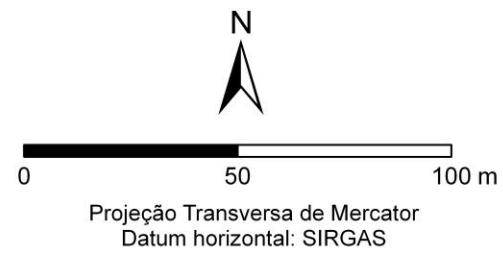
maricazais e cactáceas. Distante do centro de Porto Alegre, aproximadamente 32 km, situa-se na Estrada do Varejão, 2630, Beco Paraíso, 951 – Bairro Lami (Figura 11).



1991



2008



FONTE CARTOGRÁFICA: Centro de Ecologia UFRGS.  
FOTOGRAFIA AÉREA: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN (1991).  
IMAGEM: Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) de Porto Alegre, Quickbird (2008).  
AUTORIA: Geóg. Carmem Pacheco Porto, CREA: 220535884-7.  
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Geóg. Lic. Rodrigo Costa de Aguiar.

Figura 11 – Localização Sítio Capororoca

São proprietários a sra. Silvana Bohrer, engenheira agrônoma, e o sr Zanir, médico psiquiatra. A propriedade rural foi adquirida no ano 2000 quando lá ainda havia algumas estruturas pertencentes a um haras. Esse pertencia a um professor da UFRGS, que parcelou a sua propriedade e vendeu a área de terra que hoje forma o sítio.

A proprietária desde 1999 estava envolvida com a formação de associações no bairro Lami, onde conheceu a propriedade e alguns proprietários rurais do local. O seu vínculo com a comunidade a incentivou a lá fixar residência e iniciar a recuperação da área; também a produção. Pelo seu relato observa-se que, desde a época em que cursava agronomia, planejava trabalhar com fruticultura, orelicultura e horticultura.

A produção ecológica do Sítio Capororoca iniciou em 2001, com o plantio de moranguinhos. A partir de então, conta Silvana, “prosseguimos com a ideia de investir em fruticultura, verduras e também flores e plantas comestíveis diferenciadas”, Foto 18. Desde que assumiu a gestão da propriedade, sempre aliou suas atividades produtivas à pesquisa e o desenvolvimento de novos experimentos. Segundo a Sra. Silvana, foi um aluno pesquisador da Faculdade de Agronomia da UFRGS que introduziu várias espécies não consumidos na culinária convencional, mas de grande valor nutritivo.



Foto 18 – Flores e plantas comestíveis incorporadas na alta gastronomia  
Fotografado pela autora

“O brasileiro está cercado de plantas alimentícias, com alto valor nutritivo, mas que ainda não conhece. E a maior parte é rejeitada do seu prato por ser considerada um ‘inço’. Esse tema veio a público com a tese de doutorado na UFRGS do pesquisador Valdely Kinupp. Orientado pela professora titular do Departamento de Horticultura e Silvicultura da Faculdade

de Agronomia da UFRGS, Ingrid de Barros, Valdely Kinupp fez um levantamento da riqueza florística da região metropolitana de Porto Alegre. Ele pesquisou 1.500 espécies da vegetação nativa da região e concluiu que 311 delas (21%) possuem potencial alimentício e são praticamente desconhecidas. Parte do estudo foi realizado no Sítio Capororoca, Bairro Lami, em Porto Alegre” (proprietária do Sítio Capororoca, produtora rural e engenheiro agrônomo, moradora do Beco Paraíso - bairro Lami). Nesse momento, muitas espécies nativas ou espécies com possibilidade de adaptação a solos na faixa de restinga, considerados pobres foram incluídas na rotina produtiva da propriedade. “Algumas espécies produzidas estão voltadas para alta gastronomia”.

A agrônoma Silvana Bohrer explica que o Sítio Capororoca trabalha com várias das espécies pesquisadas, como as flores capuchinha e hibiscus; as folhas bertalha, ora-pro-nobis e urtigas, raiz batata yacon e as frutas fissális, pepininho e tomate arbóreo.

Já a professora da Faculdade de Agronomia Ingrid de Barros, que trabalha há vários anos pesquisando essas plantas, destaca que muitas espécies de plantas apresentam um significativo potencial alimentício, mas são ignoradas ou subutilizadas por não estarem arroladas entre as convencionalmente cultivadas para fins comerciais. A pesquisadora acrescenta que “são plantas silvestres, espécies ruderais, mais conhecidas como ‘matos’ ou ‘inços’, com uso potencial ainda não explorado. Outras são cultivares obsoletas que há muito saíram do mercado ou são variedades crioulas, restritas a poucos agricultores que cuidam zelosamente de seu patrimônio e são desconhecidas do grande público. Ainda alerta sobre a importância destas espécies é a garantia da manutenção da agrobiodiversidade, criando possibilidade de oferta de novas opções de alimentos, enriquecendo cardápios e assegurando não só segurança alimentar, mas também segurança nutricional”.

A implantação da agroecologia aconteceu no período em que o Cento Ecológico IPÊ estabeleceu um convênio com a EMATER para assistência técnica nas propriedades rurais, localizadas na zona sul de Porto Alegre. Relata a proprietária que fazia seu estágio na EMATER, e esta tinha uma parceria com a SMIC em 1997. A estrutura era da SMIC, e a EMATER fornecia o apoio técnico, então os técnicos da EMATER, em parceria com o Centro Ecológico IPÊ, orientavam os agricultores através do trabalho de assistência técnica. Esse convênio realizou-se para atender a área rural de Porto Alegre. Foram dois anos de convênio e, em 1999, forma-se a Associação de Produtores Agroecológicos do Lami APEL e somente em 2005 a Associação Porto Alegre Rural, esta sim direcionada para o desenvolvimento do turismo.

Na concepção estabelecida a partir do desenvolvimento da agroecologia, não bastava apenas ter produção, era necessário buscar os meios para a comercialização direta, produtor/consumidor. Para tanto, formavam-se os grupos através de associações na intenção de ter direito a um ou mais pontos para comercialização de seus produtos na feira ou em outros locais de comercialização no município.

Ponderando sobre estas formas organizativas, observa-se a formação e dissolução dos grupos. Porém, a necessidade e a opção por formas associativas/coletivas também faz parte deste novo caminho para produção e comercialização realizadas pelos proprietários agroecológicos nos Caminhos Rurais. Então, nesta trajetória, alguns grupos que se dissolvem dão origem a outros grupos. Cada novo grupo tem representações de indivíduos oriundos do primeiro grupo de agroecologia, que é a Associação dos Produtores Ecológicos do Lami (APEL). “O trabalho desenvolvido em grupos através de associações e cooperativas impõe muitos desafios. É uma tarefa difícil, podendo ser entendido como um longo aprendizado.” (proprietária do Sítio Capororoca, produtora rural e engenheiro agrônomo, moradora do Beco Paraíso - bairro Lami)

Entre as tecnologias desenvolvidas está a produção de caldas, compostos feitos à base de restos de vegetais. Porém, nem todo fertilizante é feito na propriedade, um pouco é trazido de Santa Catarina, o que se considera antiecológico, principalmente devido à distância e ao transporte rodoviário. Mas sempre que os agricultores precisam de produtos de fora da propriedade, procuram comprar em grupo com produtores da vizinhança, o que é mais favorável e menos impactante. Ainda, para o controle de insetos que podem ser reconhecidos como indesejáveis, utilizam o plantio de chás e plantas repelentes.

Os proprietários ainda participam de programas para o desenvolvimento da produção de frutas. Em 2006, houve distribuição de mudas pela prefeitura pela SMIC. Para cada muda distribuída, é retribuído 1Kg de frutas, que é encaminhado a creches e escolas do município.

Para a proprietária, “a agroecologia é mais do que um sistema produtivo, é uma filosofia de vida e trabalho. Quase tudo é feito na propriedade, temos respeito pelo consumidor e procuramos vender a produção mais perto da propriedade” (proprietária do Sítio Capororoca, produtora rural e engenheira agrônoma, moradora do Beco Paraíso - bairro Lami).

Esta compreensão de sistema produtivo no manejo agroecológico remete à noção de autossuficiência cujo desafio é a utilização de insumos externos à propriedade. Desta forma, cabe manejar, reaproveitar e reciclar tudo o que é possível no âmbito da propriedade,

evitando descarte de resíduos e aquisição de insumos, principalmente de lugares distantes. Nesta modalidade de produção agrícola, é necessário compartilhar conhecimentos e técnicas para além da propriedade, o que pode ser verificado nas diferentes formas de organização dos agricultores desde o seu lugar de moradia e trabalho até uma escala internacional na formação de redes solidárias.

As mudanças ocorridas nessa propriedade, a partir da implantação da agroecologia e das atividades não agrícolas, materializam-se na paisagem, que adquire uma nova forma, e demonstram que, no intervalo de tempo analisado (1997-2009), há um redirecionamento no ambiente da propriedade com o seu uso sustentável. Verifica-se, então, a intensificação das atividades produtivas, mas também na presença de espécies nativas, a exemplo da mata de restinga, conforme está representado na Figura 12(uso do solo e cobertura vegetal nos anos de 1991 e 2008) e na Tabela 3.

**Vegetação nativa** – a vegetação nativa no ano de 1991 representa 15,3% da área da propriedade, quando esta ainda era um haras. A vegetação nativa em 2008 representa 34,22% da área da propriedade, onde se verifica uma expansão desta em relação a 1991, com uma recomposição desta forma de cobertura vegetal superior a 100% com uma ampliação de 18,92% em relação à área total.

**Área de campo** – a área de campo em 1991 era predominante, representando 70,29% da área total. Essa representatividade está relacionada à atividade produtiva que nesta data era a criação e manejo de equinos. Para o ano de 2008, a área de campo reduz em 40,66%, de 70,29% para 29,63 % da área total. Isto acontece em decorrência do uso agrícola e da ampliação da área com vegetação nativa.

**Área de uso agrícola** – a área de uso agrícola em 1991 era de 11,21% da área da propriedade. O traçado apresentado na imagem expressa semelhança com uma área de produção de milho. A entrevista revela ainda que, na época, mesmo sendo um haras, parte da propriedade era reservada à produção de milho, destinado a alimentar os equinos, conforme referência anterior na análise das outras classes de uso. Já no ano de 2008, a área de uso agrícola compreendia 32,37%, distribuídos da seguinte forma: 1,93% fruticultura, 14,22% horticultura e 16,22% uma área de fruticultura e horticultura. Identifica-se também na propriedade, nos trabalhos de campo, a produção de cogumelo shiitake em meio à vegetação nativa, Foto 19. Na área

agrícola há uma grande diversidade de espécies produzidas em uma pequena área de 0,7 ha. Em percentagem, há um crescimento desta atividade de 11,91% em 1991 para 32,37% da área em 2008.

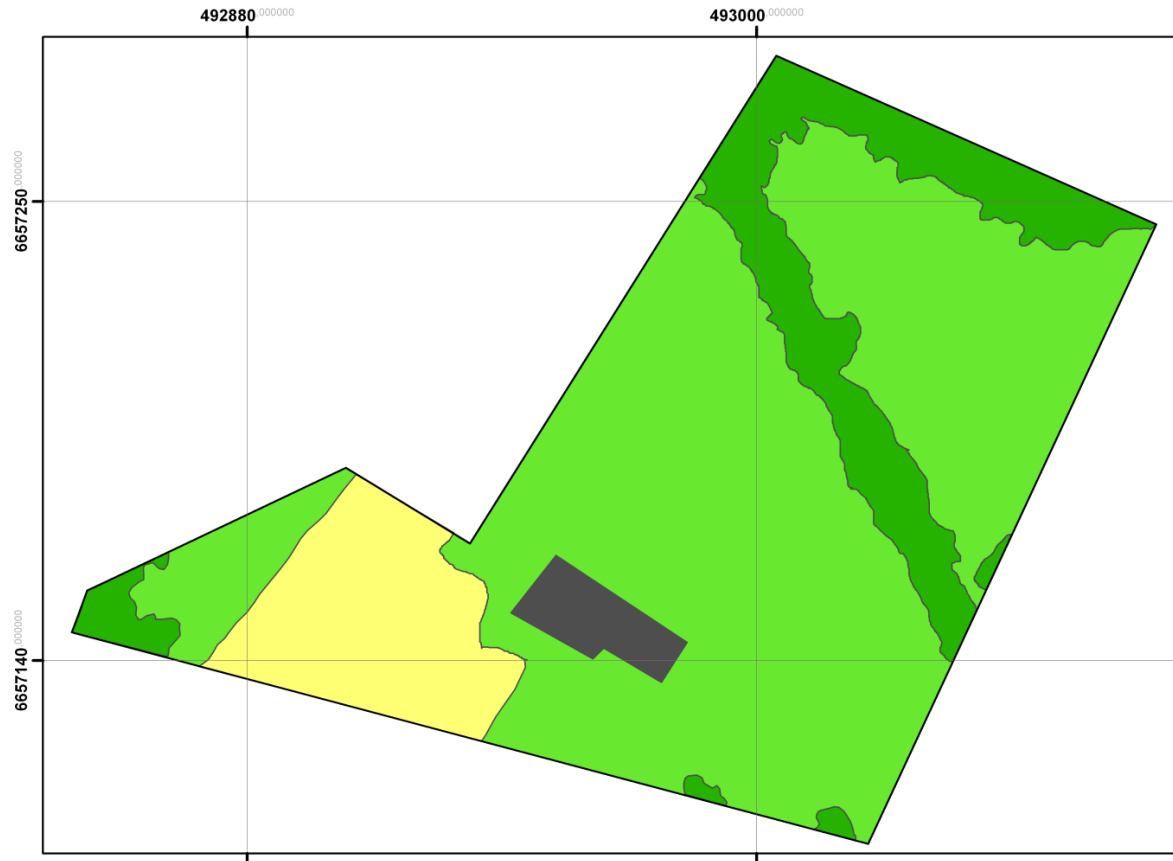


Foto 19 – Produção de cogumelo shitake  
Fotografado pela autora

**Área construída** – em relação a essa questão, identifica-se um percentual de 2,52% da área total da propriedade. De acordo com o relato da Sra. Silvana, as construções em 1991 abrigavam baias de cavalos. Observa-se uma redução nesta, diminuindo de 2,52% para 1,50% da área total, de 1991 para 2008. As instalações anteriores abrigavam os animais, equinos criados na propriedade. Atualmente, a área construída é composta pela residência da família, hospedagem alternativa com três unidades habitacionais, cozinha e refeitório.

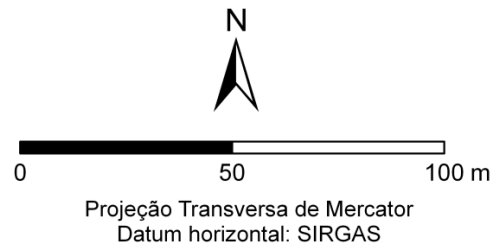
**Recursos hídricos** – sobre recursos hídricos, verifica-se que, em 1991, não havia disponibilidade de água superficial na propriedade; apenas um poço artesiano. Em 2008, verifica-se a presença de dois açudes, correspondendo a um percentual de 2,47% da área total da propriedade. Construídos inicialmente para a criação de peixes, hoje esses têm a função de fornecer água para irrigação e desenvolvimento de plantas aquáticas utilizadas para a fertilização do solo nas áreas de produção agrícola. Há ainda um poço artesiano. Apesar de ter sido beneficiada através de um projeto promovido pela prefeitura em parceria com a EMATER, não há interesse na criação de peixes. O açude é abastecido com a captação da água da chuva.

1991

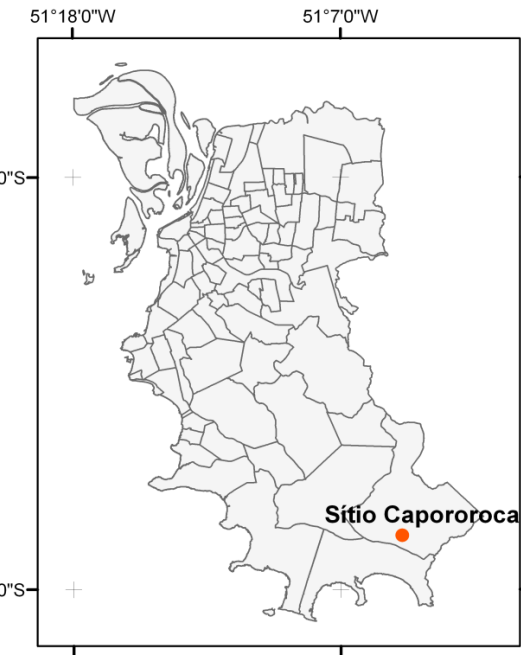


**Legenda:**

- Perímetro da propriedade
- Área de campo
- Açude
- Construções
- Fruticultura
- Horticultura
- Outros cultivos
- Uso misto: fruticultura e horticultura
- Vegetação nativa



FONTE CARTOGRÁFICA: Centro de Ecologia UFRGS.  
 FOTOGRAFIA AÉREA: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN (1991).  
 IMAGEM: Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) de Porto Alegre. Quickbird (2008).  
 AUTORIA: Geóg. Carmem Pacheco Porto, CREA: 220535884-7.  
 RESPONSÁVEL TÉCNICO: Geóg. Lic. Rodrigo Costa de Aguiar.



2008



Figura 12 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal – Sítio Capororoca 1991-2008

Tabela 3 – Área de uso do solo e participação em relação do total da área do Sítio Capororoca – 1991 e 2008

Uso do solo	1991		2008	
	Área (ha)	Percentual da propriedade	Área (ha)	Percentual da propriedade
Área de campo	1,54	70,28	0,65	29,63
Área de uso agrícola	0,26	11,91	-	-
Açude	-	-	0,05	2,47
Construções	0,06	2,52	0,03	1,50
Fruticultura	-	-	0,04	1,93
Horticultura	-	-	0,31	14,22
Uso misto: fruticultura e horticultura	-	-	0,35	16,22
Vegetação nativa	0,33	15,30	0,75	34,22
<b>Área total da propriedade</b>	<b>2,19</b>	<b>100,00</b>	<b>2,19</b>	<b>100,00</b>

A principal atividade produtiva desenvolvida na propriedade é a produção primária, base das atividades não agrícolas, a saber, o turismo e a comercialização na feira, ambas iniciadas em 2001. As atividades turísticas tiveram sua origem quando um grupo de alunos da PUCRS selecionou o Lami para fazer um roteiro experimental e este foi implantado. No Fórum Social Mundial, em 2003, houve uma adequação do roteiro e, pela primeira vez, foi cobrado ingresso para visita nas propriedades. A partir de então, o Sítio Capororoca começou a se consolidar como produto turístico.

O turismo auxilia a multiplicação do trabalho desenvolvido na propriedade, pois oportuniza a difusão de informações e técnicas relacionadas ao desenvolvimento da agroecologia (Foto 20). Tal desenvolvimento está orientando para um melhor aproveitamento de espécies nativas e demonstra que é possível produzir em uma área de terra pequena, utilizando apenas uma parte da propriedade e conservando outra, e ainda produzindo uma grande diversidade de alimentos.





Foto 20 – Explicação sobre o desenvolvimento da agroecologia  
Fotografado pela autora

O turismo em áreas rurais no município de Porto Alegre foi oficializado em 2005. Neste setor, no estabelecimento rural, os visitantes são, predominantemente, estudantes do ensino superior e professores universitários. Especificamente no Sítio Capororoca, o segmento de turismo é chamado de Estudos e Intercâmbio na tematização Turismo Científico. Destacam-se os cursos de Nutrição, Agronomia, Geografia e Biologia. O sítio também recebe crianças, mas estas não são o foco.

Muitos clientes da feira procuram visitar a propriedade. Tal desejo pode ser justificado tanto pela vontade dos indivíduos de conhecer a procedência dos alimentos que consomem, como também pela curiosidade que despertam estes agricultores ao apresentarem seus produtos na feira. Considera-se um privilégio para os habitantes de um grande centro urbano ter a possibilidade de chegar a uma área rural que se localiza apenas a 30 km da área central do município. Muitas pessoas de fora do estado ou do país visitam a propriedade por intercâmbios, estágios ou atividades de lazer. Na propriedade, há um meio de hospedagem alternativo (Foto 21) para receber turistas que desejam permanecer por um período – uma vivência de curta duração ou período maior requerido por intercâmbio e/ou estágio.



Foto 21 – Local de hospedagem e recepção dos turistas  
Fotografado pela autora

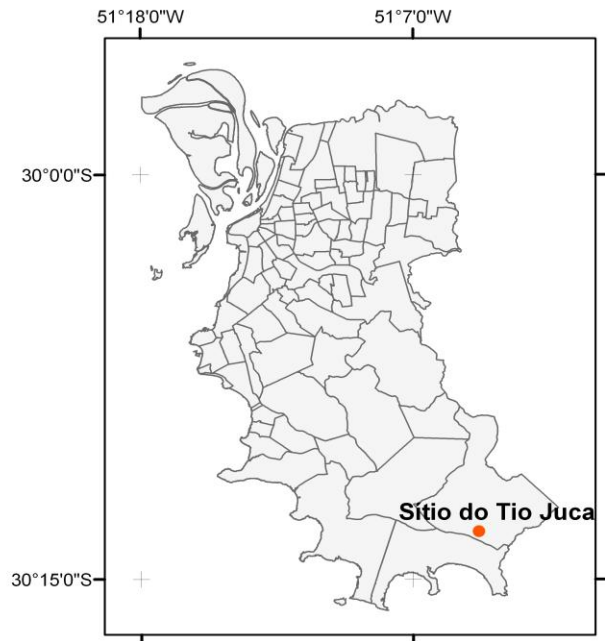
É importante relatar que os estrangeiros descobrem a propriedade ou pelo contato com alguém que visitou e formou opinião ou por informações que recebem sobre a experiência desenvolvida pela rede (internet). Atualmente, o sítio faz parte da rede(internacional) de agricultores orgânicos, o que tem reforçado o contato com turistas estrangeiros, que veem a troca de experiência como algo importante, que ocorre principalmente em relação à agricultura. A UFRGS, assim como outras instituições de ensino superior, a exemplo da UNISINOS, FARGS, também tem promovido a difusão da propriedade através de estudantes e professores, e muitos se interessam em conhecer o sítio com objetivo de adquirir conhecimento técnico.

Nas visitas há a predominância de pessoas oriundas da região metropolitana de Porto Alegre. Os registros dos proprietários e a pesquisa realizada junto aos visitantes indicam que, aproximadamente, 70% das pessoas que buscam a propriedade para turismo são indivíduos motivados pelo estudo e pelo conhecimento técnico-científico. Portanto, esses sujeitos são estudantes ou profissionais que pela formação e/ou perfil profissional têm ligação com o meio rural.

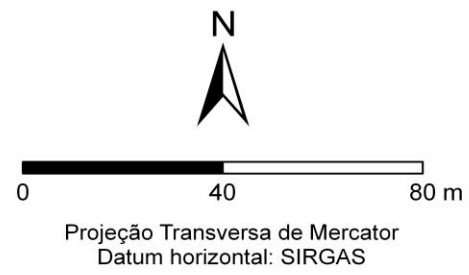
#### **4.4 Sítio do Tio Juca**

O encanto deste sítio está na autenticidade dos proprietários. Seu principal proprietário é conhecido no bairro como Tio Juca, e assim se apresenta quando recebe os visitantes. O Sítio do Tio Juca está localizado em uma área plana, com algumas representações da vegetação de restinga ao fundo da propriedade. No centro, observa-se um cordão de vegetação nativa que se junta à propriedade lindeira e também pertencente aos familiares do proprietário. Sua área totaliza 1,04 hectare que, acrescido da aposentadoria rural, garante o sustento da família, gerando renda através da produção agrícola e de atividades não agrícolas decorrentes daquelas. A propriedade está situada na Estrada Luiz Correia da Silva, 900, Bairro Lami (Figura 13).

1991



2008



FONTE CARTOGRÁFICA: Centro de Ecologia UFRGS.  
FOTOGRAFIA AÉREA: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN (1991).  
IMAGEM: Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) de Porto Alegre. Quickbird (2008).  
AUTORIA: Geóg. Carmem Pacheco Porto, CREA: 220535884-7.  
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Geóg. Lic. Rodrigo Costa de Aguiar.

Figura 13 – Localização Sítio do Tio Juca

São proprietários o sr. Eliseu da Silva (Juca), produtor rural e aposentado rural; a sra. Ivone da Silva, aposentada rural que desenvolve atividades domésticas, na agroindústria artesanal e no turismo; a sra. Jurema Silva, que trabalha com a agroindústria artesanal e o turismo. O sítio pertence a essa família há aproximadamente 40 anos. Foi adquirido pelos pais do proprietário na década de 1970, quando a propriedade era destinada à produção de frutas, especificamente o cultivo de pera e de morango. Neste período, usavam-se agrotóxicos, e – segundo o proprietário – “o agricultor que não usava era considerado atrasado” (proprietário do Sítio do Tio Juca, produtor rural e aposentado, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami).

Em 1983, quando os proprietários foram morar no sítio, a vegetação foi recuperada, pois, conforme relato do seu Juca, havia só “campo”. Neste relato, é possível identificar a ideia que muitas pessoas fazem das áreas de campo: se é apenas campo, pode ser manejado porque é menos importante. Entre 1997 e 1998 os proprietários passaram a desenvolver a agroecologia com a assistência da EMATER e do Centro Ecológico IPE. O proprietário trata esta etapa como uma transição da agricultura convencional para a orgânica. Na perspectiva de buscar novas alternativas de renda, inicia-se a transformação de morango em polpa (suco, iogurte). Toda produção era vendida para a Colmeia durante três anos.

Esta mudança na propriedade, aliando a agricultura orgânica com a transformação de produtos agrícolas no intuito de comercializá-los, promove a organização dos agricultores por meio da organização de grupos e a conquista de espaço na feira. “Nesta época, o agricultor que optava por um plantio não convencional era ridicularizado e chamado de ‘louco’. Discutia com a técnica da EMATER, na época Maria José Guazzelli, que era uma volta ao passado, e ela dizia que este era o caminho do futuro. Formamos a Associação de Produtores Ecologistas do Lami (APEL), então conseguimos um espaço na feira” (proprietário do Sítio do Tio Juca, produtor rural e aposentado, morador da estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami).

A propriedade apresenta uma significativa reordenação espacial a partir da implantação da agroecologia evidenciada na forma retratada na Figura 14 (uso do solo e cobertura vegetal), sendo que, no primeiro mapa, está evidente a concentração da área agrícola em uma porção da propriedade, porém com uma distribuição mais descontínua da vegetação nativa. Para 2008, houve uma relativa diminuição da área de vegetação nativa, mas um misto entre vegetação nativa e fruticultura; uma melhor distribuição das hortas no âmbito da propriedade. Identifica-se nos trabalhos de campo uma grande diversidade de espécies na produção agrícola, onde em cada canteiro é possível verificar que há o consórcio de mais de

uma espécie vegetal, conforme registrado na foto 22. O que fica evidente é que se intensificou a produção, com maior distribuição na propriedade e o processo produtivo elimina os produtos químicos e os insumos externos à propriedade. O uso intensivo da propriedade pode ser explicado pelo seu tamanho de 1,04 hectares.



Foto 22 – Horta com consórcio de espécies vegetais  
Fotografado pela autora

A tecnologia é baseada em um processo basicamente manual. Ela realiza consórcio de plantas e produz um composto orgânico já sistematizado por um técnico da EMATER/POA, tendo em vista que é uma técnica reconhecida pela sua eficiência na fertilização das hortas, o Biojuca, que é processado na propriedade rural (Foto 23).



Foto 23 – Local de produção do Biojuca  
Fotografado pela autora

A agricultura é a atividade principal, de onde tudo se inicia. Dela saem os produtos para a feira, dos quais 30% correspondem a geleias e sucos. Essa família se mantém vinculada à APEL e divide espaço na feira do Bairro Tristeza e da Avenida José Bonifácio, cujo início se deu em 1999. As atividades não agrícolas foram se somando à produção agrícola, com a feira e a agroindústria artesanal. Na agroindústria, procuram agregar valor aos produtos oriundos da propriedade, através da produção de pastas (cenoura, beterraba, berinjela), de geleias (morango, acerola, abóbora, abacaxi, figo), de doces (abóbora e figo) e pão caseiro.

O reconhecimento do produto como orgânico é feito pela SMIC e EMATER; porém, o custo de uma certificação se torna inviável para estes agricultores. Nesse contexto, o grande desafio é como a agroecologia vai gerar produtos para a demanda que se cria. A sua possibilidade de expansão certamente está relacionada com a questão agrária; no entanto, para resolvê-la é necessário resolver a questão agrária no nosso país. Um grande exemplo de satisfação dos produtores agroecológicos com o seu trabalho é ver uma pessoa de 65 anos, como o sr. Eliseu Silva, proprietário do Sítio do Tio Juca, trabalhando e feliz.

Hoje a propriedade é referência nos Caminhos Rurais. Com pouco mais de 1 hectare, é responsável pelo sustento à família, somada às aposentadorias rurais. As diferentes espacialidades são apresentadas na Figura 14 (Uso do Solo e Cobertura Vegetal para os anos de 1991 e 2008) e na Tabela 4, conforme classificação a seguir:

**Vegetação nativa** – a vegetação nativa no ano de 1991 representava 19,61% da área da propriedade, cuja atividade era a produção de morangos. Neste período a produção visava à comercialização na CEASA. No ano de 2008, representava 15,24%, tendo havido relativa diminuição em relação a 1991. Porém, em 2008 há um misto de vegetação nativa e fruticultura, com um percentual de 9,25%, sendo impossível neste conjunto identificar as duas em separado. Mas verifica-se nos trabalhos de campo que, se fosse possível quantificar a área de vegetação nativa, esta teria sido mantida.

**Área de campo** – a área de campo representava 41,24% da área total em 1991 que, somada à área de vegetação nativa, totaliza 60,85% da área total da propriedade. No ano de 2008, a área de campo representava 48,43% da área total, tendo havido uma pequena ampliação em 1991. Nesta também se inclui uma área de campo manejado (pastagem) com um percentual de 3,92% da área total, o que totaliza 52,35%, sendo este tipo de cobertura vegetal predominante na propriedade.

**Área de uso agrícola** – a área de uso agrícola ocupava 36,60% da propriedade em 1991 e era utilizada, como mostra a Figura 14, para uma grande extensão de horta, onde, segundo o proprietário, predominava a produção de morango. Esta classe de uso agrícola ocupa, atualmente, 27,77% da propriedade, verificando-se uma retração de 8,83% em relação ao ano de 1991. Porém, levando em conta a área de uso misto, onde há presença de fruticultura, a diferença diminuiria. Nesta categoria, a agroecologia reorganizou a propriedade com a diversificação e redistribuição dos espaços de produção agrícola, Foto 24 .



Foto 24 – No primeiro plano, área plantada em faixas (consorciada); ao fundo, mata de restinga.  
Fotografado pela autora

**Área construída** – a área construída correspondia a 2,57% da área total da propriedade em 1991. Já em 2008, identifica-se um percentual de 2,40% da área total da propriedade.

**Recursos hídricos** – em 1991, não havia disponibilidade de água superficial na propriedade, apenas um poço artesianos para irrigação da horta. Em 2008, identifica-se um açude que abrange 2,23% da área total, utilizado para irrigação das hortas e também para o desenvolvimento de plantas aquáticas usadas para fertilizar o solo.



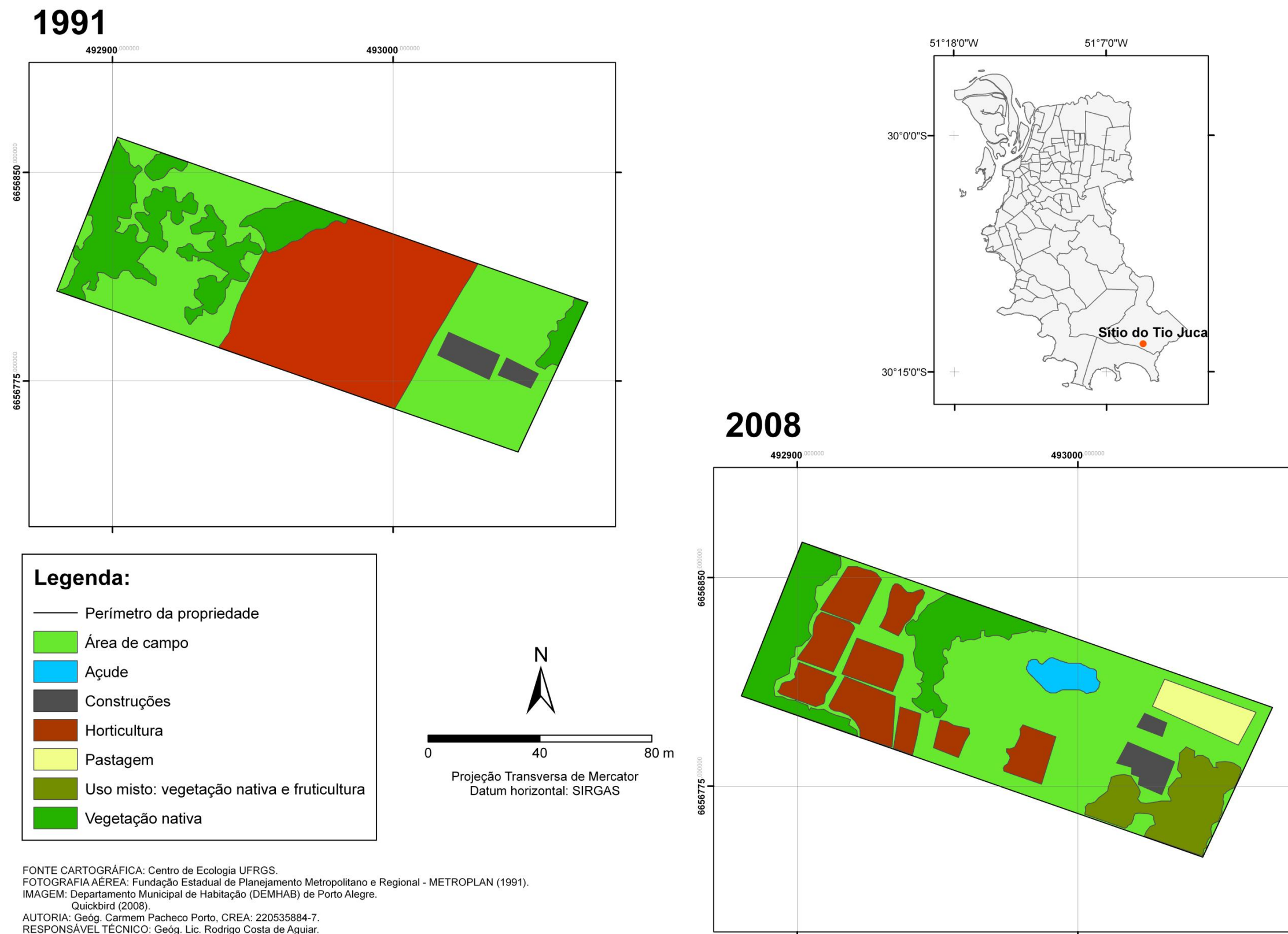


Figura 14 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal – Sítio do Tio Juca 1991-2008

Tabela 4 – Área de uso do solo e participação em relação ao total da área do Sítio do Tio Juca - 1991 e 2008

Uso do solo	1991		2008	
	Área (ha)	Percentual da propriedade	Área (ha)	Percentual da propriedade
Área de campo	0,43	41,23	0,50	48,43
Açude	-	-	0,02	2,23
Construções	0,03	2,57	0,03	2,40
Horticultura	0,38	36,59	0,19	18,52
Pastagem	-	-	0,04	3,92
Uso misto: vegetação nativa e fruticultura	-	-	0,10	9,25
Vegetação nativa	0,20	19,61	0,16	15,24
<b>Área total da propriedade</b>	<b>1,04</b>	<b>100,00</b>	<b>1,04</b>	<b>100,00</b>

O Sítio do Tio Juca foi pioneiro na implantação do turismo entre as propriedades agroecológicas com os roteiros experimentais desenvolvidos em parceria com instituições de ensino superior, a exemplo da PUCRS. A partir da oficialização do turismo nos caminhos rurais em 2005, houve um incremento na demanda de visitantes. Percebe-se que, atualmente, há investimento para desenvolver o turismo, com prioridade para o atendimento, o bem-receber. A satisfação do turista é muito importante para a manutenção da demanda.

Os proprietários têm a compreensão de que o turismo é uma alternativa, um caminho para o futuro dos agricultores da zona sul de Porto Alegre. O que se evidencia quando afirmam que há potencial turístico no município. O sr. Eliseu da Silva diz que “o problema é que Porto Alegre ainda não reconhece de fato o seu potencial turístico. Recebemos muitos estudantes. Esta parte da zona sul é a zona rural de Porto Alegre, temos que criar o hábito de visitar os Caminhos Rurais. Até 2008 eram apenas escolas; em 2009 começamos a receber adultos”(proprietário do Sítio do Tio Juca, produtor rural e aposentado, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami.

A expectativa do agricultor em relação ao turismo cidadão vai ao encontro de algumas reflexões que são feitas sobre o turismo na capital do Rio Grande do Sul. No que se refere ao turismo em Porto Alegre, é necessária maior atenção dos administradores, empresários e instituições acadêmicas, não somente para aumentar a oferta turística e o número de turistas, mas também para ter uma atitude cidadã na recreação e lazer oferecidos para os seus

habitantes. Para tanto é necessário conhecer os espaço da cidade (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 134).

Os Caminhos Rurais se constituem de vários roteiros, oferecendo diferentes oportunidades para o desenvolvimento do turismo. A classificação recente dos tipos de turismo e suas tematizações, realizada pela COODESTUR/2009, baseada na classificação de segmentos turísticos do Ministério do Turismo/2010 permanece válida no ano corrente. Apresenta, entre os segmentos turísticos, o rural, na tematização “turismo agroecológico”, classificação adotada para esta propriedade.

#### 4.5 Sítio dos Herdeiros

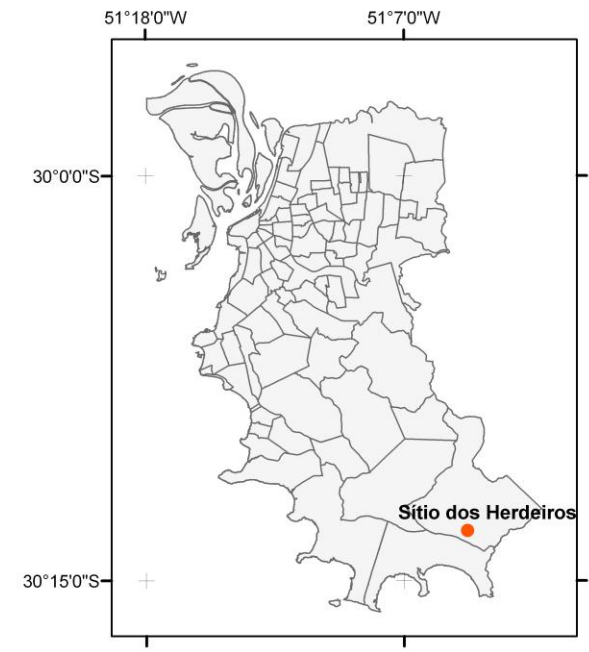


Foto 25 – Sítio dos Herdeiros  
Fotografado pela autora

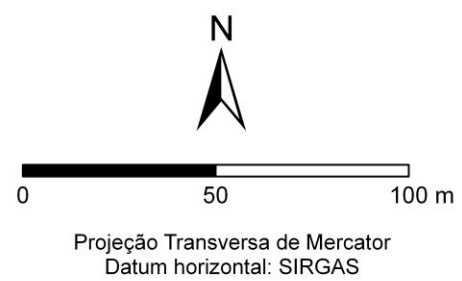
O Sítio dos Herdeiros (Foto 25), como o próprio nome indica, é fruto de uma herança familiar, assim como o Sítio do Tio Juca; os proprietários são irmãos. Portanto, esta propriedade tem alguma semelhança com a apresentada anteriormente.

A acolhida e o bem receber também são marcas fortes dessa propriedade rural, localizada na Estrada Luiz Correia da Silva, 1050, Bairro Lami (Figura 15). O ambiente se caracteriza como uma área plana com manchas da mata de restinga nos limites da propriedade, principalmente na frente e no fundo dessa, conforme apresentado na Figura 15.

1991



2008



FONTE CARTOGRÁFICA: Centro de Ecologia UFRGS.  
FOTOGRAFIA AÉREA: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN (1991).  
IMAGEM: Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) de Porto Alegre. Quickbird (2008).  
AUTORIA: Geóg. Carmem Pacheco Porto, CREA: 220535884-7.  
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Geóg. Lic. Rodrigo Costa de Aguiar.

Figura 15 – Localização Sítio dos Herdeiros

São proprietários o Sr. Salvador da Silva, produtor rural, e a Sra. Vera da Silva que, além de dividir o trabalho do comércio na feira e no turismo com o Sr. Salvador, também desenvolve suas atividades na agroindústria artesanal. A família tem a propriedade da terra desde 1970. Antes de viver na propriedade, possuíam como atividade a produção e a comercialização de mandioca e também a criação de gado. Inicialmente, quando adquiriram a terra os proprietários trabalhavam fora da propriedade e cortavam o mato para conseguir sobreviver.

Iniciaram as atividades agrícolas no sítio com a produção de hortigranjeiros (rabanete, morango) e fruticultura (ameixa) para comercialização. Aos poucos, foram diversificando a produção de hortigranjeiros, inserindo outras culturas como repolho e couve-flor. Hoje, além da diversidade de espécies cultivadas, dedicam-se à produção de diferentes espécies de alface. Em 1974 os Silva se associaram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e se cadastraram na SMIC para comercialização da produção na Centra de Abastecimento (CEASA) em 1974. A partir de 1992, passaram a fazer parte do Sindicato Rural (patronal).

A agroecologia desenvolvida na propriedade veio dos ensinamentos da família com a agricultura tradicional. Os proprietários dizem não ter posicionamento contra a tecnologia usada na agricultura convencional, mas percebem que ela é mal utilizada. Entre as propriedades agroecológicas, o Sítio dos Herdeiros é a única que produz as mudas e mantém sementes crioulas para garantir autonomia neste sentido e evitar que recursos e insumos externos entrem na propriedade.

A opção pela agroecologia foi feita no contexto de mobilizações que ocorreram no bairro resultantes do Aterro Sanitário da Extrema. “Participamos do protesto contra o funcionamento do aterro da Extrema. Fomos chamados por uma matéria no jornal que anunciava que haveria uma audiência pública. Fomos à audiência. O nosso questionamento era de como produzir de forma ecológica se tinha o aterro no Morro da Extrema” (proprietário do Sítio dos Herdeiros, produtor rural, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami).

O Centro Ecológico IPE, a SMIC e a EMATER fomentaram a agroecologia; a partir de então, teve início a comercialização nas feiras. A agroecologia e o associativismo permitiram que surgissem condições para a comercialização da produção agrícola nas feiras.

Antes de começarem a participar da feira, os proprietários do Sítio dos Herdeiros vendiam a produção para a CEASA; por meio de intermediários. Além disso, necessitavam produzir em uma escala maior que a comportada pelas dimensões do sítio para atender à

demanda da CEASA. Esse foi outro motivador para a opção pela agroecologia. Para o manejo, resgataram o conhecimento tradicional e os ensinamentos adquiridos através da assistência técnica da EMATER e do Centro Ecológico IPE.

Os proprietários do Sítio dos Herdeiros eram integrantes da APEL associação que acabou se dissolvendo. O Sr. e a Sra. Silva pensam que devem comercializar apenas o que resulta da sua produção; hoje trabalham em conjunto com a irmã, cuja propriedade limdeira abriga a sede da propriedade do Sr. Salvador e da Sra. Vera. Produzem e comercializam em conjunto; antes a produção só ocorria em grupo quando dos mutirões. A mudança de atitude – a constituição de grupos – visa à comercialização.

Os Silva pensam que as feiras são muito importantes porque se constituem em um canal direto com o consumidor, além de permitirem que se agregue valor ao produto, pois elimina o atravessador. Na feira a diferença é que o cliente é o consumidor. Para eles, o espaço da José Bonifácio é uma grande conquista realizada pela APEL através da SMIC, já que aquele espaço – antes – era quase dominado pela Colmeia.

A propriedade tem outras atividades além da produção agrícola: a agroindústria artesanal, a feira e o turismo; no entanto, a interatividade tem gerado preocupação, pois os Silva consideram que são poucas pessoas para atender à demanda. Para os proprietários, o crescimento rápido do turismo tem exigido dedicação; segundo eles, em épocas de visitaçãõ de escolas o trabalho fica muito intenso. “No campo temos um ritmo de trabalho diferente. É necessário ter horas de trabalho e horas de descanso” (proprietário do Sítio dos Herdeiros, produtor rural, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami).

O relato do Sr. Salvador demonstra preocupação com a entrada do ritmo urbano na área rural de Porto Alegre. O que fica evidente é que esses agricultores consideram importante a diversificação da renda através das múltiplas atividades, mas temem a transformação rápida que pode ocorrer nos seus modos de vida.

A Figura 16 (mapas de Uso do Solo e Cobertura Vegetal para 1991 e 2008) retrata as modificações que se estabeleceram na propriedade com as atividades produtivas implantadas a partir da operacionalização da agroecologia.

**Vegetação nativa** – a vegetação nativa compunha 14,10% da área total da propriedade, distribuídos nos limites da propriedade (Figura 16). Em 2008, a vegetação nativa cobria 19,22% da área total da propriedade. Distribuídas nos limites da propriedade, com

evidências de expansão, neste período a vegetação nativa aparece em alguns pontos no interior da propriedade (Figura16).

**Área de campo** – em 1991 a área de campo representava 15,53% da área total. Em 2008 essa área havia crescido para 22,22% da área total.

**Área de uso agrícola** – a área de uso agrícola cobria 52,64% do total da propriedade em 1991, em uma composição de hortas que se soma à área de fruticultura (17,73%), totalizando 70,37% do total da propriedade com produção agrícola. Em 2008, a fruticultura correspondia a 33,35%; a horticultura, 24,98% da propriedade. A composição entre hortas e fruticultura soma 58,33% do total com produção agrícola. Evidencia-se uma ampliação na área de uso agrícola. Verifica-se na propriedade rural uma grande diversidade de espécies de alface (Foto 26).



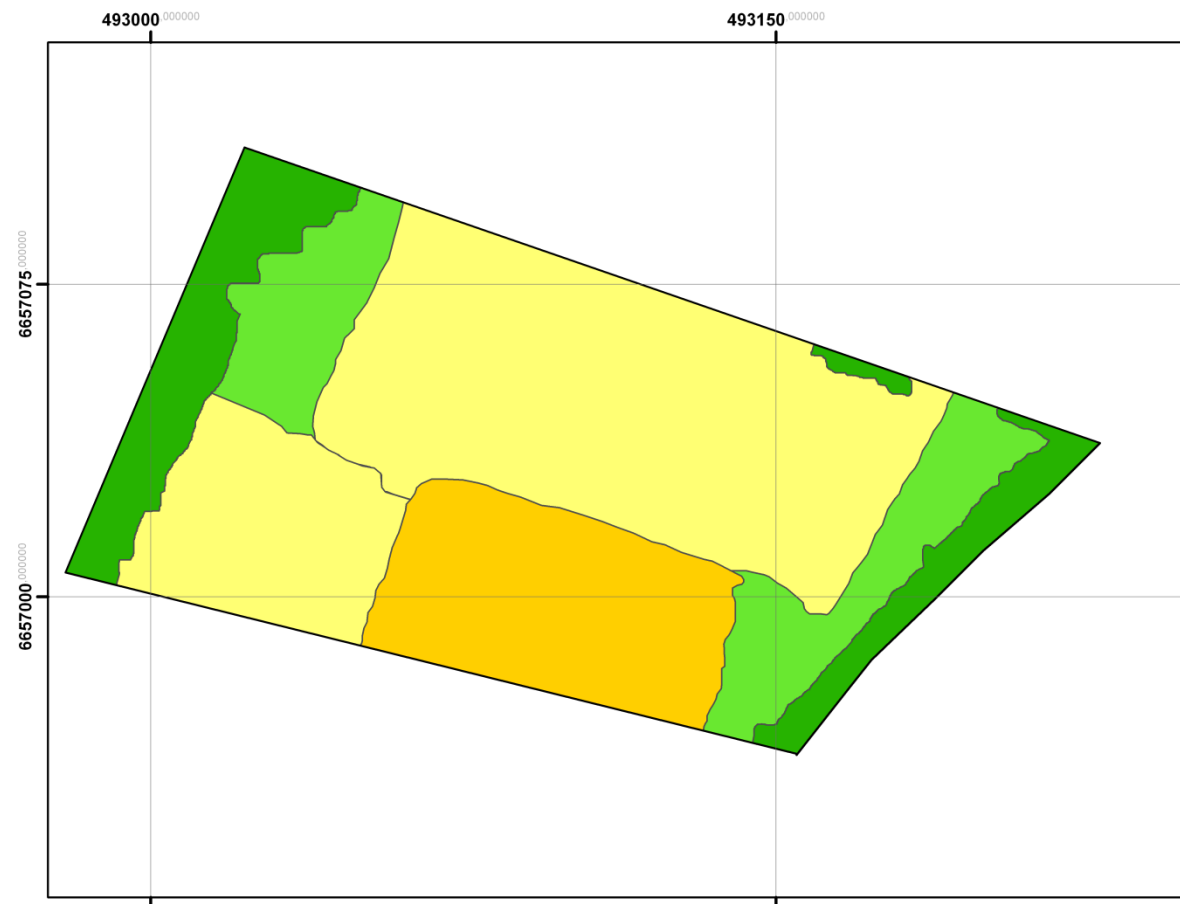
Foto 26 – Horta com várias espécies de alface  
Fotografado pela autora

**Área construída** – neste período, 1991, não se identifica área construída na propriedade. Isso se explica pelo fato de a sede da propriedade estar localizada na propriedade limreira. Esta pertence à irmã dos proprietários, que desenvolve suas atividades produtivas em conjunto com eles. Em 2008, também não se identifica área construída. Porém, nos trabalhos de campo verifica-se uma pequena construção. Mas a sede da propriedade ainda se mantém na propriedade limreira.

**Recursos hídricos** – sobre recursos hídricos verifica-se que em 1991 não havia disponibilidade de água superficial na propriedade, apenas poço artesiano para irrigação da horta. Já em 2008, verifica-se um pequeno açude, que cobre um percentual de 0,30% da área da propriedade, utilizado para irrigação e desenvolvimento de plantas aquáticas.

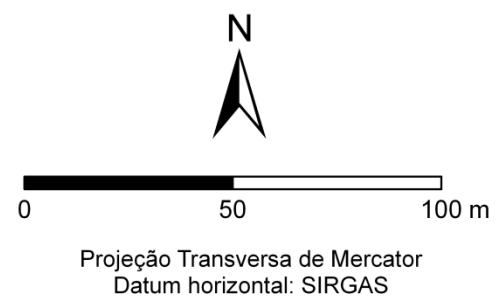


1991

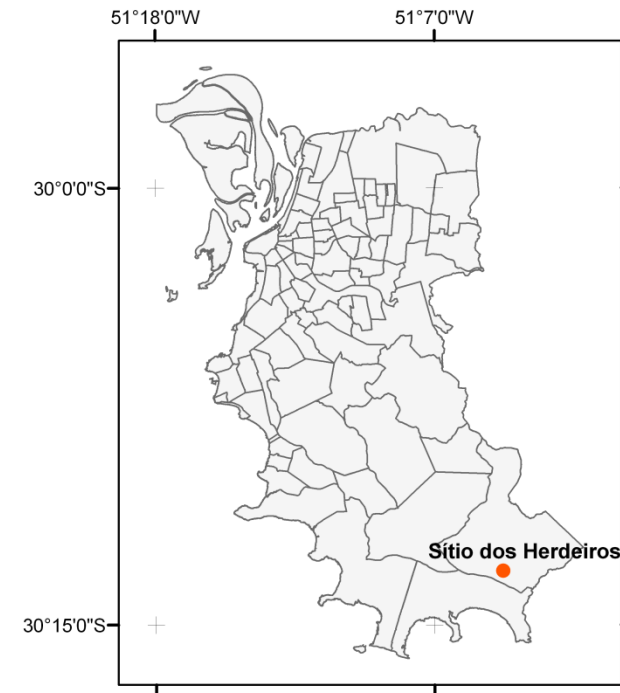


**Legenda:**

- Perímetro da propriedade
- Área de campo
- Açude
- Horticultura
- Fruticultura
- Outros cultivos
- Vegetação nativa



FONTE CARTOGRÁFICA: Centro de Ecologia UFRGS.  
 FOTOGRAFIA AÉREA: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN (1991).  
 IMAGEM: Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) de Porto Alegre.  
 Quickbird (2008).  
 AUTORIA: Geóg. Carmem Pacheco Porto, CREA: 220535884-7.  
 RESPONSÁVEL TÉCNICO: Geóg. Lic. Rodrigo Costa de Aguiar.



2008

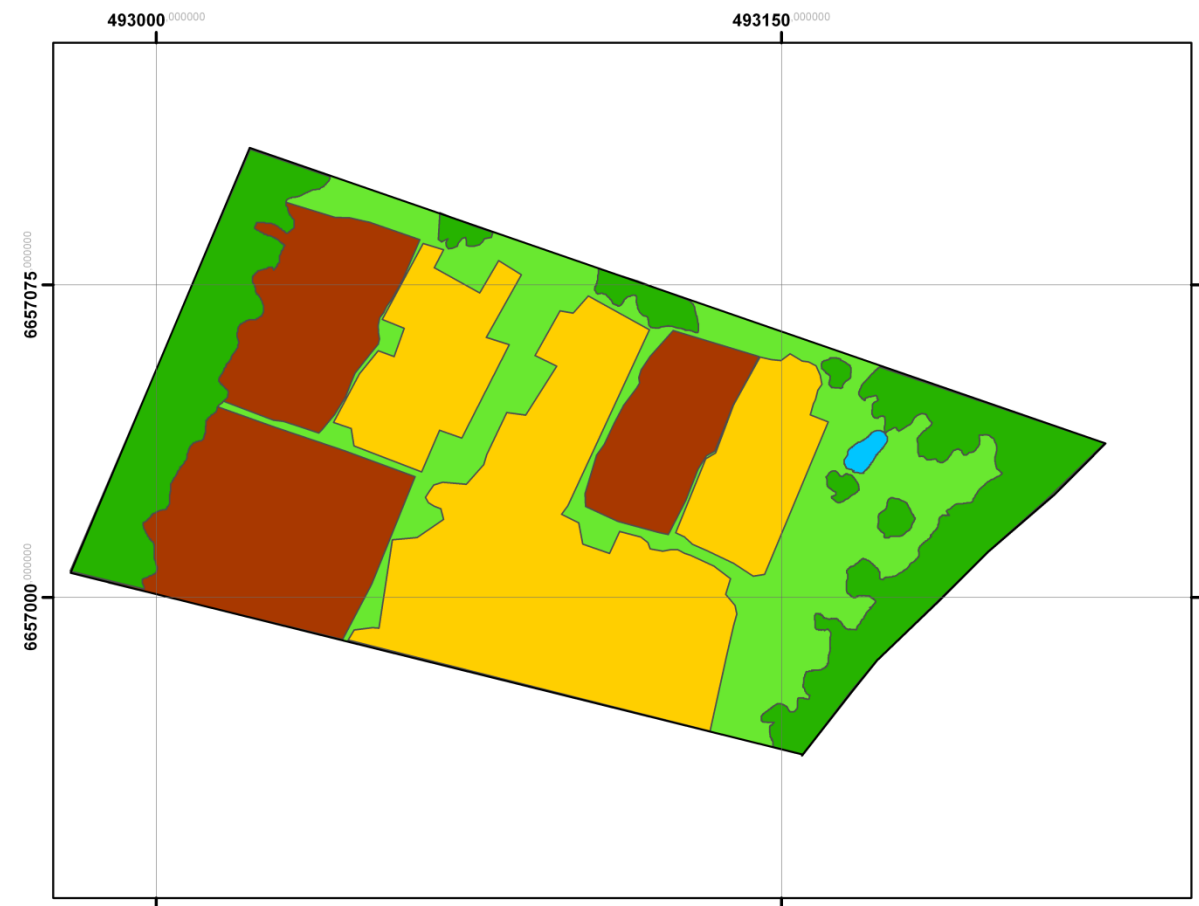


Figura16 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal – Sítio dos Herdeiros 1991-2008

Tabela 5 – Área de uso do solo e participação em relação do total da área do Sítio dos Herdeiros - 1991 e 2008

Uso do solo	1991		2008	
	Área (ha)	Percentual da propriedade	Área (ha)	Percentual da propriedade
Área de campo	0,31	15,53	0,44	22,22
Área de uso agrícola	1,05	52,64	-	-
Açude	-	-	0,01	0,30
Fruticultura	0,35	17,73	0,67	33,35
Horticultura	-	-	0,50	24,98
Vegetação nativa	0,28	14,10	0,38	19,22
<b>Área total da propriedade</b>	<b>2,00</b>	<b>100,00</b>	<b>2,00</b>	<b>100,00</b>

Ainda segundo os proprietários do Sítio dos Herdeiros, “a formação dos roteiros turísticos nos Caminhos Rurais de Porto Alegre é importante porque, por meio deles, podemos mostrar os nossos talentos e apresentá-los para comercializar”. Os Silva se preocupam com a propaganda que está sendo feita sobre a propriedade e o turismo e pensam que, se continuar crescendo o número de visitantes, o espaço ficará pequeno: a estrutura existente poderá ser insuficiente para receber as pessoas. (Foto 27)



Foto 27 – Turistas interagem com os atrativos ofertados no Sítio dos Herdeiros  
Fotografado pela autora

O desenvolvimento do turismo tem gerado modificações na infraestrutura da propriedade com novas instalações (sanitários) e também a formação de atrativos, a exemplo

do minimuseu, criado através de convênio que se estabeleceu com a FARGS, em que são identificados, no âmbito da propriedade, vários instrumentos de trabalho e utensílios que pertenceram à família dos proprietários; hoje apresentados como atrativos. Esse resgate promove a valorização da história da família, ao serem conhecidos tanto seu modo de vida quanto a forma como produziu seu sustento no decorrer de suas vidas (Foto 28). Os proprietários consideram que, entre as atividades desenvolvidas na propriedade, “a melhor é a feira, onde se comercializam os produtos” (proprietário do Sítio dos Herdeiros, produtor rural, morador estrada Luiz Correia da Silva – bairro Lami).



Foto 28 – Demonstração de instrumentos de trabalho  
Fotografado pela autora

A propriedade se caracteriza como de agricultura familiar, tendo a geração de renda através da interatividade. Nela encontramos o rural tradicional, onde os proprietários, ao longo de suas vidas, sempre tiveram suas atividades produtivas relacionadas à agropecuária e viveram em áreas rurais. Além disso, reside no sítio dos Herdeiros e no sítio do Tio Juca parte da história do Lami, um bairro com características “rurais”.

#### **4.6 Monoatividade, Pluriatividade e Interatividade**

No Rio grande do Sul, 67% das famílias residentes no meio rural trabalham na propriedade. Nessa categoria, formada prioritariamente por agricultores familiares, 68,5% ocupam-se exclusivamente de atividades agrícolas, 66% de atividades não agrícolas, 24,7% de atividades pluriativas e 37,2% de atividades monoativas.

O reconhecimento da pluriatividade como alternativa na geração de renda na propriedade rural ou fora dela, ocorreu somente na década de 1980. Esta se relacionou a crise na agricultura, e no modelo criado com a sua modernização. Diante dessa situação, há uma aceitação de novas alternativas para viabilizar a sustentabilidade no meio rural.

Nesse contexto a pluriatividade passa a ser uma opção em que o agricultor diversifica sua produção e se dedica a outras atividades, além da agrícola (SCHNEIDER, 1990). Estas podem ocorrer tanto no espaço da propriedade como fora. O que parece ser um requisito fundamental para que a família se caracterize como pluriativa é que a propriedade na qual ela vive desenvolva atividades agropecuárias.

Há duas formas de classificação da inserção da força de trabalho familiar. As famílias monoativas são aquelas em que os integrantes da família trabalham apenas nas atividades agropecuárias desenvolvidas no âmbito da propriedade, não tendo outra forma de rendimento, com exceção de aposentadoria e pensões. Já as famílias pluriativas são aquelas em que um ou mais membros da família exercem atividade extra-agrícola e/ou possuem fonte de renda fora da agricultura (TEIXEIRA, 1998).

É oportuno destacar que a pluriatividade está relacionada com o rural, mas não engloba apenas o rural, mas também atividades que podem ser desenvolvidas fora da abrangência do espaço rural, nas quais a família procura conciliar outras formas de gerar renda, independentes ou não da agropecuária. Mesmo assim, a família não abandona o estabelecimento rural (SCHNEIDER, 2003). Nessa perspectiva parte da família se mantém na propriedade. E mesmo que alguns trabalhem fora da propriedade, residem nela. Identificam-se diferentes formas de inserção no mercado de trabalho, caracterizando-se estas famílias como pluriativas.

Além dessas duas possibilidades de classificação, considero importante refletir sobre aquilo que vou chamar de interatividade. Para explicar a compreensão que tenho sobre a interatividade, utilizo-me dos conceitos de monoatividade e pluriatividade (TEIXEIRA, 1998). Para Silva, Grossi e Campanhola (2002, p. 41) a pluriatividade está relacionada à dependência que as famílias rurais passam a ter de capitais associados não apenas aos mercados agrícolas, mas a múltiplas atividades dos membros da família. A primeira se refere somente às atividades agropecuárias e a segunda às diferentes atividades desenvolvidas, além da agropecuária.

A interatividade se relaciona às atividades desenvolvidas pelos integrantes da família vinculadas com a atividade agropecuária, a exemplo da agroindústria, da comercialização e do

turismo, sendo estas atividades não agrícolas, totalmente interativas à agropecuária, pois só ocorrem em função desta. Ou ainda, dito de outra forma, considero como interatividade todas as atividades não-agropecuárias/não-agrícolas que interagem com as que o são e têm a origem ou base na sua existência. A importância da interatividade está relacionada à manutenção das famílias no campo. Já que a pluriatividade em algumas situações pode encaminhar para a proletarização.

O quadro abaixo foi construído a partir do levantamento realizado nos estabelecimentos rurais dos Caminhos Rurais de Porto Alegre. São exemplos de organização familiar para o trabalho e geração de renda apresentados no quadro como famílias pluriativas ou interativas. O critério para classificação e diferenciação, no primeiro, é a possibilidade de inserção dos membros da família em atividades não relacionadas à agropecuária, e no segundo, as famílias que têm seus membros desenvolvendo várias atividades, mas todas interagindo com a agricultura ou a pecuária, na propriedade ou fora dela.

PROPRIEDADES	ATIVIDADES PROPRIETÁRIO	ATIVIDADES PROPRIETÁRIA	ATIVIDADES FILHA	ATIVIDADES FILHO	OUTROS
<b>1 Sítio Ecoextrema</b>	Geólogo Funcionário público Turismo	Bióloga, Produtora rural Agroindústria Comércio na propriedade Turismo			
<b>2 Granja Santo Antônio</b>	Engenheiro Agrícola (curso incompleto) Produtor rural Feirante Turismo	Turismo	Estudante		Funcionária pública aposentada (professora) Turismo
<b>3 Sítio Capororoca</b>	Médico	Engenheira Agrônoma Produtora rural Agroindústria Feirante Turismo			
<b>4 Sítio do Tio Juca</b>	Aposentado rural, Produtor rural Feirante Turismo	Aposentada rural Agroindústria Turismo	Agroindústria Turismo		
<b>5 Sítio dos Herdeiros</b>	Produtor rural Feirante Turismo	Agroindústria Feirante Turismo.			
<b>6 Sítio do Mato</b>	Guia de turismo Agência de Receptivo Gestão do estabelecimento rural Turismo	Funcionária pública aposentada/trabalhando na mesma atividade.	Estudante Turismo	Estudante de arquitetura Turismo	

<b>7 Cabanha Premier</b>	Proprietário Rural Turismo de eventos Diretor de Fomento de Agricultura e Abastecimento - SMIC.	Produtora rural	Produtora rural Estudante de agronomia	Produtor rural Atividade em clínica veterinária Turismo de Eventos	
<b>8 Aura Mística</b>	Terapeuta Produtor rural	Terapeuta Funcionária pública (professora) Comerciante	Comerciante		
<b>9 Orquidário Rincão</b>	Construção civil Orquidófilo	Florista (bromélias e suculentas)	Trabalha na construção civil (Irmão)	Aposentada (Mãe)	Doméstica (Irmã)
<b>10 Sítio Encantado</b>	Produtora rural Agroindustrial caseiro	Atacadista	Estudante Atividade na propriedade	Estudante Atividade na propriedade	
<b>11 Sítio Recanto das Pedras</b>	Produtora rural Socióloga Turismo	Funcionário empresa mista Turismo		Estudante Atividade na propriedade	

Quadro 5 – Pluriatividade e Interatividade  
Elaborado pela autora

**Legenda:** Em **vermelho** interatividade.  
Em **preto** pluriatividade.

O Quadro 5 apresenta diferentes exemplos de pluriatividade e interatividade nos Caminhos Rurais de Porto Alegre. Entretanto, evidencia-se que apenas três famílias, dos estabelecimentos rurais 2, 4 e 5, em vermelho, têm seus membros residentes na propriedade rural incluídos no que nessa tese é definido como interatividade. As demais famílias estão classificadas como pluriativas, em preto.

Nota-se que entre as alternativas encontradas por esses agricultores figura a pluriatividade. Além de desempenharem suas funções na unidade produtiva, aliando atividades agrícolas e não agrícolas, em alguns casos para ampliar as formas de geração de renda, também exercem atividades fora da propriedade (UNESP).

A expansão do turismo trouxe outras oportunidades de trabalho, como a construção civil, a prestação de serviços (faxineiras, cozinheiras, comércio, agroindústria), e tantas outras atividades que, especializadas ou não, são executadas, e reforçam o orçamento familiar, enquadrando-se na pluriatividade. Já a interatividade comporta as atividades relacionadas à agropecuária, que também vem se fortalecendo no meio rural. Nestas evidencia-se a possibilidade de sustentação das diferentes atividades, quando a renda familiar se faz pela incorporação de outras possibilidades, que estão sustentadas pela agricultura e pela pecuária. Para o turismo, a manutenção das atividades agropecuárias se constitui como um importante elemento para o desenvolvimento de segmentos de turismo que ocorrem em áreas rurais.

Desta forma, a manutenção das famílias no campo está relacionada à resistência destes agricultores, mas ao mesmo tempo, às políticas públicas que se desenvolvem nas áreas rurais ou com características rurais. Assim como os Caminhos Rurais, essas propriedades estão localizadas em uma área já reconhecida pelo plano diretor como urbana e se constituem como territórios de resistência frente à expansão urbana, onde se evidenciam multiterritorialidades que se expressam através das vivências de cada sujeito, mas também no coletivo.

Os usos alternativos que se implantam e desenham novas territorialidades, mesmo abrindo espaço para novas ocupações e expansão do urbano sobre o rural através do reconhecimento dessas áreas pelo urbano, podem ser um caminho para a manutenção das áreas rurais.

A diversificação das atividades produtivas, incluindo o turismo, além de gerar uma outra espacialidade no meio rural, também modifica o ritmo de sua gente. O urbano que entra no rural é capaz de se reproduzir na vida das pessoas, e a dinâmica que se estabelece fica “distante” do que existia no campo. Na memória de alguns moradores ficaram as paisagens impregnadas de verde e o trânsito de barcos e cavalos. Mesmo que estes se mantenham no Lami, em um ritmo contínuo as horas de trabalho muitas vezes superam as possibilidades desses empreendedores rurais. Digo isto porque todos os trabalhos realizados através das diferentes instituições na preparação para o desenvolvimento do turismo tratam o proprietário rural desta forma e acreditam ser ela um fator importante para elevar a autoestima do proprietário. Presencia-se, não raras vezes, uma agenda de atividades de domingo a domingo, onde se incluem os trabalhos desenvolvidos na agropecuária, na agroindústria, na feira, no turismo, e para alguns, atividades independentes das relacionadas à propriedade rural.



## 5 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS DIFERENTES PERCEPÇÕES

O turismo é uma atividade dinâmica e complexa. Há diversos atores sociais que, de uma forma direta ou indireta, envolvem-se com ele. Além dos principais – turistas e residentes – existe outro conjunto de atores sociais relevantes, como ONGS, empresas locais, agentes públicos e investidores (DIAS, 2005, p. 21-31).

Dessa forma, além da análise das percepções dos diferentes protagonistas envolvidos na rede do turismo, é necessário atentar para a multidimensionalidade do fenômeno. Diante disso, a avaliação que dele se fizer tem que ser pensada em suas diferentes dimensões, principalmente quando a análise toma como referência os princípios de sustentabilidade.

Nessa, incluem-se necessariamente três dimensões relacionadas à viabilidade econômica por meio da qual é possível promover benefícios para as comunidades locais e os destinos (regiões, países) a justiça social no que se refere à distribuição da renda gerada pelo turismo de forma relativamente equitativa. Por fim a relação que se estabelece entre o ambiente e a apropriação deste pela implantação da atividade turística, que pressupõe a busca da beleza cênica, do exótico, da cultura, a instalação de meios de hospedagem e alimentação, além de toda a infraestrutura criada nos lugares e nos acessos até eles.

Os processos perceptivos são tratados a partir da forma como são vistos pelos diferentes sujeitos que se envolvem na complexidade do turismo. Inicialmente a análise é feita a partir dos questionários aplicados aos turistas que visitam as propriedades rurais. Em um segundo momento, tomam-se as informações resultantes de entrevistas que são aplicadas aos proprietários rurais, os técnicos representantes das instituições governamentais e não governamentais e os agentes de viagens. Associam-se à entrevista e ao questionário as observações realizadas durante a aplicação desses instrumentos e nos demais trabalhos de campo (projetos e dados para mapeamento), bem como registros fotográficos.

A construção de indicadores de sustentabilidade – tomando como referência a complexidade do turismo, as dimensões de sustentabilidade, as diferentes percepções e ainda a composição de atividades associadas ao turismo para compor renda em áreas rurais – pressupõe, nesta análise, considerações sobre diferentes

indicadores já sistematizados no contexto da agricultura e do turismo. Nesses são evidenciadas as questões ambientais, onde o ambiente é entendido como uma construção social, que adquire características próprias em decorrência do meio técnico e das funções que se estabelecem na sua interação com os sujeitos. Os indicadores já sistematizados e os extraídos da análise da reorganização espacial e da percepção dos vários atores envolvidos no circuito<sup>11</sup> do turismo serão apresentados no Capítulo 5, onde a partir deste conjunto serão sistematizados os indicadores de sustentabilidade para o turismo em áreas rurais e/ou espaço rural.

## **5.1 As diferentes percepções dos turistas sobre as propriedades agroecológicas dos Caminhos Rurais de Porto Alegre: critérios para apresentação dos sujeitos**

Trata-se, neste capítulo, inicialmente da análise das diferentes percepções dos sujeitos sobre o ambiente das propriedades agroecológicas a partir das respostas oferecidas nos questionários aplicados.

### ***5.1.1 Caracterização da demanda***

Para dar continuidade à análise, adota-se como procedimento revelar as características dos sujeitos em relação a sexo, idade, local de residência, escolaridade, como o visitante soube do roteiro turístico, se já havia visitado propriedades do roteiro e o motivo da visita. Desta forma, podemos identificar a demanda, quem são os sujeitos que respondem à entrevista e ao questionário.

A demanda turística é uma força motivadora da necessidade que, por sua vez, estimula a atividade empresarial a produzir bens e serviços específicos para atender aos desejos do

---

<sup>11</sup>Circuito, enquanto rede, nas conexões que estabelecem os diferentes atores para a prática social do turismo.

consumidor turista. Portanto, o desejo do consumidor é a expressão da demanda (DIAS, 2005, p. 43-4).

O conhecimento da demanda é fundamental, principalmente quando se tem o objetivo de planejar atividades em uma destinação turística<sup>12</sup>. As pesquisas de demanda precisam passar por uma constante atualização, já que tal fenômeno é dinâmico, e a demanda pode se modificar nos núcleos receptores no tempo/espaço.

No intuito de identificar a demanda, é traçado um perfil dos sujeitos que será apresentado de acordo com o tipo de instrumento aplicado, questionário ou entrevista. A aplicação dos questionários ocorreu em duas etapas; as entrevistas, de acordo com as agendas firmadas com os diferentes sujeitos. Inicialmente, será apresentada a análise das respostas à totalidade dos questionários, num total de 109, da primeira fase piloto até a fase final.

#### ***5.1.1.1 Quem são os sujeitos – perfil no piloto e no processo de investigação***

A partir dos resultados desta pesquisa e observando as representações realizadas através de gráficos, constata-se que, na fase teste, entre os visitantes pesquisados predomina a população do sexo feminino, que representa 71%, e 29% do sexo masculino (Gráfico 1). O item grau de instrução demonstra que 86% da população apresentam curso superior incompleto e 14%, ensino médio (Gráfico 2).

---

<sup>12</sup> Está relacionada a um lugar, a uma região, ou ainda a um país que recebe turistas por um período relativamente curto (DIAS, 2005, p. 75).

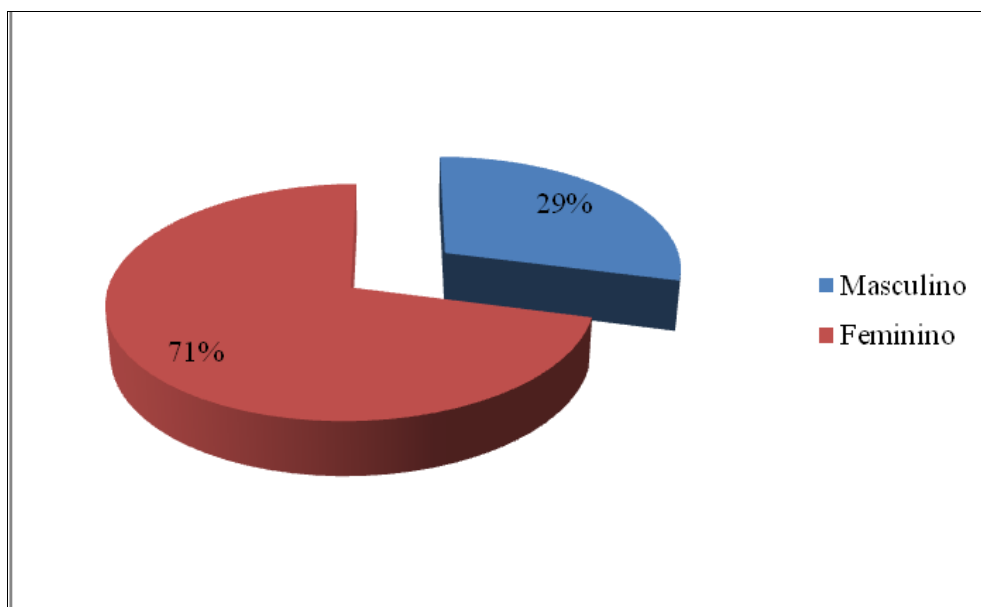


Gráfico 1 – Sexo

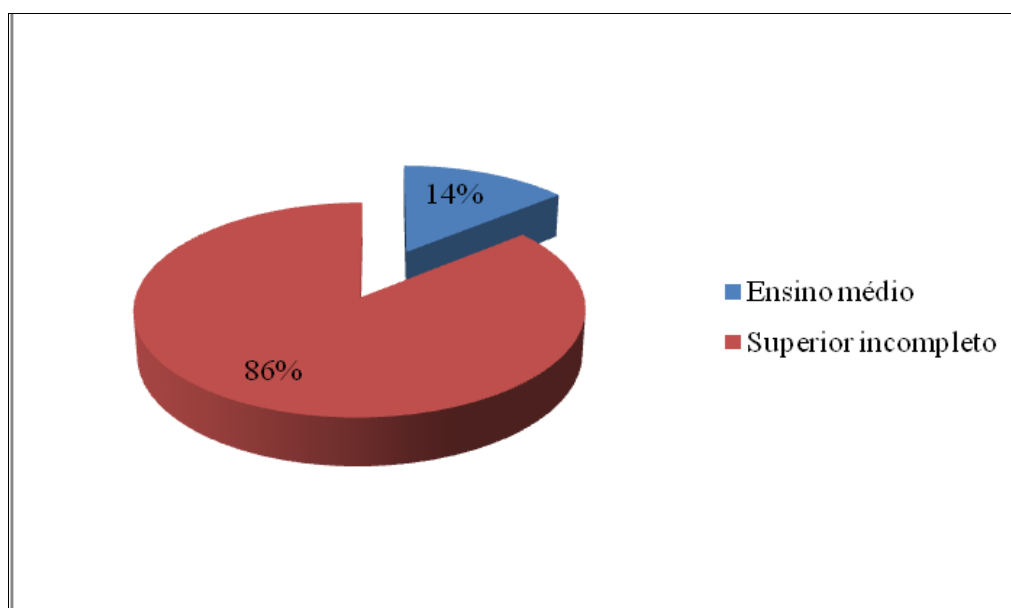


Gráfico 2 – Escolaridade

Quando questionados sobre o conhecimento dos roteiros turísticos nos Caminhos Rurais de Porto Alegre, 42% responderam que ficaram sabendo do roteiro em suas instituições de ensino, 42% pelos amigos e 6% nos locais de funcionamento do Serviço de Atendimento ao Turista (SAT).

Quando perguntados se já visitaram, em outra oportunidade, os Caminhos Rurais, 43% disseram que sim; 57%, que não (Gráfico 3). Sobre as propriedades visitadas em outra

oportunidade, o resultado foi: Sítio dos Herdeiros – 2 visitantes; Granja Lia – 1 visitante; Ecoextrema – 1 visitante. Os percentuais estão representados no Gráfico 4.

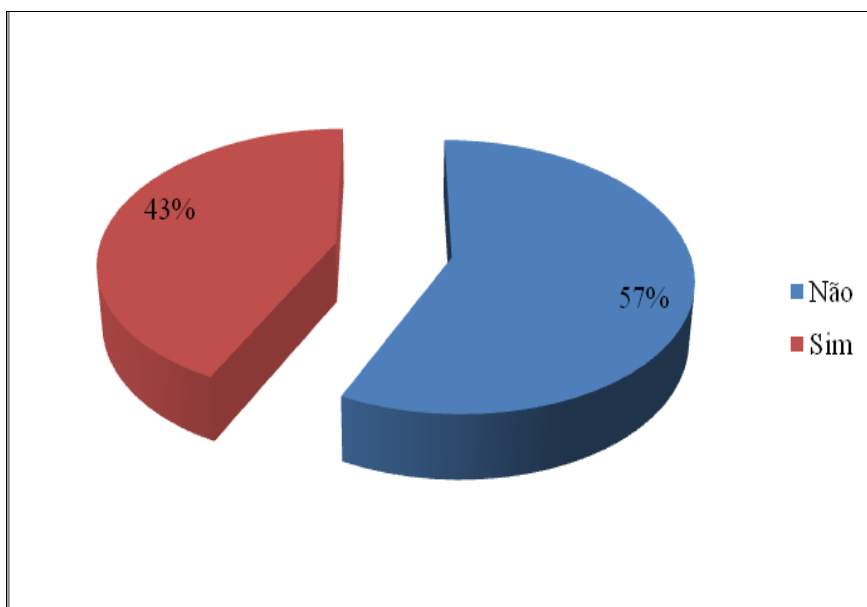


Gráfico 3 – Visitou anteriormente os Caminhos Rurais?

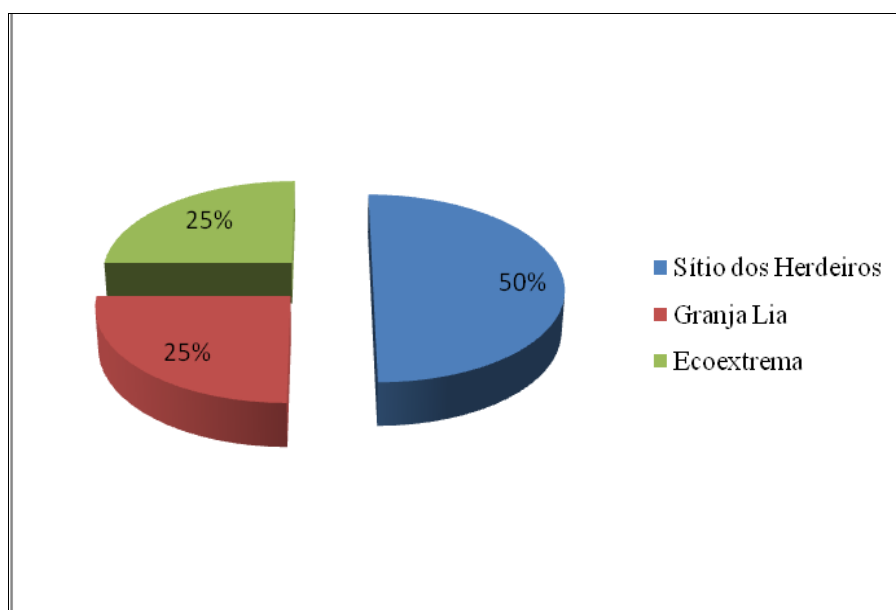


Gráfico 4 – Quais propriedades?

Quanto ao motivo da visita às propriedades, 57% dos visitantes indicaram o desejo de contato com a natureza e o meio rural; 28%, estudo, pesquisa e ensino; 14%, lazer (Gráfico 5). Em relação ao interesse em retornar aos Caminhos Rurais, 99% dos respondentes afirmaram que têm interesse. (Gráfico 6).

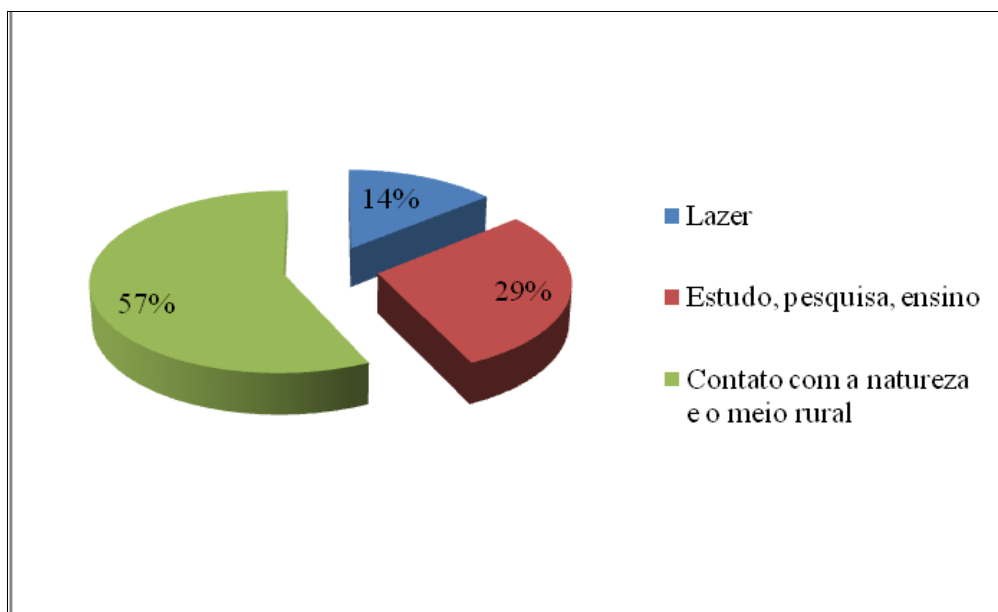


Gráfico 5 – Motivo da visita

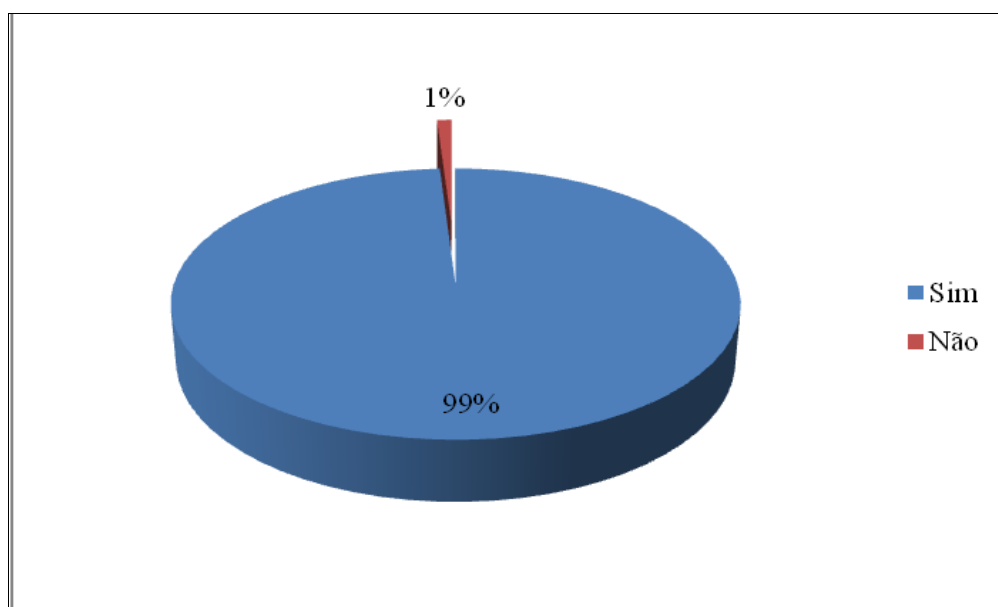


Gráfico 6 – Voltaria aos Caminhos Rurais?

Na continuidade do processo de investigação, conforme representado no Gráfico 7, os sujeitos que responderam aos questionários pertencem a grupos com perfis diferentes. Adota-se esse critério no intuito de identificar as diversas percepções relacionadas ao conhecimento, às experiências dos indivíduos e também à sua vinculação com os temas tratados nesta tese. São eles os guias turísticos, os estudantes do ensino fundamental ao ensino

superior – esses das faculdades de Turismo, Hotelaria, Geografia, entre outras; os ambientalistas e a outros – categoria que agrupa visitantes com características variadas. No conjunto de pesquisados, podem-se identificar indivíduos que possuem desde ensino fundamental incompleto até pós-graduação, o que demonstra a grande diversidade entre os turistas que visitam as propriedades (Gráficos 8 e 9).

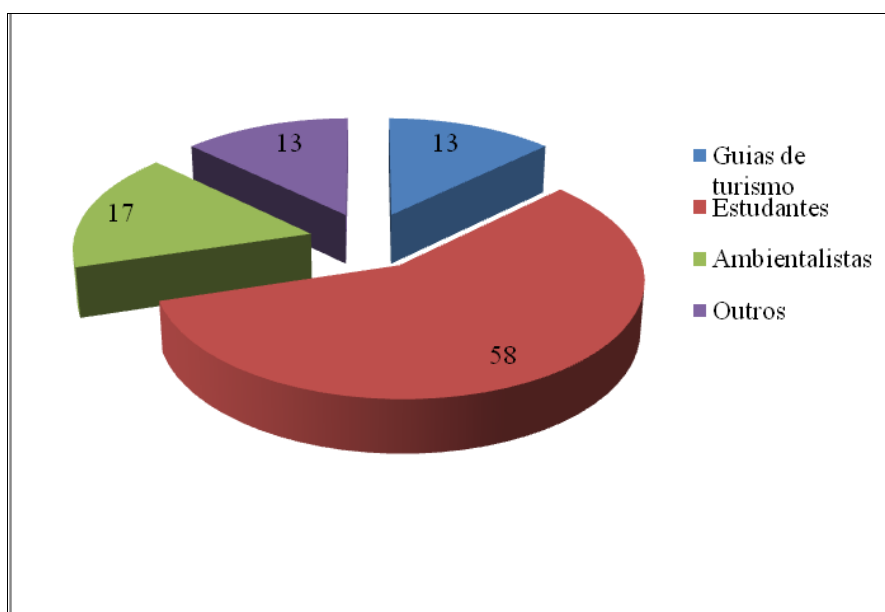


Gráfico 7 – Perfil dos que responderam ao questionário

Entre as mulheres, há um alto índice de concentração no grau de instrução superior incompleto; algumas com ensino fundamental. Entre os homens, também se confirma a predominância do ensino superior incompleto seguido do ensino fundamental. Estes resultados confirmam as observações realizadas nas propriedades no período de realização dos trabalhos de campo, em que ficou evidente a expressiva presença de estudantes visitando as propriedades agroecológicas. Os dados dão a conhecer indicativos de que 47,94% apresentam ensino superior incompleto, 21,66% estão cursando o ensino fundamental, 17,74% têm superior completo, 8,83% possuem pós-graduação; 5,88%, ensino médio.

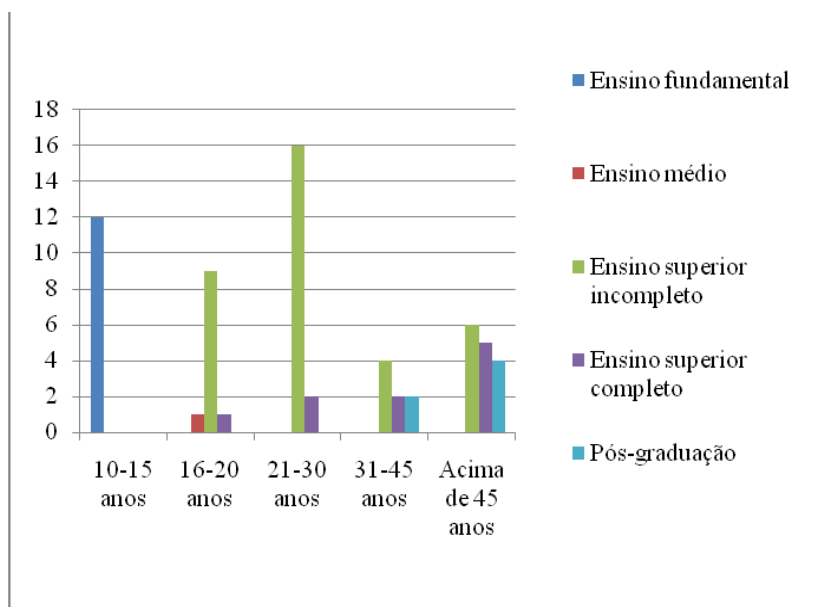


Gráfico 8 – Faixa etária e escolaridade – Mulheres

Os dados do Gráfico 9 demonstram que, entre os visitantes, 65,64% são do sexo feminino, concentrando-se na faixa etária entre 10 e 30 anos.

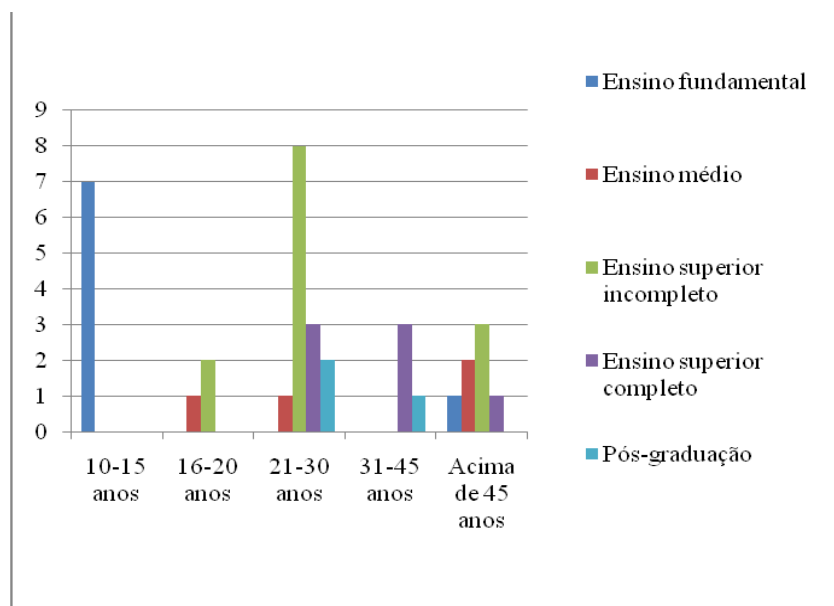


Gráfico 9 – Faixa etária e escolaridade – Homens

A maioria destes visitantes (90%) reside em Porto Alegre; os demais, na região metropolitana – nos municípios de Viamão, Canoas, Cachoeirinha e Gravataí –; apenas 1% procede de Cachoeira do Sul (Gráfico 10). Esse dado corrobora um referido a algumas



modalidades de turismo alternativo, a exemplo do turismo rural, em que o turista é predominantemente residente em uma localidade próxima à destinação turística, o que é evidenciado neste gráfico.

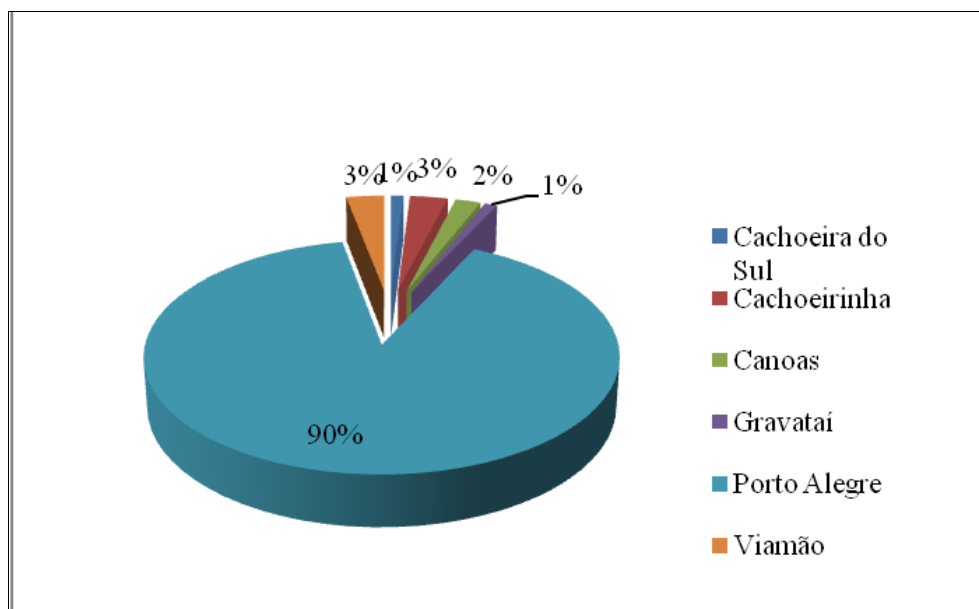


Gráfico 10 – Municípios de procedência dos turistas

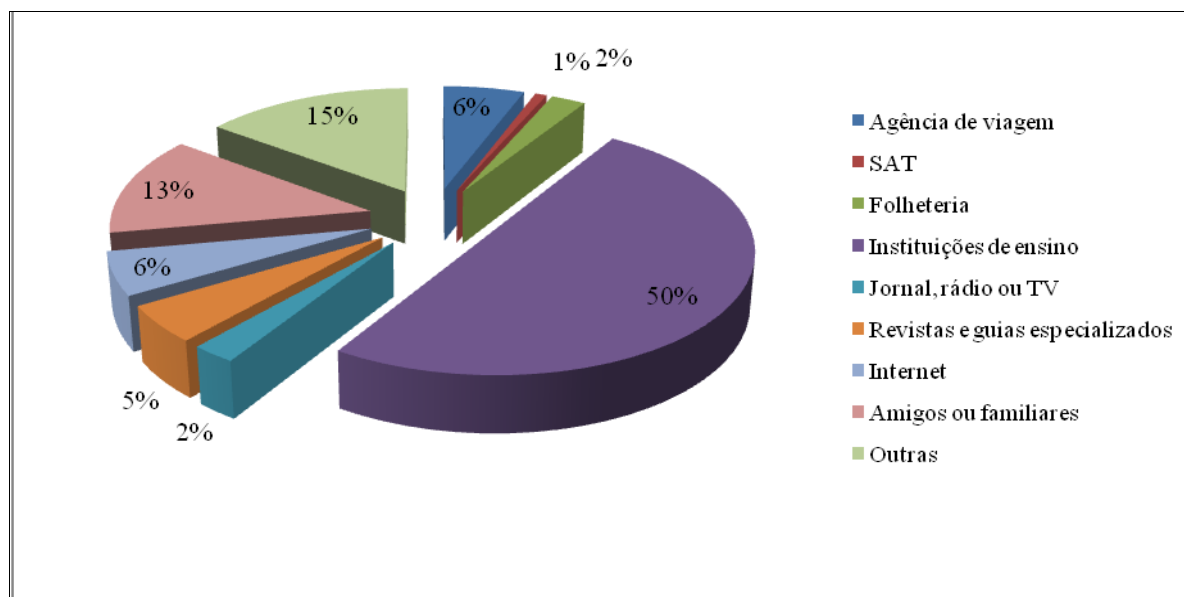


Gráfico 11 – Procedência da divulgação do roteiro

Verifica-se que há uma inquietação entre os proprietários rurais a respeito da divulgação dos roteiros e dos empreendimentos nos Caminhos Rurais de Porto Alegre. Eles buscam formas de divulgação dos produtos turísticos na intenção de aumentar a demanda. Os resultados da pesquisa evidenciam que 50% dos sujeitos que visitaram os empreendimentos receberam a informação em instituições de ensino; os outros 50% se subdividem entre vários canais de divulgação, cabendo ao Serviço de Atenção ao Turista apenas 1% dessa amostra.

A representação do motivo da visita demonstra que a maioria (50%) dos sujeitos foi motivada pelo estudo, ensino e pesquisa. Esse dado reafirma a percepção evidenciada pelos proprietários de que os visitantes das propriedades agroecológicas para lá acorrem por esse motivo. Na sequência, destaca-se o contato com a natureza e o meio rural, lazer e conhecimento sobre a produção agroecológica. Três visitantes relataram outras motivações (Gráfico 12).

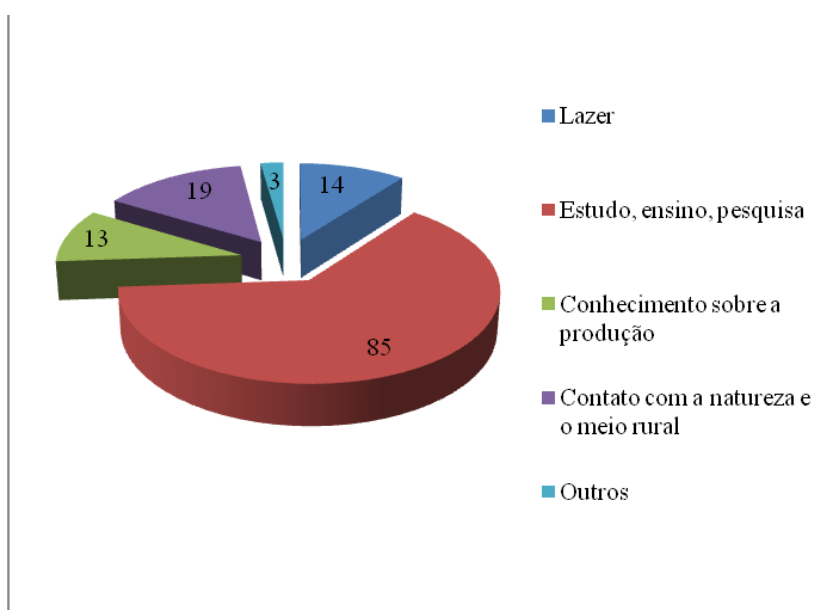


Gráfico 12 – Motivo da visita

Nesta questão, é importante destacar que havia a possibilidade de o turista escolher mais de um motivo.

### 5.1.2 Percepção sobre a oferta turística

A segunda parte do instrumento aplicado corresponde à percepção da oferta turística e à satisfação dos turistas em relação a ela. Trata-se da investigação sobre os temas norteadores dessa pesquisa, turismo e ambiente; a análise, a partir da percepção do turista sobre o ambiente na sua totalidade, incluindo a oferta turística, “que é constituída da soma de todos os produtos e serviços adquiridos ou consumidos pelo turista durante a sua estada em uma destinação” (RUSCHMANN, 1997, p. 138).

Se a oferta turística tem essa abrangência, sua avaliação é um tanto complexa. Por isso, quando a intenção é obter retorno sobre o grau de satisfação em relação a alguns elementos desta oferta nos núcleos receptores de turistas, cabe considerar o desempenho de cada um, voltado para a qualidade total da oferta.

Oferta turística, para Lemos (2005, p. 9), significa a produção humana material e imaterial, individual e coletiva, fruto de relações sociais, historicamente estabelecidas, por uma comunidade em sua localidade, as quais são capazes de gerar um sistema organizado que agregue um composto de bens e serviços, como informação, transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, eventos, elementos geográficos [...] e elementos da infraestrutura geral e específica.

Ainda, na metodologia de Inventariação Turística do MTUR/2006 a composição da oferta turística se apresenta da seguinte forma: infraestrutura de apoio, serviços e equipamentos e atrativos, definindo-se como oferta o que efetivamente está consolidado, e o potencial turístico. Em síntese, a oferta se constitui de tudo que faz parte do consumo turístico.

Nesta secção, será avaliada a oferta efetiva em relação ao turismo nos Caminhos Rurais. Os itens selecionados para a análise da satisfação em relação à oferta são: sinalização, acessos e estradas, higiene e limpeza, atendimento, conservação dos atrativos, autenticidade da propriedade e informação e material.

### 5.1.2.1 Sinalização/ acessos e estradas

No que se refere aos conceitos de sinalização turística/acessos e estradas aqui apresentados, estão de acordo com o Guia Brasileiro de Sinalização Turística/2007. Neste documento, a sinalização turística “é a comunicação efetuada por meio de um conjunto de placas de sinalização, implantadas sucessivamente ao longo de um trajeto estabelecido, com mensagens escritas ordenadas, pictogramas e setas direcionais”. Esse conjunto é utilizado para informar os usuários sobre a existência de atrativos turísticos<sup>13</sup> e de outros referenciais, sobre os melhores percursos de acesso e, ao longo destes, a distância a ser percorrida para se chegar ao local pretendido.

A acessibilidade é determinada por um conjunto de vias ou modos de deslocamentos, existentes no meio urbano ou rural, para se chegar aos atrativos. Neste sentido, tanto a sinalização como o acesso têm significativa importância para viabilizar o encontro do turista com a destinação.

No projeto piloto, quanto à eficiência da sinalização, observou-se que 57% dos entrevistados se disseram satisfeitos e 43%, insatisfeitos. Na segunda etapa de aplicação de questionários, após o piloto, os entrevistados, na sua maioria (85%), relataram estar satisfeitos e 15%, insatisfeitos. Já na continuidade do processo de investigação optou-se por grupos segmentados, conforme segue. Os ambientalistas apresentam opiniões diferenciadas sobre a sinalização turística. Dez (10) expressaram satisfação, cinco (5), insatisfação e dois (2) não responderam (NR).

Entre os estudantes, quarenta e dois (42) respondem que estão satisfeitos e dezesseis (16) demonstraram insatisfação com a sinalização. Para os guias de turismo, oito (8) disseram-se satisfeitos e cinco (5) insatisfeitos. Na categoria outros, também houve uma divisão do grupo entre satisfeito oito (8) e insatisfeitos cinco (5); os resultados, no entanto, conferem uma predominância de satisfação, pois sessenta e oito (68) sujeitos disseram que estão satisfeitos com a sinalização turística.

Um dado importante foi revelado por uma parcela de estudantes, em que se observa que os acadêmicos de Turismo e Hotelaria tendem a identificar problemas técnicos de

---

<sup>13</sup> [...] atrativos turísticos são todos os elementos relacionados com as condições naturais e os aspectos socioculturais do lugar de interesse turístico. (RUSCHMANN. 1997, p. 142)

infraestrutura, pois entre os dezesseis (16) estudantes que demonstraram insatisfação, quinze (15) são vinculados ao Turismo e à Hotelaria e percebem a sinalização como de fundamental importância para a viabilidade do turismo. Há que se considerar esta representatividade, embora predomine a satisfação com a sinalização turística.

Nos diferentes grupos, há uma tendência a identificar problemas na infraestrutura. Verificou-se durante a aplicação dos questionários que os guias de turismo demonstram que a qualidade da sinalização e do acesso são definidores na manutenção do destino turístico. Compreendem “que diferentes perfis de turistas podem perceber este tipo de infraestrutura de forma diferenciada, mas de um modo geral a sua qualidade é definidora da manutenção da destinação”. Mesmo com investimento público em sinalização turística, o que os turistas alegam é que esta não identifica as propriedades, mas apenas os bairros incluídos nos Caminhos Rurais. Essa avaliação não leva em conta que, em alguns estabelecimentos turísticos, podem ser verificadas placas de sinalização nos acessos, como mostra a Foto 29, através de iniciativa dos proprietários.



Foto 29 – Placa de sinalização das propriedades rurais  
Fotografado pela autora

Para Petrocchi (2009, p. 311) a ausência ou deficiência na sinalização passa ao visitante uma sensação desagradável de não comunicação e quase hostilidade. Ao contrário, uma cidade bem sinalizada se revela hospitaleira ao turista. O conjunto de placas orientadoras diz ao turista que ele é bem-vindo, que o destino tem prazer em recebê-lo.

No item acesso/estradas, quatorze (14) dos ambientalistas responderam que estavam satisfeitos e três (3) insatisfeitos. Todos se mostram satisfeitos na categoria outros. Entre os estudantes, trinta e três (33) se disseram satisfeitos e vinte e oito (28), insatisfeitos. Em relação aos guias seis (6) estão satisfeitos e sete (7) insatisfeitos. Esses resultados demonstram uma divisão nos grupos, apresentado aproximadamente setenta e um (71) sujeitos que responderam estarem satisfeitos e os demais, insatisfeitos.

Para os ambientalistas, a manutenção do ambiente sem grandes intervenções em termos de infraestrutura é algo positivo. Já a categoria outros composta – em sua maioria – por pessoas com elevado grau de escolaridade, indica que a busca do roteiro tem como principal objetivo estudo, pesquisa, lazer e contato com a natureza e o meio rural. Os pertencentes a essa categoria também são mais exigentes quanto à conservação e autenticidade dos lugares turísticos, sendo o acesso e as estradas algo secundário para a satisfação com o roteiro. Apenas dois (2) responderam que não ficaram satisfeitos.

Os guias e os estudantes, com destaque para os de Turismo e Hotelaria, trazem na sua experiência a preocupação com infraestrutura, considerando o item acesso/estradas de fundamental importância para o desenvolvimento do turismo, pois o estresse da modernidade reforça o desenvolvimento do turismo em áreas rurais, porém, os padrões de conforto da modernidade também são buscados nestas áreas. As observações feitas no decorrer da pesquisa evidenciam que o turista quer contato com a natureza, mas também chegar lá de automóvel, tendo disponibilizada uma rodovia asfaltada para o seu deslocamento.

Uma questão observada é a disposição da numeração das moradias e propriedades rurais que, segundo informações de um técnico do DEMHAB, apresenta confusão. Esta pode ocorrer de acordo com o ordenamento feito pela Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) ou pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Neste sentido a numeração, em muitos casos, não apresenta uma sequência; a falta de sinalização dificulta o acesso do turista a determinadas propriedades rurais. As propriedades que foram objeto deste estudo estão distantes do centro de Porto Alegre, em média 30 quilômetros, mas são de fácil acesso, o que também justifica os resultados.

### **5.1.2.2 Higiene e limpeza**

Sobre *higiene e limpeza*, dos entrevistados do projeto piloto obteve-se como resultado, 85% de satisfação e 15% insatisfação. Já o grupo segmentado – ambientalistas, guias de turismo e outros– se mostraram inteiramente satisfeitos. Entre os estudantes, há predominância de satisfeitos quarenta e seis (46), porém há indicativos no grupo de insatisfação onze (11) e ainda um (1) se disse parcialmente satisfeito. Isto pode ser atribuído, em algumas situações, à falta de contato com a vida na zona rural, com animais, desenvolvimento de tecnologia de compostagem para adubação e também ao fato de os espaços analisados serem voltados à agroindústria e gastronomia, o que desperta a preocupação das pessoas com aspectos de higiene e limpeza.

Outra questão relevante e que pode ser identificada é a falta de infraestrutura para produção nos empreendimentos e também para oferecer determinados serviços como alimentação e comercialização de produtos alimentícios. Observa-se que apenas uma (1) entre as propriedades analisadas possui uma cozinha relativamente adequada para a produção de alimentos. Porém, respostas a entrevistas com os representantes das instituições públicas dão conta de que mesmo esta não atenderia os requisitos necessários para a produção de alimentos para comercialização. Associam-se a este problema identificado os espaços destinados à degustação e alimentação, que demonstram a necessidade de adaptação, visto que não atendem satisfatoriamente, quando se considera a quantidade de visitantes, as condições do tempo e a exigência do turista. Isso se evidencia de acordo com o segmento que realiza a visitação nas propriedades.

### **5.1.2.3 Atendimento**

Há uma proximidade entre os conceitos de atendimento e acolhimento, sendo esse último entendido como o ato – voluntário – de receber um visitante que se desloca de seu local de residência e promover sua integração no lugar, com o direito de dele usufruir pelo

período curto de permanência. Já o atendimento é uma peça fundamental nesse processo de integração do turismo; se o turista sentir-se bem recebido e atendido, terá sua experiência valorizada.

No que se refere ao atendimento nas propriedades, a totalidade dos indivíduos que responderam ao questionário, tanto na primeira quanto na segunda etapa, demonstrou satisfação quanto ao atendimento. Nota-se que, nos comentários entre os visitantes, destaca-se a acolhida e a qualidade do atendimento, o que transforma a visita num momento de descontração.

#### **5.1.2.4 Conservação dos atrativos**

No quesito *conservação dos atrativos*, há um entendimento de que, do ponto de vista ambiental e sociocultural, a sustentabilidade destes é um requisito para a manutenção da oferta turística. Nesse sentido, o desenvolvimento do turismo sustentável precisa levar em conta a manutenção dos valores sociais e culturais das comunidades, assim como a conservação dos sistemas naturais na sua interação com os sistemas antrópicos, adotando um processo de planejamento que procure olhar atentamente para a prevenção e a recuperação dos ambientes turísticos passíveis de impactos ambientais ou que apresentam evidências de degradação ambiental.

Para a *conservação dos atrativos*, a totalidade dos sujeitos inquiridos na primeira etapa (piloto) demonstrou satisfação. Também os ambientalistas e o grupo da categoria outros se disseram satisfeitos. Entre os cinquenta e oito (58) estudantes, oito (8) demonstraram insatisfação. Já entre os guias de turismo, treze (13) estão satisfeitos e três (3) disseram estar insatisfeitos. O conteúdo deste item é entendido pelos respondentes tomando o conceito de ambiente, esse entendido como um meio transformado pela ação humana, mas também como um meio recuperado e preservado, ou com pouco impacto ambiental.

Um patrimônio ambiental conservado e valorizado traz a uma população rural o orgulho e o sentimento de pertencer a um lugar cujo patrimônio é emblemático. Soma-se a isso a possibilidade de haver também um incentivo a novas atividades produtivas e culturais que venham a ocorrer a partir dessa valorização dos atrativos e da destinação turística.



### **5.1.2.5 Autenticidade**

A *autenticidade* é fundamental para o turismo no espaço rural. É a expressão da valorização das características intrínsecas ao território que compõem a formação do produto turístico. As experiências bem sucedidas desse tipo de turismo estão relacionadas à preservação do estilo de vida das comunidades, das famílias e dos indivíduos, buscando o equilíbrio entre os valores tradicionais e o conforto, entre os desejos do turista urbano e a realidade do campo.

A quase totalidade dos grupos apresenta satisfação em relação ao item *autenticidade* das propriedades. No projeto piloto, 100% dos que responderam ao questionário estão satisfeitos. Na segunda etapa, entre os estudantes, apenas dois (2) demonstraram insatisfação. Mediante as observações, ficou evidente que o turista que procura o espaço rural o faz com objetivo de encontrar lugares onde haja a preservação do patrimônio ambiental e cultural, onde a autenticidade ainda seja mantida.

Especificamente no turismo rural, a autenticidade do lugar e a espontaneidade dos seus habitantes se constituem como parte do atrativo, porque o turista identifica nestas características a manutenção da tradição da comunidade expressa na propriedade como uma representação da cultura, dos costumes e dos valores do lugar.

### **5.1.2.6 Informações e material explicativo/divulgação**

A preocupação com a análise deste item nasce da vivência na prática e do acompanhamento de pesquisas e projetos desenvolvidos na área de estudo onde, entre as pesquisas realizadas, evidencia-se a necessidade de sistematização de informações por meio de materiais explicativos e específicos para divulgação das propriedades. Observou-se a necessidade de melhor atender o turista recorrendo a formas de comunicação facilitadoras do acesso ao produto turístico.

No projeto piloto sobre informação e material, 100% dos entrevistados ficaram satisfeitos. Na segunda etapa, a maioria dos estudantes quarenta e nove (49) demonstraram satisfação em relação às informações e o material recebido, apenas oito (8) estudantes de

Turismo e Hotelaria demonstraram insatisfação e um (1) não respondeu. Os demais grupos demonstraram, em sua maioria, satisfação, porém dois (2) ambientalistas, quatro (4) guias de turismo, três (3) sujeitos na categoria outros disseram estar insatisfeitos e um (1) não respondeu. Tal configuração de respostas pode ser justificada pelo fato de, durante a visita nas propriedades, os turistas recebem muitas informações, mas sentem carência de material de divulgação ou mesmo explicativo que pudesse ser levado pelo visitante.

A carência de material e de divulgação do roteiro também foi detectada; resultante do diagnóstico realizado pela COODESTUR/2009, alguns produtos foram criados: um folder, mídia (vídeo) e reestruturação do site, o que qualificou a divulgação e informação sobre a destinação turística. Verifica-se que essas ações facilitam a divulgação dos Caminhos Rurais, mas ainda são necessárias iniciativas específicas nas propriedades para sistematizar informações e promover a confecção de materiais impressos e virtuais, pois cada propriedade possui uma grande riqueza relacionada à história local, assim como conhecimentos específicos das atividades produtivas desenvolvidas no decorrer dos períodos históricos nas respectivas propriedades rurais, conforme foi analisado nos capítulos 2 e 3.

### ***5.1.3 Percepção sobre as práticas ambientais***

Para avaliar as práticas ambientais que podem ser identificadas através de algumas ações materializadas no ambiente e, também, através de ações desenvolvidas no sistema produtivo e na conservação do ambiente, recorre-se, para a análise, à percepção do visitante, à observação direta e a registros fotográficos realizados durante os trabalhos de campo. Nessa perspectiva destacam-se os itens sistema de captação e reaproveitamento de água; dispositivo para economia de água (torneiras e vasos sanitários); tratamento de efluentes líquidos; controle e destinação de resíduos, otimização do uso de energia, diversidade de flora e fauna, área de produção agrícola em harmonia com o ambiente, uso de agrotóxicos e produtos químicos, sistema produtivo, informações ambientais.

### 5.1.3.1 Sistema de captação e reaproveitamento de água

A questão da água no planeta já faz parte das preocupações da humanidade. É difícil acreditar que no “planeta água” milhões de pessoas vivam com menos de cinco litros de água por dia. Sabe-se que 97,5 % de toda água disponível no planeta é salgada. Dos 2,5 % de água doce existentes, somente 1% se constitui como um recurso aproveitável pela humanidade. A escassez da água é uma realidade presente e a sua contaminação vem crescendo de forma alarmante. É evidente que estamos no limite e que a solução desse problema também está relacionada ao estilo de vida da população. Existem ações viáveis e que podem ser desenvolvidas, como a captação de água da chuva, o reaproveitamento e a diminuição do consumo.

Nos empreendimentos turísticos analisados verifica-se através do processo perceptivo que os ambientalistas em sua maioria percebem que não há sistema de captação e reaproveitamento de água, porém oito (8) sujeitos responderam que sim, enquanto nove (9) responderam não e ainda um (1) componente do grupo não respondeu, por entender que não existia. Entre os estudantes, 49 responderam sim, cinco (5) responderam não e um (1) NR, não respondeu. No grupo de guias de turismo, sete (7) sujeitos respondem sim e seis (6) responderam não e para a categoria outros, sete (7) responderam sim, cinco (5) não e ainda dois (2) não responderam.

A resposta afirmativa foi predominante. Ainda assim as observações durante os trabalhos de campo remetem a associação feita pelos sujeitos que responderam o questionário a um sistema de açudes criados com o objetivo de uso para a criação de peixes, que servem de reservatório de água nas propriedades. Desta forma devem ter se baseado os grupos que responderam sim, ou ainda porque este tipo de tecnologia pode não estar presente no seu cotidiano e por isso não a percebem.

Já os ambientalistas, apesar de apresentarem uma divisão de opiniões, demonstraram durante a aplicação dos questionários que são mais criteriosos e não consideram apenas os açudes para afirmar que há captação e reaproveitamento de água. Porém, retomando sobre os açudes a água é usada pelos proprietários para irrigação das hortas.

Pelas observações realizadas durante a aplicação dos questionários para os visitantes conclui-se que, na maioria, os respondentes identificaram os açudes como locais de captação de água.

### **5.1.3.2 Dispositivo para economia de água (torneiras e vasos sanitários)**

Existem dispositivos que, se utilizados, reduzem o desperdício de água, o seu uso gera melhores resultados ao minimizar o consumo que podem ser verificados tanto na dimensão econômica como na ambiental. A sustentabilidade do empreendimento pode ser conferida conforme a utilização de dispositivos para economia de água, como torneiras e válvulas redutoras de consumo em banheiros, chuveiros e vasos sanitários.

No processo de investigação, verifica-se, entre os ambientalistas, a opinião majoritária de que não há dispositivo para economia de água (torneiras e vasos sanitários), pois de onze (11), seis (6) responderam que sim. Novamente se observa o conhecimento deste tipo de tecnologia por parte do grupo, onde predomina a resposta afirmando que os referidos dispositivos não estão presentes nas propriedades.

Entre os estudantes, 37 responderam que sim, 20 que não e um não respondeu. Dos guias de turismo, sete (7) responderam que sim, cinco (5) que não e um (1) não respondeu, totalizando, nesses dois grupos, 44 respostas afirmativas. Na categoria “Outros”, 50% afirmaram que sim e 50% afirmaram que não há dispositivos para economia de água, um (1) não respondeu.

Como os empreendimentos não adotam esses dispositivos, observa-se que os turistas, ao responderem sim, nesta situação específica, perceberam de forma equivocada o uso destes.

### **5.1.3.3 Tratamento de efluentes líquidos**

Os efluentes líquidos, quando destinados de forma inadequada, geram impactos ambientais e à saúde. Programar medidas preventivas de tratamento de águas residuais e promover sua reutilização mediante a instalação de tratamento própria, ou através da conexão ao sistema de coleta e tratamento público é de fundamental importância para a imagem do empreendimento turístico sustentável.

No item sobre tratamento de efluentes líquidos, 31 estudantes responderam que sim, 24 que não e dois (2) não responderam, ainda um (1) respondeu “mais ou menos”. Já os ambientalistas, em sua maioria, responderam que não há tratamento de efluentes líquidos, destes, 15 responderam que não e dois (2) disseram que sim. Os guias de turismo na sua quase totalidade (9) perceberam que não, dois (2) responderam que sim e dois (2) não

responderam. Entre os estudantes do ensino fundamental onze (11) responderam sim, nove (9) responderam não. Dos estudantes de Turismo e Hotelaria vinte (20) responderam que sim, dezesseis (16) que não e ainda dois (2) não responderam. Na categoria outros, em um grupo de 14 visitantes, nove (9) responderam que não, um (1) não respondeu e quatro (4) disseram que sim.

É importante destacar que em 2010, no Sítio Capororoca foi construído um sistema de tratamento biológico do esgoto com a separação das águas cinzas e das águas negras, utilizando fossas cilíndricas comerciais e com leito de evapotranspiração e infiltração até a horta, onde a água chega limpa, sem contaminação. Dessa forma, o Sítio Capororoca está se adequando ao quesito tratamento de efluentes líquidos (Foto 30). Os proprietários aplicam técnicas da bioconstrução e, assim, integram cada vez mais a casa e a propriedade com a vida e os elementos da natureza, evitando a contaminação do lençol freático, entre outros riscos ambientais.



Foto 30 – Sistema de tratamento biológico do esgoto – Sítio Capororoca

#### ***5.1.3.4 Controle e destinação de resíduos***

Toda atividade humana produz resíduos, e o elevado consumo experimentado pela sociedade tem gerado enormes problemas ambientais. Constatado o problema, buscam-se várias formas de evitar ou minimizar os impactos ambientais decorrentes da grande quantidade de resíduos que é produzida, continuamente, em um ambiente planetário que tem limites para suportar toda a carga de lixo que nele é despejada. Pensar antes de consumir, com certeza, contribui para o equilíbrio ambiental. Considerando-se que uma parte significativa do que consumimos se torna resíduos e gera diferentes impactos que são verificados na água, no ar, no solo, entre outros, a sua diminuição é de fundamental importância quando se busca a sustentabilidade.

Nesta perspectiva, o empreendimento deve planejar medidas e ser seletivo em relação ao consumo, buscando produtos que conservem matérias-primas e energia, evitando os que são tóxicos e que seu uso promova emissões de gases e resíduos que se mantenham por longa data no ambiente. Além disso, o controle e destinação de resíduos podem ser operacionalizados de várias formas, sendo possível implementar a coleta seletiva e a destinação ocorrer através do simples descarte ou do reaproveitamento e da reciclagem. Essa destinação pode se realizar através do encaminhamento na coleta pública ou pela adoção nos próprios empreendimentos de práticas, a exemplo da compostagem.

No que se refere ao controle e destinação de resíduos nos estabelecimentos rurais, teve-se como resultado através da aplicação dos questionários os dados a seguir; entre os ambientalistas, 14 percebem que sim, dois (2) não identificam e um (1) não respondeu a questão. Entre os estudantes, quarenta e sete (47) perceberam que sim, nove (9) responderam não e um (1) não respondeu, esse tema é recorrente, por isso são observados pelos turistas e, também são objeto de reflexão no ambiente escolar, na academia e muito presente entre os ambientalistas.

Observa-se que este item foi respondido com mais segurança pelos grupos apresentados no parágrafo anterior. Entre os guias de turismo, sete (7) responderam sim, cinco (5) responderam não e um (1) não respondeu; e entre os outros, oito (8) responderam sim e seis (6) não, houve divisão nos grupos entre sim e não, mas predomina a percepção de que há controle e destinação de resíduos.

Através das observações de campo nas propriedades rurais, evidencia-se entre as formas de destinação e aproveitamento dos resíduos sólidos uma que merece destaque. Trata-se de uma tecnologia já descrita adotada no Sítio do Tio Juca para compostagem que ele denomina Biojuca, tecnologia já descrita quando da apresentação da propriedade.

#### ***5.1.3.5 Otimização do uso de energia***

A energia é, sem dúvida, o motor do desenvolvimento socioeconômico ao longo da história da humanidade. Durante o processo civilizatório, esse recurso vem permitindo que a população mundial ocupe diferentes pontos do planeta e se locomova, empregando diferentes fontes energéticas. Embora haja uma grande disponibilidade de energia, considera-se que o planejamento do seu uso deve prever medidas para minimizar o consumo e optar por fontes de energia renováveis. É recomendável que os empreendimentos turísticos façam uso de energia renovável e estabeleçam formas de controle do consumo de energia.

Sobre a otimização no uso de energia na área de intervenção, os ambientalistas se dividiram. Do total de dezessete (17) visitantes, sete (7) perceberam que sim, sete (7) perceberam que não e três (3) não responderam. Dos estudantes, 37 respondem que sim, 16 que não e cinco (5) não responderam. Os guias de turismo em sua maioria (11) responderam que sim, um (1) respondeu que não e um (1) não respondeu. Entre os outros houve uma divisão no grupo, oito (8), sim e cinco (5), não.

Nos estabelecimentos turísticos analisados, apenas uma propriedade, a Granja Santantonio, possui tecnologia para captação e uso de energia solar, Foto 31.



Foto 31 – Painel para captação de energia solar  
Fotografado pela autora

Nas outras não há evidências do uso de fontes de energia alternativas; entretanto, nas falas dos proprietários observa-se que essas são consideradas relevantes, mas o custo da instalação é elevado.

#### ***5.1.3.6 Diversidade de flora e fauna***

A diversidade de espécies é uma característica inerente à maioria dos sistemas naturais. Entretanto, o grau de diversidade irá variar muito em função dos diferentes elementos que interagem na formação de comunidades de plantas e animais e seu ambiente físico. A importância dessa diversidade está relacionada à estabilidade do sistema, ou seja, quanto maior a diversidade, maior será a resistência às interferências no ambiente.

Sobre a estabilidade, Gliessman (2000, p. 448) considera “necessário buscar uma definição mais ampla, porque usualmente essa se refere à ausência relativa de flutuações de organismos no sistema, o que implica na falta de modificação”. E ainda acrescenta que esta deve estar relacionada à *robustez* do ambiente, que seja capaz de promover autor-regulação nos níveis complexos de troca de matéria e energia. Na agricultura, os ecossistemas diversos



são capazes de promover o controle de perturbações, mantendo um relativo equilíbrio durante o processo produtivo, o que garante eficácia nos fluxos de matéria e energia.

Para o turismo, a manutenção da diversidade de flora e fauna se constituiu como requisito fundamental para a criação de produtos relacionados ao segmento turístico, onde o elemento fundamental é a natureza, ou atividades produtivas sustentáveis, a exemplo do ecoturismo e do turismo rural.

Para o item diversidade de flora e fauna os grupos em geral apresentam percepção relativamente homogênea, onde respondem de forma positiva em relação ao reconhecimento de que as propriedades rurais, objeto dessa pesquisa, apresentam diversidade de flora e fauna. As observações também revelam a admiração do grupo, principalmente em relação à diversidade da vegetação. Entre os sujeitos respondentes, somente dois (2) estudantes responderam não e um (1) não respondeu.

#### ***5.1.3.7 Área de produção agrícola em harmonia com a vegetação nativa***

Ao discutir o ambiente – onde se associa produção agrícola e vegetação nativa, entende-se que essa composição pressupõe relações complexas entre as plantas cultivadas, as não cultivadas, animais e microrganismos, e entre estes e o ambiente físico. Essa combinação no âmbito da agricultura nos estimula a desvendar o conceito de agrossistema, mais especificamente agrossistema sustentável.

Se agrossistema é definido como “unidade produtiva rural, o agrossistema sustentável procura alcançar em uma unidade produtiva características semelhantes às de ecossistemas naturais, mantendo uma produção agrícola” (GLIESSMAN. 2000, p. 79). No âmbito da agricultura, um agrossistema sustentável, ao reduzir o uso de insumos externos ao ambiente, evita a perda de nutrientes que se formam internamente na unidade produtiva, ou seja, aquilo que é produzido no solo, se não for comercializado ou consumido, volta sob a forma de nutrientes. Tudo é aproveitado, criam-se formas de manejo onde o próprio ambiente pela sua diversidade adquire resistência às “pragas” que nessa realidade são compreendidas como inimigos naturais que, se manejados adequadamente, não causam prejuízos ao agrossistema. Sob a ótica do turismo sustentável esses espaços enriquecem a experiência do turista. Neles ocorrem trocas entre turistas e residentes, são espaços de aprendizagem, por isso na área de intervenção há uma predominância do turismo que é motivado pelo estudo, pesquisa e ensino conforme indicado no Gráfico 12.

Sobre a área de produção agrícola ocorrer em harmonia com a vegetação nativa, predominou entre os grupos a percepção de que existe essa harmonia. Entretanto, entre os estudantes, mais especificamente estudantes do ensino fundamental, para um grupo de vinte (20) visitantes, três (3) perceberam que a produção agrícola não está em harmonia com a vegetação nativa. É perceptível nos estabelecimentos rurais a recuperação da vegetação nativa e a manutenção de espécies vegetais que em um sistema de cultivo convencional seria eliminado e considerado como uma espécie indesejável. Essa evidência está representada nos mapas de uso do solo neste capítulo, onde se identifica o aumento da vegetação nativa nas propriedades analisadas quando comparadas nos anos de 1991 e 2008.

#### ***5.1.3.8 Uso de agrotóxicos e produtos químicos***

Os produtos químicos utilizados em áreas agrícolas são poluentes, atingem a água, o ar, o solo e as diferentes formas de vida. Não são facilmente percebidos porque provocam uma forma de poluição difusa. Entretanto, agrotóxicos e fertilizantes, quando aplicados regularmente em grandes quantidades, não atingem apenas o seu alvo, são facilmente distribuídos, impactando o ambiente. A agricultura não pode ser sustentável enquanto houver a dependência desses insumos químicos. Fica claro que em estabelecimentos rurais que adotam a agroecologia, evita-se o uso de insumos externos, a exemplo de fertilizantes e agrotóxicos.

Quanto ao uso de agrotóxicos e demais produtos químicos nos empreendimentos, ambientalistas, na sua totalidade percebem que nas propriedades rurais agroecológicas não são usados agrotóxicos e adubos químicos. Entre os estudantes, 17 responderam sim e 41 perceberam que não. Entre os guias de turismo três (3) responderam sim e dez (10) responderam não; da categoria outros, um (1) respondeu sim, um (1) não respondeu e os demais (11) tiveram a percepção de que não há uso de agrotóxicos.

Nos estabelecimentos rurais analisados não foi verificado o uso de agrotóxicos e produtos químicos, o que se justifica pela adoção da agroecologia. São outros princípios, outras práticas baseadas na formação de agrossistemas sustentáveis. Nesse sentido, a percepção da maioria dos entrevistados reflete a realidade da área de intervenção.

### 5.1.3.9 Sistema produtivo

Neste item, os conceitos de agricultura convencional e agricultura alternativa, aqui retomados, buscam explicitar o questionamento feito sobre a percepção do turista em relação ao sistema produtivo, induzindo-o a identificá-lo. A agricultura convencional caracteriza-se pelo cultivo intensivo do solo, monocultura, aplicação de fertilizantes e controle químico de pragas, além da manipulação genética das plantas. No outro extremo, há a agricultura alternativa, ou agricultura moderna, resultante da revolução verde.

Na agricultura alternativa, verificam-se três pontos importantes: a tecnologia, o processo e o método de produção (ALMEIDA, 1999). Nesta os próprios sujeitos, agricultores, ao buscar a autonomia que lhes foi negada com a modernização da agricultura, baseados em conhecimento e experiências próprias, definem métodos e tecnologias para o manejo agrícola. Nesse contexto, observa-se a emergência de sistemas produtivos com práticas agrícolas e formas de manejo, a exemplo do controle da mosca da fruta, (Foto 32), também alternativas, orientadas pelo conhecimento dos processos ecológicos nas áreas de produção agrícola, onde a agroecologia se constitui como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos na definição de agrossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2000, p. 54).



Foto 32 – Técnica para controle da mosca da fruta  
Fotografado pela autora

No que se refere ao sistema produtivo, os ambientalistas na sua totalidade reconhecem o sistema produtivo baseado nos princípios da agroecologia. Entre os guias de turismo, doze (12) o consideram agroecológico e um (1) não respondeu; no grupo “Outros”, 13 responderam que o sistema é agroecológico. Entre os estudantes, predominou a percepção de que o sistema é agroecológico: 52 responderam que sim, apenas cinco (5) estudantes do ensino fundamental perceberam o sistema produtivo como sendo convencional e um (1) não respondeu a pergunta.

Neste item o grau de escolaridade e o conhecimento devem influenciar para a distinção entre o agroecológico e o convencional.

#### ***5.1.3.10 Informações ambientais***

O turismo é uma atividade econômica que gera impacto no ambiente onde se implanta, entretanto, é um setor facilmente afetado pelas mudanças oriundas da degradação ambiental. Entremado nesse paradoxo, o turismo apresenta um enorme potencial de contribuir para que as pessoas compreendam as questões e a própria dinâmica ambiental. No período atual, é recorrente a busca de lugares para a prática do turismo que permitam o contato com áreas protegidas ou conservadas ambientalmente. Esse contato favorece o desenvolvimento da consciência ambiental e faz com que os turistas adotem comportamentos e atitudes responsáveis em relação ao ambiente.

O uso de guias explicativos, manuais e folders podem ser formas eficientes de registros de informações ambientais, tão relevantes quanto exposições orais que ocorrem nos estabelecimentos turísticos durante as visitas.

Dentre os ambientalistas 16 indicaram que existem informações ambientais, e apenas um (1) não respondeu a questão. Entre os estudantes 50 responderam sim, seis (6) responderam não e dois (2) não responderam a questão. Já entre os guias de turismo, 12 indicaram sim e apenas um (1) não. No grupo denominado como outros, a percepção predominante é de que há informações ambientais durante a visita, sendo que entre os treze (13) componentes do grupo, um (1) respondeu que não. Os estudantes de Turismo e Hotelaria, em sua maioria, percebem que há informações ambientais, mas em um grupo de trinta e oito (38) turistas, seis (6) perceberam que não há informações ambientais.

Para os diferentes sujeitos entrevistados é predominante a resposta positiva em relação ao oferecimento de informações ambientais nos estabelecimentos turísticos rurais. Seguramente é possível afirmar que durante as visitas os turistas recebem muitas informações sobre o sistema produtivo sustentável, formas alternativas de manejo e cultivo de espécies vegetais, práticas ambientais, entre outras. No entanto, o que se percebe é que toda essa riqueza de informações não está sendo registrada ou sistematizada, o que enriqueceria a experiência do turista.

#### ***5.1.3.11 Opinião dos turistas em relação ao ambiente dos estabelecimentos rurais***

Na continuidade da análise, toma-se, individualmente, cada estabelecimento rural e observam-se a partir da percepção dos visitantes os destaques sobre o que mais despertou a atenção dos turistas na visita às propriedades agroecológicas. Nesta oportunidade o turista pode destacar com maior liberdade o que ele considerou mais importante nos estabelecimentos, já que as questões são abertas.

Em relação à percepção do visitante sobre o Sítio Ecoextrema, tem-se os seguintes destaques, por visitante: preservação do ambiente (5), atividades de conscientização (1), cultivo sem uso de agrotóxicos e qualificação dos proprietários (1). Para a Granja Santantonio, o Sítio Capororoca, o Sítio do Tio Juca e o Sítio dos Herdeiros, a análise ocorre a partir das diferentes percepções apresentadas pelos grupos segmentados.

Sobre a Granja Santantonio, os ambientalistas, os guias de turismo, outros, e os estudantes de Turismo e Hotelaria tiveram uma percepção comum sobre a vocação natural do lugar, a conservação, a qualidade de vida, a dignidade humana e o sistema produtivo. E ainda os estudantes do ensino fundamental destacaram a vocação natural do lugar e o sistema produtivo. Os guias de turismo, outros e estudantes de Turismo e Hotelaria também destacaram formas organizativas e vegetação nativa. E apenas os estudantes de Turismo e Hotelaria destacaram a inserção da comunidade local.

No Sítio Capororoca os ambientalistas, os guias de turismo, os estudantes de Turismo e Hotelaria e o grupo outros apontaram com destaque a vocação natural do lugar, a autenticidade, a conservação, a inclusão da comunidade local, a qualidade de vida, a dignidade humana e o sistema produtivo. Os ambientalistas, os estudantes do ensino

fundamental, os estudantes de Turismo e Hotelaria destacaram as formas organizativas. Os estudantes do ensino fundamental, os guias de turismo, os estudantes de Turismo e Hotelaria e outros destacaram a vegetação nativa.

Para o Sítio do Tio Juca, os estudantes do ensino fundamental, outros e estudantes de Turismo e Hotelaria perceberam a vocação natural do lugar, a autenticidade, a conservação, a inserção da comunidade local, a qualidade de vida e a dignidade humana, mas também as formas organizativas, o sistema produtivo e a vegetação nativa.

O Sítio dos Herdeiros foi analisado nas duas etapas de aplicação dos questionários, sendo que no projeto piloto a percepção do visitante demonstrou destaques para os itens; alternativa para produção sem agrotóxicos um (1), preocupação com a preservação do ambiente cinco (5), preocupação com a preservação da cultura e qualificação dos profissionais um (1), o amor que eles têm para com a recuperação e preservação da terra um (1), atividades para conscientizar os visitantes e a simplicidade dos proprietários um (1).

Já no segundo momento, os estudantes do ensino fundamental destacaram o sistema produtivo e a vegetação nativa. Os guias de turismo perceberam a autenticidade, a conservação do lugar, a qualidade de vida e a dignidade humana, as formas organizativas e o sistema produtivo. Para o grupo outros e os estudantes de Turismo e Hotelaria, destacam-se a vocação natural do lugar, a autenticidade, a conservação do lugar, a qualidade de vida e a dignidade humana, a inserção da comunidade local, as formas organizativas, o sistema produtivo e a vegetação nativa.

Nessa manifestação dos turistas, observa-se uma enorme convergência de opiniões, em que se destacam características importantes sobre o conjunto dos estabelecimentos rurais. Essas opiniões certamente revelam aspectos do estabelecimento turístico e dos sujeitos envolvidos no acolhimento ao turista e, sobretudo, a experiência do turista e a valorização da destinação turística.

#### ***5.1.3.12 Satisfação como indicativo de retorno aos Caminhos Rurais***

Observa-se no piloto (Gráfico 6), e durante a continuidade da aplicação dos questionários, que se confirma, entre os turistas, a intenção de retornar aos caminhos rurais.

Há predominância da resposta afirmativa, o que demonstra que os visitantes ficaram satisfeitos.

De acordo com os dados coletados através dos questionários, os ambientalistas destacaram a gastronomia, o ambiente natural, o contato com a natureza, a recuperação da vegetação nativa, a agricultura ecológica e diversificada, a arquitetura adequada para o lugar, o comprometimento das pessoas que recebem os visitantes, os diferentes fins dados à produção agrícola, os diferentes sistemas produtivos, a harmonia do ambiente, a criatividade e a simplicidade. Os estudantes do ensino fundamental reconhecem os processos naturais utilizados na produção agrícola, e consideram que *é tudo natural*. E citam o adubo orgânico, a vegetação nativa e os cuidados com a agricultura. Esses jovens ficaram surpresos com a qualidade dos produtos consumidos nas propriedades e com o aprendizado adquirido durante o roteiro.

Os guias de turismo fazem referência ao atendimento, ao sistema produtivo e à agroecologia. Para a categoria outros, a interação com o ambiente, o contato com a natureza, o atendimento, a conservação do ambiente, a qualidade de vida, o conhecimento, os costumes e o uso de produtos naturais e a vida na roça foram os aspectos mais relevantes.

Os acadêmicos de Turismo e Hotelaria destacam principalmente o modo de vida e a hospitalidade. Consideram o ambiente acolhedor, organizado e adaptado para o turismo e chamam a atenção para o sistema de produção e a inserção em sistemas de sustentabilidade, a consciência ecológica, a diversidade na plantação e nas propriedades, além da importância de conhecer a forma como é realizada a produção agrícola; cada propriedade com as suas especificidades. As informações sobre a agroecologia, as atividades que proporcionam o contato com a natureza e a maior interação do turista com a propriedade, as histórias de vida, as figueiras centenárias, a gastronomia, a oportunidade de experimentar situações diferentes daquelas vividas no cotidiano e também conhecer as formas diferenciadas de se ser agroecológico.

Em síntese, o conjunto da oferta turística, as práticas ambientais, associadas à forma como os residentes recebem os turistas, ou seja, o conjunto de iniciativas observado é importante para motivar o turista a retornar.

Entretanto, os turistas indicam o que precisa ser aprimorado. O grupo de ambientalistas considera que a vegetação nativa pode ser ampliada, a sinalização melhorada, bem como a disponibilidade de folder e dos manuais explicativos. Também sugerem a criação de uma trilha na mata nativa.

Os estudantes do ensino fundamental indicam a necessidade de limpar o caminho que é percorrido durante a visita, pois consideram que o cheiro de composto orgânico não é nada agradável; também sugerem uma melhoria do acesso e da higiene, o que se expressa na fala de um estudante: “Não gostei do cheiro; por causa da compostagem do lixo orgânico.”

Os guias de turismo consideraram os bons lugares, mas indicaram que deve ser ampliada a oferta de atrativos, conservação das estradas secundárias e a oferta de folders e folhetos com informações sobre os diferentes locais visitados. Quanto à qualidade das informações, exemplificaram com o caso do relógio humano, metodologia desenvolvida pela EMATER/RS junto às propriedades, onde um material explicativo sobre esse tema contribuiria enormemente para a experiência do turista em relação ao conhecimento adquirido. Outra referência é à necessidade de tratamento de efluentes e mais iniciativas na destinação dos resíduos sólidos.

Os estudantes de Turismo e Hotelaria se referiram à sinalização como *confusa*, e apontaram a necessidade de melhorar as informações oferecidas durante a visita. Também se referem à falta de higiene e cuidado com as edificações, em algumas propriedades.

O grupo outros considera que no Sítio do Tio Juca é necessário um lugar mais apropriado para receber os visitantes; é preciso também diversificar as atividades e atrativos e expor com mais destaque os produtos hortigranjeiros à venda, bem como fomentar iniciativas de higiene e aumentar o número de sanitários. O produto turístico já é comercializado; entretanto, ainda precisa diversificar a oferta com mais atrativos – trilha para caminhadas, cavalgadas, pesque e solte, e melhorar o atendimento e a infraestrutura. Quanto à Granja Santantonio, se referem à falta de estrutura para receber o turista – consideram que deve haver uma adequação do local onde é realizada a degustação de alimentos baseados nas receitas de Mimi Moro. Sobre os Caminhos Rurais, se referem à inoperância do programa Porteiras Abertas, pois a maioria das propriedades não aderiram a ele.

## ***5.2 Sustentabilidade: como a percebem os agentes da rede turística***

A necessidade de compreender o objeto da pesquisa promove a busca do aporte teórico, mas também as informações advindas das comunidades, nesse caso, os proprietários de empreendimentos rurais/turísticos e daqueles que são representações do fomento, do



planejamento e da operacionalização do turismo. Parte-se do princípio de que a percepção resulta do que está materializado ou não no ambiente, mas também tem um forte componente do que é trazido pelo observador. Entretanto, a sua experiência, o seu conhecimento e a sua opção ideológica se expressam na leitura que faz do ambiente.

Para a análise adota-se como procedimento revelar as características dos entrevistados em relação à categoria profissional. Desta forma podemos identificar quem são os sujeitos que respondem a entrevista. Os entrevistados foram agrupados em três categorias: proprietários rurais/empreendedores; portanto moradores do Bairro Lami; técnicos que foram identificados durante a pesquisa como representantes das instituições governamentais e não-governamentais que estão vinculados às políticas públicas desenvolvidas nos Caminhos Rurais (neste grupo apenas um técnico reside e é empreendedor dos Caminhos Rurais); e os agenciadores, em que predominam pessoas que não residem nos bairros envolvidos pelos roteiros. Apenas um agenciador reside nesses bairros e é empreendedor dos Caminhos Rurais (Gráfico 13).

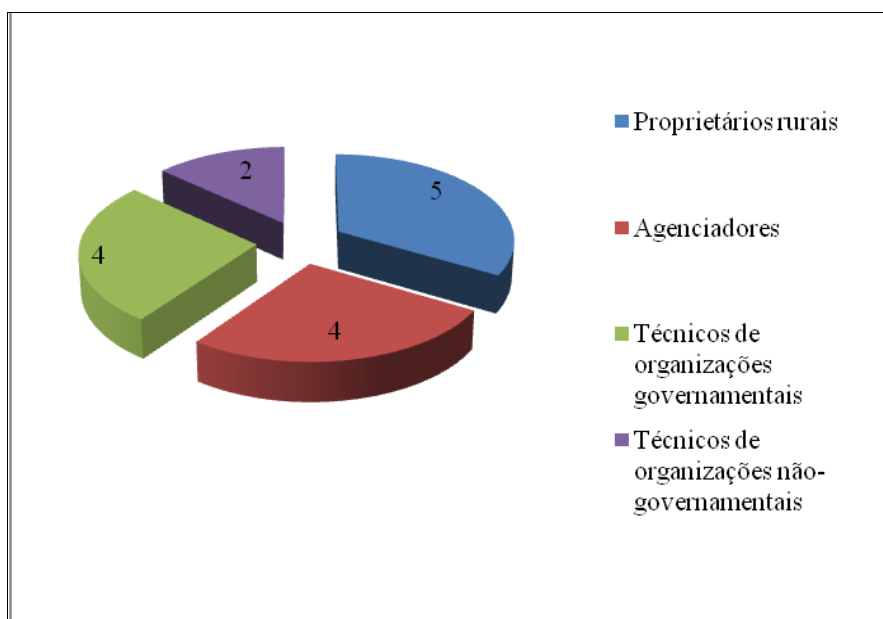


Gráfico 13 – Perfil dos entrevistados

Considera-se que a percepção desses agentes representa uma visão de quem faz acontecer o turismo nos caminhos rurais. As entrevistas com os técnicos de organizações governamentais e não governamentais são analisadas no Capítulo 2 - Reorganização espacial.

### *5.2.1 Fluxo de Turistas*

O fluxo turístico corresponde à quantidade de turistas que se desloca de um lugar para o outro, entendido no primeiro caso como núcleo emissor e no segundo como núcleo receptor. Esse fluxo pode ocorrer em diferentes escalas, desde o turismo interno que ocorre na abrangência do próprio limite municipal, quanto às outras formas de turismo doméstico que atingem uma escala nacional, até o turismo internacional.

De acordo com a pesquisa realizada nas propriedades agroecológicas, dos Caminhos Rurais, verifica-se um controle pouco representativo do fluxo de turistas, tanto pelos proprietários dos estabelecimentos rurais como pela SMT e os dados aqui apresentados retratam parcialmente o número de turistas que visitam as propriedades rurais. Embora, sejam significativos na representatividade do aumento do número de turistas nos últimos anos não representam o número total de turistas que visitam as propriedades agroecológicas, objeto dessa pesquisa. O crescimento do número de turistas entre os anos de 2007 e 2009 (Tabela 6) é atribuído a algumas situações, a exemplo da divulgação dos roteiros, das políticas públicas, das parcerias com as IE, do crescimento do número de turistas que têm interesse pelo turismo alternativo, onde se incluem o turismo rural e o ecoturismo.

Os Caminhos Rurais são constantemente divulgados pelas instituições que fomentam e comercializam os produtos turísticos, através de folheteria, participação em eventos de turismo, além de outros instrumentos de marketing resultantes da qualificação da oferta turística, como o “site”. Porém, considerando as observações de campo e as reivindicações dos proprietários e dos agentes de viagem, chega-se à conclusão de que estes reconhecem a necessidade de ampliar a divulgação dos roteiros turísticos nesses caminhos.

As políticas públicas são importantes instrumentos de fomento para o desenvolvimento do turismo, objetivando desenvolver o turismo sustentável em áreas rurais. Identificam-se essas ações no apoio ao associativismo com a formação da Associação Porto Alegre Rural, em 2006; o cadastro e inventário da oferta; a qualificação dos empreendedores, as pesquisas de demanda turística; e também projetos com vistas a diagnóstico e qualificação da oferta turística (Quadro 4).

As parcerias estabelecidas entre as secretarias de governo, os empreendedores e as IEs nos Caminhos Rurais são bastante relevantes. Verifica-se que, desde a origem desses caminhos, houve uma aproximação dos empreendedores com as IEs. A contribuição técnica promove formas de intervenção nos estabelecimentos rurais através de inventário e diagnóstico e também para qualificação da oferta turística (Quadro 4). Acrescentam-se as situações explicitadas anteriormente, o crescimento de turistas que formam segmentos alternativos de turismo, formados por pessoas que buscam com a prática do turismo experiências de maior qualidade, lugares mais próximos do local de residência, e ainda afastados de áreas intensamente urbanizadas.

Para as propriedades rurais, observa-se que há crescimento do número de turistas que visitam essas propriedades agroecológicas, conforme apresentado na Tabela 6 representa o fluxo de turistas para os estabelecimentos rurais entre os anos de 2004 e 2009.

Sobre o fluxo de turistas nos caminhos rurais, os dados apresentados na Tabela 6 resultam de uma composição entre os dados fornecidos pela SMTUR, pela Associação Porto Alegre Rural e os dos estabelecimentos rurais. Observa-se que no ano de 2008 houve crescimento no número de turistas em relação a 2007. Entretanto, o dado referente a 2009 demonstra um enorme crescimento do número de turistas em relação aos anos de 2007 e 2008. Busca-se explicação para esse crescimento basicamente em três pontos: políticas públicas, qualificação dos empreendedores e dos empreendimentos, investimentos público e privado nos estabelecimentos turísticos, na sinalização, entre outros, e o incremento na divulgação, através da promoção dos produtos turísticos e da ampliação de formas de divulgação. Os dados sobre esses caminhos representam os dados individuais dos estabelecimentos rurais, os registros fornecidos pelas agências de turismo, Associação Porto Alegre Rural e Secretaria Municipal de Turismo. Entre os anos de 2004 e 2006 não existe registro sobre o fluxo de turistas; com exceção do Sítio do Tio Juca, que foi a primeira propriedade a receber turistas e do Sítio Ecoextrema, em 2006. Entretanto, apesar das lacunas observa-se o crescimento do número de turistas, sobretudo nos caminhos rurais. Buscam-se explicações pelo fato da oficialização ter ocorrido em 2005, quando a Secretaria Municipal de Turismo passa a ter a gestão propriamente dita sobre esses caminhos e o fortalecimento dos investimentos públicos através de parcerias e recursos oriundos do Ministério do Turismo, SMTUR, SMIC, SMED, entre outros.

Tabela 6 –Fluxo de turistas dos estabelecimentos rurais

<b>Estabelecimentos Rurais / Ano</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Sítio Ecoextrema	-	-	50	100	120	-
Granja Santantonio	-	-	-	187	200	350
Sítio Capororoca	-	-	-	200	200	280
Sítio do Tio Juca	400	500	500	500	600	630
Sítio dos Herdeiros	-	-	-	50	370	450
Caminhos rurais de Porto Alegre	-	-	-	7747	8751	69.437

Elaborado pela autora

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre, Associação Porto Alegre Rural, Agências de viagem, proprietários dos estabelecimentos rurais

### 5.2.2 Capacidade de carga

Refletindo sobre o conceito de capacidade de carga<sup>14</sup>, bastante discutido no âmbito do turismo, constata-se que é aparentemente fácil de ser definido, embora seja necessário considerar algumas peculiaridades para que seja alcançada a viabilidade de sua aplicação prática. A respeito da capacidade de carga, embora as formulações teóricas pareçam claras, a operacionalização encontra muitas limitações. Dessa forma, é indispensável levar em consideração alguns critérios para sua definição. Entre esses, destacam-se a característica do local ou do atrativo turístico e seus elementos geográficos, a fragilidade e a necessidade de proteção ambiental, o bem-estar da população local e do turista, a experiência do residente e do turista, o tipo de atividade desenvolvida pelo turista e o seu perfil, assim como o nível de intervenção espacial em decorrência da atividade turística.

Nas propriedades agroecológicas pesquisadas nessa tese, observa-se que a definição da capacidade de carga não foi baseada em um critério técnico, mas através da experiência dos proprietários. Os empreendedores relatam que ao recebe rum grupo muito grande, a

<sup>14</sup> É definida pela quantidade de visitantes que uma área pode acomodar com o mínimo de impacto negativo no ambiente, sobretudo pela satisfação e qualidade da experiência do turista e do residente.

qualidade da experiência do turista fica prejudicada. Observam confusão para compra dos produtos e nas trilhas, que acontecem entre os espaços produtivos (horta, pomar), o que causa a dispersão dos visitantes. Conforme os entrevistados, é importante o contato direto com as pessoas. Tanto os turistas quanto os proprietários têm uma experiência positiva. Todos conseguem interagir durante a atividade. O sr. Arthur, proprietário do Sítio Ecoextrema, quando questionado sobre o número de turistas atendido na propriedade, considera que há demanda para o ecoturismo. Existe um perfil de turistas que se constitui como demanda potencial para o segmento de turismo oferecido no empreendimento e acrescenta que “não desejamos o turismo de massa, ele não será desenvolvido na Ecoextrema”. Essa propriedade considera satisfatório receber grupos de 15 pessoas.

A participação dos proprietários rurais no curso de qualificação promovido pelo SEBRAE oportunizou a discussão sobre o número de visitantes e a sua relação com o tamanho da propriedade. Portanto, na Granja Santantonio adotam para adultos grupos de 15 pessoas e crianças/adolescentes, até 30 pessoas, totalizando o número de visitante por dia em até 90 pessoas.

No Sítio Capororoca, a capacidade de carga da propriedade é definida em torno de 20 pessoas por visita; em caso de número superior, 40 pessoas, o grupo é dividido entre duas propriedades. Ou ainda é possível dividir em dois grupos para visita na horta. De acordo com Sra. Silvana, “quando o grupo é muito grande, não é possível fazer um bom trabalho, porque perde a qualidade; pela capacidade de atender, falta espaço principalmente na horta, muito pisoteio, poucos sanitários, dificulta a preparação do lanche (não é usado nada descartável), a fossa asséptica é pequena. Limitando o número de visitantes podemos enriquecer a experiência, conseguimos conversar com as pessoas e bem-atender,- o espaço físico coberto também é pequeno”.

Já o Sítio do Tio Juca e o Sítio dos Herdeiros recebem escolas, principalmente de ensino fundamental, e os proprietários consideram que até 40 pessoas é possível receber (Foto 33), em que os estudantes estão chegando ao estabelecimento rural.



Foto 33 – Chegada de estudantes no estabelecimento rural  
Fotografado pela autora

A vontade de estipular a capacidade de carga já é uma demanda dos proprietários prevista para ser realizada no decorrer de 2011, quando será desenvolvida a segunda etapa do Projeto Turismo de Base Local, executado pela COODESTUR em parceria com o Ministério do Turismo e com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da secretaria municipal de turismo.

### ***5.2.3 Vocação da região e da propriedade rural***

De acordo com as observa es indicadas anteriormente, por ocasião da análise histórica da região onde se localizam os Caminhos Rurais, verifica-se que esta historicamente produziu alimentos, seja pela necessidade de subsistência ou pelo direcionamento da produ o para a comercializa o.

O tipo de produ o   compatível com a realidade do lugar, principalmente nas propriedades que aderiram   agroecologia, já que a zona sul de Porto Alegre ainda mant m o ambiente relativamente preservado, e esta tendência dos agricultores agroecológicos vai se somando para a qualidade dos produtos destinados a alimenta o. Esta op o pela agroecologia contribui para o aumento da produ o de alimentos saudáveis e ainda com menores investimentos, já que os insumos utilizados na produ o agrícola na sua quase totalidade são oriundos da propriedade. Ao que tudo indica, as propriedades se mant m

conservadas, recuperadas, e a produção se dá em sintonia com a cobertura vegetal nativa, com a conservação do solo e com o controle de “pragas”, o que assegura a produção sustentável, minimizando o impacto ambiental.

A análise do plano diretor evidencia que, mesmo que parte do território da zona sul de Porto Alegre, como o bairro Lami, seja uma área de ocupação rarefeita, todo o território do município é passível de ser urbanizado. Ao que parece, ainda é possível manter as características de uma área rural e, nos últimos anos, a tendência, além da urbanização, é de se formarem pequenas propriedades com produção diversificada. É uma região que mantém no decorrer dos períodos históricos a produção agropecuária. Atualmente, a urbanização avança nessa porção do território, assim como ocorreu em alguns bairros de Porto Alegre. Eliminam as atividades rurais e formam vilas nas suas áreas periféricas. Conforme um entrevistado, proprietário rural, “a cidade deve expandir-se nas áreas urbanas em vez de invadir o rural”.

Os entrevistados consideram, também, que a tradição do lugar tem-se mantido graças à produção agropecuária. E acrescentam que os impactos ambientais podem ocorrer se o turismo for desenvolvido muito rapidamente, sem planejamento e, também, pela expansão da cidade em direção à área rural.

#### ***5.2.4 Autenticidade na manutenção das características ambientais do lugar***

Trata-se aqui de autenticidade no sentido da manutenção das características próprias do lugar, relacionadas aos aspectos naturais e culturais; vinculadas entre si, porque a manutenção da autenticidade está inter-relacionada à conservação das características do ambiente – produto da ação antrópica. A relevância desses aspectos na oferta turística se reflete na representatividade em relação ao lugar em que está inserido e ao seu diferencial quando comparado a outros lugares turísticos. Em uma perspectiva territorial, também revela territorialidade, em que os elementos culturais relacionados às práticas agrícolas e aos modos de vida são percebidos pelas características do espaço rural. Verifica-se no ambiente a biodiversidade e o estilo de vida das pessoas que constroem a sua sobrevivência em sintonia com a natureza.

Assim, é indiscutível que a autenticidade dos ambientes turísticos se revela como uma característica importante na composição dos atrativos que lhe são inerentes, pois

motivadora do desejo e da expectativa do turista em relação ao lugar e garante sua manutenção ao longo do tempo.

Analisando a realidade das propriedades agroecológicas, identificam-se exemplos representativos dos itens de autenticidade. A Ecoextrema possui 78, 51 % da área com a cobertura vegetal composta por vegetação nativa (Tabela 1). Há um controle efetivo na propriedade para preservação e recuperação da vegetação nativa. Além do cuidado com a vegetação, também preservam a fauna, a exemplo da presença de uma família de bugios na propriedade rural. Uma característica do sítio é a produção de geleias de frutas nativas, a exemplo da geleia de araçá. O cuidado com a propriedade e a relação estabelecida com o local é muito forte.

Na Granja Santantonio, presenciamos, além da demonstração de práticas agrícolas baseadas nos princípios da agroecologia, a história familiar e a manutenção de elementos da culinária herdados da avó da proprietária, a sra. Mimi Moro.

No Sítio Capororoca tem-se como princípio que o turismo se operacionalize no espaço da propriedade de forma sustentável com o mínimo de impacto ambiental. Na propriedade, é apresentada para o visitante a origem dos produtos e a forma como são produzidos; a formação do agrossistema acontece o mais próximo do natural. Outro elemento importante é o resgate das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), que podem ser incluídas na culinária, visto que possuem elevada capacidade de enriquecê-la e teor nutricional, mas são desconhecidas por grande parte da população. Além disso, é evidente a conservação da vegetação nativa e a sua recuperação, compondo uma enorme diversidade entre nativas e os policultivos. Aproximadamente, 60% da cobertura vegetal presente na área da propriedade é nativa.

No Sítio do Tio Juca, mantém-se a tradição no sistema produtivo. Os agricultores tradicionais preservam a biodiversidade não somente nas áreas cultivadas, mas também naquelas sem cultivo. Associa-se a esse conhecimento herdado pelos agricultores o papel dos técnicos da EMATER, que prestam assistência; contudo, as trocas de experiências entre os agricultores e o repasse de novas tecnologias, como o Biojuca, são fundamentais nesse processo de criação conjunta. A base da agroecologia no Sítio do Tio Juca e no Sítio dos Herdeiros é proveniente dos ensinamentos transmitidos pela família através de conhecimentos da agricultura tradicional. Outros elementos que demonstram a autenticidade no Sítio dos Herdeiros são o minimuseu (Foto 34), que foi estruturado através de uma intervenção para



qualificação da oferta turística, em que são resgatados instrumentos que retratam a história da produção agrícola e a produção de sementes na propriedade no intuito de preservá-las.



Foto 34 – Minimuseu no Sítio dos Herdeiros  
Fotografado pela autora

### ***5.2.5 Preservação e/ou conservação das áreas de relevante interesse ecológico***

A preservação e a conservação ambiental e o uso sustentável do ambiente contribuem enormemente para a continuidade do turismo. Paradoxalmente, a apropriação pelo turismo dos atrativos naturais e culturais também contribui para a sua recuperação e conservação. Neste sentido, o turismo se apresenta como uma via de mão dupla, em que no seu desenvolvimento tanto promove impactos positivos como negativos.

No Sítio Ecoextrema, identificam-se, nas observações de campo, cinco (5) nascentes do arroio Manecão, que são preservadas. A vegetação é recuperada e conservada, também com o objetivo de manter o volume de água nas nascentes do arroio. A opção pelo ecoturismo no Sítio Ecoextrema, que se associa à agroecologia e à conservação e recuperação de áreas impactadas, vem contribuindo para a recuperação da paisagem, além de ter conferido aos proprietários o direito ao IPTU ecológico: uma das modalidades de cobrança de IPTU adotadas no município.

Na propriedade do Sr. Vasco, Granja Santantonio, preservam-se a vegetação nativa e as espécies de árvores imunes ao corte. As figueiras são centenárias – uma delas tem mais de 200 anos. Também é preservada a mata de restinga. Na Figura 12, relativa ao uso do solo e cobertura vegetal, também se identifica que 6,12 % da área da propriedade são compostos por banhado.

Já no Sítio Capororoca, um dos grandes atrativos é a formação do agroecossistema, a predominância de sistemas de cultivo complexos e diversificados, em que se observa a interação entre os policultivos e a vegetação nativa (ALTIERI, 2000, p. 22). Na propriedade, houve recuperação da vegetação nativa conforme se apresenta no (Figura 12), oferecendo ao turista, inclusive, uma trilha entre a mata de restinga.

Nas duas outras propriedades, Tio Juca e Herdeiros, há maior utilização agrícola do solo. No entanto, constata-se que, apesar do tamanho das propriedades e da necessidade de utilização das mesmas para garantir a sobrevivência das famílias que vivem da renda nelas gerada, ainda preservam a vegetação nativa que se apresenta por vezes entremeada às árvores frutíferas. Os proprietários consideram ter recuperado a vegetação nativa; entretanto, no Sítio do Tio Juca, observa-se a sua diminuição.

Os mapeamentos de uso do solo e a cobertura vegetal do Sítio do Tio Juca chamam a atenção em relação à diminuição da área coberta com vegetação nativa que, no ano de 2008, representava 15,24%, sendo que em 1991, representava 19,61%. Entretanto, conforme a análise realizada no Capítulo 3, em 2008 havia um misto de vegetação nativa e fruticultura com um percentual de 9,25%. É impossível quantificar em separado, mas nas observações chega-se à conclusão de que essa área de vegetação nativa se mantém semelhante ao que foi identificado em 1991. Já no Sítio dos Herdeiros, verifica-se nas Figuras 20 e 21 que houve um aumento da vegetação nativa entre 1991 e 2008.

Percebe-se que, em todas as propriedades, há uma preocupação e um cuidado com os açudes, já que, à exceção da Ecoextrema, nenhuma outra possui curso da água natural; os açudes, além de serem reservatórios de água para irrigação, também são importantes para desenvolvimento de espécies de plantas aquáticas que são manejadas para fertilização do solo agrícola.

### ***5.2.6 Inserção da comunidade local no turismo***

O turismo é considerado um importante agente econômico que contribui para o desenvolvimento local e regional. Nessa perspectiva, a participação da população local é, na atualidade, uma condição fundamental para a sustentabilidade da atividade turística. Verifica-se, na maioria das vezes, que os moradores do lugar não participam nem são incluídos no planejamento, na tomada de decisão e no direito aos benefícios advindos da atividade turística. É oportuno ressaltar que, à medida que a população local vai sendo incluída, também se sente envolvida e assume um papel importante no processo de desenvolvimento do turismo.

Nos empreendimentos rurais analisados, observa-se que o caráter associativo dos empreendedores facilita a participação dos mesmos em processos de planejamento e de tomada de decisão, a exemplo do projeto Turismo, de base local, em que a definição de prioridades é estabelecida com a participação dos empreendedores.

No que se refere à comunidade local, de uma forma generalizada, as entrevistas revelam que os empreendedores rurais têm como prioridade a inclusão dos familiares. No entanto, estabelecem parcerias e contratam mão de obra que pode ser permanente ou temporária, dependendo da necessidade. Entre estes, são citados alguns exemplos, como o serviço de pedreiro e o doméstico, a agricultura, a criação de animais e agroindústria, em que se preferem as pessoas da comunidade. A inserção delas se dá também nos mutirões. Por outro lado, constata-se que apenas os empreendedores são incluídos nas ações que visam à qualificação da oferta turística, sendo os maiores beneficiados, porque participam do processo de planejamento e tomada de decisão.

### ***5.2.7 Capacidade de se manter com a propriedade e satisfação***

O turismo pode ser considerado como uma segunda chance para as áreas rurais (RUSCHMANN, 2000, p 73) quando degradadas e economicamente estagnadas pela agropecuária; o turismo rural é uma oportunidade associada às atividades agropecuárias. Na

área de intervenção, tanto a agricultura (agroecologia) como o turismo surgem como alternativas para agricultores que possuem pequenas propriedades e não conseguem se sustentar com base na agricultura convencional, o que os faz optar por formas alternativas.

Entre os entrevistados, de um modo geral, os empreendedores rurais se mostram satisfeitos; as propriedades garantem a subsistência das famílias e dos demais indivíduos que trabalham nelas através de parceria ou trabalho remunerado. Ainda são comuns as trocas de produtos entre os agricultores. Os entrevistados consideram possível se manter com as atividades agrícolas e não agrícolas, mas com muita dedicação e diversificação da produção. A satisfação é enorme porque, além do retorno financeiro, passar o conhecimento sobre agroecologia, alimentos saudáveis, preservação da água e aspectos culturais que envolvem as famílias dos proprietários é a forma encontrada de valorizar o patrimônio natural e cultural do local e ainda contribuir com a qualidade de vida, oferecendo alimentos saudáveis para as pessoas. A satisfação também é atribuída ao fato de os proprietários fazerem aquilo de que gostam com convicção. Se não é o ideal para o lugar, é o caminho. Moram próximos de áreas intensamente urbanizadas, mas com um estilo de vida saudável.

A parceria com as IES é muito importante pela troca de experiências, aplicação de experimentos e repasse de novas metodologias de trabalho. Há uma troca de conhecimentos e práticas entre os acadêmicos e os proprietários em que todos aprendem. Outro aspecto relevante são as políticas públicas que, no entendimento dos agricultores, têm promovido a qualificação da oferta turística. Entretanto, percebem que ainda necessitam de mais atenção do poder público e consideram que as agências turísticas têm um lucro excessivo.

### ***5.2.8 Planejamento: agricultura, turismo e comercialização***

Ruschmann (1997) e Petroocchi (1998) sinalizam que o planejamento envolve a definição de condições favoráveis para se chegar ao futuro desejado e ainda a projeção de todas as providências necessárias à sua operacionalização.

O turismo sustentável preocupa-se com a conservação ambiental e com as formas de organização das comunidades receptoras. Neste sentido, a base do planejamento nesses

estabelecimentos rurais que desenvolvem o turismo, e o principal atrativo, é a produção agroecológica, que precisa ser desenvolvida levando em conta a complexidade do ambiente.

As entrevistas realizadas com os agricultores revelam que há planos para o desenvolvimento das atividades na propriedade. Na agricultura, isso é possível graças ao uso de plantas para recuperar o solo, prevendo o que plantar, e de experiências com novas espécies, consórcios entre espécies e combinações entre os proprietários sobre o que produzir para evitar concorrência na comercialização.

A agroecologia demanda muito mais planejamento e envolvimento com a produção, porque é baseada no policultivo, necessitando dar conta de várias culturas. Para alguns teóricos, esse tipo de agricultura é desconsiderado, pois é feita em pequena escala. Entretanto, a ampliação de sistemas produtivos com base na agroecologia é importante e necessária, visto que nesses sistemas, é possível conservar a natureza e produzir ao mesmo tempo. Isso demanda maior organização dos agricultores, já que um caminho para demonstrar que essa alternativa é possível é a difusão de informações. Na área de intervenção, verificam-se poucos registros sobre o planejamento das atividades e das tecnologias desenvolvidas pelos(as) agricultores(as). Na pesquisa, não foi constatado nenhum tipo de planejamento sistematizado.

Já no turismo são identificadas algumas práticas como a manutenção da trilha com o cuidado de roçar em épocas que as espécies de plantas não têm sementes; as trilhas que, em alguns casos, se apresentam em forma de oito, para evitar o pisoteio em excesso no mesmo lugar. A partir da associação entre os agricultores para comercialização, também é realizado um planejamento para atender aos clientes e evitar a concorrência.

### **5.3 Agenciadores**

O número de agências que comercializam os roteiros turísticos para os Caminhos Rurais tem crescido significativamente nos últimos anos. Hoje estão em número de treze (13) conforme Quadro 6. Nesta pesquisa, optou-se por estudar a Rota Cultural Turismo, Silsi Tours, Tri Legal Turismo e MWebber Turismo. O critério utilizado para tal foi o fato de elas incluírem as propriedades agroecológicas. Verifica-se que apenas algumas propriedades são incluídas nos roteiros das agências.

<b>AGÊNCIA</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>CONTATO</b>
<b>Casa de Viagem</b>	Fernandes Vieira, 427 sala 401 Bom Fim	3251.5232
<b>Cativa Turismo</b>	Rua dos Andradas, 1234 sala 506	3024.3022
<b>Estação RS</b>	Av. Eduardo Prado, 1954	3392.6527
<b>Fellini Turismo</b>	Rua General Bento Martins, 24 conj. 401	3228.6388
<b>Imagem Tur</b>	Avenida Osvaldo Aranha, 1439/201	3330.3079
<b>Pampas Viagens &amp; Turismo</b>	Avenida Eng. José Maria de carvalho, 115/414	32515192
<b>Rota Cultural Turismo</b>	Avenida do Forte, 1281	3348.1649
<b>SESC</b>	Avenida Alberto Bins, 665	3284 2174
<b>Silsi Tours</b>	Rua João Abott, 451 sala 406	3330.9479
<b>Tri Legal Turismo</b>	Andrade Neves, 90 sala 94	3221.7201
<b>M Webber Turismo</b>	Estrada do Rincão, 186/550	33194133
<b>Birô do Turismo</b>	Rua General Câmara, 413 sala 703	32261395
<b>Alliance Agência de Turismo</b>		2111 7844

Quadro 6 – Agências de turismo que comercializam os roteiros turísticos – Caminhos Rurais de Porto Alegre

O dinamismo desta atividade promove alterações em que a roteirização é contínua, visto que novos atrativos, equipamentos turísticos e serviços incrementam a oferta. Isso significa que, atualmente, novos roteiros são criados e operacionalizados, a exemplo dos que compõem o projeto Porteiras Abertas, que mantém sete (7) estabelecimentos turísticos disponíveis para visitação; nesse contexto, a programação Domingo no Campo. Há um rodízio de produtos, no intuito de diversificar o que   oferecido ao turista para que estes possam ainda contemplar um maior número de estabelecimentos. A cada domingo, são incluídos três atrativos diferentes dos já existentes.

A Agência Rota Cultural possui sete roteiros e apenas dois incluem propriedades agroecológicas. No Roteiro 1, a Granja Santantonio e no Roteiro 4, o Sítio dos Herdeiros. A Agência Tri Legal inclui o Sítio Capororoca e o Sítio do Tio Juca no Roteiro 1 e o Sítio dos Herdeiros no Roteiro 7. Ainda a Agência Silsi Tour inclui o Sítio dos Herdeiros no roteiro direcionado para estudantes.

A agência MWebber é de receptivo e comercializa os roteiros de outras agências ou cria roteiros específicos para o perfil de turistas que buscam os Caminhos Rurais. A predominância de algumas propriedades nos roteiros, como o Sítio dos Herdeiros, explica-se pelo perfil de visitantes que recebe. Mesmo que o turismo seja classificado como rural, a demanda, em sua maioria, é de estudantes do ensino básico. Entre as propriedades rurais incluídas nos roteiros, o Sítio dos Herdeiros e o Sítio do Tio Juca têm priorizado o atendimento dessa demanda. O Sítio Capororoca atende uma demanda relativamente diferenciada dos demais estabelecimentos, em que os turistas são, predominantemente, acadêmicos de instituições de ensino superior, técnicos em áreas específicas, como a agronomia e outras ciências que possuem uma interface com o ambiente.

É recorrente, nas propriedades agroecológicas, a prática de visitas independentes de agências de viagem. Essas, pelo tipo de produção que desenvolvem, são procuradas por instituições de ensino e estudantes do ensino fundamental ao superior. No entanto, muitos visitantes chegam às propriedades sem o intermédio de agências. Entre os proprietários há uma relativa insatisfação no que se refere ao custo do produto oferecido pelas agências, que pensam que este inibe a demanda. Eles argumentam que as visitas nas propriedades podem ser realizadas a um custo baixo, o que aumentaria o fluxo de turistas; entretanto, em algumas situações, a intermediação das agências contribui para elevação do preço do produto.

Já a percepção dos agentes de viagem é que, em Porto Alegre, excluindo o turismo de negócios e eventos, tem-se um lugar de passagem de turistas que se direcionam principalmente para a chamada Serra Gaúcha. Observa-se que muitos turistas que chegam à capital buscam, nas agências, outros destinos no Rio Grande do Sul, que em termos de custo podem ser relativamente proporcional aos roteiros desenvolvidos na capital, a exemplo dos Caminhos Rurais.

No turismo alternativo, as quantidades de turistas nos roteiros são menores, com maior flexibilidade das atividades, porque buscam experiências turísticas mais autênticas, o que aumenta o preço para o visitante. Isso o diferencia do turismo de massa, que oferece pacotes que abarcam um número maior de turistas em que o grande afluxo de pessoas diminui o custo por turista.

### **5.3.1 Comercialização dos produtos turísticos dos Caminhos Rurais**

No ano de 2005, por ocasião da oficialização dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, realizou-se um FANTUR. A intenção da Secretaria Municipal de Turismo era apresentar os estabelecimentos turísticos com vistas à formatação de roteiros pelas agências. Nesta oportunidade, observou-se uma tendência do turismo em áreas rurais no município começando a ser desenhada através da criação de roteiros que atendam a uma demanda constituída por estudantes, com o objetivo de conhecer a zona rural do município. O roteiro é pensado como uma complementação das atividades desenvolvidas no ambiente escolar, em que, a partir das elaborações teóricas, os estudantes vivenciam a realidade da zona rural (Roteiro 1 – Silsi Tour).

Atualmente, 13 agências comercializam os diferentes roteiros; em 2008, em função de uma necessidade desse lugar turístico, instala-se uma agência de receptivo. Esta trabalha com as outras agências que demandam roteiros que são viabilizados de acordo com a realidade (época, possibilidade de receber, horários...) e são mais flexíveis na intenção de atender ao interesse de grupos específicos.

A motivação para comercialização do(s) roteiro(s) está relacionada ao interesse do turista da região metropolitana em visitar o rural da capital; é a possibilidade de sair da área urbana (poluição, barulho, estresse), procurando lugares que tenham características rurais, hospitalidade, natureza preservada e produção. O papel da agência é oferecer um produto que o público deseja, com a qualidade e a segurança necessária.

Outro fator importante é a comercialização de roteiros diferenciados que possam ser realizados no fim de semana, com curta duração. Foi uma ideia para sair da lógica do *citytour*, ou seja, roteiros que acontecem prioritariamente na área urbana. As características desses roteiros, que lhe atribuem qualidade, são principalmente: a disponibilidade e a simplicidade dos proprietários, o atendimento e a gastronomia diferenciada. Esses roteiros são alternativos ao turismo convencional e também ecológicos. O diferencial é mostrar para o cidadão porto-alegrense a rotina da vida no campo, levar as pessoas a descobrir o lado rural da sua cidade. Considera-se também que esse tipo de turismo faz as pessoas relembrem o passado, o estilo de vida dos seus pais e avós, ou até mesmo a sua infância. A demanda pelo turismo em áreas rurais também é formada por indivíduos que, pela sua consciência e estilo de vida, procuram



lugares onde possam encontrar principalmente uma situação diferente da rotina da vida urbana.

A sobrevivência das empresas nesse mercado depende, essencialmente, da capacidade de inovação de cada uma delas, através da diversificação de produtos, que se caracterizam principalmente pelos segmentos rurais, ecoturismo e de estudos e intercâmbio, em que fazem composições com diferentes estabelecimentos turísticos na formatação dos roteiros. Considera-se que a diversidade de roteiros proporciona à demanda efetiva e potencial a possibilidade de visitar várias vezes os caminhos rurais. É oportuno diversificar os roteiros, já que – dessa forma – é possível contemplar o maior número de estabelecimentos turísticos, entre os 36 que formam esses caminhos, conforme Figura 4.

De acordo com os dados das agências de turismo, os roteiros mais procurados são os que incluem as propriedades agroecológicas. Os administradores da Agência Rota Cultural, consideram importante a ação da mídia e se referem à repercussão desta junto à sociedade e exemplificam ao falar sobre um roteiro que inclui o Sítio Capororoca, criado em 2009 pela agência e divulgado no Programa Paralelo Sul com grande sucesso.

As agências de turismo procuram manter a comercialização contínua dos produtos turísticos e identificam como limitante a dificuldade encontrada em fazer agendas com as propriedades, visto que as famílias proprietárias dos estabelecimentos turísticos dedicam seu tempo a diferentes atividades; por isso são classificadas no Capítulo 3 como famílias interativas e/ou pluriativas.

O público que gera maior demanda para os Caminhos Rurais é, prioritariamente, da grande Porto Alegre. Verifica-se entre as agências de viagem insatisfação no que se refere a estratégias de promoção desses caminhos pelas instituições públicas que fomentam o turismo na capital. Os administradores destas consideram que a iniciativa privada, no papel de agências de turismo, normalmente tem tido maior eficácia a divulgação. O fluxo de turistas é baixo, e a demanda ainda é formada por pessoas que moram na região metropolitana de Porto Alegre, prioritariamente indivíduos provenientes de municípios que fazem fronteira com a capital.

É necessário um esforço coletivo para desenvolver o turismo, em que haja maior motivação de todos os agentes envolvidos: os proprietários rurais, as agências de turismo e o poder público. Mas talvez se começasse por responder a pergunta: os proprietários rurais querem de fato o turismo? De posse dessa resposta, seriam necessárias ações levando em

conta a falta de sintonia entre os atores dessa atividade, ficando a sensação de que há uma dissimetria de ganhos. Entretanto, nessa relação custo-benefício, se o fluxo é pequeno para a agência atender o turista, oferecendo condições de conforto e segurança, gera um custo significativo para viabilizá-lo, pois demanda guia, transporte e alimentação, além de toda a infraestrutura que precisa ser mantida.

Por fim, percebe-se que os agenciadores do turismo dos Caminhos Rurais sentem-se relativamente excluídos do processo de planejamento. É recorrente, na fala dos agentes de viagens, que os turistas indicam problemas como a sinalização, a higiene, o lixo e o esgoto a céu aberto nos acessos às propriedades, os sanitários e a alimentação. Sobre a alimentação se referem à sua importância. Mas, se não estiver dentro dos padrões de segurança alimentar, pode trazer sérias consequências não só ao turista, mas também ao agenciador. A agência oferece o roteiro e se responsabiliza porque as pessoas confiam na organização. E acrescenta-se que o incremento do fluxo de turistas é necessário para tornar viáveis os produtos turísticos comercializados pelas agências nos Caminhos Rurais.

A satisfação dos administradores de agência na comercialização dos produtos turísticos relaciona-se ao fato de o turista verificar que, em Porto Alegre, existe uma parcela significativa do território do município que apresenta características naturais e rurais. A percepção dos turistas sobre os atrativos é de surpresa, pois não têm ideia de que podem encontrar esta área rural na zona sul de Porto Alegre. Esses empresários também demonstram que acreditam no produto turístico Caminhos Rurais. Reconhecem que o produto é bom, tem demanda, já que a satisfação pode ser demonstrada pelo desejo do contato com as áreas rurais. Destacam-se como pontos positivos o atendimento, a autenticidade, a localização-distância, o rural tão próximo do urbano; como pontos negativos, aspectos relacionados à infraestrutura (sanitários, área coberta para atendimento), acesso (manutenção), falta de qualificação dos empreendedores, falta de informações aos visitantes e a sinalização, que só faz referência aos bairros, não indica as propriedades e distância das mesmas.

No entendimento dos empresários, o ambiente e as práticas ambientais são um ponto nebuloso nos estabelecimentos rurais. Não é possível perceber grandes iniciativas em relação ao ambiente. O mais evidente é o aproveitamento dos resíduos orgânicos, produção agrícola sem uso de agrotóxicos. São necessárias mais ações, a exemplo da otimização do uso dos recursos ambientais e o trabalho pedagógico de interpretação ambiental com os estudantes que visitam a propriedade. Nota-se que a dimensão de sustentabilidade que interessa aos proprietários rurais está voltada para o sustento da família.

A Associação Porto Alegre Rural possui um projeto para implantar a gestão ambiental nas propriedades. Observa-se que os turistas ainda não apresentam muita curiosidade sobre práticas ambientais relacionadas à energia, água, lixo.

Alguns aspectos despertam a atenção dos turistas nas propriedades rurais, entre eles, a preservação da vegetação nativa, a gastronomia (comida caseira), que utiliza o que é produzido na propriedade, o conhecimento sobre a produção agrícola (alimentos), o contato com a natureza e os animais. O principal ponto é as pessoas descobrirem essas áreas com produção primária numa capital como Porto Alegre. Esse estilo de vida rural parece estar distante; no entanto, está a 30 minutos do centro da capital. Muitas crianças não têm conhecimento sobre a produção de alimentos e ficam encantadas, podendo ser a descoberta que se transforma em conhecimento.

Para as agências de turismo, a satisfação do turista é um aspecto importante para avaliar os roteiros e também adequá-los de acordo com as expectativas. Essa satisfação se reflete na formação de opinião e na possibilidade de retorno aos diferentes roteiros cuja qualificação leva em conta alguns critérios importantes como atendimento, a sequência em termos de localização, o tempo gasto para as visitas e, desta forma, a quantidade de estabelecimentos e atrativos turísticos.

Verifica-se a necessidade de planejamento conjunto entre os vários agentes que formam a rede turística. Se o processo não é participativo, identificam-se dificuldades para apontar os problemas e as deficiências encontrados nos estabelecimentos turísticos, e estes são limitantes para o desenvolvimento do turismo. Aqui entram em cena as agências cuja contribuição no planejamento, na criação de materiais de divulgação e explicativo que ofereça maiores detalhes sobre as propriedades é fundamental. Outra questão que amenizaria a deficiência de políticas para qualificar e promover os Caminhos Rurais está ligada a necessidade de maior empenho do Serviço de Atenção ao Turista (SAT), que conta com pessoas despreparadas para apresentar turisticamente Porto Alegre.

Os agentes de viagens consideram que há uma boa relação com a SETUR/RS e SMTUR, mas reconhecem que é necessário fortalecer a oferta turística, direcionando-a para os porto-alegrenses e para o turista de fora de Porto Alegre. É uma maneira de possibilitar que as pessoas conheçam a diversidade que apresenta o município e ainda manter o turista por mais tempo na capital.

Além do que já foi mencionado sobre os roteiros apresentados anteriormente, a iniciativa de criar, em 2010, um novo programa para esse fim – denominado Domingo no

Campo – é importante para o fortalecimento da destinação turística. Isso se justifica porque, com a implementação dessa iniciativa, a cada domingo, há novidade incorporada para ser vista com orientação de guia de turismo. A oferta dos roteiros é uma promoção da Associação Porto Alegre Rural, operada pela agência de viagens Rota Cultural e a transportadora Turisilva, é viabilizada com o apoio das Secretarias Municipais de Turismo (SMTUR), Secretaria da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) e a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC). Em 2010 essa parceria possibilitou um ônibus tematizado para os roteiros do programa.

O objetivo desse programa é incrementar o desenvolvimento do turismo no município, oferecendo aos turistas e ao cidadão porto-alegrense a oportunidade de visitar os Caminhos Rurais.

## **6 INDICADORES E ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL**

Nas últimas décadas, o espaço rural vem sendo reinventado, as mudanças que lá ocorrem são resultantes das novas demandas do próprio rural, mas também do urbano. Esse não apenas se expande em direção ao rural; também lá busca alimentos, matérias-primas, lazer, entre outros, para o suprimento de necessidades da sociedade moderna.

As reinvenções do rural resultam de novos arranjos produtivos e se expressam no social e no ambiente de um modo geral. A partir do crescimento das atividades não agrícolas, intensificam-se as relações de interdependência entre o rural e o urbano. Essa dinâmica espacial, ao valorizar o rural, também conduz a modificações geradas pelas influências do urbano. Acrescenta-se a essas transformações, as decorrentes do avanço tecnológico, das quais o urbano e o rural estão cada vez mais próximos.

O contexto atualmente vivido no espaço rural exige o fortalecimento de ações de planejamento com políticas direcionadas às diferentes atividades produtivas que se combinam para promover o desenvolvimento rural. As políticas e os programas de desenvolvimento rural devem comportar objetivos e metas amparados em uma visão mais ampliada do espaço rural. Esse demanda a adoção de medidas capazes de sustentar a distribuição da renda e da riqueza, a pluriatividade e a interatividade na combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas, a possibilidade de planejamentos participativos e do repensar do papel das instituições públicas no atendimento às populações que vivem em áreas rurais. Igual importância possui o papel dos empreendedores rurais na produção de alimentos, das demais atividades produtivas e dos serviços prestados em interface com o ambiente.

Neste sentido, se o objetivo é criar instrumentos para a análise ambiental, a discussão de concepções de ambiente deixa de ser apenas de interesse acadêmico ou teórico; influencia no alcance de políticas públicas, projetos e programas que envolvam a iniciativa privada, mediados por empreendedores e por iniciativas da sociedade civil.

Entende-se o ambiente como resultado do dinamismo da natureza e da sociedade, onde as interações são constantes e recíprocas, em que ambas promovem permanentemente modificações. Estas se apresentam materializadas ou de forma um tanto difusa, ou pouco perceptível. E como nos diz Suertegaray (2005, p. 56), o ambiente é a transfiguração da natureza, é a natureza transformada, em que as transformações se materializam e agregam formas e significados às paisagens.

Todavia, no campo do planejamento e da gestão do turismo sustentável, o ambiente também é compreendido como um conjunto de condições e limites que deve ser conhecido, mapeado, interpretado e monitorado. Esse movimento deve objetivar, fundamentalmente, o entendimento da realidade e o acompanhamento preventivo de possíveis impactos e avaliação da qualidade ambiental.

Ao trabalhar dessa forma, percebe-se que esse conjunto de procedimentos – ao serem encaminhados – geram subsídios importantes para a planificação, gestão e controle das atividades econômicas que, no seu desenvolvimento, mesmo sendo impactantes, permitem criar estratégias que evitem ou minimizem os impactos, ou que potencializem os impactos positivos em detrimento dos negativos. Já foi dito anteriormente o quanto é importante nas ações de identificação e controle de sustentabilidade o monitoramento contínuo por meio da aplicação de indicadores de sustentabilidade.

No contexto da avaliação ambiental e do planejamento sustentável, outro conceito importante é o de qualidade ambiental<sup>15</sup>, tão presente atualmente nas reflexões sobre o ambiente; entretanto, parece que há dificuldade na sua aferição e comprovação. O que, de acordo com Sachs (1974, p. 556) é possível. O autor nos fala que “a qualidade ambiental pode ser descrita com a ajuda de indicadores e apreendida no plano da percepção pelos diferentes atores sociais”. Trata-se de uma forma investigativa que descreve a qualidade do ambiente e, ao mesmo tempo, oportuniza a verificação da existência de meios e práticas com vistas à sustentabilidade.

O objeto de investigação, nessa tese, são as transformações do espaço geográfico pelas atividades econômicas e a apropriação da agroecologia ao turismo.

---

<sup>15</sup> É a avaliação da qualidade do ambiente a partir da conservação e utilização dos recursos ambientais, consideram-se as questões e os impactos ambientais que atingem direta ou indiretamente a natureza e a sociedade.

Recorrendo à análise ambiental, busca-se a construção de indicadores que permitam a avaliação das dimensões de sustentabilidade da prática do turismo em áreas rurais.

Assim, o que se propôs essa pesquisa foi de diferentes maneiras trilhar caminhos para elaborar os indicadores (Quadro 7). Dessa forma, o resultado foi uma construção que se deu a partir de um plano técnico, onde todas as evidências que sustentam os indicadores foram, durante o processo de investigação, passíveis de comprovação. O plano técnico referido diz respeito ao levantamento de indicadores já sistematizados, ao mapeamento da área de intervenção, à observação de campo e aos registros fotográficos. Em outro plano, trata-se da percepção dos diferentes agentes sociais, em que esses observam o ambiente, selecionando imagens e conferindo-lhes significado, de acordo com o seu conhecimento e com as suas experiências.

Neste, revelam-se aspectos importantes da realidade, que se compõem a partir da construção de cada sujeito, desde o que está presente no seu cotidiano até o que nos parece estar mais distanciado do seu dia a dia (MACHADO, 1996, p. 97). Somente vivenciando a realidade podemos alcançar a sua compreensão. Nesse sentido, a percepção dos diferentes agentes sociais é fundamental para compreensão do espaço geográfico e – nesta tese – para a construção de indicadores.

O que gera uma relativa dificuldade na adoção desse método de investigação é que os diferentes agentes sociais, quando percebem o ambiente, demonstram que através do processo perceptivo apresentam olhares diferenciados sobre uma mesma situação. E cabe ao pesquisador descrever o dado e não explicá-lo, já que esse foi influenciado pela experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória de cada sujeito (MACHADO, 1996, p. 97).

Ao tentar generalizar, no grupo de respostas a estímulos promovidos pelos instrumentos padronizados, o sentido da subjetividade é ignorado. E é justamente aí, na interpretação e na construção dos resultados que devem preservar as diferentes percepções, mesmo que por vezes apresentem contrariedade.

Entretanto, considera-se que um caminho alternativo que alia o plano técnico ao da percepção é uma maneira de construir e validar os indicadores de sustentabilidade que, no contexto da análise ambiental, são um entre outros instrumentos e adquirem relevância quando a abrangência é a complexidade que envolve a sustentabilidade do turismo no espaço rural.

## 6.1 Definição de descritores e indicadores de sustentabilidade

A pesquisa realizada com os diferentes agentes da rede turística caracteriza-se por adotar procedimentos metodológicos amparados em um enfoque participativo. Nele é definida a delimitação do espaço turístico – Caminhos Rurais de Porto Alegre como a área de estudo (Figura 4), mais especificamente como área de intervenção as cinco propriedades agroecológicas localizadas no bairro Lami (Quadro 1 e Figura 6), selecionadas a partir de critérios pré-estabelecidos; já referidos. Posteriormente, tomam-se como procedimentos o levantamento dos indicadores já sistematizados nos referenciais da OMT (1996-2005) e EMBRAPA (2003), os mapeamentos de uso do solo e cobertura vegetal das propriedades rurais, a entrevista feita e o questionário aplicado na área de intervenção, as observações de campo e os registros fotográficos (procedimentos técnicos adotados nesta tese) em uma interlocução com os sujeitos envolvidos nesse espaço turístico.

A construção dos indicadores ampara-se no processo de formação do espaço turístico; da análise de períodos históricos, depreende-se que a apropriação do espaço geográfico é diferenciada nos diversos tempos (SANTOS & SILVEIRA, 2003, p. 20).

Verificam-se as rupturas e continuidades nas relações que se processam através da alteração das formas de uso e a da reorganização espacial. Nesse processo, os sujeitos envolvidos, ao estabelecerem as transformações, também se modificam e buscam as formas alternativas para a construção de suas vidas. De outra maneira, indicadores são construídos pela apreensão subjetiva do que está representado no espaço geográfico, do que se materializa na paisagem e também da compreensão de seus significados. Essas construções permitiram a elaboração de indicadores: elementos importantes na análise ambiental.

No intuito de dar objetividade a essa elaboração, definem-se descritores, porque se entende que eles são capazes de englobar todos os registros referentes às características de um elemento/tema que lhe conferem indicadores. São mais abrangentes e permitem o agrupamento dos indicadores relacionados a seus respectivos descritores. Para tanto, parte-se de situações complexas, de um descritor que é essencialmente qualitativo – como o perfil dos agentes da rede turística – para se chegar a indicadores que tratam de situações mais específicas, partindo do



princípio de que é possível combinar atributos qualitativos e quantitativos (objetivos), como escolaridade, gênero, faixa etária, procedência, simplicidade/autenticidade, etc. Já o indicador aponta, revela, anuncia e estima (HAMMOND, 1995).

Para cada descritor definido, cabe um ou mais indicadores que, isoladamente ou no conjunto, seja(m) revelador(es) das dimensões de sustentabilidade do turismo no espaço rural.

Os descritores e indicadores que sustentam essa construção são apresentados no Quadro 7 em comparação. Indica-se, através de legenda, aqueles que se repetem ou que podem se combinar com outro indicador que apresente características semelhantes.

DESCRITORES	INDICADORES OMT/1996-2005 EMBRAPA/2003 E MAPEAMENTO/REGISTRO FOTOGRÁFICO E LEVANTAMENTO/OBSERVAÇÃO DE CAMPO	INDICADORES PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES SUJEITOS – REDE TURÍSTICA
1-Perfil dos agentes da rede turística	<u>Escolaridade</u> Renda <u>Gênero</u>	<u>Escolaridade</u> <u>Sexo</u> Faixa etária Procedência Preferências <u>Conhecimento</u> <u>Criatividade</u> <u>Simplicidade</u> <u>Autenticidade</u> Costumes/tradições Estilo de vida Desejo e expectativa
2-Formas organizativas, geração de renda e empregabilidade	<u>Monoatividade</u> <u>Pluriatividade</u> <u>Interatividade</u> Associativismo Assistência técnica Redes solidárias <u>Inserção da mulher</u> na gestão e nas diferentes atividades no estabelecimento rural <u>Participação comunitária no turismo</u> Mão de obra familiar ou contratada Mão de obra especializada/não qualificada Número de trabalhadores(as)	<u>Inserção da mulher</u> <u>Inserção da comunidade local</u>
3-Características do produto turístico	Tipo de estabelecimento rural Condições das edificações Benfeitorias no estabelecimento rural Instalações para o turismo Atividades por estabelecimento rural Agrossistema Investimentos para o turismo	Sistema produtivo Sinalização Acesso e estradas Higiene e limpeza Atendimento <u>Receptividade</u> Diversidade de atrativos Conservação dos atrativos Autenticidade Gastronomia <u>Hospitalidade</u> Rotina da vida no espaço rural
4-Práticas agrícolas ou meio técnico	Produtividade ao longo do tempo <u>Insumos químicos</u> Insumos orgânicos Rotação de culturas Consórcios de espécies vegetais Curvas de nível Maquinário e implementos agrícolas Técnicas de manejo manual	<u>Insumos químicos e agrotóxicos</u>

<b>5-Produção e comercialização de produtos e serviços do estabelecimento turístico</b>	<u>Agroecologia</u> <u>Agroindústria</u> <u>Turismo</u> Comercialização direta agricultor/consumidor <u>Formas de agendamento das visitas</u> <u>Agenda de visitação direta proprietário/turista</u> <u>Agenciamento do turismo</u>	Destinação da produção agrícola Disponibilidade de funcionamento do estabelecimento turístico <u>Agricultura ecológica e diversificada</u>
<b>6-Difusão de metodologia e tecnologia</b>	Oficina de repasse de tecnologia e metodologia de práticas sustentáveis Capacitação e apoio técnico em agricultura e turismo Iniciativas de educação ambiental Mutirões para plantio de hortas e repasse de técnicas de manejo Transferência de técnicas de produção de insumos orgânicos Encontros de difusão de informações sobre agroecologia. Visitas orientadas com interpretação ambiental Vivências na rotina do estabelecimento rural	Qualificação dos empreendedores para o turismo
<b>7-Conservação ambiental</b>	Biodiversidade <u>Quantidade de vegetação nativa</u> Disponibilidade de água no estabelecimento rural (curso de água, açude) Ecossistemas conservados Processos endógenos ou dependência mínima de insumos externos Quantidade e diversidade da cobertura vegetal	<u>Vegetação nativa</u> Atrativos turísticos
<b>8- Práticas ambientais</b>	<u>Saúde e segurança</u> <u>Conservação da vegetação nativa</u> <u>Recuperação da vegetação nativa</u> <u>Capacidade de carga</u> <u>Tratamento de efluentes líquidos</u>	Conservação dos atrativos <u>Capacidade de carga</u> Captação e reaproveitamento de água Dispositivo para economia de água <u>Tratamento de efluentes líquidos</u> Controle e destinação de resíduos sólidos Otimização do uso de energia <u>Diversidade de flora e fauna</u> Área de produção agrícola em harmonia com o ambiente Informações ambientais
<b>9-Fluxo turístico</b>	Registro e controle da visitação Influência da sazonalidade no fluxo de turistas	Procedência do turista Intensidade de fluxo Número de agências que comercializam o produto e serviços de receptivo
<b>10-Formas de divulgação</b>	Estratégias de promoção do produto turístico	Diversidade de meios de divulgação <u>Quantidade e qualidade de materiais explicativos e de divulgação</u>
<b>11-Patrimônio ambiental</b>	<u>Proteção do lugar</u> Conservação dos atrativos turísticos <u>Manutenção dos valores, tradições, histórico-culturais</u> Manutenção dos elementos da natureza Valorização dos modos de vida	<u>Vocação regional</u> <u>Vocação do lugar</u> <u>Conservação do lugar</u> Preservação da cultura local Oferta de produtos locais

<b>12-Autossustentabilidade</b>	<u>Sustento da família</u> Distribuição dos benefícios econômicos <u>Subsistência e renda</u> Manutenção das famílias na propriedade rural como local de trabalho e moradia Manutenção da agricultura e/ou pecuária Diversificação das atividades produtivas com incremento na geração de renda Bem-estar das comunidades receptoras	<u>Capacidade de se manter com a renda da propriedade</u> <u>Qualidade de vida</u> <u>Dignidade humana</u> Gastos do turista por visitação
<b>13-Impacto ambiental</b>	Pressão e intensidade de uso Degradação ambiental Poluição ambiental	<u>Acúmulo de lixo</u>
<b>14-Satisfação</b>	<u>Nível de satisfação da população local, do turista e dos empreendedores do turismo</u>	<u>Satisfação do turista, do proprietário de estabelecimento rural, dos agentes de instituições governamentais e não-governamentais e agentes de viagens</u>
<b>15-Planejamento, gestão e investimentos públicos no turismo</b>	<u>Planificação das atividades econômicas no meio rural</u> Controle de desenvolvimento rural Ordenamento e controle do lugar turístico Controle e acompanhamento das atividades turísticas Gestão ambiental Investimentos públicos no turismo Parcerias entre o público e privado	<u>Planejamento das atividades produtivas e da prestação de serviç�os</u>

Legenda: \_\_\_\_\_

Quadro 7 – Definição de descritores e seus respectivos indicadores em comparação  
Elaborado pela autora

No conjunto de indicadores compostos a partir dos resultados obtidos nessa combinação de caminhos e procedimentos metodológicos, novamente agrupados, eliminam-se os que se repetem e faz-se uma combinação entre os indicadores que apresentam similaridade (Quadro 8). Neste é garantida a manutenção dos descritores definidos no Quadro 7.

Para assim proceder, parte-se do princípio de que a análise da sustentabilidade envolve a complexidade do espaço geográfico e da rede turística da qual fazem parte a oferta turística e as práticas ambientais que envolvem os diferentes atores que compõem da referida rede. Por conseguinte, nessa construção, é relevante considerar as dimensões de sustentabilidade na classificação dos indicadores: a dimensão ecológica, a social e a econômica, que permitem a análise da complexidade ambiental e da sustentabilidade do turismo.

Inicialmente, destaca-se a dimensão ecológica, esta se relaciona com os possíveis problemas e impactos das atividades humanas na apropriação espacial e no uso dos seus recursos. Neste contexto, é fundamental atentar para o entendimento de que há limites para uso dos elementos que compõem o patrimônio ambiental, buscando efetivamente identificar a operacionalização de práticas ambientais que evitem desperdícios e se efetivem iniciativas conservacionistas.

Contudo, é evidente que o padrão de desenvolvimento adotado em escala planetária tem permitido o uso desmedido dos recursos naturais; como se não fosse suficiente, busca constantemente a ampliação da capacidade de uso dos ecossistemas. Para exemplificar minha inquietação a esse respeito, é oportuno fazer referência aos encaminhamentos sobre as alterações do Código Florestal, que sugerem retrocesso. Ao redimensionar as áreas com possibilidade de uso *sustentável*, o Código restringe mais as áreas indicadas pela regulação em vigor, no sentido de preservá-las, incluindo as Áreas de Preservação Permanente (APP) nas áreas de Reserva Legal.

No entanto, parece que, mesmo havendo exigência legal com maiores restrições, essas não são cumpridas. Uma flexibilização do que está prescrito no Código Florestal acarretaria maiores prejuízos ambientais, inevitavelmente, no que se refere ao espaço rural.

Trata-se hoje de utilizar instrumentos para reforçar entre a população a tomada de atitude em relação ao ambiente já que, nos dias atuais, vários fenômenos têm demonstrado que muitos prognósticos pessimistas em relação às questões ambientais

têm se confirmado. Além desses, tantos outros ocorrem nos diferentes pontos do planeta. O que fica evidente é a incapacidade do ser humano de utilizar os recursos naturais e desenvolver os processos produtivos com maior sincronia ambiental, ou ainda, como nos diz Leff, isso é possível com racionalidade ambiental construída na desconstrução da racionalidade econômica.

Em que pese o poder da racionalidade econômica, encontra-se na sua contramão iniciativas que emanam da comunidade e que são contrárias aos métodos convencionais; por isso, são definidas como alternativas. Nestes incluem-se a formação de agrossistemas, o cumprimento da regulação ambiental, a adoção de práticas ambientais, a conservação ambiental, a manutenção da biodiversidade e a prevenção de impactos ambientais. Pela importância que têm, essas iniciativas podem se traduzir em indicadores de sustentabilidade.

Entretanto, essas transformações não estão descontextualizadas; acontecem em um ambiente que transfigura a natureza, seja no sentido da degradação ambiental ou no sentido da conservação ambiental. Ainda assim, verificam-se situações de iniciativas que recuperam as características do solo, da cobertura vegetal e da biodiversidade e buscam a sustentabilidade. Associa-se a essas a formação de agrossistemas, com práticas ambientais e de conservação do patrimônio ambiental.

Na dimensão social, há preocupação com o ser humano, com a satisfação de suas necessidades básicas, com seu bem-estar, com a inserção da população local através da geração de trabalho, renda e de acesso aos direitos sociais. Dessa forma, procura-se obter a possibilidade de ampliar a qualidade de vida sustentável. Se, atualmente, nos deparamos com uma grande segregação social, que resulta da hegemonia do sistema capitalista, também identificamos estilos de vida com valores diferenciados, em que se buscam a justiça social, as relações solidárias, as organizações associativas e a melhor distribuição dos benefícios gerados na dimensão econômica. Esse conjunto de condições contribui para a autonomia dos sujeitos sociais na construção de suas vidas, com inclusão social.

Os indicadores sociais aqui apresentados (Quadro 8), mesmo não sendo absolutos, refletem aspectos da realidade que nos permitem avaliar a solidez da sociedade na construção das suas vidas e do seu trabalho. A dimensão econômica está relacionada à forma como se estabelece a apropriação do espaço pelas atividades

econômicas, que envolvem o uso e a gestão dos recursos necessários para a sobrevivência humana, mas também o propósito pelo qual são tomados do ambiente.

Nesta perspectiva, é importante considerar que, na dimensão econômica, existe mais de um tipo de capital e que, dependendo dos valores sociais, da concepção de mundo ou do interesse, não necessariamente será priorizado o capital monetário/econômico, em detrimento do capital social e do capital ambiental (BELLEN, 2006, p. 34-5). É neste contexto que outros atributos adquirem relevância e comportam a diversificação das atividades econômicas, dando preferência àquelas que otimizam o uso dos recursos ambientais e geram mais benefícios sociais. Isso se dá por meio do incremento da renda das comunidades, da transformação do produto no próprio local e da produção e comercialização de produtos novos para novos mercados; sobretudo, libertando-se das amarras dos atravessadores na comercialização da produção e do interesse dos agentes econômicos internacionais.

Outra questão relevante nessa dimensão se refere ao desenvolvimento local com inclusão social, em que os sujeitos sociais tenham a possibilidade de decidir e conquistar autonomia, que se efetiva na prática de atividades econômicas alternativas (agroecologia, comércio justo, turismo sustentável).

Nesta dimensão, os indicadores (Quadro 8) procuram revelar o acesso aos meios de produção, a diversificação das atividades que geram renda, a inclusão dos diferentes agentes sociais, a interação da sociedade com o ambiente e a forma de distribuição dos benefícios econômicos.

DESCRITORES	INDICADORES
<b>1-Perfil dos agentes da rede turística</b>	Escolaridade Gênero Faixa etária Procedência Renda Preferências Conhecimento/criatividade Simplicidade/autenticidade Estilo de vida Costumes/tradições Desejo e expectativa
<b>2-Formas organizativas, geração de renda e empregabilidade</b>	Monoatividade/Pluriatividade/Interatividade Associativismo Assistência técnica Redes solidárias Inserção da mulher na gestão e nas diferentes atividades no estabelecimento rural Participação comunitária no turismo Mão de obra familiar ou contratada Mão de obra especializada/não qualificada Número de trabalhadores(as)
<b>3-Características do produto turístico</b>	Tipo de estabelecimento rural Localização/distância Acesso e estradas Sinalização Atividades por estabelecimento rural (p. ex., agroecologia, agroindústria e turismo) Sistema produtivo Agrossistema Condições das edificações Benfeitorias no estabelecimento rural Instalações para o turismo Investimentos para o turismo Higiene e limpeza Diversidade de atrativos Conservação dos atrativos Autenticidade Atendimento/Hospitalidade Gastronomia
<b>4-Práticas agrícolas ou meio técnico</b>	Produtividade ao longo do tempo Uso de insumos químicos e agrotóxicos/Insumos orgânicos Rotação de culturas Consórcios de espécies vegetais Curvas de nível Maquinário e implementos agrícolas Técnicas de manejo manual
<b>5-Produção e comercialização de produtos e serviços do estabelecimento turístico</b>	Comercialização direta agricultor/consumidor Formas de agendamento do turismo: direto proprietário/turista, serviço de receptivo Destinação da produção agrícola Disponibilidade de funcionamento do estabelecimento turístico



<b>6-Difusão de metodologia e tecnologia</b>	<p>Qualificação dos empreendedores para o turismo</p> <p>Oficina de repasse de tecnologia e metodologia de práticas sustentáveis</p> <p>Capacitação e apoio técnico em agricultura e turismo</p> <p>Iniciativas de educação ambiental</p> <p>Mutirões para plantio de hortas e repasse de técnicas de manejo</p> <p>Transferência de técnicas de produção de insumos orgânicos</p> <p>Encontros de difusão de informações sobre agroecologia</p> <p>Visitas orientadas com interpretação ambiental</p> <p>Vivências na rotina do estabelecimento rural</p>
<b>7-Conservação ambiental</b>	<p>Biodiversidade</p> <p>Quantidade de vegetação nativa</p> <p>Ecosistemas conservados</p> <p>Processos endógenos ou dependência mínima de insumos externos</p> <p>Quantidade e diversidade da cobertura vegetal</p> <p>Preservação de áreas e espécies de relevante interesse ecológico</p> <p>Disponibilidade de água no estabelecimento rural (curso de água, açude)</p> <p>Atrativos turísticos</p>
<b>8- Práticas ambientais</b>	<p>Conservação dos atrativos</p> <p>Condições de saúde e segurança</p> <p>Conservação da vegetação nativa</p> <p>Recuperação da vegetação nativa</p> <p>Capacidade de carga</p> <p>Captação e reaproveitamento de água</p> <p>Dispositivo para economia de água</p> <p>Tratamento de efluentes líquidos</p> <p>Controle e destinação de resíduos sólidos</p> <p>Otimização do uso de energia</p> <p>Área de produção agrícola em harmonia com o ambiente</p> <p>Informações ambientais</p>
<b>9-Fluxo turístico</b>	<p>Registro e controle da visitação</p> <p>Influência da sazonalidade no fluxo de turistas</p> <p>Procedência do turista</p> <p>Intensidade de fluxo</p> <p>Número de agências que comercializam o produto e serviços de receptivo</p>
<b>10-Formas de divulgação</b>	<p>Promoção do produto turístico</p> <p>Diversidade de meios de divulgação</p> <p>Disponibilidade de materiais explicativos e de divulgação</p>
<b>11-Patrimônio ambiental</b>	<p>Conservação do lugar</p> <p>Conservação dos atrativos turísticos</p> <p>Manutenção dos valores e tradições histórico-culturais</p> <p>Manutenção dos elementos da natureza</p> <p>Valorização dos modos de vida</p> <p>Vocação regional e do lugar</p> <p>Preservação da cultura local</p> <p>Oferta de produtos locais</p>
<b>12-Autossustentabilidade</b>	<p>Diversificação das atividades produtivas com incremento na geração de renda</p> <p>Subsistência e renda</p> <p>Capacidade de se manter com a renda da propriedade</p> <p>Distribuição dos benefícios econômicos</p> <p>Manutenção das famílias na propriedade rural como local de trabalho e moradia</p> <p>Manutenção da agricultura e/ou pecuária</p> <p>Bem-estar das comunidades receptoras</p> <p>Qualidade de vida e dignidade humana</p> <p>Gastos do turista por visitação</p>

<b>13-Impacto ambiental</b>	Pressão e intensidade de uso Degradação ambiental Poluição ambiental
<b>14-Satisfação</b>	Nível de satisfação da população local, do turista, dos empreendedores do turismo e dos agentes de instituições governamentais e não-governamentais
<b>15-Planejamento gestão e investimentos públicos no turismo</b>	Planificação das atividades econômicas no meio rural Controle de desenvolvimento rural Ordenamento e controle do lugar turístico Controle e acompanhamento das atividades turísticas Gestão ambiental Investimentos públicos no turismo Parcerias entre o público e privado

Quadro 8 – Indicadores de sustentabilidade do turismo no espaço rural  
Elaborado pela autora

A sustentabilidade do turismo no espaço rural não pode ser determinada por um ou mais indicadores que estejam na abrangência apenas de uma dimensão de sustentabilidade, visto que a tridimensionalidade (ecológica, econômica e social) referida nesta tese abarca um conjunto de elementos. Esses é que permitem a análise e oportunizam que a complexidade do turismo na apropriação do espaço geográfico seja contemplada.

A construção de indicadores elaborados a partir de referenciais de instituições representativas do turismo e da agricultura, em conjunto com indicadores elaborados no contexto desta pesquisa, resulta em um conjunto de quinze (15) descritores e cento e treze (113) indicadores que procuram sustentar uma totalidade de aspectos necessários para atingir a sustentabilidade. Nesse contexto, o conceito de sustentabilidade, nas suas dimensões diferenciadas, deverá se refletir em cada indicador e, necessariamente, nas suas interações no conjunto. A sustentabilidade deverá ser portadora de um novo paradigma, com a valorização do ser no mundo, sobretudo a valorização da vida nas suas diferentes formas.

É importante ressaltar que esse conjunto de indicadores cria-se no diálogo entre uma realidade específica e de forma participativa, sendo também sustentado por referenciais relacionados ao conhecimento técnico acumulado em articulação com o conhecimento que deriva da percepção dos agentes sociais. Ao adotar esses critérios para a criação e validação dos referidos indicadores, valoriza-se a percepção.

Alguns indicadores são qualitativos e subjetivos, o que os tornam difíceis de mensurar; no entanto, revelam informações relevantes sobre a realidade em análise. Entre esses, consideram-se satisfação e perfil dos agentes da rede turística. Para o descritor satisfação, é importante que se considere o nível de aprovação da população local, do turista, dos empreendedores do turismo e dos agentes de instituições governamentais e não-governamentais. Para o descritor perfil dos agentes da rede turística: autenticidade e atendimento/hospitalidade. Entretanto, esses dados subjetivos, se combinados com indicadores objetivos na perspectiva de análise proposta, permitem a obtenção de resultados que retratam aspectos importantes da realidade.

Sabemos também que, para cada realidade específica, esse conjunto de indicadores certamente necessita de alguns ajustes, já que o turismo apresenta um forte dinamismo, e o efeito das políticas públicas, da ação dos empreendedores, das

oscilações do mercado, entre outros, podem ser situações relevantes para considerar a aplicação do conjunto, ou, se necessário, acrescentar ou excluir algum indicador que não esteja de acordo com a realidade acompanhada no período desejado.

O conjunto de indicadores deve estar de acordo com os objetivos a serem alcançados, em que se considera o planejamento ou o programa/projeto no contexto do qual se aplicam. Destacam-se também, no contexto da pesquisa, evidências de situações que demonstram contradição entre os indicadores.

Esta se revela na dupla – se incluída a opinião do pesquisador, até tripla – opinião sobre os mesmos fatos visto que, pela percepção dos sujeitos e pelas observações de campo, constatam-se posições divergentes a respeito da falta de sinalização turística, indisponibilidade de funcionamento do estabelecimento turístico, incompatibilidade no cadastro e numeração dos estabelecimentos entre os diferentes órgãos governamentais, indisponibilidade de material explicativo e folders, falta de higiene, falta de manutenção nas edificações, falta de ordenamento das trilhas, acessos e estradas secundárias sem manutenção, poucas evidências de práticas ambientais e a falta de infraestrutura nos estabelecimentos turísticos. Considera-se que essas observações são relevantes e em parte são reveladoras da realidade em discussão.

Seguramente é importante a viabilidade dos indicadores na aplicação prática, visto que no turismo precisa-se de instrumentos passíveis de operacionalização imediata. Como foi referido anteriormente, o turismo no espaço rural apresenta um crescimento rápido e constante, exigindo atitudes também imediatas. Tal postura pode ser creditada à capacidade de aumento de consumo da população brasileira na última década.

Outra questão a ser considerada é que esses indicadores, construídos com a participação dos diferentes agentes envolvidos na rede do turismo, também possam ser compreendidos e aplicados pelos mesmos. Sabe-se que o objetivo-princípio desta tese é avaliação/complexidade do turismo, para o qual se estabelece uma relação espaço/tempo/percepção, mas a sua elaboração também toma como princípio a aplicabilidade, em que os indicadores sejam de fácil compreensão e os empreendedores e agentes de organizações, governamentais ou não, venham a usufruir desse instrumento, já que esses são os principais agentes no desenvolvimento do turismo e para o qual deve voltar-se a pesquisa.

Para finalizar, a reflexão sobre sustentabilidade nos remete a uma escala macro, em que sabemos que os processos de planejamento, as políticas públicas e práticas que desenvolvemos em uma escala local também interagem com proporções mais ampliadas. Essas são mantidas por protocolos, acordos, programas e metas que se definem em nível nacional e planetário. Entretanto, evidencia-se que mesmo em um contexto de globalização, o que se operacionaliza e promove o desenvolvimento local é percebido com maior propriedade pela sua gente e desperta nesses maiores responsabilidades com o ambiente e com a vida.

## 6.2 A análise da sustentabilidade do turismo nos estabelecimentos rurais – agroecológicos

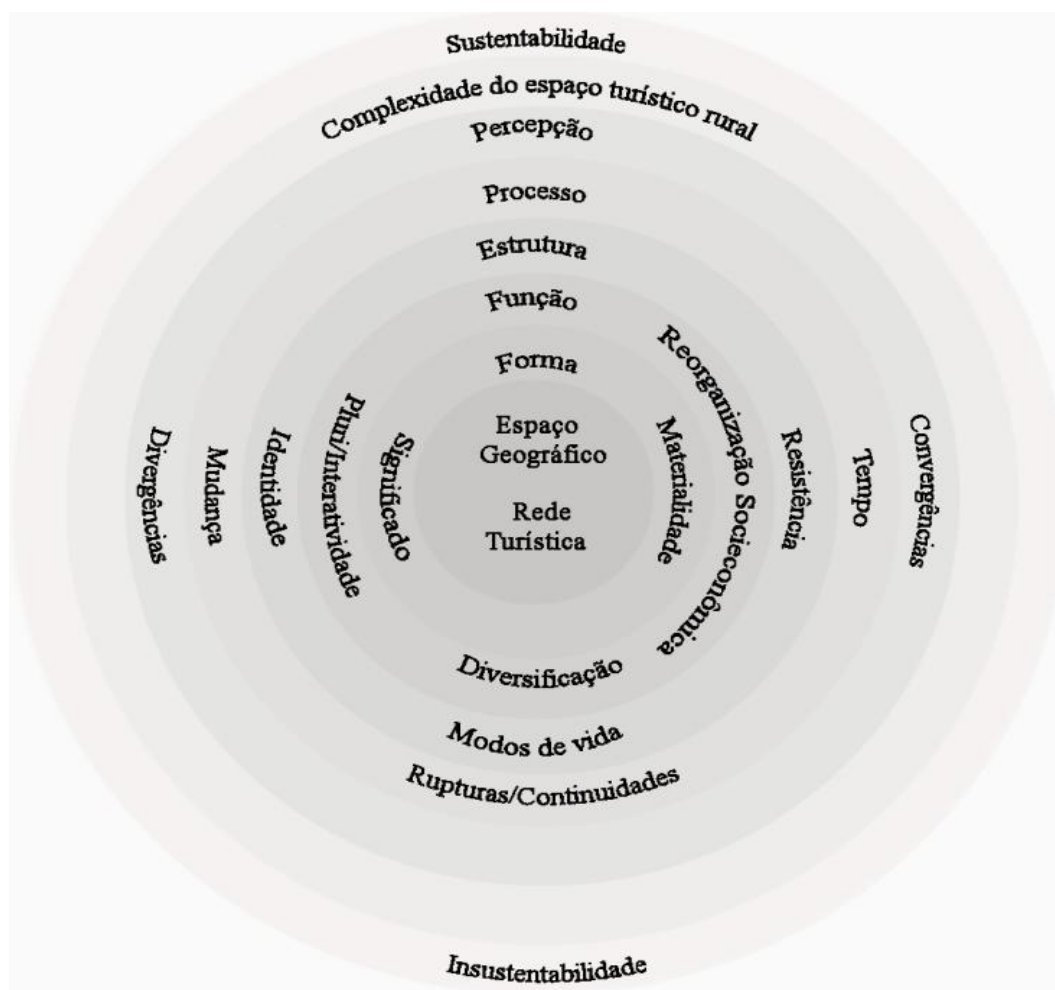


Figura 17 – Campo de Análise da Sustentabilidade

A construção metodológica alternativa que conduziu esta tese, com a elaboração de indicadores que buscam as dimensões para a análise de sustentabilidade do turismo no espaço rural, permite um redesenho do esquema metodológico (Figura 1) na intenção de analisar a área de intervenção, conforme Figura 17. Esse encontra o suporte no princípio de complexidade do pensamento de Edgar Morin, ao qual se refere ao todo, considerando que esse é mais que a soma das partes, já que dessa forma surgem qualidades emergentes que retroagem ao nível das partes e, nessa dialógica, exprimem potencialidades diversas (MORIN, 2003, p. 36).

A condução da investigação está, também, seriamente perpassada pelas concepções de Milton Santos e de Adyr Balastrieri Rodrigues sobre o espaço geográfico e o espaço turístico – forma, função, estrutura e processo. Os círculos concêntricos em *dégradé* nas variações a partir do centro, do cinza ao branco, são a explicação, em que vamos do todo para as partes e das partes para o todo. É uma forma possível de compreender a sustentabilidade do fenômeno turístico no espaço rural.

No centro está o espaço geográfico e a rede turística – na dimensão local, Caminhos Rurais de Porto Alegre, propriedades agroecológicas do bairro Lami; a tonalidade cinza escura representa o que foi objeto de estudo; no outro extremo e que envolve os demais círculos, representado em branco, têm-se as dimensões do que foi desvendado durante o processo de pesquisa. Os círculos centrais em *dégradé* expressam a continuidade-descontinuidade no processo/tempo da transformação do espaço geográfico em espaço turístico.

Esse conjunto de círculos apresenta-se envolvido pela complexidade do espaço turístico rural. A sua leitura não está livre da incompletude e da relatividade que se impõe na busca da sustentabilidade. Neste contexto, encontram-se respostas para esta tese; no entanto, é impossível alcançar a totalidade da complexidade do espaço turístico rural.

O que nesta tese é entendido como produção do espaço também é reconhecido, por Carlos (2009, p. 78) ao referir-se à noção de produção, que “considera não apenas o material, mas o conjunto dos processos e relações sociais” que, no processo dialético de transformar/transformar-se, resulta na “produção do próprio homem”.

Na área de intervenção, o jogo dialético entre sustentabilidade e insustentabilidade revela-se nas diferentes categorias do método: forma, função, estrutura e processo. Essas oportunizam a verificação das transformações ocorridas durante o processo histórico, prioritariamente, no período compreendido entre 1997 e 2009, em que as interações sociedade-natureza se reorientam por uma nova racionalidade. Ações materializadas dão visibilidade aos arranjos espaciais, reveladores da construção de outros modos de vida, conforme foi analisado nos capítulos 2, 3 e 4.

Ao analisar a sustentabilidade e/ou insustentabilidade na área de intervenção, tomam-se os descritores e os indicadores definidos nesta tese, que trazem evidências das transformações espaciais.

Quanto à sustentabilidade tem-se o descritor *produto turístico*, “como soma de atrativos turísticos, dos equipamentos e serviços e da infraestrutura de apoio e de suas interações” (BENI, 1998, p. 216), e o indicador *agrossistema* que, segundo a análise, a partir das diferentes categorias do método, permitiu verificar as mudanças na forma das antigas propriedades agropastoris para novas formas de organização, no caso, agrossistemas agroecológicos. A periodização e a análise das transformações da forma (Capítulo 3) demonstraram o aumento da cobertura vegetal, a expansão da vegetação nativa; ao mesmo tempo, maior integração entre as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades e o ambiente, no período mais recente de transformação. No contexto do turismo, estes cenários ressignificados são de interesse turístico.

Por períodos sucessivos, as propriedades rurais da zona sul de Porto Alegre vêm sendo subdivididas pelo processo contínuo e progressivo de partilha de bens – terras herdadas pelos descendentes das famílias. Nas partilhas entre familiares, o que ocorre para alguns é a transferência da terra para outros que não pertencem à família. São diferentes formas de apropriação através dos estabelecimentos rurais, sítios de lazer, condomínios residenciais, ocupações irregulares, entre outros.

A redução do tamanho das propriedades efetivamente se relaciona com a mudança de sua funcionalidade, revelada pelo indicador *atividades por estabelecimento rural*, em que as situações socioeconômicas, com consequentes rupturas e continuidades, criam possibilidades de diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas famílias no intuito de gerar renda. Verificam-se as transformações da agricultura convencional para a agroecologia, que se associam a essas novas alternativas pela comercialização direta, do processamento dos produtos na propriedade e do turismo.

Nessa perspectiva, observa-se uma interação dialética, em que a sociedade em movimento, ao reinventar o espaço, resiste ao modelo socioeconômico e reconstrói sua identidade – na relação entre turista e residente e os demais agentes sociais. Considera-se que os vários agentes sociais são ativos na apropriação do espaço pelas atividades econômicas, incluindo o turismo. A relação é dialógica (MORIN, 1999).



São formas contemporâneas de espacialização híbridas e flexíveis, em que se estabelecem interações entre antigas paisagens e velhos usos e novas formas e funções, modificando a relação do lugar com o mundo (LUCHIARI, 1998, p. 17).

Neste contexto, a reflexão de Suertegaray (2009, p. 107) sobre a ideia de Milton Santos se refere às transformações do espaço/tempo na contemporaneidade, em que “os tempos são múltiplos e, na dialética do espaço, seguramente encontramos dois tempos: o tempo da aceleração e o tempo lento”. O primeiro é desencadeado pela ação do capital e dos agentes hegemônicos, que se reproduzem no processo através da especulação da terra, das paisagens e da “natureza”; e o tempo lento que é verificado no cotidiano dos agentes sociais, na busca da autossustentabilidade, em um estilo de vida em que os valores estão relativamente afastados do lucro e a centralidade está no ser humano – no ambiente.

Na sequência, o descritor toma *formas organizativas, geração de renda e empregabilidade*; destacam-se os indicadores *monoatividade, pluriatividade e interatividade, associativismo, redes solidárias e a inserção da mulher na gestão e nas diferentes atividades no estabelecimento rural*.

Em relação às categorias de *monoatividade, pluriatividade e interatividade* nas propriedades em análise, identificam-se situações de pluriatividade e interatividade, em que na primeira os membros da família que vivem no estabelecimento rural buscam o seu sustento nas atividades agropecuárias e demais atividades não, necessariamente, relacionadas a essas. Para exemplificar, toma-se o Sítio Ecoextrema, onde a renda da família é gerada através das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas na propriedade, mas verifica-se a atividade do proprietário como funcionário público independente das atividades referidas.

Para Silva, Grossi e Campanhola (2002, p. 41), “a pluriatividade é a consequência do esforço de diversificação dos pequenos agricultores para se inserirem em novos mercados locais”. Todavia, essa classificação também permite múltiplas atividades para os membros da família. É uma categoria bastante ampla, em que a família pluriativa pode ter seus membros incorporando diferentes postos de trabalho: profissionais liberais, funcionários públicos, empregados(as) domésticos(as), operários da construção civil, entre outros.

Para a segunda – *interatividade* – incluem-se as atividades agrícolas e não agrícolas que ocorrem dentro e fora do estabelecimento rural, mas que,

necessariamente, estão relacionadas às atividades agrícolas ou pecuárias da propriedade. Exemplifica-se essa situação, na área de intervenção, com o Sítio do Tio Juca, em que a renda e o sustento da família são provenientes de atividades que interagem com a agropecuária, inclusive a aposentadoria rural. Outra situação relevante, nesse caso, é a da família Moro, proprietários da Granja Santantonio, onde os membros têm o seu sustento e sua renda retirados da agropecuária e das atividades econômicas oriundas da mesma, com exceção de um membro da família aposentado.

O indicador *associativismo* revela as formas organizativas para a geração de trabalho e renda; sobretudo, para o alcance de objetivos comuns dos sujeitos sociais que optaram por um estilo de vida alternativo, em que se organizam as atividades produtivas e a distribuição de bens e serviços. Na área de intervenção, os sujeitos pertencem a uma família que detém o meio de produção, mas necessitam de organização para intercambiar seus produtos e usufruir coletivamente dos resultados (SINGER, 2000, p. 11).

Muitas falas dos diferentes agentes da rede turística, mas principalmente dos proprietários rurais, são reveladoras da importância que atribuem às diferentes formas associativas criadas para viabilizar a diversificação das atividades da agroecologia e do turismo. Reconhecem as dificuldades que enfrentam nessa organização coletiva, mas a valorizam, porque foi o caminho encontrado para o fortalecimento e incremento das possibilidades de melhorar suas vidas, não apenas no aspecto econômico, mas pela inclusão em espaços que no passado lhes eram negados, como a comercialização em feiras, o acesso às políticas públicas, a assistência técnica, entre outros.

Sobre *redes solidárias*, identificam-se – no processo de investigação – as que adotam mecanismos de reciprocidade ou trocas entre os sujeitos: solidariedade, intercâmbios, ações comunicativas, relações de poder na conquista de direitos sociais (SCHERER-WARREN, 2005, p. 31). Pode-se dizer que essas são importantes no desenvolvimento da agroecologia valendo-se de difusão de conhecimento, métodos e técnicas. Já no turismo, a importância se dá ao evitar a concorrência e promover a divulgação dos estabelecimentos turísticos. Enfim, essas redes podem ser presenciais ou virtuais, com uma abrangência local ou internacional, mas certamente são fundamentais para a sustentabilidade do turismo em áreas rurais.

Um indicador importante – merecedor de destaque no contexto desta tese – é a *inserção da mulher na gestão e nas diferentes atividades do estabelecimento rural*. A análise desse dado, na área de intervenção, revela a significativa incorporação das mulheres e as características de sua inserção nas atividades desenvolvidas no espaço rural, sobretudo na gestão. Tal fenômeno pode ser tratado de forma objetiva, porque os resultados em quantidade são significativos, ou de outra forma cabe destacar a relevância da inserção da mulher em termos de conquista da igualdade e de direito aos espaços de trabalho e geração de renda. Presencia-se, na área de intervenção, uma forte participação da mulher em agências de turismo, nos estabelecimentos rurais, na gestão pública e no ato de fazer turismo.

Para a realidade em análise – os estabelecimentos rurais agroecológicos do bairro Lami – é oportuno destacar o descritor *conservação ambiental*; nesse, o indicador *atrativo turístico*. Sobre esse indicador, verifica-se nos estabelecimentos analisados, que através das transformações espaciais, resultantes da adoção dos princípios da agroecologia, houve a recriação e a conservação dos atrativos, que no contexto do turismo em áreas rurais se constituem como diferenciais. A produção agrícola, a quantidade e a diversidade da cobertura vegetal, a quantidade de vegetação nativa e os ecossistemas conservados são os atributos vistos como importantes para despertar o desejo do turista de visitar os atrativos, e também de grande importância para a conservação ambiental.

Sobre a insustentabilidade no descritor *produto turístico*, cabe destaque três indicadores: *acesso e estradas*, *sinalização*, *instalações para o turismo*.

Em relação a *acesso e estradas* e *sinalização*, compreende-se que esses são essenciais para o encontro do turista com o empreendimento ou atrativo turístico. A ausência deles ou a falta de sua conservação podem comprometer o turismo. Identifica-se através do processo perceptivo que, entre os sujeitos que realizaram os roteiros, há percepções diferenciadas. Na fala de muitos turistas, fica evidente que tiveram dificuldades de chegar aos empreendimentos turísticos, em decorrência da falta de manutenção de caminhos e estradas; sobretudo, pela falta de sinalização nos caminhos rurais.

Outra questão relevante se refere ao indicador *instalações para o turismo*. Embora haja evidências no processo de investigação que revelam a grande satisfação dos turistas em relação aos roteiros, percebe-se que estes identificam a necessidade

de haver maior investimento nas propriedades para qualificar a infraestrutura das mesmas.

Para o descritor *práticas ambientais*, por sua vez, destacam-se a *capacidade de carga*, a *captação e reaproveitamento de água* e a *otimização do uso de energia*. Nas propriedades rurais analisadas, observa-se a falta de definição da capacidade de carga; esse indicador revela a falta de controle sobre a demanda, o que pode comprometer a destinação turística. Entende-se que o número excessivo de visitantes em situações específicas – conforme as características de cada realidade – pode gerar um grande impacto no ambiente, principalmente quando se identifica a possibilidade de desenvolvimento rápido do turismo com incremento no fluxo de pessoas.

Para os indicadores *captação e reaproveitamento de água* e *otimização do uso de energia*, as opiniões sobre a presença ou não dessas práticas ambientais nas propriedades rurais se dividem. Entretanto, as entrevistas e os trabalhos de campo demonstram a ausência de atitude dos empreendedores nesse sentido, apesar de os mesmos reconhecerem a necessidade de operacionalização dessas práticas.

Outra questão relevante diz respeito ao descritor *produção e comercialização de produtos e serviços do estabelecimento turístico*, por meio do indicador *disponibilidade de funcionamento do estabelecimento turístico*, verifica-se que nas propriedades rurais analisadas pela forma como se organizam para se sustentar-se. Em algumas situações, torna-se inviável garantir disponibilidade de funcionamento em tempo integral, visto que as famílias proprietárias se dedicam a outras atividades além do turismo.

Pode-se dizer que – no conjunto desta tese – chega-se às dimensões de sustentabilidade e insustentabilidade. Todavia, essas dimensões não são rígidas e separadas; ao contrário, são interdependentes, e os descritores e indicadores são multidimensionais: um descritor/indicador pode ao mesmo tempo revelar diferentes dimensões (social, econômica e ecológica). Essa revelação pode ora ser percebida como sustentável, ora não, dependendo dos valores que norteiam a análise e o sentido da vida dos sujeitos envolvidos no processo.

Conclui-se que, ao buscar a sustentabilidade do turismo em áreas rurais, nos deparamos com incertezas e devemos reconhecer que o método é um caminho que nos permite interpretar e criar soluções para mediar a análise de uma realidade complexa, em que as diferentes interpretações não podem estar dissociadas.

Encontrar sustentabilidade não significa que tudo foi solucionado: há problemas que permanecem, alguns pontuais e outros relativos à organização socioeconômica hegemônica que, mesmo diante da resistência dos agentes sociais, é uma permanência onde se articulam as armadilhas do capital.

Os Caminhos Rurais de Porto Alegre representam a cidade que guarda um conjunto de características de uma organização espacial *rururbana*, em que os traços da paisagem demonstram uma função espacial diferenciada das demais áreas intensamente urbanizadas. As propriedades rurais, os sítios de lazer revelam um tempo mais lento. Entretanto, também representam a cidade em transformação, não só pela expansão urbana, mas também pelas organizações alternativas que resultam de necessidades e vontades que se impõem pelos agentes sociais na dimensão socioeconômica e ecológica.

Estas produzem novas relações entre a natureza e a sociedade, manifestas na paisagem e em uma dimensão local, territorialidades em construção. Nelas reconheço a sustentação dos agentes sociais; cabe aos planejadores e gestores reconhecer a essência desses caminhos, não para fabricá-los, mas, ao contrário, para não destruí-los (YÁZIGI, 2001, p.30), já que a complexidade do espaço turístico analisado com base no pensamento de Morin (1982), Leff (2001) e Suertegaray (2005) permite afirmar que *o espaço é uno, múltiplo e alternativo*; no entanto sua leitura requer uma análise conjuntiva.

Resgatando a tese inicial, que se refere à insustentabilidade do turismo em áreas rurais, pela complexidade que encerra o conceito, a interpretação no processo de investigação permitiu entender que, nesse espaço turístico, é possível constatar sustentabilidade do estilo de vida, das formas organizativas (associativismo, pluriatividade/interatividade), da inserção da mulher nas atividades produtivas, da diversificação das atividades produtivas com incremento na geração de renda, do nível de satisfação dos sujeitos da rede turística e, mais recentemente, pelo investimento público no turismo que resultou na qualificação da oferta turística. Por outro lado, essa construção também permite observar indicadores que negam a sustentabilidade, a exemplo da participação comunitária no turismo, da sinalização geral e turística, das instalações para o turismo, da definição da capacidade de carga, entre outras práticas ambientais.

A leitura de Rodrigues (1999, p. 53) desta relação de sustentabilidade/insustentabilidade é importante para a interpretação do espaço turístico rural, já que essa entende que o método, ao permitir a análise diagonal, possibilita encontrar sustentabilidade. O caminho metodológico adotado nesta tese permite alcançar resultados que se revelam através das dimensões de sustentabilidade no contexto da complexidade do espaço turístico rural.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura da reinvenção espacial, feita a partir de uma construção analítica, buscou um caminho alternativo para a interpretação do espaço turístico rural; nesse, as práticas alternativas na agricultura e no turismo. Com isso, procurou-se desvendar os arranjos espaciais definidos no decorrer dos períodos históricos e o papel dos agentes sociais nas suas formulações e realizações cotidianas. De outra forma, os processos perceptivos revestem-se de subjetividade e demonstram percepções/posturas diferenciadas de quem vive no lugar e, daqueles que de outra maneira se relacionam com ele, através da gestão, da comercialização do produto turístico e do turismo pelo ato de fazer turismo.

As percepções analisadas no contexto desta tese indicam que os sujeitos sociais percebem o ambiente de forma diferenciada: o conhecimento, as experiências e as associações definem esses olhares. Ou de forma extremamente dependente da informação que esses têm sobre o ambiente percebido. A percepção do espaço geográfico reflete as opiniões, pontos de vista, associados ao conhecimento e à experiência. Desta maneira, os resultados obtidos durante o processo de investigação são aceitáveis; no entanto, apresentam convergências e divergências que se complementam na dialética das semelhanças e diferenças.

Ainda cabe acrescentar que numa situação de convergência de opiniões não necessariamente a realidade seja revelada na totalidade. Nesse sentido, o ambiente percebido pode estar muito além do que foi identificado, mesmo diante do alargamento do campo de investigação através dos processos perceptivos. A partir da experiência dessa pesquisa, há o reconhecimento da importância do método de investigação que trata da percepção ambiental; no entanto, acrescenta-se – a esse – outras formas de investigação que, no conjunto da análise, sustentaram a interpretação do espaço geográfico e revelaram as dimensões de sustentabilidade.

A correlação da tese com a construção teórico-metodológica a partir dos referenciais da ciência geográfica e do turismo, numa perspectiva transdisciplinar, de forma geral ao utilizar o caminho metodológico alternativo, entrelaçou diferentes instrumentos de investigação como imagens de satélite, fotografias aéreas, registros fotográficos, mapas, questionários, entrevistas, observações de campo e projetos que permitiram a construção analítica. Esta permitiu coerência na construção e

elaboração de indicadores e da análise daí decorrente relativa à sustentabilidade/insustentabilidade do turismo no espaço rural.

Na trajetória da pesquisa, a *entrevista* como instrumento de investigação se constitui uma técnica importante de levantamento de informações no que se refere à análise histórica e à percepção ambiental; essa oportuniza diversas fontes de informação (oral e/ou documental) que, durante o processo, permitem uma aproximação, essencialmente, de confiança entre o pesquisador e os sujeitos participantes da pesquisa. É um momento importante para compreensão da riqueza social e histórico-cultural; também oportuno porque esse espaço permite o resgate de aspectos da história do lugar e das famílias, dos modos de vida, das concepções de mundo e como nele se inserem.

Nesta perspectiva, o uso desse instrumento e a sua viabilidade associam-se ao referencial teórico-metodológico, aliado a outros procedimentos; no caso adotado, mapeamentos e registros fotográficos. Adquire relevância nesse processo a sistematização e o tratamento do conteúdo na análise que, nesse caso, deu-se ao ser examinado o conteúdo relacionado às formações imaginárias, as suas práticas, em que as categorias criadas estiveram articuladas e revelaram indicadores de sustentabilidade. Quanto aos limites, verifica-se que o tamanho da amostra, relacionada à complexidade do problema da pesquisa, gera dificuldade para sistematização e análise, o que – visto de outra forma – pode revelar situações em que o alargamento da amostra traz subsídios para confirmação das informações desejadas.

A análise do Novo Rural por Graziano da Silva (1999) indica que, nas últimas décadas, houve mudanças nas unidades de produção rural. Em função disso, reinventou-se o espaço rural, e as transformações que nele ocorrem são tridimensionais e reveladas no contexto desta tese nas dimensões econômica, social e ecológica.

A respeito da dimensão econômica, nesse novo rural, verificou-se que a estagnação do rural ocorrida nos períodos históricos analisados, é compreendida pelos agricultores como um grande desafio que vai permitir o engajamento desses na busca da sustentabilidade no período recente. Transparece, nesta realidade que, na materialidade do espaço geográfico, não está representado apenas o que, objetivamente, é realizado pelos agricultores em suas práticas, mas o significado de suas realizações na busca do seu lugar na sociedade. Nesse sentido, a leitura



de Leff (2001) permitiu a reflexão sobre as formas alternativas na reinvenção espacial, em que a participação dos sujeitos sociais promoveu a reconstrução das condições de sobrevivência e cidadania.

Comprovou-se que o novo rural, resultante das transformações espaciais, foi conhecido por características fundamentais, coincidentes com as dimensões de sustentabilidade. Trata-se da agricultura alternativa e das atividades não agrícolas importantes na valorização do espaço rural, em que o patrimônio histórico/cultural, a diversificação das atividades econômicas, o conjunto paisagístico, sobretudo as novas relações entre rural e urbano tornam-se elementos importantes na reinvenção espacial. Todavia nesse contexto, o maior interesse da sociedade urbana pelo rural é crescente, o que aumenta a complexidade do espaço rural.

O grande paradoxo reside na expansão rápida das atividades de turismo e de lazer ao permitir a mercantilização das paisagens rurais e o desenvolvimento do local a partir do consumo do espaço. Isso é corroborado pelo fato de os interesses e projetos desenvolvidos nesse espaço serem decorrentes da expansão do capitalismo no campo. Frente a essa realidade na dimensão social percebe-se a importância da interatividade, em que a absorção do trabalho da família relaciona-se a manutenção da agropecuária e desta forma mesmo diversificando as atividades econômicas através das atividades não agrícolas é possível manter a atividade principal que caracteriza as áreas rurais – a agropecuária. A pluriatividade, neste contexto, é considerada relevante porque, ao diversificar as formas de geração de renda, tem-se a possibilidade de permanecer no espaço rural.

No entanto, pode ser uma forma de transformar radicalmente os modos de vida dos agricultores, que passam a ter uma sobrecarga de trabalho, absorvendo essa o seu tempo dedicado à agropecuária, em outras atividades que podem ser indiferentes a essa. De outra forma, isso pode ocorrer na interatividade, quando as possibilidades relacionadas à agropecuária também se intensificam na ampliação dos pontos de venda dos produtos, na sobrecarga de agendas de visitação do estabelecimento rural, entre outros.

Na dimensão ecológica, a nova organiza o do estabelecimento rural demonstrou o aumento da cobertura vegetal, a expansão da vegeta o nativa, a forma o de agrossistemas agroecológicos. Ao mesmo tempo, maior integra o entre as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades e o ambiente. Entretanto, a conserva o do rural não depende somente da a o da sociedade; está associada ao papel das políticas públicas no fomento a certifica o dos produtos, comercializa o direta, agroindústria e o

turismo, sobretudo no planejamento e na gestão das áreas rurais e no ordenamento e/ou imposição de limites para o seu uso através de uma forma de gestão participativa. Desta forma, o desenvolvimento local “pressupõe que uma coletividade tenha autonomia para prover os seus destinos, elegendo suas prioridades e os meios para concretizá-los” (SOUZA, 1999, p. 20).

Ao que foi concluído nessa tese, é oportuno dar visibilidade às vivências e práticas dos sujeitos envolvidos na rede turística na re-apropriação do espaço pela agroecologia e pelo turismo. As questões que estão em jogo transcendem às que se relacionam com os interesses econômicos, assumindo dimensões sociais e ecológicas. São espaços alternativos em que a definição do método foi fundamental para interpretação da realidade: não se limitou a descrever a materialidade expressa na paisagem, mas, ao buscar significados, procurou compreender funções e estruturas que foram definidas durante o processo (SANTOS, 1985), nos três períodos históricos que se estenderam do séc. XIX ao XXI.

Sobre o último período, houve maior detalhamento e aproximação com a realidade que foi estudada, essa foi uma condição necessária para o desenvolvimento da pesquisa, colocar-se no lugar, na realidade investigada, porque o distanciamento desta comprometeria a sua análise. Certamente, a sua realização a partir do urbano revelaria constatações diversas das apresentadas nessa tese. Sobretudo porque a compreensão da realidade vivida, quando apreendida das falas, principalmente dos proprietários rurais em determinadas situações, parecem-nos insustentáveis. Mas é possível aferir sustentabilidade no que se expressa na paisagem e na subjetividade manifestada na paixão que esses (as) agricultores (as) do bairro Lami têm pelo seu trabalho. Eles demonstram imensa satisfação ao apresentar seu trabalho, ao justificar suas práticas e ao revelar responsabilidade socioambiental.

Nesse sentido, a leitura de Rodrigues (1999) foi fundamental, pois oportunizou refletir e ficar atenta ao que a autora denomina de análise diagonal, considerada necessária ao deparar-se com a complexidade das inter-relações existentes no espaço turístico rural. Se não é possível chegar ao todo, chega-se a dimensões; no entanto, cada dimensão foi reveladora de sustentabilidade/insustentabilidade.

Em síntese, o estudo para construção desta tese permitiu o reconhecimento da formação de novas territorialidades marcadas pela identidade com o lugar. Nesse as famílias que têm, nos estabelecimentos rurais, o seu local de trabalho e moradia percebem o ambiente como resultado das suas atitudes e valores – esses perpassados

por uma concepção de mundo em que as práticas na agricultura e no turismo são consideradas alternativas.

Espera-se que o conjunto de indicadores resultantes do desenvolvimento desta pesquisa, construído com a participação dos diferentes agentes envolvidos na rede do turismo, também possa ser compreendido e aplicado no desenvolvimento, planejamento, gestão e monitoramento do turismo no espaço rural, em consonância com os princípios de sustentabilidade.

Já que a intervenção nessa tese aconteceu em cinco estabelecimentos rurais, há possibilidade de estender a sua aplicação para a totalidade dos Caminhos Rurais de Porto Alegre. E ainda, de acordo com o interesse/necessidade pelas associações, pelos proprietários rurais, acadêmicos e técnicos. Esse conjunto de indicadores são instrumentos para o acompanhamento do turismo no espaço rural, através dos processos de planejamento nas políticas públicas e nas práticas que articulam a agricultura e o turismo. O uso desses indicadores deve estar de acordo com os objetivos a serem alcançados e com a realidade ao qual se aplicam. O que significa dizer que é possível ajustá-los e fazer conexões para análise de situações específicas, considerando a abrangência do conjunto. Trata-se de uma composição entre indicadores quantitativos/objetivos e qualitativos/subjetivos, na análise de uma realidade complexa se tornam importantes instrumentos quando essa se propõe conjuntiva, que permita revelar dimensões de sustentabilidade.

A análise que permitiu a elaboração do conjunto de indicadores possibilita, também, a interpretação das práticas da agricultura e do turismo no espaço rural, consoante com os princípios de sustentabilidade. Esse conjunto de indicadores configura-se como um instrumento metodológico aplicável no processo de desenvolvimento, gestão e monitoramento do turismo no espaço rural, correlacionados as dimensões econômica, social e ambiental de sustentabilidade.

Ao compreender a reinvenção espacial, na dialética – sustentabilidade/insustentabilidade – tem-se a certeza de que ler o espaço não se reduz ao que nele se materializa, é muito mais, é a compreensão dos modos de vida, das interações estabelecidas entre os sujeitos sociais na organização e re-apropriação do espaço geográfico. Certamente, isso depende da forma como o pesquisador se utiliza da ciência – conceitos/métodos – na relação estabelecida entre o sujeito e objeto, ou dito de outra forma, entre a teoria, o empírico, o método e a investigação.

Nesta perspectiva, a leitura da reinvenção espacial que revela sustentabilidade/insustentabilidade tem sua análise conferida pelo diálogo dos saberes, o que também está presente na “reinvenção espacial” na área objeto desse estudo, em que

O diálogo de saberes não é a historicidade da verdade em seu devir lógico-experimental, mas propõe a confrontação de verdades arraigadas em identidades e tradições. Para além do enfrentamento de paradigmas nos quais algum deveria de vencer pela contundência de sua verdade, propõe-se o encontro das verdades legitimadas, com verdades subjugadas, a verdade do que foi apresentada como real, e a verdade como potência, processo que se valida na confrontação do pensamento com o real, em que a “objetividade” nunca tem a última palavra, porque é na justiça que se desempenha a transcendência do mundo e o sentido da vida (LEFF, 2001, p. 181).

Enfim, se o conceito de sustentabilidade relaciona-se ao todo complexo, para Suertegaray (2009) concebê-lo pelas dimensões: econômica, social, ecológica; ou setoriais: turismo e agricultura geram questionamentos diversos. Entretanto, a reinvenção espacial analisada nessa tese, ao revelar a complexidade do espaço, permitiu identificar possibilidades de homens e mulheres que, da forma como conduziram seu trabalho e suas vidas, encontraram alternativas para efetivar a *justiça* socioeconômica e ambiental. Isso possibilitou reconhecer, na prática, atitudes que emanam de grupos sociais em busca da sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Vols. 28 e 29, 1998 e 1999.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. **Associativismo**. In: CATTANI, A. de (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2000.

ALMEIDA, Jalcione. **A Construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

ALMEIDA, Joaquim Anésio, José Marcos Froehlich, Mário Riedl (orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ANTUNES, P. Porto Alegre no Século Dezoito. In: **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940, Vol.3.,PP. 1039-1069.

AUGE, Marc. **Não Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

BADIE, Bertrand. **O Fim dos Territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Instituto Piaget, 1995.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2003 (Coleção Turismo).

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BOLETIM MUNICIPAL, Porto Alegre, Vol. 2, n 3, 1939. p. 241-243.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Manual do Pesquisador – Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa**/ Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2006.

BRUHNS, Lcuchiari, Maria Tereza. **Olhares Contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000.

CALS, J.; CAPELLÀ, J. E VAQUÉ, E. **El turismo en el desarrollo rural en Españã**. Madri: Ministério da Agricultura, 1995.

CAMINHOS Rurais de Porto Alegre. Porto Alegre. Disponível em:<<http://caminhosrurais.tur.br>>. Acessado em: 04 de março de 2009.

CANUTO, J.C. SILVEIRA. M.A da. Marques, J.F. O sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.1, p. 57-63, 1994.

CAPRA, Fritjop. **As Conexões Ocultas Ciência Para Uma Vida Sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” Contradições do Espaço. In: DAMIANI, A. L.;CARLOS. A.F.A; SEABRA.O.C.L. (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Por que Geografia no Turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre. In: GASTAL, Susana (Org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 150p.:(Coleção Comunicação)

CONTAS NACIONAIS (coord.). **Economia do Turismo perspectiva macroeconômica 2003-2006**. RJ: IBGE, 2009.

COODESTUR Cooperativa de Desenvolvimento do Turismo. MTUR Ministério do Turismo. SMTUR Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre. **Associação Porto Alegre Rural. Projeto Turismo de Base Comunitária – Diagnóstico e roteirização temática nos Caminhos Rurais**. Porto Alegre, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia. **Introdução a Geografia do Turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008, 140 p.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, Reinaldo. Gestão local do turismo: competitividade com sustentabilidade. In: DIAS, Reinaldo. PIMENTA, Maria Alzira (Org.). **Gestão de hotelaria e turismo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, p.2-64.

EMBRAPA. **Indicadores de Sustentabilidade em Agrossistemas**. Ed. Técnicos MARQUES, J.F. SKORUPA, L.A. FERRAZ, J.M.G. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente: 2003.

EMBRATUR – GUIA BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO  
ESCRITÓRIO MUNICIPAL DE TURISMO – Prefeitura Municipal de Porto Alegre.  
**Projeto Turismo**, 2007.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo Rural e Geografia - Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e Meio Ambiente**. São Paulo: Rocca, 2002.

FOURASTIÉ, JEAN. **Les Trente Glorieuses ou La Révolution Invisible de 1946 a 1975**. Paris: Foyoral, 1979.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FROHLICH, José Marcos. RODRIGUES, Ivone Silva. Atividade Turística e Espaço Agrário: considerações exploratórias sobre o município de Restinga Seca/RS. In:

GERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARD, Eduardo Paulo. **Atlas da questão agrária brasileira**. FAPESP, UNESP, NERA. Presidente Prudente, 2008. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/agropecuária.htm>>. Acesso em 4 de maio de 2009.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GONZÁLES REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GUATTARI, Felix. **As Três Ecologias**. São Paulo: Papyrus, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiteritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAMMOND, A. et AL. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, DC: World Resources Institut, 1995.

HANAI, Frederico Yuri. ESPÍNDOLA, Evaldo Luiz Gaeta. **Envolvimento e participação dos atores sociais na elaboração de um sistema de indicadores de sustentabilidade: uma experiência no processo de desenvolvimento do turismo sustentável**. Estudo tese de doutorado, USP, 2009.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.



HARVEY, David. **Discurso de abertura na Tenda de Reforma Urbana**, 2009, FSM-Belém.

HASENACH, Heinrich (coord). **Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre: Geologia, Solos, Drenagem, Vegetação/ Ocupação e Paisagem**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2008.

HEUSER, Donato Marcelo Dreher. **Repercussões do Agroturismo na Qualidade de Vida de Núcleos Familiares Receptores de Santa Rosa de Lima / SC: um processo criativo e solidário**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. UFSC. Florianópolis, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, p. 87-89.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1982.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **As Aventuras da Epistemologia Ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Tradução de Glória Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LEITE, M.A.F.P. **Uma História de Movimentos**. In: SANTOS, Milton. O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LUCHIARI, Maria Tereza D.P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz Lima (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza-CE:UECE, 1998.

MACEDO, Francisco Riopardense. **História de Porto Alegre**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

MACHADO, L.M.C.P. Paisagem Valorizada: Serra do Mar como Espaço e como Lugar. In: RIO, V.del. Oliveira, L, de (Org.) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel/UF São Carlos, 1996, p. 97-120.

MARTINS, Clitia Helena Backx. Indicadores de qualidade de vida e de qualidade ambiental: a necessidade de integração das dimensões social, econômica e ambiental. In: MARTINS, C.H.B. OLIVEIRA, N. (orgs.). **Indicadores econômicos-ambientais na perspectiva da sustentabilidade**. Porto Alegre: FEE; FEPAM, 2005.

MARZALL, Kátia. **Indicadores de sustentabilidade para agrossistemas**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1999

MATTEI, L. Turismo Rural e Ocupações Rurais Não Agrícolas: o caso de Santa Catarina. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, Graziano. **O novo rural brasileiro: novas atividades agrícolas**. Vol. 6. Brasília DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.  
p. 183-218.

MENEGAT, Rualdo, PORTO, Maria Luíza. CARRARO, Clóvis Carlos. FERNANDES, Luís Alberto D.(coord.). **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA-UFRGS – INPE, 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/noticias>>. Acesso em 11 de novembro de 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **PNT – Manual do Pesquisador de Inventário da Oferta Turística**. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO – **Guia de Sinalização Turística**. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo-Módulo Operacional 7**. Roteirização Turística. Brasília, 2007.

MOREIRA, M.C.N.&SOUSA, W.S. **A microssociologia de Erving Goffman e a análise relacional: um diálogo metodológico pela perspectiva das redes sociais na área da saúde**. *Teoria e Sociedade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, n.9, p. 38-61, jan.jun.,2002.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento Geográfico Brasileiro**, vol.1: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **O Método 3: conhecimento do conhecimento**. Tradução Juremir Machado da Silva. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OMT. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Brokman, 2003.

OBSERVATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA. Conceitos relacionados: indicadores. Disponível em <<http://www.sustentabilidade.org.br>> Acesso em: 30 de março 2010>.

OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza. **Viabilidade e Sustentabilidade do Turismo Rural**. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, 2002. Disponível em <[http://www.uou.com.br/biblioteca\\_arquivos/curso48-15.pdf](http://www.uou.com.br/biblioteca_arquivos/curso48-15.pdf)>. Acesso 04 de março de 2008.

PEARCE, Douglas. **Geografia do Turismo – Fluxos e Regiões no Mercado de Viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

PEBAYLE, R. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, n.18, p. 35-45, jan/dez. 1975.

PESAVENTO, Sandra Janatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 142p. (Série Revisão, 1).

PETRELLI, Rodolfo. **Fenomenologia: Teoria, método e prática**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PIAGET, Jean. **Problemas Gerais da Investigação Interdisciplinar e Mecanismos Comuns**. Lisboa: Bertrand, 1973.

PORTO, Carmem Rejane Pacheco. **Diagnóstico Ambiental do Município de Capivari do Sul/RS - tomando como referência a sua matriz econômica: orizicultura**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Huctec, 1999.

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre – Lei 434/99**. Porto Alegre, Secretaria de Planejamento Municipal, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <[http://www.portoalegre.rs.gov.br/portal-pmpa\\_cidade](http://www.portoalegre.rs.gov.br/portal-pmpa_cidade)>. Acesso em 8 de abril de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Informações da Cidade**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/infocidade/default.php/secao>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2008.

PRINTES, Rodrigo Cambará (Org.). **Plano de Manejo Participativo da Reserva Biológica do Lami**. Porto Alegre: SMAM, 2002.

QUINTAS, Paula. **Legislação Turística**. Coimbra: Almedina, 2000.

REGO, Nelson. SUERTEGARAY, D. HEINDRICH, A. Org. **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

REICHERT, G.A.; REIS, J.C.F. Custos de implantação e de operação de aterro sanitário – estudo de caso: Aterro da Extrema, Porto Alegre, RS. In: **Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental Gerenciamento de Resíduos e Certificação Ambiental, 2, 1998: Porto Alegre, Artigos Técnicos**. Porto Alegre: Abes, 1998, p.387-92.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia: Associação de Geografia Teorética**. São Paulo: Cerifa, v.4, n.7, p.1-25, 1979.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Desenvolvimento Local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço – Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Geografia do Turismo: novos desafios. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). Turismo. **Como aprender, como ensinar**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997. Coleção Turismo.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. O rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J.M; RIEDL, M. (orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000, p.73.

SACHS, I. **Environnement et styles de développement**. Annales (économies, societies, civilisations), p. 553-570, 1974.

SAMPAIO, M.A. **Palavras indígenas no linguajar brasileiro**. Porto Alegre: Sagra-Luzatto, 1995.

SANTAGADA, Salvatore. **Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2004. (Trabalho apresentado no Curso de Extensão em Indicadores Sociais e Políticas Públicas.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: Editora USP, 2002.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina. Silveira, Rogério Leandro Lima da. (Org.). **Redes, Sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.p.29-50.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. – v.18, nº 51. Fevereiro/2003. p.100-121.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 1 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.

SILVA, José Graziano da. GROSSI, Mauro Del. CAMPANHOLA, Claiton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de ciência & tecnologia**. Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan./abr. 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2002.

SOJA. Edward W. **Geografia Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução da 2. ed. Inglesa de Vera Ribeiro. Revisão técnica de Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Célia Ferraz de. MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SUERTEGARAY, D.M.A. **Espaço geográfico uno e múltiplo**. In: SUERTEGARAY, D.M. A, VERDUM, R.; BASSO, L.A.(Orgs). **Ambiente e Lugar no Urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 13-34.

SUERTEGARAY, D. M. A., FUJIMOTO, N. S. V. M. Morfogênese do relevo do Estado do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R., BASSO, L. A., SUERTEGARAY, D. M. A. (Orgs.) **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 11-26p.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre a epistemologia da geografia.** In: CFH/UFSC. **Cadernos Geográficos.** n. 12. Florianópolis: 2005.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia contemporânea movimento e crítica. In: MENDONÇA, F.A. LOWEN-SHR, C.L. SILVA, M. (Orgs). **Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico.** Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), p.107-120. 2009.

TEIXEIRA, Vanessa L. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do RJ.** Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRRJ, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1974.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

TUNSTAL, D. Developing and using indicators of sustainable development in Africa: an overview. In: **Thematic workshop on indicators of development**, Banjul, Gambia, May 16-18, 1994.

UNEP & WTO (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME AND WORLD TOURISM ORGANIZATION). **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers.** Paris-France, Madrid-Spain: 2005. 210p.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar: Turismo Planejamento e Cotidiano.** São Paulo: Contexto, 2001.

## **ANEXOS**



## ANEXO 1- A – NOTÍCIA SOBRE OS CAMINHOS RURAIS

29/06/2009 | Jornal do Comércio | Economia | p.12

### População da Capital conhece Caminhos Rurais

De acordo com a pesquisa Demanda Turística Potencial dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, realizada pelas Faculdades Rio-Grandenses (FARGS) em parceria com a **Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR)** e a Associação Porto Alegre Rural, com o apoio da Cooperativa de Desenvolvimento e Formação do produto Turístico (Coodestur), há um bom nível de conhecimento sobre a rota de turismo rural na Zona Sul da Capital.

Dos entrevistados, 41% disseram ter informações sobre os Caminhos Rurais, e as principais fontes de informação apontadas foram televisão (26%), jornais (14%), amigos e parentes (14%).

Embora tenha revelado que o consumo dos atrativos da rota turística ainda é baixo, a amostra levantou que 98% dos entrevistados têm interesse em fazer o passeio.

Na avaliação da SMTUR, a pesquisa confirma a existência de uma importante demanda pelo produto turístico e dará mais segurança na estruturação de um novo roteiro, oferecendo um passeio regular, aos fins de semana, para facilitar o acesso e aumentar o fluxo de visitantes. A estruturação do novo roteiro envolverá a Associação Porto Alegre Rural (formada pelos empreendedores da rota), a Canis e agências de turismo receptivo locais.

A pesquisa servirá também para que o novo roteiro contemple as expectativas do público. Os entrevistados indicaram que o passeio deveria incluir visitação a propriedades e atrativos (93%), degustação de produtos coloniais (56%) e trilhas ecológicas (51%), por exemplo.

Disponível em: <<http://www.cwaclipping.com/jornal/junho/290609/jc12.pdf>>

Vanessa Engster

Planejamento Turístico

(51) 3289.6732 / 9918.7475

## ANEXO 1- B – NOTÍCIA POSTADA NA INTERNET SOBRE ALUNOS DA FARGS

### Alunos da Fargs realizam roteiro de estudos



Em continuidade ao projeto *O Olhar do Turista sobre os Caminhos Rurais de Porto Alegre*, desenvolvido na disciplina de Turismo e Meio Ambiente, aconteceu o segundo roteiro de estudos realizado pelos alunos do 4º semestre do Turismo da Fargs - Faculdades Rio-Grandenses. Orientadas pela professora, a doutoranda, Carmem Porto, as alunas Ana Paula Guadagnin, Giselle Silveira e Geórgia Garcia organizaram um roteiro turístico pelas propriedades agroecológicas do bairro Lami e pelo mirante do Santuário Mãe de Deus no dia 15 de novembro. Cerca de 18 estudantes avaliaram o ambiente, os atrativos, o atendimento e a infraestrutura dos sítios Tio Juca, Capororoca, dos Herdeiros e da Granja Santantonio além de saborearem as delícias das comidas típicas de cada propriedade.




A avaliação do roteiro foi realizada através da aplicação de um questionário, onde será analisado o grau de satisfação, a percepção ambiental, sugestões e demandas. A análise dos resultados vai ser apresentada na Fargs no dia **03 de dezembro, às 19h**.

Participaram destas atividades de campo os alunos do curso de Turismo e Hotelaria da FARGS, das disciplinas: Geografia aplicada ao turismo I e II e Gestão ambiental ministradas pela professora Carmem. (Postado por Simone Moro de Souza **Domingo, 15 de novembro de 2009** [www.caminhosrurais.tur.br](http://www.caminhosrurais.tur.br))

## ANEXO 2 – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO NO PROJETO PILOTO, USADO COMO REFERÊNCIA PARA O SÍTIO ECOEXTREMA

*Questionário 1 – 22 de novembro de 2008*


<div data-bbox="359 450 756 539" style="text-align: center;">  <p>Programa de Pós Graduação em <b>GEOGRAFIA</b></p> </div> <p style="text-align: center;"><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL</b></p> <p><i>PESQUISA DE DEMANDA, SATISFAÇÃO E PERCEPÇÃO</i></p> <p>Convidamos você a nos auxiliar respondendo este questionário sobre as propriedades visitadas no Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre.</p> <p>1. Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F Idade: _____ Cidade / Estado / País: _____</p> <p>2. Grau de instrução: <input type="checkbox"/> Ensino fundamental <input type="checkbox"/> Ensino médio <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação</p> <p>3. Como você soube do Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre? <input type="checkbox"/> Agência de viagem <input type="checkbox"/> Serviço de Atendimento ao Turista (SAT) <input type="checkbox"/> Folheteria <input type="checkbox"/> Instituições de Ensino <input type="checkbox"/> Jornal, Rádio ou TV <input type="checkbox"/> Revistas e guias especializados <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Amigos ou Familiares <input type="checkbox"/> Outro(s) _____</p> <p>4. Você já visitou, em outra oportunidade, alguma propriedade nos Caminhos Rurais de Porto Alegre? _____ Quais? _____ +</p> <p>5. Motivo da visita às Propriedades do Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre: <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Estudo, pesquisa, ensino <input type="checkbox"/> Conhecimento sobre a produção agroecológica <input type="checkbox"/> Contato com a natureza e com o meio rural</p>	<p>7. O que mais chamou sua atenção e, quais foram as suas percepções perante o ambiente dos Sítios Ecoextrema, Herdeiros e do Tio Juca?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>8. A paisagem natural, a diversidade de flora e fauna, a trilha na mata e as atividades de educação ambiental, eram os atrativos que você buscava no Sítio Ecoextrema?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>9. A paisagem rural, a diversidade de flora e fauna e, as atividades realizadas na horta e onde é feita a degustação do suco, eram os atrativos que você buscava no Sítio do Tio Juca?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>10. A paisagem rural, a diversidade de flora e fauna e, as atividades realizadas na horta, no galpão onde está o mini-museu e onde é feita a degustação dos produtos, eram os atrativos que você buscava no Sítio dos Herdeiros?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>11. Você voltaria aos Caminhos Rurais? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe</p> <p>12. Que atividades ou locais você mais gostou? O que você não gostou e deveria melhorar?</p>
---	--

<b>6. Avalie os seguintes aspectos referentes às propriedades</b>		
	Satisfeito	Insatisfeito
Sinalização turística	( )	( )
Acessos/estradas	( )	( )
Higiene e limpeza	( )	( )
Atendimento	( )	( )
Conservação dos atrativos	( )	( )
Autenticidade da propriedade	( )	( )
Informações e material	( )	( )

**Agradecemos a sua colaboração. Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_**

## ANEXO 3 – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO NA SEGUNDA FASE

### Questionário 2

<div data-bbox="359 338 754 427" style="text-align: center;">  <p>Programa de Pós Graduação em <b>GEOGRAFIA</b></p> </div> <p style="text-align: center;"><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL</b></p> <p style="text-align: center;"><i>PESQUISA DE DEMANDA, SATISFAÇÃO E PERCEPÇÃO</i></p> <p>Convidamos você a nos auxiliar respondendo este questionário sobre as propriedades visitadas no <b>Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre</b>.</p> <p><b>1.</b> Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F Idade: _____ Cidade / Estado / País: _____</p> <p><b>2.</b> Grau de instrução: <input type="checkbox"/> Ensino fundamental <input type="checkbox"/> Ensino médio <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação</p> <p><b>3.</b> Como você soube do Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre? <input type="checkbox"/> Agência de viagem <input type="checkbox"/> Serviço de Atendimento ao Turista (SAT) <input type="checkbox"/> Folheteria <input type="checkbox"/> Instituições de Ensino <input type="checkbox"/> Jornal, Rádio ou TV <input type="checkbox"/> Revistas e guias especializados <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Amigos ou Familiares <input type="checkbox"/> Outro(s) _____</p> <p><b>4.</b> Você já visitou, em outra oportunidade, alguma propriedade nos Caminhos Rurais de Porto Alegre?</p> <hr/> <p>Quais? _____</p> <p><b>5.</b> Motivo da visita às Propriedades do Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre: <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Estudo, pesquisa, ensino</p>	<p><b>7.</b> As questões abaixo se referem as dimensões de sustentabilidade que devem ser avaliadas de acordo com a percepção do visitante. Você identifica na propriedade?</p> <p><b>1.</b> Sistema de captação e reaproveitamento de água. <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>2.</b> Dispositivo para economia de água (torneiras e vasos sanitários). <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>3.</b> Tratamento de efluentes líquidos. <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>4.</b> Controle e destinação de resíduos. <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>5.</b> Otimização do uso de energia. <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>6.</b> Diversidade de flora e fauna. <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>7.</b> A área de produção agrícola em harmonia com a vegetação nativa. <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>8.</b> Uso de agrotóxicos e adubos químicos. <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>9.</b> Sistema produtivo. <input type="checkbox"/> Agroecológico <input type="checkbox"/> Convencional</p> <p><b>10.</b> Informações ambientais. <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>8.</b> O que mais chamou a sua atenção no ambiente da Granja Santantonio <input type="checkbox"/> Vocação natural do lugar <input type="checkbox"/> Autenticidade <input type="checkbox"/> Conservação do lugar <input type="checkbox"/> Inserção da comunidade local <input type="checkbox"/> Qualidade de vida e dignidade humana <input type="checkbox"/> Formas organizativas <input type="checkbox"/> Sistema produtivo <input type="checkbox"/> Vegetação nativa</p>
--	--

<p>( ) Conhecimento sobre a produção agroecológica ( ) Contato com a natureza e com o meio rural</p> <p><b>6. Avalie os seguintes aspectos referentes às propriedades</b></p> <table border="0" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th style="width: 60%;"></th> <th style="width: 20%; text-align: center;">Satisfeito</th> <th style="width: 20%; text-align: center;">Insatisfeito</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Sinalização turística</td> <td style="text-align: center;">( )</td> <td style="text-align: center;">( )</td> </tr> <tr> <td>Acessos/estradas</td> <td style="text-align: center;">( )</td> <td style="text-align: center;">( )</td> </tr> <tr> <td>Higiene e limpeza</td> <td style="text-align: center;">( )</td> <td style="text-align: center;">( )</td> </tr> <tr> <td>Atendimento</td> <td style="text-align: center;">( )</td> <td style="text-align: center;">( )</td> </tr> <tr> <td>Conservação dos atrativos</td> <td style="text-align: center;">( )</td> <td style="text-align: center;">( )</td> </tr> <tr> <td>Autenticidade da propriedade</td> <td style="text-align: center;">( )</td> <td style="text-align: center;">( )</td> </tr> <tr> <td>Informações e material</td> <td style="text-align: center;">( )</td> <td style="text-align: center;">( )</td> </tr> </tbody> </table>		Satisfeito	Insatisfeito	Sinalização turística	( )	( )	Acessos/estradas	( )	( )	Higiene e limpeza	( )	( )	Atendimento	( )	( )	Conservação dos atrativos	( )	( )	Autenticidade da propriedade	( )	( )	Informações e material	( )	( )	<p><b>11. O que mais chamou a sua atenção no ambiente no Sítio dos Herdeiros?</b></p> <p>( ) Vocação natural do lugar ( ) Autenticidade ( ) Conservação do lugar ( ) Inserção da comunidade local ( ) Qualidade de vida e dignidade humana ( ) Formas organizativas ( ) Sistema produtivo ( ) Vegetação nativa</p> <hr/> <p><b>12. Você voltaria aos Caminhos Rurais?</b></p> <p>( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe</p> <p><b>13. Que atividades ou locais você mais gostou? O que você não gostou e deveria melhorar?</b></p> <hr/> <hr/> <hr/>
	Satisfeito	Insatisfeito																							
Sinalização turística	( )	( )																							
Acessos/estradas	( )	( )																							
Higiene e limpeza	( )	( )																							
Atendimento	( )	( )																							
Conservação dos atrativos	( )	( )																							
Autenticidade da propriedade	( )	( )																							
Informações e material	( )	( )																							
<p><b>9. O que mais chamou a sua atenção no ambiente do Sítio Capororoca.</b></p> <p>( ) Vocação natural do lugar ( ) Autenticidade ( ) Conservação do lugar ( ) Inserção da comunidade local ( ) Qualidade de vida e dignidade humana ( ) Formas organizativas ( ) Sistema produtivo ( ) Vegetação nativa</p> <p><b>10. O que mais chamou a sua atenção no ambiente no Sítio do Tio Juca?</b></p> <p>( ) Vocação natural do lugar ( ) Autenticidade ( ) Conservação do lugar ( ) Inserção da comunidade local ( ) Qualidade de vida e dignidade humana ( ) Formas organizativas ( ) Sistema produtivo ( ) Vegetação nativa</p> <hr/>	<p>Agradecemos a sua colaboração. Data: ___/___/___</p>																								

## **ANEXO 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO PARA OS PROPRIETÁRIOS RURAIS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

### **ROTEIRO ENTREVISTA PROPRIETÁRIOS CAMINHOS RURAIS**

#### **HISTÓRIA DO BAIRRO LAMI**

– Atividades econômicas desenvolvidas ao longo do processo de formação territorial do bairro Lami.

#### **HISTÓRIA DA PROPRIEDADE**

– Funcionalidades anteriores e atuais/ atividades desenvolvidas/turismo.

#### **ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS**

- como se deu esta organização, origem do turismo, origem do associativismo;
- como era a propriedade antes da organização produtiva atual;
- atividade principal, forma de produção, comercialização, tecnologia e organização.

#### **TURISMO**

- N° de visitantes nos últimos cinco anos, 2003 a 2008;
- capacidade de carga, como é definido o número de visitantes.

#### **SUSTENTABILIDADE**

- Vocação da região e propriedade;
- autenticidade/ naturalidade;
- preservação e/ou conservação das áreas de relevante interesse ecológico;
- licenciamento/zonamento;
- inserção da comunidade local no turismo;
- capacidade de se manter com a propriedade e satisfação;
- capacidade de carga;
- planejamento agricultura, turismo e comercialização.

## **ANEXO 5 – ENTREVISTA APLICADA PARA OS TÉCNICOS DE ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS ROTEIRO TURÍSTICO CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE**

1. Quando a prefeitura iniciou suas atividades para o desenvolvimento do turismo nos Caminhos Rurais de Porto Alegre?
2. Como é tratado por esta secretaria as ações e políticas públicas em relação aos Caminhos Rurais?
3. Quantas pessoas estão envolvidas no trabalho com estes caminhos?
4. Quais investimentos foram realizados para promover os roteiros que compõem estes caminhos?
5. Quais as políticas públicas/programas, projetos e ações foram desenvolvidas para Fomentar o turismo?
6. O roteiro adquiriu prioridade para Secretaria de Turismo nesta gestão? Por quê?
7. Qual o envolvimento das outras secretarias para fomento, suporte e desenvolvimento dos Caminhos Rurais?
8. Há um planejamento com metas para o desenvolvimento dos Caminhos Rurais?



**ANEXO 6 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS APLICADO PARA OS AGENCIADORES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**ROTEIRO DE ENTREVISTA  
AGÊNCIAS QUE COMERCIALIZAM  
ROTEIRO TURÍSTICO CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE**

1. Quando a agência iniciou a comercialização do produto turístico Caminhos Rurais?
2. Motivação para comercialização do(s) roteiro(os)?
3. Quais os roteiros nos Caminhos Rurais que a agência comercializa? Qual é o mais procurado?
4. Fluxo de turistas, visitantes ano em cada roteiro criado pela agência?
5. É viável para a agência a comercialização do roteiro?
6. Satisfação dos proprietários com a comercialização do roteiro?
7. Percepção dos turistas, visitantes sobre o(s) roteiro(s) em relação a:
  - atrativos
  - infra-estrutura
  - serviços
  - acesso
  - atendimento
  - sinalização
  - sustentabilidade ambiental (uso da água, tratamento ecológico de esgotos e efluentes, dispositivos para economia de energia e água, conservação dos recursos naturais, destinação de resíduos sólidos).
8. O que mais chama atenção dos turistas no(s) roteiro(s)?
9. Consideram a satisfação e experiência dos turistas e visitantes para manutenção dos roteiros?
10. Em sua opinião o que a propriedade precisa apresentar para motivar ou manter as agências na comercialização do(s)roteiro(s)?
11. As agências são chamadas para o planejamento do turismo nos Caminhos Rurais?
12. Qual a principal crítica identificada sobre os roteiros?

## ANEXO 7 – EVENTO PARA ENTREGA DOS RESULTADOS DO PROJETO O OLHAR DO TURISTA SOBRE OS CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE

### O olhar do turista sobre os Caminhos Rurais



Pesquisa realizada por alunos do curso de turismo da FARGS revelam a satisfação e a percepção do turista sobre os Caminhos Rurais de Porto Alegre. O resultado da pesquisa foi apresentado no dia 3 de dezembro e contou com a presença dos empreendedores, Eliseu, Vera, Silvana e Vasco, dos sítios onde foi realizado o roteiro de estudos.



A coordenadora do projeto, Carmem Porto, destacou que a maioria dos 50 entrevistados estavam pela primeira vez nos Caminhos Rurais. "Indicando que ainda há pouca divulgação dos atrativos." Na pesquisa também chamou a atenção o bom atendimento e a acolhida.

Na questão relacionada sobre o que mais gostaram nas propriedades aparecem com maior destaque a autenticidade do cultivo, a interação com o turista e a conservação do lugar.

Cada empreendedor recebeu material (apostila e CD), com os resultados da pesquisa. "Muito bom o trabalho realizado. É a primeira vez que pesquisadores nos dão retorno do seu projeto com material e apresentação", avaliou Vasco Moro.

Coordenadora do projeto: Carmem Porto

Execução: Ana Paula Guadagnin, Geórgia Garcia, Giselle Silveira, Miguel Pezzoli, Silvana Pereira e Tânia Andrada.

Postado por Simone Moro de Souza 03/12/2009

**[www.caminhosrurais.tur.br](http://www.caminhosrurais.tur.br)**